

Clara Mafra

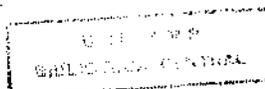
AUTORIDADE E PRECONCEITO - estudos de caso  
sobre grupos ocupacionais das classes médias  
em Campinas

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de Antropologia do Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade  
Estadual de Campinas

Este exemplar corresponde à redação final da  
dissertação defendida e aprovada pela  
Comissão Julgadora em 26/03/1993.

Orientadora: Dr. Mariza Corrêa

Março de 1993



## AGRADECIMENTOS

Sem o apoio financeiro o trabalho de pesquisa para esta dissertação sequer teria iniciado. A bolsa Ford-Anpocs favoreceu-me com 12 meses de financiamento para a pesquisa de campo, a bolsa Faep-Unicamp possibilitou-me a dedicação integral durante 3 meses para a transcrição das fitas com entrevistas.

Foram muitas as pessoas que me ajudaram no decorrer do trajeto, entre elas gostaria de agradecer individualmente a Mariza Corrêa que na sua orientação tornou-se uma interlocutora constante, fornecendo subsídios valiosos quanto às opções teóricas e metodológicas da pesquisa. Os cursos de pós-graduação ministrados por Roberto Cardoso de Oliveira, Alba Zaluar, Ruth Cardoso, James Holston e principalmente por Teresa Caldeira, foram fundamentais para uma compreensão do campo aberto à antropologia na atualidade. Sergio Miceli e Guita Debert contribuíram no exame de qualificação para um distanciamento crítico de uma pesquisa que se realizava como experimento, localizando com acuidade as questões que necessariamente deveríamos enfrentar.

Ainda na graduação o trabalho em conjunto com Suely Kofes, Néstor Perlongher (*in memoriam*), Eduardo Vianna Vargas, permitiu que na minha formação encontrasse interlocutores sensíveis às questões existenciais que assaltam quem aprende a distinguir o trabalho acadêmico da "vida". Através desse trabalho e companheirismo, recebi o estímulo para fazer a pós-graduação.

O Fernando e o Ben-Hur foram responsáveis pelo mais sólido apoio material à dissertação, emprestando seus micros muito além de prazos acertados. A Solange na biblioteca do Ifch, o Mário nos arquivos do Diário do Povo, o Salvador na Prefeitura, garantiram a ampliação das fontes de pesquisa. A Teresa, o João, o Miguel leram as primeiras versões deste trabalho. Ana Chiarinni, Suely Kofes, Yeda Boccaletto,

Joseli Nunes, João Vargas, Rubem Caixeta, Miguel Aramburu, Fernando Teixeira leram partes da dissertação, dando sugestões que me ajudaram a precisar várias passagens e argumentos. A Denise, a Ana, a Yeda, o Rubem, o Miguel, o João foram colegas de mestrado, tantas vezes cúmplices nos temores e nas esperanças.

Foi na convivência com a Valéria, a Joseli, o Fernando, o Francisco, que encontrei o apoio e a tranquilidade na amizade. Sou-lhes especialmente grata.

Durante o trabalho de campo, o encontro com algumas pessoas foi especialmente definidor do curso da pesquisa. Dorival, do sindicato dos bancários, e Sérgio, forneceram-me documentos importantes sobre o banco e o sindicato. D.Isis e Soraia levaram-me a festas, instituições assistenciais e religiosas a que estavam ligadas. D.Marli, S.Tarcísio, Silvia despertaram-me para questões imprevistas através de seus relatos detalhados e extensos de estória de vida. Além disso, muitas vezes, entre um café e um licor com os meus entrevistados, dava-me conta do sentido da palavra maturidade. Espero que na escrita esteja registrada a transformação decorrente disto.

Dedico esta dissertação a meus pais, Ben-Hur e Inge.

"A natureza nos põe no aberto, em plena liberdade; somos nós que nos pomos no fechado, nos carregamos de cadeias e nos aprisionamos no pequeno canto que escolhemos por morada."

Plutarco

"Todo o preconceito é condicionado por outro preconceito, e o mais frequente são aqueles que provêm de suas contradições."

Elias Canetti

## INDICE

Introdução.....	1
Capítulo 1: O contraste nas Campinas	
As misérias do progresso.....	15
Na província de Campinas, a ascensão da "civilização de escravocratas".....	17
O contraste nas Campinas.....	20
Cidade administrada, favelados estrangeiros.....	24
O caso Movimento Assembléia do Povo.....	30
Capítulo 2: Trabalhando no banco.....	42
O Urbano.....	44
A Carreira.....	54
O Trabalho e o Estudo.....	65
O Consumo.....	76
Lei, ordem e dilemas morais.....	82
Capítulo 3: Trabalhando no comércio.....	93
A Cidade.....	95
Ordem e Progresso.....	103
Aprendizado e Tradição.....	118
Consumo e Sacrifício.....	124
Dono e Patrão.....	126
Capítulo 4: Trabalhando na casa	
O desgaste da figura da heroína .....	145
A casa o bairro.....	154
O Cotidiano.....	166
Cuidado de si e dos outros.....	175
Esposa e Patroa.....	180
Autoridade e Preconceito.....	187
Anexo I .....	197
Anexo II.....	202
Bibliografia.....	204

**Introdução:**

Um problema básico em qualquer estudo sobre grupos de classe média é a sua definição. Localizada numa posição intermediária, entre grupos que controlam a riqueza em uma dada sociedade, e outros que têm pouco acesso a ela, a classe média constitui-se num enigma em termos de qualificação material. Noutra enfoque, quanto a sua disposição política, comumente apresenta-se o problema de uma orientação global e coerente. Neste caso, o enigma se converte em uma necessidade de se levar em conta as várias divisões de postura política internas às classes médias bem como a contingência. Isto sem falar de um amplo espectro de crenças, hábitos, ideologias que referendam os diversos grupos de classe média em seu contexto. O ponto central do "enigma da classe média" está nesta posição social, que faz com que seja localizada como o segmento social que com maior evidência negocia a legitimidade da posição a partir de noções de prestígio e signos de conforto.

Essa dissertação visa contribuir de um modo pontual no debate sobre o "enigma da classe média" na medida em que experimenta uma forma de representar a correlação entre a visão de mundo pertinente a alguns grupos da classe média, em sua "naturalidade", e a relatividade desta visão de mundo. Mais especificamente, o problema central da dissertação, que levou-me a experimentar determinados caminhos metodológicos, é a tensão entre a constituição de visões de mundo "naturalizadas" construídas a partir de certas condições sociais que são, no limite, arbitrarias.

Evidentemente o caráter arbitrário do universo social e cultural é um problema que se coloca em diferentes níveis de análise. Na antropologia interpretativa, ele é um problema epistemológico fundamental, que confere um determinado status ao conhecimento produzido dentro deste campo disciplinar.

Para conhecer uma cultura, o objeto privilegiado da antropologia interpretativa, é preciso que o antropólogo encontre alguma familiaridade com o universo imaginativo das pessoas nativas, isto é, que ele compreenda a organização e disposição das estruturas de significado que estão orientando a ação dos homens em um dado contexto. Estas estruturas de significado não estão definidas *a priori* - por força de alguma noção de necessidade, ou por força de alguma "lei" externa ao contexto - mas mesmo assim estas apresentam sua consistência, pois ganharam força de coerção e persuasão no desenrolar da história.

Portanto, não existe um princípio formador da cultura extensivo aos homens em geral, mas toda cultura é um artefato humano, construída na relação entre os homens e fundamentada na história. Nesta perspectiva antropológica o problema dos sentidos ou razões mais profundas fundamentadoras da cultura se perdem no vazio, aceitando-se o estranho paradoxo dos homens necessitarem de algo forjado por seu próprio esforço, dentro de sua arbitrariedade, e que ganha por vezes um caráter transcendente. Daí é possível que Geertz, o papa desta antropologia, reivindique o caráter intersubjetivo do conhecimento que produz.

"Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa a procura do significado." (1978:15).

Como não há nenhuma lei que determine o significado, a tentativa de traduzi-lo de uma cultura para outra pode levar o antropólogo a análise de fenômenos os mais exóticos ou mais rotineiros. Geertz, por exemplo, nos traduz a cultura do povo balinês através da descrição de uma briga de galos (1978, cap.9). Nenhum aspecto da cultura está eleito *a priori* como dimensão mais significativa: um funeral, uma festa religiosa, o sistema de nomeação de filhos e parentes, o modo como se narra a história, cada uma dessas situações

ou temas pode servir ao antropólogo em seu esforço de tradução de uma cultura estranha.

O impacto desta antropologia está em sua capacidade crítica em relação a sistemas de análise de outras culturas descompromissados com a "visão de mundo" do "nativo". A proposição de um quadro teórico sistemático que permitiria uma compreensão organizada das diferenças e daria as condições para um conhecimento objetivo, é rejeitada, compreendida antes como uma deformação da interpretação na medida em que lê as diferenças como meras variações, tipos, etapas dentro de uma escala maior.

O compromisso com a tradução da visão de mundo dos nativos implica em uma abertura do analista, no reconhecimento de que a tradição de seu conhecimento de mundo não dá conta da organização da visão de mundo do Outro. Mesmo que não se possa negar que sua tradição é o ponto de partida para o encontro com o Outro.

Para que seja possível uma abordagem das diferenças culturais em termos qualitativos, é necessário captar o fenômeno social em sua autonomia, dentro de suas "leis internas". Isto quer dizer que as escolhas, os atos, os costumes, os hábitos, o estilo de comportamento, expressos em um grupo ou por indivíduos em um contexto cultural, são opções compatíveis com uma visão particular de mundo. De tal forma que o ponto de apoio a partir de onde se possibilita a tradução, está neste pressuposto da coerência dos arranjos significativos como condição de manutenção do grupo.

O conhecimento da visão de mundo de outros grupos sociais ou culturas é assim, na antropologia interpretativa, um conhecimento apoiado na precariedade, pois aceita a arbitrariedade com que certas visões de mundo se realizam, e não outras. Entretanto, uma vez constituídas, estas ganham sua organicidade, fornecendo uma base para o seu reconhecimento mesmo para quem vê de fora.

A relativa impermeabilidade dos estudos sobre grupos pertencentes a nossa sociedade a esses pressupostos

metodológicos, decorre provavelmente da recusa em se abandonar modelos explicativos globais. Basta examinar a literatura que trata das "classes médias", da "pequena burguesia", da "nova classe média", das "camadas médias", etc, para reconhecer esta recusa. O ponto forte dessa literatura concentra-se na proposição de caminhos teóricos capazes de explicar o que é global sem uma problematização sistemática das diferenças atualizadas em cada contexto<sup>1</sup>.

Quando autores como Paoli(1991) rompem com esta visão hegemônica e argumentam sobre a inconsistência das teorias gerais na apreensão dos fenômenos sociais contemporâneos, justificam sua postura no diagnóstico de mudanças básicas a nível da cultura.

"O problema é que o(s) sujeito(s) que a cultura contemporânea encena é outro: é um que reivindica o sentido de suas experiências tal como as vivencia em práticas

---

<sup>1</sup> Pode-se definir duas grandes vertentes teóricas dividindo essa literatura: o marxismo e o weberianismo. Sinteticamente, o marxismo investe nos problemas de definição da classe média em relação a estrutura do sistema de produção. As controvérsias sobre sua posição estrutural liga-se a da importância política, (sua base e possibilidades de aliança de classe), consciência de classe, sistema ocupacional, estratificação social e conjunturas específicas. (Conferir entre outros ver: Poulantzas, N. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje, Zahar, RJ, 1974; Saes, D., Classe média e sistema político no Brasil, Ed. Queiroz, SP, 1985. ). O enfoque weberiano desloca o debate para o mercado, conferindo às questões de estratificação social (status social) e valores compartilhados entre os diferentes grupos, o centro da análise. (Weber, Ensaios de Sociologia, Zahar, RJ, 1974; Mills, W., A nova classe média, Zahar, RJ, 1979.)

Essa literatura abre um campo de debate amplo sobre como descrever a estrutura social, como a estrutura se manifesta, quais os processos de politização dos sujeitos, a relação entre organização sindical e consciência de classe, entre outros temas. Este debate, fortemente centralizado nas questões de estrutura social torna um tanto problemática a apreensão do empírico sem que se leve em conta um outro conjunto complexo de mediadores conceituais.

Segundo Simões(1991), estas dificuldades estão provavelmente na origem da relativa falta de estudos sobre classes médias no Brasil, sendo que grande parte do que se produz, procura indicar como as classes médias deveriam ser abordadas do ponto de vista teórico e metodológico.

específicas de atribuição de significado, está disposto a assumir o seu próprio descentramento, o localismo do espaço em que atua, o caráter imediato de sua ação; em uma palavra, como já foi apontado, sujeitos auto-referenciados e auto-instituintes de seu mundo, de suas diferenças e similitudes, de suas identidades e alteridades."(1991:110)\*

O desgaste das teorias gerais seria decorrente não das incoerências internas, falhas ou restrições analíticas que porventura houvesse nos quadros teóricos, mas devido ao encaminhamento das mudanças na sociedade contemporânea. O núcleo dessas mudanças estaria no descentramento das identidades locais. No artigo citado, Paoli reivindica que um tratamento adequado da cultura contemporânea deve aceitar que as identidades dos indivíduos, dos grupos ou culturas, não são formuladas como "respostas" às pressões de forças externas, mas que existem condições de que se constituam segundo arranjos autônomos e autoreferidos. É a partir de sua particularidade que as identidades locais se integram e recriam o global\*.

Esta leitura crítica da cultura contemporânea conduz a certas considerações sobre as possibilidades de conhecimento. A princípio, a consistência das análises sociais liga-se às possibilidades de compreensão das perspectivas particulares constituintes da "totalidade", sendo que qualquer "totalidade" é algo frágil, algo que "se desmancha no ar". Em outras palavras, é na interrelação entre as visões de mundo ou projetos sociais formulados

---

\* Mesmo que nesta passagem Paoli esteja considerando sujeitos organizados em torno de movimentos sociais, é possível, e talvez necessário, transpor o seu diagnóstico para sujeitos dispersos no social. Esta transposição torna-se possível levando-se em conta que nos movimentos sociais, onde os sujeitos coletivamente organizados formulam "projetos" próprios, se expressa uma tendência que ocorre dispersamente na sociedade como um todo.

\* Outros autores têm argumentado neste mesmo sentido. Segundo Marcus e Fischer (1986) a crise de representação que invade as ciências humanas nas últimas décadas decorre não apenas devido ao desgaste das "grandes teorias", mas relaciona-se às complexas e profundas transformações da sociedade contemporânea. (Conferir principalmente o primeiro capítulo de *Anthropology as Cultural Critique - an experimental moment in the human sciences*).

pelos diversos grupos sociais, nos diferentes movimentos sociais, em suas formas específicas de expressão, que se encaminha algo formulador do global. Neste caso, a consistência da análise social está comprometida com a compreensão das diferentes perspectivas sociais envolvidas no contexto.

Em decorrência, tal crítica aproxima as análises sociológicas de uma abordagem própria à antropologia interpretativa. Uma das formas de se compreender as diferenças qualitativas entre os grupos, é encontrar a tradução dos arranjos significativos próprios a cada grupo. Isto sem postular alguma determinação externa e sem pressupor que exista alguma base (mais) real que lhe garanta legitimidade.

Nesta dissertação desenvolvi um trabalho que pretende estar comprometido com as visões de mundo definidas por diferentes grupos segundo o seu próprio registro, mesmo que estes pertençam a um mesmo segmento social (todos os três grupos pesquisados fazem parte das ocupações das classes médias). E inversamente, procuro desconstruir a organicidade das visões de mundo presentes em grupos de classe média, enfocando e analisando na medida do possível, os elementos que possam situar os limites de uma mesma posição social.

A fim de realizar este duplo movimento, de imersão na "naturalidade" do vivido segundo os atores, garantindo ao mesmo tempo um certo distanciamento, organizei a dissertação na justaposição de estudos de caso. Tal experimento metodológico procura desenvolver alternativas em relação aos estudos monográficos, que tendem a descrever "pequenos mundos" integrados e autocentrados; e aos estudos apoiados em grandes teorias, que inclinam-se a descrever os "pequenos mundos" na submissão às forças externas. Antes porém de levantar os aspectos positivos e negativos que encontrei nesse experimento, vou situar o campo empírico da pesquisa.

Desenvolvi a pesquisa de campo na cidade de Campinas no decorrer de 1990 e 1991 entre três grupos ocupacionais de classe média. Campinas foi uma cidade privilegiada para a realização desta pesquisa porque apresenta várias características de uma cidade burguesa. É uma cidade industrial e que oferece uma infraestrutura urbana qualitativamente desenvolvida.

Numa descrição mais exata é possível apontar que, excluindo-se São Paulo, Campinas ocupa a primeira posição no Estado em termos de produção industrial. O mesmo ocorre em termos do setor de comércio e serviços, sendo importante pólo regional. Esta posição se deve ao processo de desenvolvimento implementado marcadamente a partir da década de 50, quando houve uma aceleração no processo de industrialização. Mas pode-se dizer que a consolidação deste processo se realizou no fim da década de 70, pois "a estrutura industrial cresceu a taxas elevadíssimas de 1968 até pelo menos 1977, o que configurou uma determinada estrutura no setor terciário (comércio e serviços), que foi uma das principais responsáveis pela atração dos fluxos migratórios, por um lado, e pela presença na cidade de expressivo contingente de pessoas de famílias e extratos de renda mais elevados"<sup>4</sup>.

Este último aspecto, quanto a distribuição de renda na população, é o que faz a principal diferença da cidade com os municípios vizinhos. Segundo os dados preliminares do Censo 1991, Campinas têm uma população de 846.167 habitantes, neste total, 69,39% das famílias apresentam uma renda superior a 5 salários mínimos.

Foi nesta cidade com características burguesas que desenvolvi a pesquisa de campo. Procurei conhecer três grupos que apresentam características um tanto heterogêneas: um grupo de bancários do Banco do Brasil, um grupo de pequenos comerciantes instalados na região central da cidade

---

\* Diagnóstico das características e tendências do desenvolvimento de Campinas- Relatório da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, 1990.

e um grupo de donas-de-casa moradoras de bairros de classe média. Convivi com eles esparsamente, visitando os estabelecimentos comerciais, indo à agência centro do Banco do Brasil, visitando a casa de alguns comerciantes, funcionários do banco e donas-de-casa. Vale lembrar que estes estabelecimentos comerciais, o banco e as residências se restringiam às áreas centrais e bairros de classe média da cidade (Barão Geraldo, Jardim Guanabara, Cambuí, Jardim Paineiras, Taquaral, Vila Nova).

Além da observação, conversas informais, leitura de jornais, levantamento dos Censos, o principal instrumento de pesquisa foram as entrevistas. Das entrevistas com trinta pessoas, recolhi cento e sessenta horas de entrevista em fita, quinze cadernos guardam as transcrições. Procurei sintetizar estas entrevistas por temas e trabalhar o próprio texto com elas.

Na redação organizei este material em três estudos de caso, relativo aos três grupos pesquisados. Abordei em cada estudo de caso o modo como as pessoas organizam o cotidiano, como descrevem a cidade, a disposição das relações de trabalho, os projetos de vida que porventura tenham relatado. Procurei mapear as opções sociais usuais em cada contexto, explorando os valores e alternativas presentes nas diversas situações.

Cada estudo de caso foi desenvolvido na perspectiva de apresentar os grupos em sua singularidade, isto quer dizer que, por exemplo, as categorias que organizam a vivência dos atores no contexto do banco, foram descritas em sua própria referência. De modo geral, explorei as categorias significativas a cada grupo de entrevistados, ou seja, aquelas categorias criadas como resposta a situações objetivas no contexto em pauta.

Uma vez que o significado liga-se às disposições das relações sociais, cada estudo de caso é a descrição dos arranjos significativos em sua organicidade interna, em outras palavras, cada estudo de caso acaba por revelar um "pequeno mundo" naturalizado.

Como romper com esta descrição naturalizada sem recorrer a uma referência externa, estranha a perspectiva dos atores? A proposta da justaposição dos estudos de caso procura fornecer os elementos para uma relativização desses "pequenos mundos" e sua crítica, sem recorrer a criação de uma referência externa mais autorizada.

Através da apresentação dos três estudos de caso retratando as especificidades de cada grupo - suas visões de mundo, as opções que estão abertas aos atores, seus impasses e resoluções - procurei fornecer os elementos para o exercício de uma crítica cuidadosa com as diferenças. Tal exercício crítico resultaria da contraposição dos estudos de caso, ao permitir uma visualização fragmentária e não sistemática das diferenças e distâncias entre eles. Para dizer isto de um modo mais detalhado, na contraposição dos estudos de caso é possível elaborar um questionamento sobre como as coisas são, sendo que nem sempre precisariam ser como são - frente às alternativas presentes no próprio grupo ou nos outros contextos. Quais as opções seguidas, quais as ignoradas ou desprezadas, que limitações e impossibilidades são assumidas entre os diferentes grupos sob o custo de preservar a sua "naturalidade"?

Descrevo esta proposta no condicional porque cabe ao leitor a sua realização plena. No decorrer da redação, uma vez ou outra, quando a contraposição das situações ou das perspectivas dos atores tornava mais clara a descrição, lançava mão deste instrumento. Mas em geral, não me propuz a usar a autoridade do autor no sentido de interferir no andamento da descrição, ou então, de modo mais cabal, a realizar uma autoria que racionalizasse as diferenças. Na

---

• Marcus, G. 1991, no artigo "Identities passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do século XX ao nível mundial" propôs a justaposição etnográfica como alternativa de crítica moderna, não apenas aos instrumentos conceituais disciplinares, mas enquanto exercício de uma crítica cultural. Sua proposta vai no sentido de experimentar uma crítica que explore a gama de possibilidades das identidades existentes, ou apenas emergentes, em um dado contexto etnográfico. (1991:22).

soma dos estudos de caso e no contraste entre eles, o leitor ganha a possibilidade de reconhecer a arbitrariedade da organização da visão de mundo elaborado por cada grupo, bem como sua pertinência para quem está naquela situação. E levando-se em conta estes dois aspectos que o estranhamento e o distanciamento podem ser exercidos. A crítica ganha plausibilidade na medida que entra em conexão com os elementos presentes no contexto local.

Sem dúvida ao optar por este caminho, recusei outros. Entre as diversas recusas, lastimo que este trabalho tenha implicado na impossibilidade do desenvolvimento de etnografias, não por alguma restrição a esta metodologia, mas devido aos limites de uma pesquisa de mestrado. Não encontrei meios para realizar um trabalho de campo extenso e com uma vivência prolongada com as pessoas que conheci nestes três grupos. Isto me levou a priorizar os discursos como fonte de pesquisa, ao invés de dados auferidos por minha observação ou do registro de uma experiência compartilhada.

Ao tomar os discursos como principal fonte documental, com muita facilidade encontrei, entre as narrações das pessoas sobre si e seu mundo, noções normatizadoras. Na fala do dia-a-dia as pessoas preservam e enriquecem sua linguagem no apoio ao senso comum. Com isto tive pouca oportunidade em relacionar os descompassos entre as regras usuais, as concepções habituais e o que Malinowski já chamou, "os imponderáveis da vida nativa".

Mas não se pode seguir todos os caminhos ao mesmo tempo. Se nos estudos de caso não foi possível desenvolver uma descrição aprofundada dos diferentes contextos, pôde-se descrever as diferenças em um contexto maior, dando condições para uma apreensão em sua naturalidade e arbitrariedade.

A dissertação está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresento Campinas, a cidade em que foi realizada a pesquisa de campo. Encaminho esta apresentação

no sentido de problematizar a imagem de "cidade desenvolvida", "signo do progresso no interior de São Paulo", imagem confirmada pela tradição e discursos técnicos contemporâneos.

Sirvo-me do contraste para problematizar esta imagem, examinando principalmente o tratamento que a população trabalhadora tem recebido pelo poder municipal. Detenho-me em especial nas respostas dadas aos problemas decorrentes dos fluxos migratórios ocorridos nas décadas de 60 e 70, com a consolidação do processo de segregação das classes populares à periferia da cidade.

Nos capítulos seguintes, capítulos 2, 3 e 4 descrevo os três estudos de caso. Início o segundo capítulo discutindo como a organização dos projetos de vida e do cotidiano entre os bancários está altamente vinculado às normas da empresa, pois esta estipula o fluxo de seus funcionários entre as agências, o plano de carreira, uma determinada faixa salarial, um tipo de tratamento entre colegas e clientes. Em cada um destes níveis articulam-se resistências dos funcionários, que vivem a contradição da constituição de um "espírito competitivo" capaz de responder às pressões da concorrência interna, e a falta de canais de expressão das demandas individuais na empresa. Fecho o capítulo argumentando que em meio a uma instituição "quase-total"<sup>o</sup> a imagem do funcionamento da sociedade corresponde aos desígnios da ordem econômica e da lei, num espelho ampliado de sua própria experiência do trabalho cotidiano.

No terceiro capítulo procuro localizar as categorias que organizam a identidade entre os pequenos comerciantes entrevistados. A partir de uma exegese do termo nativo "tino comercial", argumento que uma noção um tanto voluntarista e personalizada do indivíduo, enfatizadas na noção de "tino

---

<sup>o</sup> A estrutura do Banco do Brasil tem grande proximidade com as características de uma instituição total conforme foi descrito por Goffman (1974). A diferença mais evidente é que enquanto as instituições totais de Goffman (hospício, cadeia) têm por objetivo produzir novos indivíduos, no Banco, é promover serviço na circulação financeira, através do trabalho de funcionários disciplinados pela empresa.

comercial", entra em conflito com as mudanças mais recentes do mercado.

O mercado, cujo funcionamento (segundo os dados colhidos na pesquisa de campo) é regido hibridamente por costumes, redes de amizade, relações familiares e pela lei, tem sofrido o impacto de exigências de maior formalidade nas relações (maior controle quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, maior controle fiscal) e de respostas adequadas às ingerências na economia em função dos planos econômicos. Analiso ainda como a adequação entre os referenciais do comerciante com um mundo mercantilizado e utilitarista, deixa à sombra as contradições e tensões presentes no cotidiano daqueles que se pautam por ser "dono e patrão".

No quarto capítulo abordo o modo como um grupo de donas-de-casa, moradoras de bairros de classe média, descreveram a sua relação com familiares, com as empregadas, com o bairro, com a cidade, bem como, em que termos apresentavam sua autodefinição. A fim de encontrar uma forma de tradução de suas concepções, preocupei-me em discutir, mais que nos estudos de caso anteriores, o modo como alguns autores nas ciências humanas têm focado as condições de vida das mulheres que não exercem atividades diretamente vinculadas ao mercado. Procurei balizar as críticas contidas nesta tradição em relação às críticas formuladas pelas entrevistadas sobre si mesmas, realizando um trajeto sutil já que foi preciso atravessar os tortuosos caminhos da autorepressão.

Foi a partir de algumas similaridades entre diversas situações descritas no decorrer dos estudos de caso que encontrei uma chave de explicação sociológica, a qual desenvolvo no último capítulo. Trata-se do modo como usualmente se estabelecem as relações de poder entre os atores e seus subordinados, conduzidas de tal forma a impedir o pleno reconhecimento do outro. Discuto como sob o argumento da "defesa de autoridade", se estabelecem relações baseadas no autoritarismo e na reposição de preconceitos com aqueles que estão numa posição social inferior.

Enfim, sem a generosidade das pessoas entrevistadas em receber-me e disporem-se a estabelecer um diálogo comigo, esta dissertação não teria sido possível. Afim de minimizar as perdas que ocorreram no caminho, entre a riqueza de suas experiências de vida, o conteúdo das entrevistas e o registro organizado da escrita, anexeï ao fim da dissertação sínteses biográficas dessas pessoas, dando-lhes nomes fictícios para preservar seu anonimato.

Capítulo 1: O CONTRASTE NAS CAMPINAS

Município de Jaguariúna



Município de Paulínia

Município de Pedreira

Município de Morungaba

Município de Morungaba

Município de Valinhos

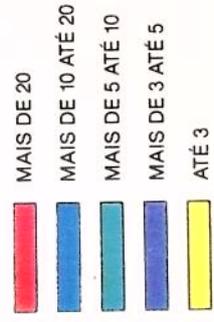
Município de Monte Mor

Município de Indaialuba

Município de Itupeva

# PLANO DIRETOR DE CAMPINAS

## RENDA MÉDIA FAMILIAR



POPULAÇÃO		Nº DE DOMÍCIOS	
TOTAL	%	TOTAL	%
25.618	3,85	5.654	3,67
124.503	18,73	32.147	20,85
311.060	46,81	72.920	47,29
160.493	24,15	34.745	22,53
40.907	6,16	8.735	5,66
664.559	100,00	154.201	100,00

TOTAL

ESCALA GRÁFICA



## 1. As misérias do progresso:

Em 1870, Campinas vive o "boom" da economia cafeeira. Inserido no mercado mundial, o município ultrapassava a produção de café do Paraíba fluminense, exportando 1.300 arrobas do produto. Com uma população de 33 mil habitantes, 7 mil a mais que a capital da província, a cidade ganhou o epíteto de "capital agrícola". Em cerca de 70 anos a cidade crescera o espantoso índice de 5.000%. Nesta década associou-se a imagem de Campinas a de centro de realizações: prosperidade, modernidade e cultivo da boa cultura foram os traços ostentados da cidade na imprensa da época<sup>1</sup>

Ainda que o tom grandiloquente tenha sido abandonado, pois os tempos são outros e a visão do progresso não se faz sem certa mácula, o rótulo de prosperidade não abandonou Campinas. O diagnóstico de técnicos que elaboraram o último Plano Diretor do município<sup>2</sup>, significativamente associam as características da cidade a de outras em países industrializados e ao que é moderno:

"Em 1980, a composição do PEA regional estava próximo das que se verificaram nas economias industrializadas modernas: altos pesos relativos do secundário e terciário, e a participação declinante da força de trabalho agrícola total" (1991:40).

"O intenso ritmo de crescimento da década de 70 materializou-se, no município, num mercado de trabalho dinâmico. Acima de tudo, multiplicaram-se as ocupações não-manuais mais qualificadas, ligadas a indústria ou a segmentos específicos do terciário moderno, como o setor financeiro. Tal como ocorreu em outros centros médios e grandes do Estado, reduziu-se o peso de ocupações menos qualificadas, como o emprego doméstico." (1991:41)

A estabilidade da imagem de Campinas associada ao moderno não é um mero jogo de palavras. Situada num ponto geográfico estratégico do estado mais desenvolvido no Brasil, passagem obrigatória entre a capital e o interior,

<sup>1</sup> Lapa, A. Jornal da Unicamp, out.1992; Mello, F.F. (1991).

<sup>2</sup> Campinas, Subsídios para o Plano Diretor, Prefeitura Municipal de Campinas, 1991.

Campinas foi se desenvolvendo de forma a atrair, concentrar e produzir riquezas nos diferentes ciclos da economia. Rapidamente esta riqueza tendeu a se revelar em gostos e hábitos de uma parcela da população, no consumo do que é refinado e de luxo, no acesso ao que há de mais moderno entre as mercadorias, na criação de uma infraestrutura cultural requintada e relativamente diversificada.

Ignora-se neste retrato da cidade, sua contraface. Está oculto a violência das relações de trabalho, as condições miseráveis de habitação das populações concentradas em terrenos erodidos ou ribeirinhos, as doenças crônicas que matam as crianças nas periferias, a criminalização dos pobres.

A ênfase nos aspectos "civilizados" da cidade baseia-se portanto na possibilidade do silenciamento sobre as condições de vida da população trabalhadora. Neste capítulo vou explorar a dinâmica desta imagem e as condições de sua estabilidade. Inicialmente descrevo o desenvolvimento da cidade decorrente do "boom" da economia cafeeira, o qual foi promovido a partir de uma sociedade claramente dividida entre senhores e escravos, luxo e miséria, usufruidores dos privilégios e objetos da violência. Exploro em seguida como uma tradição de tratamento servil da elite e autoridades locais à população trabalhadora não sofreu reformulações radicais posteriormente. Tal continuidade será examinada em relação às respostas dadas aos problemas dos fluxos migratórios, no processo de segregação das classes populares para a periferia da cidade.

2. Na província de Campinas, a ascensão da "civilização de escravocratas":

Quando na década de 1860, o português Zaluar em uma de suas viagens passou por Campinas, surpreendeu-se com o "desenvolvimento e progresso" da cidade. No testemunho do estado geral do desenvolvimento, enumerou os estabelecimentos comerciais que encontrou:

"Há na cidade sessenta e quatro lojas de fazenda e ferragens, vinte armazéns de gêneros de fora, e cento e dez tavernas, o que tudo paga direitos à municipalidade. Além destas, há três fábricas de licores, duas de cerveja, uma de velas de cêra, uma de chapéus, três hotéis, duas casas de bilhares, diversas lojas de alfaiates, sapateiros, latoeiros, caldeireiros, torneiros, marceneiros, seleiros, armadores, quatro padarias, uma fábrica de charutos, três relojoeiros, três ourives, três retratistas em daguerreotipo e um a óleo, três pintores hábeis, e uma tipografia, onde se publica o *Conservador*." (Zaluar, s/d:137)

A base do desenvolvimento de Campinas estava na crescente agricultura do café. Desde a década de 40 os fazendeiros do município voltaram-se a esta cultura, abandonando a produção da droga do açúcar. Uma capacidade de adaptação na produção agrícola, acompanhando as tendências do mercado mundial, complementava-se com a constituição de uma cidade que oferecia uma razoável infraestrutura urbana, cujos atrativos iam além de um simples lugar para se morar. A diversidade do comércio da cidade testemunhado por Zaluar traduz uma das faces do dinamismo empreendedor da elite local. Campinas oferecia então um leque razoavelmente diversificado de serviços e atendimentos a sua população.

Na década seguinte Campinas foi considerado o mais rico município da província: a cidade comportava mais de 300 fazendeiros cafeicultores e exportava 1.300 mil arrobas de café. Na medida que crescia a sua importância econômica dentro do Império, novos recursos modernos lhe subsidiavam o desenvolvimento. Foi nesta década que se superou um dos graves impecilhos ao crescimento indicado por Zaluar em suas notas: "a falta de estradas de ferro". Já em 1867, a partir do capital dos grandes cafeicultores locais, funda-se a

Ferrovia Paulista. Através dela pôde-se escoar a produção agrícola da região ao Porto de Santos. Em 1875 foi inaugurado com discursos inflamados, a Ferrovia Mogiana no antigo caminho dos Goiaes, via que deu origem a cidade. Em seguida constrõe-se a Sorocabana. Com isto Campinas tornava-se o maior entroncamento ferroviário do Império do Brasil.

Com a ferrovia vencendo o problema da distância o aparato urbano cresce e se diversifica com maior dinamismo. A constância das inaugurações na cidade acompanhadas da música das bandas locais marcam a época. Proliferam então os pequenos e grandes acontecimentos que transformam continuamente os hábitos e costumes dos moradores de Campinas. Na descrição do historiador Mello (1991) ficou registrado o dinamismo do período:

"Era realmente inédito o aparato urbano exposto na cidade: hospitais experimentando recentíssimas terapêuticas, casas bancárias facilitando o acesso a créditos e financiamentos, companhias de transportes urbanos diminuindo as distâncias dentro da própria cidade, profissionais de nível superior buscando atrair clientela através de estratégias de propaganda - um dentista anunciava aplicar cocaína em seus pacientes devido às qualidades anestésicas deste pó -, gente da elite se organizando em prol de um estabelecimento modelar de ensino, resultando no colégio Culto à Ciência, e também em prol da iluminação pública, de gasômetro, além de persistente incentivo à vinda das mais fortes novidades tecnológicas daqueles dias, como o fonógrafo e o telefone." (Mello, 1991:22)

Regra geral eram médicos, fazendeiros, engenheiros, advogados, juizes, comerciantes e suas senhoras que se organizavam em associações no esforço de garantir o acesso às novidades. A inauguração apoteótica do teatro Castro Mendes em meados da década de 70 foi um dos pontos fortes deste período.

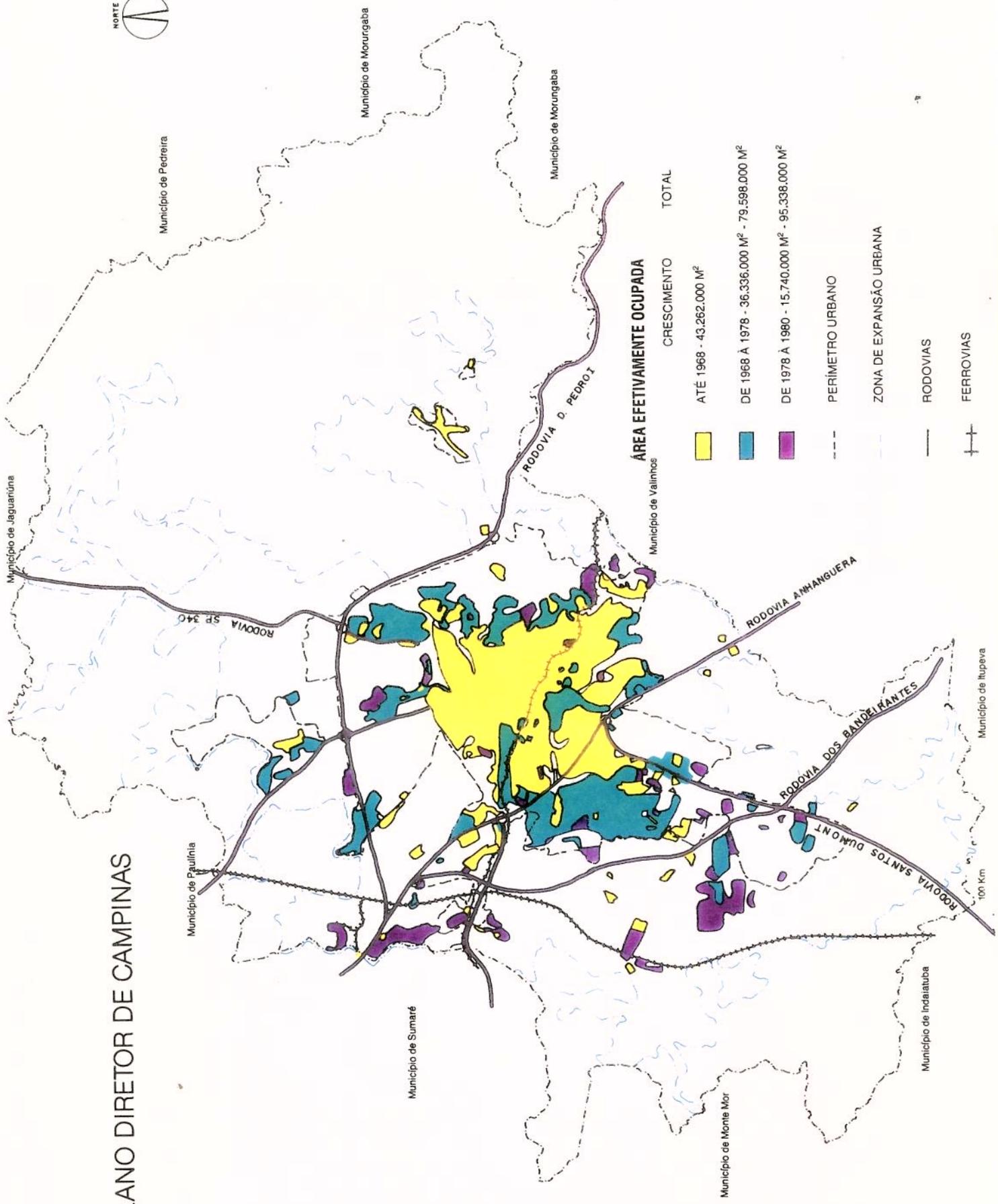
Contudo contrasta com o impeto inovador, dinâmico e capitalista desta elite, o método tradicional no emprego da mão de obra: a imensa maioria era escrava. Os escravos eram

empregados no trabalho não apenas nas lavouras, como também na cidade, nas padarias, nas fábricas, na construção civil, nas lojas. Notadamente, na segunda metade do séc.XIX quando se vivia um período de desescravização no Brasil, ampliou-se em Campinas, o número de escravos: em 1872 a população cativa constituía 50% da população do município.

Os métodos de controle eram o uso e abuso da violência, na rotina dos corpos dos escravos marcados, dilacerados, maltratados, seja por açoites, chibatadas, fome, e condições insalubres nas senzalas. Ao lado das sedes das fazendas locais se instalavam os troncos e os quadrados. Na cidade dos brancos, os escravos que circulassem sem seus donos deveriam portar uma permissão, sendo que lugares como a praça Carlos Gomes lhes era proibida. A Barão de Jaguará, antiga Rua de Cima, servia ao tráfego e transporte exclusivo dos senhores.

A civilização de cafeicultores marcou época e fortaleceu as bases do desenvolvimento do município. Na expulsão posterior da aristocracia cafeeira do centro do poder local, a partir de 1920, sua herança permaneceu. Mais propriamente, talvez, tenha-se preservado melhor a herança em termos da mentalidade capitalista destes senhores que os registros materiais do período. O avalanche dos planos urbanísticos Prestes Maia, em 1934, e na década de 50, levaram consigo a grande maioria das residências e palacetes desta aristocracia.

# PLANO DIRETOR DE CAMPINAS



## ÁREA EFETIVAMENTE OCUPADA

CRESCIMENTO	TOTAL
ATÉ 1968 - 43.262.000 M <sup>2</sup>	
DE 1968 À 1978 - 36.336.000 M <sup>2</sup> - 79.598.000 M <sup>2</sup>	
DE 1978 À 1980 - 15.740.000 M <sup>2</sup> - 95.338.000 M <sup>2</sup>	
PERÍMETRO URBANO	
ZONA DE EXPANSÃO URBANA	
RODOVIAS	
FERROVIAS	

100 Km

3. O contraste entre as Campinas: do condomínio fechado Alto da Nova Campinas; aos DIC I, II, III e IV.

Parte da herança desta elite é localizável na capacidade dinâmica da economia local na adaptação aos diferentes padrões de acumulação no mercado mundial, garantido uma caracterização atual de Campinas dentro dos marcos de desenvolvimento e progresso<sup>8</sup>. Trata-se atualmente de uma riqueza de origem industrial que vale um exame detalhado.

O amplo crescimento industrial regional desde 1960, com ao aumento em três décadas do número de estabelecimentos industriais de 5 mil para 9,8 mil, transformando Campinas no terceiro maior parque industrial brasileiro atrás apenas das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, corresponde ao novo padrão de acumulação do município.

O crescimento industrial associa-se a uma conjunção de fatores, entre eles a existência de uma infraestrutura já consolidada como rede de transportes, indústrias básicas, equipamentos urbanos apreciáveis na cidade. Estas características fizeram de Campinas o objeto de alguns incentivos estatais visando interiorizar o parque produtivo. Uma importante medida governamental foi a ampliação do sistema viário: o complexo Anhanguera(SP-330)-Bandeirantes(SP348) que interliga o anel São Paulo-Imigrantes-Baixada Santista, à região do Vale do Paraíba e o porto de São Sebastião através da rodovia D. Pedro I e à região de Sorocaba e oeste meridional do Estado pela rodovia Santos Dumont. O aeroporto internacional Viracopos, funcionando principalmente no transporte de cargas, e o sistema ferroviário completam este complexo de transportes.

Soma-se ainda aos incentivos governamentais a implantação na década de 70 da Refinaria do Planalto de Paulínia e a criação de instituições governamentais de

---

<sup>8</sup> No entender de Semeghini(1992), é elogiável "o dinamismo da economia campineira que acentuadamente foi de encontro às mudanças da estrutura produtiva mais gerais, correspondendo resolutamente aos diferentes padrões de acumulação que marcaram a economia local"(1992:21).

pesquisa. A presença da refinaria promoveu a substituição de uma indústria voltada à produção basicamente têxtil, para a de bens intermediários, principalmente na produção de papel, papelão, minerais não metálicos, couros e peles artificiais.

Junto ao crescimento industrial ocorreu um aumento populacional extraordinário, basicamente em função do fluxo migratório: conforme dados da Fundação Seade, 21,4% do fluxo migratório total que o estado de São Paulo demandou na década de 70, dirigiu-se a região de Campinas (662 mil pessoas). Isto significa que 53% da migração que se dirigiu ao interior paulista, teve como destino esta região.

A cidade sofreu profundas transformações decorrentes deste fluxo migratório que iam desde a criação de uma extensa periferia à ampliação do mercado de luxo já existente na cidade. Tal mercado, apreciado nas mais diversas publicações descritivas da cidade, foi criado atendendo à um dos segmentos migratórios. E que neste fluxo migratório, a reconhecida qualidade de vida que a cidade oferecia até a década de 60, no equilíbrio entre o aparato urbano e o total da população, com uma área razoável de áreas verdes, bem como pela sua infraestrutura cultural, serviu como fonte de atração dos altos quadros funcionais ligados às indústrias e grandes empresas. Este foi um dos motivos da concentração na cidade de um alto percentual de famílias com renda superior a 5 salários mínimos, fenômeno que diferencia Campinas em relação às cidades vizinhas.

A presença de uma estrutura produtiva complexa conjugada a concentração de uma elite de peso na cidade, aprofundaram ainda mais nas décadas de 80 e 90 o já sofisticado e extenso aparato urbano: existem atualmente 33 grandes lojas de departamento, 121 supermercados e 1.622 estabelecimentos atacadistas; 374 empresas de ônibus servem ao transporte na cidade; oferecendo crédito e diversos serviços financeiros existem 47 bancos com 89 agências

distribuídas entre o centro e bairros\*. Para atender as demandas habitacionais existem mais de 200 imobiliárias e administradoras de imóveis, cerca de 300 construtoras, 110 firmas de projetos, cálculos e desenho técnico.

Entre os equipamentos culturais, artísticos e de lazer, registram-se 10 teatros, 8 museus, 15 galerias de arte, 3 cine clubes, 3 complexos envolvendo auditório, teatro, salas de vídeo, etc, 5 centros esportivos e de lazer, 3 bosques, e 3 grandes parques, Taquaral, Guarantãs e o Parque Ecológico.

Exemplares de um consumo sofisticado existem casas comerciais tais como boutiques de carnes, lojas de "convivência", serviço de rádio-taxi, apart-hotéis, etc. Pode-se citar ainda 38 lojas especializadas em presentes, 43 organizadoras de festas e buffets, 8 promotoras de acampamentos, 105 agências de viagem e turismo, 121 dedicadas a paisagismo, jardinagem e decoração, 63 agências e empresas de segurança privada.

Nesta descrição que exhibe a exuberância do consumo e serviços da cidade, não se considera a precariedade em que se encontram os bairros de periferia destinados às populações de baixa renda. Os contrastes são evidentes: na área que acompanha a Anhangüera em direção a Nova Odessa, principalmente no bairro Friburgo, o rio Capivari transforma-se em uma verdadeira lixeira. Suas águas são verdadeiros esgotos a céu aberto na captação de resíduos gerados por uma população de cerca de 500.000 habitantes. Esta população tem a circulação entre os bairros impedida devido a barreiras naturais como o rio Capivari, e artificiais, como a rodovia dos Bandeirantes e Santos Dumont, além dos trilhos da Fepasa. O isolamento e circunscrição desta população ao seu próprio bairro decorre então, não apenas da distância com a infraestrutura melhorada da cidade, localizada a leste e norte da cidade, como também

---

\* Estes e os próximos dados foram descritos no plano diretor de 1991, Campinas, subsídios para um plano diretor. Os dados foram coletados em janeiro de 1990.

pela precariedade do serviço e transporte urbano - meio de locomoção básico desta população. As barreiras naturais e artificiais, que permanecem no descaso do poder público, isolam os próprios bairros entre si.

As crianças são as principais vítimas da precariedade de condições de vida na periferia. As doenças que atingem esta população de menores é verminose, tifo, bronco-pneumonia, diarreia, desidratação. Suas causas são a umidade, o frio, a sujeira, a fome. Em 1982, 652 crianças morreram com menos de um ano de idade. Destas, 104 morreram devido a desnutrição (doenças decorrentes da falta de resistência do organismo devido a falta de alimento), e 20 faleceram porque estavam sem comer há 20 dias\*.

Nos jornais locais, as páginas policiais relatam a vida na periferia. O uso de torturas contra os presos foram esporadicamente denunciadas, ficando conhecida na imprensa a câmara de tortura no porão do Primeiro Distrito Policial, localizado no centro velho da cidade, na Andrade de Neves. No presídio São Bernardo as revoltas pela falta de espaço garantem a banalidade dos maus tratos: em celas de 16 m<sup>2</sup> ficam confinados até 19 presos.

No trajeto de leste a sudoeste da cidade, do condomínio fechado do Alto da Nova Campinas, localizado próximo à hipica e ao shopping Iguatemi, região nobre onde se preservou parte da mata nativa da local, aos Distritos Industriais de Campinas, DIC I, II, III, IV, que estão intercalados entre os enormes e áridos terrenos a espera da valorização imobiliária, se tem a visualização dos contrastes da cidade.

A manutenção atual dos contrastes na cidade apoia-se em recursos repressivos eficientes, os quais, se bem que evidentes, adquirem contornos menos explícitos que os presentes na sociedade escravocrata. O mascaramento dos contrastes sociais, a banalização das desigualdades, a

---

\* Fonte: Correio Popular, 18.09.1983.

criminalização dos pobres, podemos adivinhar, impedem uma descrição global lúcida destes recursos.

A atenção a um caso específico é uma das formas de se localizar alguns destes recursos repressivos. Vou acompanhar o processo de segregação da população de baixa renda ocorrido entre 1970 e 1980, com a transferência da população favelada principalmente ao quadrante sudoeste da cidade, na região do Distrito Industrial. A opção pelo acompanhamento deste caso deve-se não apenas pelas dimensões do problema (quase um terço da população se concentra hoje naquela região), como porque este foi um dos poucos processos de acirramento das desigualdades sociais debatidos publicamente.

#### 4. Cidade Administrada, favelados estrangeiros

No início da década de 60 a Prefeitura Municipal de Campinas realizou um trabalho de propaganda com o objetivo de atrair novas indústrias ao município e uma mão de obra qualificada. Alardeava-se as qualidades próprias da cidade, propunha-se um desenvolvimento planejado:

"Necessário se torna que as grandes organizações da capital se compenetrem de que Campinas é o centro abastecedor de uma vasta região do Estado, daí a necessidade de aqui instalarem suas filiais.(...) Empregos em Campinas não faltam e as possibilidades para os próximos anos são as mais promissoras possíveis e segundo estimativas mais de 6 mil vagas estarão à disposição dos que queiram trabalhar"<sup>6</sup>.

Neste período a cidade passava por uma série de mudanças: o Largo do Pará e Largo do Rosário sofriam reformas, bem como a praça Imprensa Fluminense; alargava-se a Moraes Salles; o Viaduto Cury estava em construção; os bonde eram desativadas. No início da década de 60, a cidade era preparada para crescer planejadamente.

<sup>6</sup> Boletim de Propaganda editado pela FMC, citado em Lopes, D.A. (1988).

Até então a migração era incipiente não havendo uma problematização sobre o tratamento dispensado ao migrante que não se inserisse no mercado de trabalho.

"Campinas, confluência rodo-ferroviária de invulgar importância, como qualquer centro econômico de importância, tem peculiar facilidade para fascinar os forasteiros - entre eles, obviamente, aqueles que, mendigos ou vadios, passam a ser, entre nós, um pesado ônus(...) A policia por intermédio de órgãos especializados, caberia a função precípua de remover essa nódoa da cidade."\*

A partir de uma qualificação imediata do migrante pobre como vadio ou mendigo, os órgãos responsáveis por sua estada na cidade eram ora a policia, ora as entidades assistenciais. Da mesma forma, as favelas que se formavam sofriam constantes invasões policiais, procurando-se através da repressão controlar a expansão indesejável destas moradias irregulares:

"Policia e prefeitura, em trabalho conjunto, percorreram 128 malocas das 260 existentes na periferia da cidade conseguindo desfavelar 108, restando, ainda, 20 das visitadas, que estão sendo estudadas pormenorizadamente e em breve também serão extintas. Ainda não foram visitadas pela policia 132 malocas, o que será feito oportunamente(...) Quanto aos vadios e malandros, foram todos sindicados pela policia e assinaram o termo de Tomar Ocupação, com o prazo de 30 dias para arranjam emprego lícito, findo o qual, se continuarem na vadiagem, serão processados de acordo com o Art.59 da Lei das Contravenções Penais.(...) Campinas é hoje uma cidade importante, superior mesmo a várias capitais do Brasil, sendo um centro de ramificação para vários pontos do país e aonde chegam forasteiros a toda hora. Temos recebido várias denúncias, inclusive officio da Câmara Municipal local, de que caminhões lotados de vadios e mendigos, pertencentes às prefeituras de várias cidades da região, têm descarregado os seus ocupantes aqui em Campinas, agravando o problema para a policia local. Até há pouco tempo todas as Delegacias de Policia do interior do Estado forneciam passes ferroviários a mendigos e desempregados com destino a esta cidade. Providências foram tomadas junto à Secretaria da Segurança a fim de

\* Diário do Povo, Luso Ventura, "Importação de mendigos", Campinas, 10.12.1963.

evitar a expedição de passês a esses indivíduos com destino a Campinas".

Os resultados "inconvenientes" da migração eram avaliados, sem mediação, como infrações a lei de tal forma que os mendigos, os vadios, os favelados confundiam-se num só grupo de contraventores da ordem. Mas a síntese do problema social a uma questão de polícia surtia, com a ampliação da migração, efeitos cada vez mais voláteis. A repressão pura e simples provocava o deslocamento da população favelada de um canto a outro da cidade, promovendo-se basicamente, nesta atitude ineficaz, apenas o agravamento das carências da população.

Paulatinamente o poder municipal foi criando órgãos específicos, voltados ao atendimento dos problemas sociais do município. Em 1965 foi fundada a Cohab-Campinas com o objetivo de atender a carência habitacional na cidade para a população de baixa renda. A Secretaria Municipal de Promoção Social tornou-se mais atuante. Porém, esta mudança quanto aos órgãos responsáveis pelos problemas da migração, não significou alterações quanto as concepções envolvidas. Até o final da década de 60 os programas habitacionais eram alardeados como "Programas de remoção", cuja tônica central era da "reintegração do marginal" a sociedade.

Entre as mudanças ocorridas nesta transferência de competências é possível apontar duas modificações relevantes: 1. Por um lado, na medida que as favelas, o desemprego, a vadiagem, etc são problemas sociais, o poder municipal é responsabilizado e está necessariamente envolvido devendo planejar soluções. Trata-se de uma abordagem mais consequente que a xenofobia presente no tratamento policial.

2. Objetiva-se além disso, conhecer melhor a realidade da população que sofre as carências, realizando-se uma série de pesquisas que descreve, classifica e

---

\* "Ação da prefeitura e da polícia: de 260 malocas visitadas, desfavelaram-se 108 com repressão", Correio Popular, Campinas, 28.11.1964.

diagnostica quem são "eles" e como eles vivem. Estas pesquisas tiveram resultados diversos sendo que, por servir em alguns casos como pré-seleção entre favelados "marginais e não marginais", privilegiando exatamente as famílias mais favorecidas na favela, sofreram boicotes. Pode-se dizer contudo que, de forma geral estas pesquisas possibilitaram um estreitamento entre as políticas sociais e as carências efetivas da população.

O limite destas mudanças estava entretanto numa concepção parcial e negativa do objeto, a qual subsidiava toda e qualquer prática implementada. Os favelados por exemplo, encontrariam-se "a margem" da sociedade, seriam o resultado negativo de uma série de processos de uma máquina social não totalmente eficiente.

"Favela é um aglomerado de habitações de madeira, construídas desordenadamente, sem condições de higiene e salubridade, em terrenos públicos. As favelas são constituídas de famílias oriundas de áreas desprivilegiadas à procura de melhores condições de vida que, ao chegarem à cidade, sem condições de saúde, analfabetos e sem habilitação profissional, encontram sérias dificuldades de sobrevivência. A partir desta fundamentação básica do que é uma favela, a Secretaria do Bem Estar Social de Campinas já começou a apontar as soluções para um desfavelamento que não se constitua apenas na mudança de habitação, mas na promoção social do favelado. Quem fala dos planos de desfavelamento é a Secretária do Bem Estar Social: "Já fizemos todo o levantamento sócio-econômico-demográfico das favelas situadas em terrenos da Prefeitura. Estamos com as primeiras soluções também resolvidas e para serem colocadas em prática. O nosso objetivo principal agora é não apenas promover o desfavelamento puro e simples, mas junto disso promover o homem, passando-o da condição de ex-favelado para a de indivíduo realmente integrado na comunidade." ▽

A secretaria de Promoção Social volta-se para um trabalho sobre o indivíduo. Objetiva-se modificá-lo, discipliná-lo de tal forma que ele seja capaz de enfrentar satisfatoriamente as adversidades do mercado de trabalho e do meio em que se encontra. Entretanto neste procedimento a preocupação fundamental é atingir as "motivações

▽ "Estas são as soluções para o desfavelamento", Diário do Povo, 10.09.1969, Campinas.

individuais" desconsiderando-se o efetivo constrangimento e impedimentos presentes nas questões materiais, de saúde, de educação:

"Ele (o favelado) nunca é forçado a deixar o seu barraco.(...) Na motivação para se pensar num futuro seguro, as assistentes sociais expõem aos favelados os pontos negativos em que permanecendo eternamente erguidos em terrenos que não lhes pertencam: um ambiente pernicioso para os filhos, pois frequentemente as favelas contam com a presença de vadios, alcoólatras, marginais, toxicômanos; constantes problemas de saúde, pois o ambiente, sem o mínimo de higiene, é propício ao aparecimento de doenças, a instabilidade habitacional, pois a qualquer momento os favelados estão ameaçados. Os inconvenientes apontados aos favelados são: constante exposição a curiosidade pública, possibilidade de serem enxotados por serem considerados desordeiros, assédio frequente da polícia, um ambiente impróprio para a educação dos filhos."<sup>10</sup>

Mesmo que toda a atuação da Secretaria de Promoção Social pautasse-se por uma certa "cientificidade", ao não tratar equilibradamente as várias dimensões da condição de carência (os aspectos material, legal, cultural, moral e individual) acaba reforçando os juízos morais francamente contrários aos favelados:

"O favelado, todo mundo sabe, está praticamente marginalizado. Ele não sabe sequer usar uma casa. Está acostumado a viver na promiscuidade."<sup>11</sup>

De modo geral as favelas eram vistas como um problema para "a cidade" que precisaria ser erradicado, e não uma solução à carência de habitação. Neste contexto, a atuação da assistência social acaba por funcionar como uma pressão direta sobre os favelados para a sua inserção no mercado de trabalho, expulsão para outras áreas, mudança de cidade e liberação de alguns dos terrenos ocupados.

O poder público local soma esforços para reordenar e "limpar" a cidade, ativando para isto novos e velhos métodos, compondo equipes conjuntas entre forças policiais e

<sup>10</sup> "Mais uma favela erradicada: Jardim São Pedro", Correio Popular, 26.09.1972, Campinas.

<sup>11</sup> "Campinas começa a combater as favelas", Diário do Povo, 17.01.1971.

assistentes sociais. Tal união decorre de um consenso de base subsidiando as práticas:

"Ao iniciar o desfavelamento, a prefeitura planejou dois tipos de ação: a preventiva, executada pelo Batalhão de Polícia Ferroviária e pela Sociedade Amiga dos Pobres, que consiste em controlar o movimento migratório, verificando a procedência dos novos elementos, a maioria profissionalmente marginalizada. Na segunda ação - curativa - a prefeitura faz o reconhecimento das áreas onde existem favelas, numerando os barracos, e organizando fichas individuais das famílias. A escolha das áreas a serem erradicadas é a etapa seguinte, paralela à classificação sócio-econômica dos moradores e de seus problemas específicos. De acordo com a capacidade econômica que revelam, as famílias que moram nas áreas escolhidas para a erradicação podem ter um destes destinos: encaminhamento a casas definitivas, adquiridas da Cohab-Campinas; alojamento em habitação provisória, também da Cohab; transferência para casas construídas com materiais fornecidos pela prefeitura, em terrenos próprios, ou, em alguns casos, retorno às cidades de origem. O desfavelamento já foi executado em oito bairros: Jardins Nossa Senhora Auxiliadora, do Trevo, D.Vieira, Pacaembú, Samambaia e São Pedro; Vila Carmina e Parque da Figueira. O destino dos moradores foi o seguinte: para terrenos próprios, 199 famílias (61,6%); para habitações transitórias, 54 (16,71%); para casas da Cohab-Campinas, 4 (1,23%); para cômodos alugados, 14 (4,33%); retorno às cidades de origem, 17 (5,25%); transferência para outras favelas, 5 (1,54%) e com destino ignorado, 30 (9,28%)."<sup>12</sup>

A política de erradicação, que visava atingir soluções totais desgastou-se pela sua ineficácia. Inclusive o resultado das próprias pesquisas da Secretaria de Promoção Social traíam a ficção de controle da situação que pretendia-se propagandear. Em 1971 estimava-se 3.090 favelados na cidade, 600 barracos; em 1973 seriam já 1.359 barracos, espalhados em 35 favelas; em 1975 o número de barracos sobe para 2.098, estimando-se uma população favelada de 10.758.

<sup>12</sup> "Campinas elimina favela", O Estado de São Paulo, São Paulo, 06.01.1974.

## 5. O caso Movimento Assembléia do Povo: os favelados lutam através da lei

O movimento Assembléia do Povo, que teve início em 1978 com a organização de 20 favelas da cidade, conseguiu paulatinamente mudar a hegemonia da política de erradicação. Concentrados basicamente no problema de habitação, os favelados e a assessoria do movimento articularam uma solução jurídica para o problema, reivindicando a posse definitiva da terra, e elaborando um projeto de urbanização para as 84 favelas do município<sup>13</sup>. Ao longo da experiência de uma disputa desenvolvida principalmente entre 1979 e 1980, eles romperam com o discurso oficial, excludente e legalista. Vamos acompanhar o desenrolar deste movimento procurando examinar as mudanças no discurso e concepções oficiais em função da presença de um interlocutor público.

Falar em erradicação do problema das favelas em 1978 era sem sombra de dúvidas arriscado. Existiam então na cidade 25 mil barracos, com uma população favelada de 60 mil. A Secretaria Municipal de Promoção Social passou a trabalhar com a realidade mais próxima dos favelados sem abandonar a idéia da transitoriedade das favelas: apontava como medidas cabíveis o Profilurb (Programa de Financiamento Urbano, criado para atender a população de renda até 5 salários mínimos) e o atendimento às demandas de água e luz nas favelas.

"Justificando a atuação de sua Pasta em 1978, a secretária municipal de promoção social diz que a instalação de torneiras e luz nas favelas não pretende institucionalizá-las mas que, essa foi a única alternativa possível para amenizar a atual situação. Segundo ela, a atual administração visa acabar com as favelas substituindo-as por

---

<sup>13</sup> Este movimento foi objeto de duas dissertações de mestrado: Lopes, Doraci Alves, O movimento Assembléia do Povo e a crítica da "marginalidade", diss.mest. em Sociologia, Unicamp, 1988; Mattos, Maria José, Pobre é que nem abelha, cada dia zune num canto. Estudos de processos migratórios e fixação de famílias na favela: o papel das mulheres e das instituições assistenciais, Unicamp, 1986.

modernos núcleos habitacionais urbanizados, o que passa a ser feito em 1979, com a implantação do projeto Profilurb, com um programa inicial de 300 lotes.(...) "Existe o plano Profilurb e, esse estágio de levar água, por exemplo, às favelas, não se trata de um esquema definitivo. Não pretendemos fixar ninguém nas favelas, mas dar a essa população benefícios para que possam sair, numa etapa posterior delas.(..)" O trabalho da secretaria - continua a titular - junto às favelas inclui também a tarefa de remoções de barracos que se fazem com base em duas necessidades imperiosas: a maior parte dos barracos localizam-se em áreas municipais, chamadas áreas de praças, destinadas a obras de uso público ou então, invadem leitos de ruas ainda não traçadas"(..) No biênio 77/78 as remoções atingiram um total de 250 barracos.<sup>14</sup>"

A Secretaria Municipal de Promoção Social somava recursos para implementar uma solução consensual, costurada entre a não invasão de propriedades municipais e a resposta as urgências da sobrevivência da população favelada. Mas na medida que a secretaria atuava complicavam-se as possibilidades do consenso: por um lado, não ultrapassava o plano legal, não problematizando a noção de propriedade dos terrenos ocupados; de outro, começava a reconhecer os limites da sobrevivência da população favelada e a necessidade de sanar os problemas mais gritantes como esgoto a céu aberto, falta de água e luz.

Uma das formas de pressão ativadas pela assessoria do Movimento Assembléia do Povo no fim da década de 70 foi a criação de um órgão alternativo de imprensa. Com o lançamento do jornal O Repórter em junho de 1978, criou-se um canal de expressão dos favelados que influenciou os demais jornais. Até então as reportagens nos jornais locais tendiam a traduzir a opinião dos favelados sinteticamente, centrando a notícia nas deliberações e opiniões das autoridades. Tal procedimento sofreu revisões, estabelecendo-se um certo critério geral da apresentação das várias opiniões envolvidas na notícia, deixando-se de "traduzir" o que os favelados pensavam. Com isto o problema das favelas ganhava no espaço público uma dimensão de disputa de opinião.

<sup>14</sup> "Favelados ganham melhoramentos: e uma solução?" Diário do Povo, 31.12.1978, Campinas.

"Pela opinião dos favelados - apesar de considerarem boa a idéia de atuação da Secretaria - a assistência deveria ser dada em itens diferentes dos planejados, que incluem campanhas de vacinação, programas de lazer e recreação para as crianças e a formação de associações de favelados para a tomada de decisões coletivas(...) Quanto a decisões coletivas e, de acordo com o que pretende a Secretaria, orientação para a aquisição de lotes próprios, os favelados são mais céticos: "com o que se ganha fazendo serviços não especializados, nunca se poderá adquirir nada, nem pagar qualquer aluguel". (...) Maria Rita Silvestre diz que as voluntárias da Promoção Social já visitaram a favela e expuseram aos moradores seus planos (...). De acordo com a moradora, na primeira reunião foi dito aos favelados que a Secretaria montaria um barraco no local para funcionar como sede e que será dada assistência médica a todos.(...) Para ela, as idéias são boas, "mas o nosso grande problema além do frio é a falta de água. Falta constantemente, precisamos ter torneiras. Falaram na reunião que isso vai ser providenciado e, a luz também, só que isso vai demorar mais." (...) Já para dona Sebastiana, que mora há pouco mais de um mês na favela da Vila Nogueira, o primeiro benefício que se poderia dar à população favelada, seria a instalação de creches próximas. (...) Além da creche, Sebastiana acha que seria necessário implantar-se um sistema de esgotos, além do fornecimento de água e luz (...) "foi bom a prefeitura ter instalado uma torneira na favela, há alguns meses, pois assim não é mais preciso utilizar os poços. No entanto, a favela é grande, ela calcula que abrigue centenas de pessoas, "talvez até mais de mil" e a torneira é uma só, (...) a fila é muito grande, o dia todo tem gente esperando com latas na mão." 10

Na medida que a organização dos favelados se ampliava e organizava assembleias públicas com a presença do prefeito Francisco Amaral, da secretária da promoção social, dos membros da Sanasa, de representantes da Cohab e CPFL tornava-se mais evidente as diferentes concepções sobre o encaminhamento das soluções. Os favelados perseguiram soluções concretas como as torneiras coletivas, a eletrificação das favelas, a construção de esgotos, que acabaram obtendo em diferentes favelas segundo o estado mais ou menos precário, segundo as pressões que diariamente exerciam junto a secretaria de promoção social.

Apoiados pela assessoria da Assembléia do Povo, nas reuniões periódicas no colégio Pio XII, os favelados

10 "Favela, bonita só no samba", Diário do Povo, 16.05.1978, Campinas.

estudaram a legislação, criaram planos de urbanização das favelas, apresentando reivindicações, elaboradas técnica e juridicamente, aos poderes municipais. Neste processo organizatório, paulatinamente a legislação torna-se o principal palco da disputa. É que em abril de 1980, descobre-se apoios na própria legislação. Conforme a Lei Federal, item 4, art.2, número 4132 de 10.02.1962: "Define casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação para: item IV: "Manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação formando núcleos de mais de dez famílias."

A Assembléia do Povo elabora então o que foi conhecido na imprensa local como a "Lei dos Favelados": a reivindicação da concessão do direito real do uso da terra. Esta lei mobilizou diversos setores políticos, chegando a provocar manifestações públicas de setores que usualmente não se apresentam como interlocutores políticos, tal como o Rotary, os Lyons<sup>10</sup>. Na polémica que se desenvolveu, explicitaram-se alguns dos implícitos políticos e morais promovedores das práticas segregacionistas. Em uma reportagem d'O Jornal de Hoje, onde se procurou sintetizar os argumentos levantados, pode-se ter uma idéia sobre os termos do debate criado:

"Todos os setores da cidade estão divididos com respeito ao "projeto dos favelados"(...) O prefeito está de um lado, a Câmara de outro; a burguesia de um lado e o proletariado de outro. Contudo, uma coisa é indiscutível: se o projeto conseguir vencer todos os obstáculos, alguma coisa mudará em Campinas, e possivelmente no resto do país. As tendências da cidade (representadas por sociólogos, políticos, administradores, urbanistas, povo e demais estudiosos) apontam o que há de negativo e o que há de positivo na medida:

#### NEGATIVO

1. A cidade poderá se tornar a maior favela do Estado, com a chegada cada vez mais frequente de migrantes, em busca de terra urbana.

<sup>10</sup> Correio Popular, 15.04.1981.

2. Poderá haver violência pela disputa desta terra.
3. A luta de classes será instaurada na cidade.
4. O próximo prefeito poderá doar até a Lagoa do Taquaral, um dos mais atraentes e frequentados centros de lazer da cidade.
5. O governo federal poderá achar, daqui para frente, que o problema dos favelados é de competência dos governos municipais.
6. Os loteadores podem acabar obtendo áreas públicas de volta, na justiça.
7. Campinas poderá ficar carente em praças públicas.
8. Estará comprometido o "pulmão verde" da cidade.

#### POSITIVO

1. Cerca de 60 mil pessoas poderão ter suas casas próprias.
2. A casa própria implica na melhor qualidade de vida.
3. Isso significa redução no índice de mortalidade.
4. Condição melhor de vida é sinônimo de conscientização do povo.
5. Os favelados participarão com maior intensidade na vida sócio-política e cultural da cidade. Se sentirão campineiros.
6. Urbanizando as favelas haverá maior segurança, o que agradará a sociedade burguesa que não gosta de morar perto de barracos. Serão casas agora.
7. A COHAB precisará investir bem menos para solucionar o problema de casas para a população carente. Ela já não tem dinheiro suficiente para isso.
8. Aplica-se a justiça social, mesmo contra a lei dos poderosos."<sup>17</sup>

O eixo dos argumentos levantados contra a lei dos favelados refere-se ao descontrole e anormalização na administração da boa cidade. Projeta-se catastroficamente os efeitos futuros da lei: a provável favelização da cidade devido a atração de novas massas de migrantes; a arbitrariedade ilimitada do executivo; a instauração da "luta de classes" na cidade.

Para além do efeito retórico presente, os argumentos apontam para questões socialmente tensas.

---

<sup>17</sup> "O veto caiu, mas nas favelas a mobilização continua: decisão dos vereadores não mudou o ânimo dos favelados", Jornal de Hoje, 26.04.1981, Campinas in Lopes, Doraci Alves, 1988.

1. A favelização da cidade: Na medida que as populações migram de estado para estado, de cidade para cidade, Campinas depara-se com uma realidade onde as fronteiras não funcionam mais como limites. Para se administrar os problemas do município é preciso considerá-los no contexto da região, levando-se em conta os fluxos migratórios interestaduais. Entretanto postular daí que as melhorias em Campinas promoveriam a atração desenfreada de populações migrantes, é uma apresentação retórica do argumento.

O temor da atração de migrantes pauperizados sempre esteve presente na mídia local. As respostas das autoridades a este fenômeno social sofreram modificações ao longo da década de 60 e 70: de caso de polícia (no traslado imediato dos "vadios" e "mendigos" às cidades de origem e a seleção e controle direto da polícia sobre os migrantes) é promovida a um problema que envolve uma responsabilidade do poder municipal, (com a prática da Secretaria de Promoção Social de tentativas de disciplinarização dos migrantes ao mercado de trabalho e exportação dos "casos irreversíveis").

Mas até que ponto a atuação de um estado de bem estar não estaria agravando ainda mais o problema? As reações negativas ao encaminhamento dos melhoramentos as condições de vida desta população, associam-se evidentemente a um temor nascido do reconhecimento de que a fuga da miséria e a alternativa de novas condições de sobrevivência atraem uma população depauperada aos centros urbanos, ideologicamente valorizados.

Na disputa entre favelados e autoridades locais, este entendimento das razões da migração devido a atração da vida na cidade, tendia imediatamente a despotencializar as reivindicações dos favelados. Como contrargumento a Assembléia do Povo centrava sua análise da migração a um processo de expulsão do homem do campo. Neste caso, convergiriam para a expulsão do homem e mulher do meio rural a formação dos latifúndios, a mecanização do campo, a extensão da legislação trabalhista ao trabalhador rural. Uma

favelada indignada quanto as posições dos vereadores contrários a "Lei dos Favelados" afirmava: "Vocês tem que entender que nós somos gente pobre expulsa do campo".

Diante desta polêmica poderia-se levantar a seguinte questão: se nos dois casos, seja os atrativos da vida urbana, seja as pressões da nova estrutura sócio-econômica do campo, o fato da migração ocorre e é reconhecida, porque a atenção as razões da migração?

Neste campo discursivo que se estabeleceu, a tensão diz respeito a avaliações morais: a dívida social para com os migrantes é legitimada na medida que eles estiverem submetidos a uma condição de sujeição dentro de um processo maior. Neste caso, "ser expulso de", referindo-se a um sujeito passivo, legitima a dívida social, enquanto "ser atraído por" ao referir-se a um sujeito que é conivente e atuante em sua ação, serve como filtro da ilegitimidade da situação.

Entretanto este acordo interpretativo resvala por entre os motivos sem atingir o objeto real da polêmica. Em que medida quem é expulso do campo também não procura na cidade o acesso ao seu conforto, às escolas, ao transporte, a novas formas de sobrevivência? E às avessas, quem quer vir a cidade, quanto dos constrangimentos sociais acumulados na vida no campo não estão incorporados no seu querer? Numa discussão sobre as "razões" da migração, ao se envocar as intenções dos sujeitos é possível reconhecer uma dupla via, onde os "sujeitos de" uma ação participam também, talvez além de suas intenções, de uma ação que se "sujeita a" um acordo social (historicamente produzido). Além disso, o esforço de distinção entre as diferentes razões dentro de uma análise sociológica alimenta uma disputa centrada em concepções morais.

## 2. A extensão do poder executivo:

Um ator político importante na polêmica da lei dos favelados era o então prefeito Francisco Amaral. Mesmo tendo sido eleito na legenda da MDB, sua atuação era um tanto imprevisível, seguindo algumas tendências populistas e

personalistas. Num de seus discursos Francisco Amaral declarava seu compromisso com o povo e sua postura imparcial:

"O prefeito de Campinas precisa de apoio, não dos poderosos, porque não serve poderosos, não o apoio de políticos, porque não sirvo políticos ou grupos políticos, mas efetivamente do povo de Campinas que tem me levado seguidamente à condição de seu representante, antes nas Casas Legislativas e agora como seu mandatário na Prefeitura Municipal.

Existo para servir o povo de Campinas e não, evidentemente para servir o mundinho de A, de B ou de C que possam existir e, aos homens responsáveis desse país e as pessoas de minha cidade devem entender que o seu mundinho é muito pequeno em relação ao grande mundo que abarca todos os mundos e todas as pessoas."<sup>10</sup>

Esta ênfase populista levou o prefeito a criar um campo efetivo de negociação com a população da periferia e sustentar algumas alianças. Um dos resultados desta política foi o polêmico decreto assinado em 29.09.1980, onde se dava a permissão do uso de terras públicas aos favelados por um período de 10 anos. Garantia-se com isto que a política de desfavelamento estaria suspensa. Tal decreto atraiu críticas de vários segmentos, inclusive do movimento Assembléia do Povo que julgou a permanência provisória nos terrenos ocupados uma solução irrisória.

A perplexidade provocada entre os segmentos dominantes frente ao decreto decorreu não apenas sobre o que deliberava, como também devido ao reconhecimento da extensão dos poderes delegados ao executivo. Um comentarista do Correio Popular afirmava:

"Estamos em um beco sem saída. Agora o prefeito querendo ajudar os pobres, para tanto tem que contar com o beneplácito da Câmara. As coisas andam pretas. Ninguém entende ninguém. Dia haverá em que teremos de comer dinheiro, assim como os árabes que sendo imensamente ricos não têm água e precisam comprá-la se quiserem beber."<sup>11</sup>

<sup>10</sup> Diário do Povo, 12.12.1978, Campinas.

<sup>11</sup> Correio Popular, João Ballesteros Neto, 01.10.1980.

A ilusão de equilíbrio entre as deliberações do prefeito e a delegação deste poder pela sociedade manteve-se enquanto os decretos não interferiam nos interesses dominantes. O decreto da concessão do uso da terra rompeu um consenso estabelecido, expondo o potencial arbitrário do executivo municipal.

E interessante contrastar esta reação contra a arbitrariedade do prefeito, com o apoio dado em outra ocasião numa atitude igualmente arbitrária. Em janeiro do ano seguinte, uma seguida onda de assaltos e tiroteios no centro da cidade levou Francisco Amaral a decretar Estado de Emergência "contra a violência". Unidas, a polícia civil e militar passaram a fazer blitz sistemáticas "nos locais perigosos de Campinas": nas ruas 13 de Maio, no viaduto Miguel Vicente Cury, nos bares noturnos e nos "bairros mais agitados". A polícia estava autorizada a prender "para averiguações os transeuntes do período noturno que não portassem documentos. E também os desocupados, ou seja, os que não possuem emprego".<sup>80</sup>

Neste caso, comerciantes, leitores do Diário do Povo, moradores dos bairros de periferia aprovaram a atitude firme do prefeito, sem que se contestasse o poder do exercício da violência concentrado em suas mãos.

### 3. A instauração da "luta de classes" na cidade:

Por trás da anedota presente nesta descrição de um possível efeito da "lei dos favelados", estão registradas as dificuldades ao desenvolvimento de um do debate de opiniões diversas, numa sociedade sem tradição democrática. A possibilidade de um debate onde as diferentes concepções políticas, interesses, moralidades fossem expostos e racionalmente avaliados, é traduzido como fato novo gerador de violências, a luta de classes.

Ao longo da experiência do movimento Assembléia do Povo uma série de soluções rotineiras ao problema das favelas, da carência social, da migração foram

<sup>80</sup> Diário do Povo, 20.01.1981, 22.01.1981, 23.01.1981, 24.01.1981.

desestabilizadas. Nota-se isto no abandono das propostas de erradicação das favelas, na consideração da viabilidade ou não dos projetos de desfavelamento. As opiniões do senso comum do favelado como mendigo, vadio, prostituta ou desocupado, perderam credibilidade seja pela expressão pública deles, na imprensa, nas assembleias, em manifestações; seja pelas pesquisas da Secretaria Municipal de Promoção Social que os caracteriza estatisticamente como trabalhadores.

O debate aberto exigia uma renovação de argumentos e pontos de vista dificilmente realizado por todos os interlocutores. Os vereadores Naccarato e Fanutto, os mais claramente contrários a lei dos favelados, aferrados as suas opiniões, optaram por respostas emocionais, construídas na acusação da má intenção dos interlocutores.

Naccarato acusa:

"Foi a Assembléia Popular, com a co-responsabilidade de alguns padres e do prefeito Francisco Amaral que agiram na incitação da luta de classes".<sup>21</sup>

Fanutto acusa:

"A Igreja incita a luta de classes e atua como verdadeira multinacional da miséria, em vez de dar o exemplo dividindo suas próprias terras com os despossuídos."<sup>22</sup>

A construção da imagem de um interlocutor que visa acima de tudo ativar o conflito estabelece um limite ao debate, inibe a discussão dos temas envolvidos na descrição deslegitimadora do adversário. Ao construí-la, os vereadores do PMDB e PDS apegaram-se a um procedimento recorrente a elite local, que tende a esconder a intolerância ao debate na acusação da má intenção do adversário. Na longa utilização deste procedimento, somam-se no rol dos acusados os pobres, os vadios, os favelados, as lideranças do PT etc. e na medida a Igreja faz uma aliança com estes atores, no "compromisso com os pobres", incluem-na na acusação.

<sup>21</sup> Correio Popular, 23.03.1981.

<sup>22</sup> Jornal de Hoje, 13.03.1981.

A disputa no campo jurídico da lei dos favelados, não chegou a ultrapassar os impasses analisados aqui. Porém, cada um destes argumentos, quanto aos perigos da favelização da cidade, quanto a extensão do poder executivo, quanto ao acirramento da luta de classes na cidade, incluí concepções morais e políticas que foram submetidas, durante o período que a população da periferia se mobilizava, a uma expressão e disputa pública inexistente anteriormente. Não há conclusões a se tirar, a não ser que tais concepções mesmo sendo objeto de um debate que as desestabilizaram, foram reestabelecidos na mesma correlação de forças anterior: a prática segregacionista se consolidou na segregação de 1/3 da população ao quadrante sudoeste da cidade. Provavelmente tal reestabilização foi possível por uma expansão microsocial destas concepções. No decorrer dos três estudos de caso desenvolvidos na dissertação, investigarei a fundamentação em supor a ressonância destas concepções conservadoras nos diversos segmentos das classes médias.

## Capitulo 2: TRABALHANDO NO BANCO

### 1. *Trabalhando no banco:*

Uma empresa como o Banco do Brasil, com um quadro funcional de 128.528, com cerca de 2.284 agências e 393 postos avançados distribuídos em todo o território nacional, com uma infraestrutura complementar às agências no atendimento do lazer dos funcionários (AARBs e colônias de férias), com um dispositivo de plano de carreira funcionando internamente, com um sistema previdenciário estruturado, com 186 anos de história<sup>1</sup>, reproduz quase literalmente os moldes de uma instituição disciplinar.

Cada uma das agências, construídas num padrão arquitetônico uniforme, é um espaço fechado, onde os funcionários distribuem-se em mesas dispostas em salões amplos, permitindo que a vigilância se faça permanentemente. Somente os funcionários mais graduados da agência e aqueles que cumprem funções especiais (comércio exterior, setor de pessoal), têm salas próprias. Nestes salões, em cada conjunto de quatro mesas se encontra um funcionário que tem a responsabilidade sobre os outros. Num dos extremos do salão fica o gerente responsável pela repartição. A hierarquia e o controle se distribuem por todo o espaço.

Dentro de uma organização em que o espaço é separado sob múltiplos critérios, submetido a um regime intenso de controle centralizado, articulam-se processos de individualização governados pela instituição disciplinar. Este processo se faz na mão dupla: o indivíduo que se submete ao dispositivo disciplinar, torna-se ele mesmo repositores e reproduzidor da vigilância e controle.

"Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder, fá-

---

<sup>1</sup> Estes dados foram extraídos da publicação de comemoração dos 180 anos do Banco do Brasil, de autoria de Afonso Arinos de Melo Franco em colaboração com Herculano G. Mathias, História do Banco do Brasil (1988). Este panfleto de propaganda é exemplar por articular a perspectiva da história de uma nação com a continuidade e desenvolvimento do banco, onde este surge como empresa que resguarda alguns valores nacionais como de desenvolvimento interno do país, de integração nacional e de defesa do patrimônio público.

las funcionar espontaneamente sobre si mesmo, inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis, torna-se o princípio de sua própria sujeição" (Foucault, 1977:179).

As instituições disciplinares analisadas por Foucault revelam-se um campo entremeado por relações de poder, as quais parecem ser geridas por todos os lados e reproduzidas em todos os níveis. Por isto, a metáfora mais apropriada para a sua análise do espaço disciplinar é a do *container*, um espaço fechado que não apresenta furos ou fissuras. Nem mesmo o indivíduo escapa a esta análise asfixiante, pois constituído dentro dos limites daquilo que o reprime e constrange, tende a atualizar em sua ação estes mesmos limites.

Neste capítulo vou discutir como em meio à intensa normatização da empresa na vida dos funcionários - regulando as mudanças de cidade, as bases da planificação do futuro, o modo de tratamento entre as pessoas, a tarefa e o salário - criam-se estratégias variadas pelas quais os funcionários resistem a este processo expandido de governabilidade do indivíduo. Para isto vou ampliar o enfoque para além do funcionário na empresa, incorporando a história de vida e o cotidiano destes sujeitos, apreendendo o indivíduo em suas várias manifestações. Pois considerando que a empresa tem mecanismos que tendem a controlar os vários âmbitos da vida destes trabalhadores, uma abordagem que os contextualizasse nos vários âmbitos de suas vidas poderá permitir que se reconheça a efetividade destas interferências e as suas fragilidades. Procuro registrar este duplo movimento no qual a empresa e o funcionário se constituem, sendo que na medida que se exercita a dominação, criam-se modos específicos de resistência que estão no mesmo registro dela<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> Posteriormente Foucault (1989) reviu esta análise um tanto circular de poder, nuancando-a com relação à adequação interiorizada do sujeito às referências da instituição. No artigo "Subject and Power" (1989), ele define o poder como eminentemente relacional - onde se exerce dominação, cria-se resistência, fora disto, a perspectiva é de escravidão pura e simples.

## 2. O URBANO

Uma das imagens deste personagem da vida nacional que é o funcionário do BB, consolidado nos 186 anos da empresa, é que ao passar no concurso do banco, o rapaz passava imediatamente a cotação dos "bons pretendentes". Conta-se que, nas cidadezinhas do interior, as moças esperavam com ansiedade os resultados do concurso do banco, que traria à cidade moços solteiros. Boa sorte tinha aquela que conquistasse o jovem funcionário: um futuro urbano, confortável e seguro, se lhe apontava no horizonte.

Esta imagem folclórica da profissão fala de expectativas sociais que não estão registradas como regras em lugar algum. Nunca houve uma seleção de funcionários por gênero, entretanto é o rapaz que preenche esta imagem. A similaridade desta carreira com outras tradicionalmente masculinas como o Exército e o Seminário, são os correlatos mais aproximados e que permitiriam e fundamentariam tal expectativa. Como nestes outros casos, o ingresso na carreira é a garantia da sobrevivência ligada a uma instituição com letra maiúscula. Entre seminaristas, padres, bispos; tenentes, coronéis, generais; os funcionários e gerentes do Banco do Brasil têm um lugar similar de prestígio social.

Além disso, esta imagem liga-se a uma das condições do trabalho exercido pelos bancários do Banco do Brasil, que é a incorporação no sistema de afluência promovido pela empresa. Como se trata de uma empresa financeira nacional que teve como funções o desenvolvimento de fronteiras de modernização do país e integração nacional, suas agências se estendem por todo território nacional. Esta fronteira de

---

Benjamim(1985) é outro autor que reflete sobre uma concepção menos dualista do exercício do poder. Ele pensa a política como luta, cuja vitória encontra-se no mesmo registro do inimigo. Para vencê-lo é preciso assemelhar-se a ele. "Não há poder, para Benjamim, sem uma secreta convivência desse desejo mimético, dessa identificação"(Matos, O., Folha de São Paulo, 12.07.1992).

modernização promovida pela empresa vai bem além da concessão de crédito a seus clientes, pois ela própria, com sua estrutura organizacional, planejamento e divisão de tarefas, constitui-se num elemento modernizador em áreas afastadas. A responsabilidade do funcionário mais cosmopolita em atualizar a modernização das relações sociais no interior é evidente se bem que não segura.

A flexibilidade do funcionário para mudar de um canto a outro no país é incentivada pelo sistema de promoção interna, pois a rotatividade dos funcionários é necessária à empresa: ela garante a homogeneidade do serviço, do atendimento e de "eficiência"³.

O território nacional, mesmo se só nos referirmos ao urbano não é um espaço indiferenciado: distribuem-se nele desde cidades de alta concentração demográfica e industrial até cidades isoladas e de escasos recursos produtivos. Isto é afirmação do óbvio, mas aponta para uma das condições do sistema de afluência: a mobilidade destes trabalhadores implica em trajetos de metrópoles às cidades isoladas e vice-versa. Para o trabalhador, a mudança de cidade, mesmo que ligado ao mesmo cargo e função, pode implicar numa disponibilidade de adaptação a outros universos culturais nem sempre aceita.

Dentro deste sistema de afluência, os funcionários do sudeste e sul tinham grandes chances de rápida ascensão de cargo se se submetessem à transferência para pequenas cidades, seja no interior do nordeste, norte ou centro-

---

³ Existem ao menos três mecanismos de transferência: 1. por pedido do funcionário indicando o lugar de destino da transferência. Ele pode aguardar até a vaga de um cargo equivalente ao seu ou se submeter a um rebaixamento de comissão; 2. por indicação da empresa, que ocorre principalmente com o funcionário que entra na empresa por concurso público; 3. através da "mula mecânica", um mecanismo de remanejamento interno, onde o funcionário presta concurso interno para exercer qualquer cargo compatível com o seu, em qualquer lugar do país.

este. Com o recuo atual da expansão do banco, este processo estacionou\*.

Na transferência para estas cidades do meio rural, Carlos, funcionário há 28 anos no Banco, contou que o esforço de adaptação do funcionário incluía, além da aceitação da precariedade da infraestrutura da cidade, atuar como "agente civilizador". Eles seriam "os novos bandeirantes atuando no interior do Brasil". E que vindos dos centros urbanos já consolidados em São Paulo, implicava uma capacidade adaptativa mais adequada dos funcionários desta região à lógica e mecanismos empresariais, já que o processo disciplinar interno à empresa não se constituía num elemento estranho em relação ao mundo exterior, mas um entre outros difundidos na sociedade global.

Numa avaliação de 1987, notou-se que 62,3% do quadro funcional tinha até dez anos de banco<sup>2</sup>. Como a política expansionista durara até este período, pode-se dizer que a maioria dos funcionários do sudeste teve a chance de se deslocar para agências em regiões distantes. Entretanto, entra em conta para o funcionário avaliações do choque cultural e as repercussões em termos pessoais, o que tende a criar certas resistências à utilização deste mecanismo para ascensão de cargo.

O depoimento de Carlos, que logo no seu ingresso foi alocado no interior do Maranhão, é expressivo quanto a esta

---

\* Desde os fins da década de 80 a diretoria do Banco do Brasil tem implementado um novo modelo de organização para as agências que tem como diretriz a descentralização das operações de comando, coordenação e controle e busca de interação com o "meio ambiente". Com isto visa-se substituir a estrutura altamente centralizada por uma maior autonomia das agências. Abandona-se neste processo a política mais explícita de deslocamento de grandes distâncias dos funcionários. (Fonte: Novo Modelo Organizacional para as Agências, agosto 1989). Soma-se a isto a política de fechamento de agências que não cumpriam o quesito de "autodesenvolvimento", ou seja, que se colocavam claramente como promotoras do desenvolvimento em zonas não desenvolvidas economicamente, fato amplamente noticiado pela imprensa em novembro e dezembro de 1991.

<sup>2</sup> Fonte: Boletim do Sindicato dos Bancários de Brasília, julho/1989.

resistência. No caso, após uma avaliação sua e de sua esposa, ele sequer chegou a tomar posse na cidade indicada.

"Era no interior do Maranhão, Caxias. A primeira cidade abaixo de São Luiz é Caxias. Eu fui à Caxias prá tomar posse prá depois ir prá uma cidadezinha do lado do rio Itapemirim que não tinha agência ainda. Eu deveria ir para trabalhar naquela agência que tava prá ser implantada mas eu... Todo mundo ficou chocado...minha mulher, nossa, ficou chocadíssima! Você chegava na praça - era incrível, a cidade era tão pequenininha, menor que Souzas... Tava todo mundo de cócoras na rua. Todo mundo sentado na rua, na praça, sabe. De cócoras como se tivessem quatro pernas. Não sentava...Chegava no banco do jardim, ficava que nem passarinho.. Eram umas pessoas tão diferentes. E como a gente era diferente deles, eles acompanhavam a gente com o olhar, a gente sentia. Se estavam conversando, a gente ia passar, ficava aquele silêncio...A gente ficou um pouco assustado. Daí eu vim e fui parar em Pederneiras"(Carlos, gerente de expediente).

No cálculo da disponibilidade destes trabalhadores à mobilidade de um centro urbano a outro, parece entrar uma avaliação da proximidade ou não de sua cultura com a cultura da região indicada pelo banco, como também uma avaliação dos recursos urbanos oferecidos. A boa cidade é a cidade moderna: industrializada, com oferta de bens culturais e de consumo.

Para alguns entrevistados a opção foi descrita em termos bastante explícitos: a cidade em que se queria habitar era a que oferecesse bons recursos, em termos do bairro, da escola, do lazer e do consumo. Mesmo que a empresa procure oferecer subsídios de lazer e assistência para os próprios funcionários na maior parte dos centros urbanos em que se instala (como AABBs, convênios de assistência médica e hospitalar, etc), avaliam-se também os recursos oferecidos para todos os membros da família, sendo a escola a principal instituição a ser examinada. Neste caso, uma postura "aventureira", que reforçaria a mobilidade para cidades que fogem ao padrão do "bom urbano", sofreria impedimentos devido ao vínculo dos trabalhadores à sua família.

O "bom urbano" além de oferecer estes recursos materiais de uma forma casual - eles estão lá e só cabe ao consumidor usufruí-lo - é onde a sociabilidade peculiar ao homem da metrópole pode se exercer naturalmente. E esta, segundo Simmel(1979), é conduzida em dois sentidos irrealizáveis nas cidades rurais: numa estrutura de relacionamento altamente impessoal e na formação de uma subjetividade fortemente ligada à personalidade.

Nesse processo de mobilidade de cidade para cidade, parece que, enquanto os mecanismos empresariais tenderiam a reforçar uma mobilidade de grandes distâncias, atuando centrifugamente- do centro para a periferia-, as resistências dos funcionários atuam centripetamente - da periferia para o centro. A tendência que se nota no acompanhamento das trajetórias individuais é de que os funcionários morem em várias cidades, mas todas circunscritas a certos limites de distância. Esta interrelação, entre expectativas institucionais, tendências dos funcionários e a busca de um consenso, foi assim descrita por um funcionário:

"Normalmente o banco aloca o pessoal o mais próximo possível de onde ele mora, tá. Quando não tem condições, aí tem que assumir qualquer lugar, mas...normalmente o critério é esse. Exatamente prá evitar um tipo de trabalho.

Porque o banco sabe que depois ele vai tentar voltar, vai tentar voltar prá origem, né. Então já o banco, por política, ele procura localizar a posse o mais próximo possível da casa. Agora, às vezes não dá - tudo bem. Vai ter que ir prá lá, se quiser. Se não quiser não toma posse. Mas normalmente o pessoal aceita, né"(Cláudio, 54, auditor da Cacex).

O que eu gostaria de observar é que a referência que está na "origem", e que o banco acaba por ter que levar em conta, é a família. Na mudança de cidade para cidade, o(a) funcionário(a) se desloca com esposa (marido) e filhos, tendo que reestruturar a vida doméstica: alugar uma casa nova, fazer gastos com a mudança, matricular os filhos em escolas, reprogramar o uso do carro, contratar nova empregada, etc. Estas preocupações que envolvem pequenos detalhes e inúmeros incômodos, são geralmente compartilhadas

pelo casal, indicando-se assim um vínculo do(a) funcionário(a) com a família que não é meramente instrumental ao trabalhador, mas como um valor para a pessoa. A opção por uma "vida tranquila" ao lado da família ganhou, conforme alguns relatos, maior peso que o retorno em termos da hierarquia no trabalho e financeiros.

"Eu não pude fazer isso (conseguir promoção via transferência de cidade) porque eu entrei no banco já casado. Então eu, prá não sacrificar a família, com vários filhos pequenos, eu não fui prá essas regiões inóspitas. Prefiri ficar aqui sem esse objetivo maior de conseguir uma agência...Mas ficar aqui com a família e manter a família com aquilo que a gente pudesse ganhar, né. A família em geral..."(George, assistente de supervisão).

A partir uma observação intermitente de campo das famílias de George e Arnaldo (outro funcionário do banco que conheci e se dispôs a ser entrevistado) e das descrições da rotina dos demais entrevistados, noto que o vínculo familiar além de condicionar as flexibilidades de mobilidade entre as cidades, marcava também a rotina dessas pessoas na cidade. O cotidiano parecia transcorrer pacatamente, geralmente entre levar e buscar os filhos da escola, trabalhar no banco, fazer compras, praticar algum hobby, assistir TV e ler jornal. Atividades que não fogem ao círculo de reprodução da própria família e do trabalho.

Machado de Assis (1967), com seu arguto olhar da sociedade brasileira, criou um personagem no Memorial de Aires baseado na figura de um funcionário de banco (Banco do Sul). No seu romance, o Sr. Aguiar era um pacato cidadão, que como marido alimentava o desejo modesto e comum de ser pai, desejo que não pôde realizar-se pelos designios da natureza, já que a esposa era estéril. Nos contornos do dilema da vida do personagem, Machado de Assis observa o vínculo profundo entre valorização da vida doméstica e perspectiva humilde e modesta de vida.

Como aqui vou privilegiar uma análise relacional entre a casa e a empresa procurando seguir a experiência dos funcionários, apenas indico alguns traços básicos da relação entre a casa e a cidade em geral. Quando, no terceiro capítulo, eu analisar as percepções das donas-de-casa na relação entre casa e mundo, desenvolverei os aspectos de resistência e preservação da intimidade que estão no pano de fundo desta análise.

O que se tornava perceptível a partir dessas observações da rotina e dos critérios descritos sobre como e onde morar era que a família assumia uma grande relevância na vida destes funcionários, não apenas como apoio instrumental na sobrevivência, mas na criação de um espaço e relação de sociabilidade.

A família tem várias funções dentro do leque dos interesses privados: preservação do patrimônio, produção de crianças e sua primeira socialização, formadora da moral e bons costumes do indivíduo (Ferrot, 1987:105). Entre os entrevistados a questão do patrimônio familiar de origem era de pouca importância. Provenientes de famílias modestas, normalmente o patrimônio constituído (a mobília da casa, a casa, o(s) carro(s), vez ou outra a casa na praia), foi formado às custas do próprio salário e sistemas de financiamentos organizados entre os funcionários.

Por modesto que fosse o patrimônio constituído, o dever moral de partilhar com os seus familiares estava presente em algumas trajetórias individuais. Assim que juntou recursos suficientes, Augusto comprou uma casa em São Paulo para a mãe viúva. O casamento de suas três filhas no decorrer de dois anos fez com que George se desfizesse dos recursos acumulados no decorrer dos seus 28 anos de banco, afim de realizar as festas de casamento e para doar um apartamento a uma, e dois carros às outras duas filhas.

Na hierarquia interna conforme os papéis, a afirmação da autoridade paterna associava-se com as necessidades profissionais do funcionário-pai de família que, submetido às exigências do sistema de afluência da empresa, tendia a subordinar os outros membros da família às necessidades de seu trabalho. Tal associação oferecia maiores dificuldades às mulheres entrevistadas, cuja definição social, estreitamente ligada aos papéis na vida privada, como mãe e esposa, tendia a frear uma postura mais autônoma em relação a vida profissional<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Lúcia, 29, caixa executiva, fez uma longa reflexão durante uma entrevista sobre os desgastes e os "jeitinhos" que tem

De certa forma o sistema de afluência do banco entra em convivência com uma certa estruturação da família, a valorização da vida doméstica e a reposição de redes de sociabilidade entre colegas de trabalho, na medida que as mudanças de cidade de tempos em tempos acabam quebrando continuidade de relações de amizade ocasionais como as de vizinhança e outras fora do Banco. Nestas mudanças, a ida ao clube do banco, as festas da empresa, podem ser um meio de se preservar relações sociais, que se bem que não necessariamente contínuas, se manteriam no círculo daqueles que são próximos devido à profissão.

A valorização dos aspectos infraestruturais da cidade, a restrição do uso do espaço público na recriação de sociabilidades entre colegas, a rotina onde a casa é o contraponto ao banco, a soma destes traços parece indicar que entre as muitas maneiras de se morar nas cidades, os funcionários do banco acabavam por atualizar uma que referenda a noção de urbano como "aglomerado", cuja qualidade não estaria num traço específico da cidade. A descrição das relações de amizade e círculos de conhecidos dos entrevistados, referentes as diferentes cidades por que passaram, parece confirmar as observações sobre a generalidade de uma sub-utilização do espaço público em sua amplitude e promiscuidade, priorizando-se seu uso restrito a pequenos nichos, selecionando-se lugares onde os "iguais" se encontram\*.

---

dado cotidianamente afim de educar seu filho, manter a ordem da vida doméstica e trabalhar no banco. Afirmou que, dado a importância do apoio de sua mãe e irmã na resolução destes problemas cotidianos, faz com que não cogite, ao menos atualmente, em se afastar de Campinas.

Sua postura foi de politizar a questão, reclamando que enquanto a maior parte dos direitos dos funcionários do Banco são cumpridos, não se encaminha com seriedade os problemas que envolvem as condições de vida das funcionárias: "O banco criou colônias de férias, mas não creches, utilizando-se do mecanismo de auxílio creche, que é uma grande brincadeira..."

\* Observei ainda, ao participar durante tres anos consecutivos da festa de São João da AABB, tradicional na cidade de Campinas, que a referência da "família do Banco" pode se estender para além da geração de funcionários, os filhos de

Como as famílias são pontos de apoio permanentes do trabalhador, poderia se reconhecer aí um dos elementos para a sua valorização. Ampliar-se-iam assim as suas funções para além da manutenção da sobrevivência e estruturação da pessoa, na medida que representam a constância de uma sociabilidade com as mesmas pessoas, na reposição de hábitos de rotina numa trajetória de vida onde se convive com a eminência da quebra de vínculos sociais devido ao nomadismo.

A "naturalidade" desta conexão entre os funcionários do Banco do Brasil e os vínculos familiares está registrada nos termos usuais de referência entre eles, definindo-se como "homens e mulheres de bem" dentro da "família do banco do Brasil". Estes termos ligam a posição do trabalhador à constituição e preservação de uma família bem estruturada.

Para se entender este tênue equilíbrio que alguns funcionários procuravam manter entre a preservação de sua família e os limites da mobilidade dados pela empresa, considero importante situar estes funcionários em relação a especificidade da empresa em que trabalhavam. Conforme já apresentei o banco é uma instituição com ampla estrutura e 186 anos, sendo uma referência consolidada na sociedade. Nesta relação da empresa com a sociedade global, o banco tende a um fechamento que não seria meramente institucional. Este fechamento não seria decorrente apenas da função que ele desenvolve, nem se estabeleceria pelos limites literais do espaço físico. Ou seja, o banco é uma organização de trabalho onde se implementa uma determinada divisão de funções, de técnicas e normas que visam alcançar uma coerência e funcionalidade interna, que se distingue de outras empresas e da sociedade global. Esta distinção está colocada não apenas devido ao fim produtivo colocado pelo banco: através do estabelecimento no mercado da oferta e recolhimento de produtos como poupança, crédito, câmbio, etc. Pois estes produtos são similares em outras empresas financeiras. A distinção a que me refiro não se coloca

---

alguns bancários, adultos, casados, empregados, divertiam-se na rememoração de festas anteriores ou férias passadas na colônia de Itanhaém.

também em termos de espaço físico: através das agências com uma arquitetura uniforme, onde os funcionários são dispostos em mesas em grandes salões, de forma que cada funcionário é visível a todos os outros.

O que é importante ressaltar é que existem barreiras e distâncias que se criam entre a sociedade global e o banco que não se estabelecem apenas devido ao fato de ele ser uma organização de trabalho, (que oferece serviços e um produto específico para o mercado), mas principalmente porque dentro desta organização, os funcionários se ligam a uma imagem como pessoas integras, na figura de "homens e mulheres de bem"<sup>10</sup>. Esta autoimagem distintiva teria a ver com os processos apontados por Foucault (1975) e Goffman (1974) de que, nas palavras de um, a instituição disciplinar, e as instituições totais nas de outro, tende a criar-se e repor na incorporação de uma racionalidade e normatividade específicas. As dificuldades de distinção, no discurso dos entrevistados, entre suas próprias opiniões e as razões do banco explicitam um aspecto deste processo. Na minha opinião é mais especificamente esta capacidade de ligação entre sujeito e empresa, do que outra relação qualquer, que permite que se trate o banco como um espaço particular.

A plausibilidade de que o banco se constitua como um espaço "quase fechado" só se completa com a incorporação da questão da disciplinarização do tempo. A entrada no banco através de concurso público coloca o indivíduo frente a um plano de carreira que deve cumprir. Todos os funcionários iniciam na mesma função, como escriturários, e a partir daí ocupam cargos que se distribuem hierarquicamente. O plano de carreira é, portanto, um mecanismo insitucionalizado pela empresa para oferecer parâmetros concretos de realização do futuro para cada funcionário. Não se trata de fornecer a funcionalidade e critérios do plano de carreira -que

---

<sup>10</sup> Se bem que as instituições de trabalho se diferenciam das instituições totais analisadas por Goffman (1974), que tem como objetivo claro a mudança da subjetividade das pessoas, muitos dos mecanismos e parâmetros de funcionamento destas últimas, discutidas a partir do enfoque interacionista do autor, estão presentes nas primeiras.

trataremos a seguir- mas de apontar que na medida que o individuo se adequa a esta perspectiva projetiva é que se implementa a sua associação com a empresa<sup>10</sup>.

Assim, é como se a garantia do futuro- estável e bem posicionado socialmente- somada a uma apropriação específica do urbano, ambos geridos conforme as condições dadas pela empresa, se articulariam para a formação de um perfil particular do trabalhador no banco.

### 3. A CARREIRA

Apresentei até aqui alguns marcos específicos que orientam a apropriação do urbano por parte dos funcionários de uma mesma empresa. Esta orientação não está estritamente ligada às determinações da empresa, mas se arranja na complementariedade ou resistência aos parâmetros dados por ela. Na descrição e análise que realizo a seguir sobre o plano de carreira, a atenção estará dirigida ao funcionamento e atualização dada no modelo temporal que propõe. Um "plano de carreira" promove objetivos para a realização de futuro para as pessoas, os ordenando em

<sup>10</sup> Segundo esta leitura, o plano de carreira e o sistema de afluência são dois aspectos fundamentais das regras do banco que têm sua eficiência garantida não apenas porque através delas se modela um tipo específico de individuo, adaptado a elas, mas porque a própria noção de individuo e de sua autonomia está gerida a partir delas. Estas são regras não apenas coercitivas mas positivas pois são, até certo limite, manipuladas e recriadas pelos sujeitos. Exploro portanto um enfoque sobre a própria reposição da regra pelo sujeito, procurando soluções que coloquem o par coerção\consenso segundo a perspectiva dos próprios funcionários. A tentativa é de se escapar aos perigos das análises sobre as organizações disciplinares, principalmente no sentido de escapar das análises excessivamente voltadas ao aspecto coercitivo do poder. Segundo Foucault (1989)"insofar as institutions act essentially by bringing into play two elements, explicit or tacit regulations and an apparatus, one risks giving to one or the other an exaggerated privilege in the relations of power and hence to see in the latter only modelations of the law and coercion"( Foucault in Dreyfus and Rabinow, 1989:222).

posições de autoridade. Neste caso, cabe basicamente à empresa a sua estruturação<sup>12</sup>.

Entretanto, para que fosse possível uma compreensão das atitudes e comportamentos dos entrevistados correlacionados ao plano de carreira além da mera constatação do óbvio, permiti-me um recuo na reflexão sobre temporalidades dentro do pensamento antropológico. Através deste exercício, que implemento em vários momentos no decorrer da dissertação, pretendo criar uma certa distância com relação a eventos e modos de pensar que, de tão usuais e rotineiros, têm seus significados empobrecidos. Eu pretendo, através desses recuos fornecer elementos que retirem o óbvio de sua insignificância, investigando então algumas referências automáticas do agir e pensar cotidiano que sustentam certas possibilidades e limitações inadvertidamente assumidas.

Uma das grandes distinções na percepção do tempo entre as sociedades tradicionais e modernas é, segundo Bourdieu (1963), quanto à atitude com relação ao futuro. Se nas sociedades tradicionais o futuro seria visto sob o signo da *precaução*, quer dizer, numa atitude de espera que supõe o acaso e a impossibilidade do homem predizer o que virá, a não ser pela repetição do passado, nas sociedades modernas a atitude é melhor definida pela noção de *previsão*, onde a

---

<sup>12</sup> Em 1977 foi implantado um quadro de carreira baseado num modelo "científico". Em 1991 foi aprovado um novo quadro elaborado por uma comissão paritária entre diretoria e funcionários. Isto revela uma maior interferência do sindicato sobre as normas de trabalho, anteriormente apenas elaborados pela empresa. Entretanto, tanto no artigo do jornal O Espelho (jornal sindical, nov/91), como segundo depoimentos colhidos, o peso da atuação sindical neste aspecto, é um tanto precária. Conforme o depoimento de dois sindicalistas entrevistados, a postura do sindicato é geralmente dada numa posição defensiva, já que discute sobre as propostas elaboradas pela empresa, não adiantando uma proposta própria e autônoma. (Entrevistas com Geraldo Cartaginezzi, ex-diretor do Sindicato dos Bancários de Campinas, e atual representante do Conselho dos Funcionários do BB; e Dorival dos Santos, representante no sindicato dos bancários de Campinas na secção do BB).

racionalidade e cálculo abstrato constroem o futuro. Neste caso o futuro não é esperado, mas diagnosticado.

O plano de carreira é um mecanismo que visa maximizar esta atitude moderna de previsão. Ele dá os parâmetros concretos de futuro para a vida do funcionário, onde etapas são progressivamente vencidas se forem seguidos determinados critérios. No plano de carreira se reforça uma visão linear do tempo: ascensão em progressão. Confirma-se o aspecto acumulativo do tempo: cada etapa tem um retorno de autoridade, prestígio e financeiro progressivo. E ainda, aprendendo bem e seguindo a razão da empresa (a sua racionalidade tecnocrática) se garante o futuro. É assim a atitude de hoje constrói o futuro de amanhã.

Neste caso, dentro de seus traços modelares o plano de carreira é um mecanismo de diferenciação entre os funcionários no decorrer do tempo, é construído sob um patamar comum. Todos os funcionários do banco se submetem a um concurso público que, como qualquer exame, é um mecanismo de corte de qualidade entre os concorrentes<sup>13</sup>. As qualidades exigidas são de conhecimento de primeiro e segundo graus. Como outros tantos ritos, o concurso marca a entrada para uma nova etapa e dá às pessoas que se submeteram a ele uma noção de novo status<sup>14</sup>. O concurso é ponto neutro da carreira, parâmetro comum que iguala a todos.

<sup>13</sup> O concurso público é pré-requisito para o trabalho no BB como funcionário. Entretanto no período da pesquisa já decorriam oito anos desde o último concurso realizado, o que implicava na restrição da contratação de novos funcionários e na ativação da política de contratação de estagiários e menores. Estas duas últimas categorias de trabalhadores têm um contrato diferenciado com relação aos concursados. A prática de contratação de estagiários exime completamente a empresa da garantia de direitos trabalhistas já garantidos pela Constituição. Esta desigualdade em termos de lei facilmente se expressa na forma de tratamento pessoal entre eles e os funcionários, propiciando uma diferenciação entre os trabalhadores do banco, que discuto mais adiante.

<sup>14</sup> Para um aprofundamento das questões de rito no sentido clássico, ver Turner, O processo ritual, Perspectiva, SP, 1974.

Posteriormente esta base comum sofrerá uma desconstrução na diferenciação individual dentro da carreira. O seu funcionamento ativa mecanismos de diferenciação: todos os funcionários se submetem ao concurso e ao plano de carreira, o que reforça uma noção de conjunto, entretanto a carreira só se faz via concorrência repondo as diferenciações individuais. Partindo do "ponto zero" deixa-se o tempo e o acaso agirem, rearticulando diferenciações e hierarquias que são incorporadas individualmente.

"- O ideal é continuar a carreira, né. Você está trabalhando diariamente ali, prá o seu sustento. Prá conseguir o seu salário, né. Mas ao mesmo tempo você quer conseguir promoções internas. Esse que é o ideal. Você quando entra tá aprendendo. Mas você vai aprendendo e guardando uma quantidade de conhecimentos prá você exercer um cargo maior, um cargo de comissão maior. Você ser um supervisor, um gerente ou um caixa executivo, ser um gerente. Enfim, a carreira final é partir prá isso daí. Você ter aquela satisfação pessoal de que você está assim galgando degraus na sua carreira. É esse que é o objetivo..."(George, assistente de supervisão).

Se todos eram, segundo George, pessoas que garantem sua sobrevivência através do trabalho, base comum a todos trabalhadores, a expressão das diferenças seria feita através das estratégias que cada trabalhador articula para situar-se na hierarquia do quadro de carreira. Seguindo-se a lógica do plano de carreira descrita por George percebe-se que as diferenças entre os funcionários se estabelecem no sentido da reposição da desigualdade, no acúmulo maior ou menor de cargos de responsabilidade e retornos salariais. A regra do jogo é a da competição, criando-se eventos na medida em que se repõem desigualdades<sup>18</sup>.

<sup>18</sup> Esta compatibilidade do plano de carreira com o jogo diz muito a respeito do modo como nós, não-selvagens, pensamos. Lévi-Strauss (1976) distinguindo nosso modo de pensar civilizado do selvagem através das diferenças entre o modelo do jogo e do rito coloca que "O jogo aparece, portanto, como disjuntivo: ele resulta na criação de uma divisão diferencial entre jogadores individuais. Todavia, no fim da partida, distinguir-se-ão entre ganhadores e perdedores. De forma simétrica e inversa, o ritual é conjuntivo, pois institui uma união (pode dizer comunhão) ou, em todo caso,

O modelo de funcionamento do plano de carreira é estipulado pelo banco. Ele se estrutura por duas vias de hierarquização: uma por tempo de serviço, onde a soma dos anos de trabalho do banco é contada; outra por "mérito" ou "merecimento" que, como observarei, é de problemática definição.

No início de toda carreira, o primeiro cargo a ser ocupado é o de escriturário. A gradação a partir deste cargo, em ordem crescente, é assistência de supervisão, supervisão, gerente adjunto e gerente. Acima destes, estão os cargos administrativos, que se multiplicam e são ocupados por um número restrito de funcionários. São os fiscais regionais, os auditores, os diretores regionais, os arquitetos e médicos do banco, etc.

Segundo o modelo, a ascensão no plano de carreira é feita conforme o cruzamento da soma dos anos de serviço e na sequência dos cargos comissionados. A partir do ingresso no Banco, o funcionário ocupa obrigatoriamente o cargo de escriturário (E1), que sofre promoções automáticas de três em três anos (E2, E3), sendo que só após nove anos está aberta a ele a possibilidade da "promoção antecipada", feita a partir da soma de pontos diária e num período mínimo de dois anos. E nesta promoção antecipada que as avaliações das atitudes do funcionário têm relevância.

---

uma relação orgânica, entre dois grupos (...) e que eram dissociados no início" (1976:54).

14

A Promoção Antecipada segue a seguinte pontuação a partir do	
E4.....	1,63520
E5.....	1,82500
E6.....	2,03670
E7.....	2,27760
E8.....	2,54040
E9.....	2,83240
até E12.....	4,90560

A soma de pontos diários de, por exemplo, um caixa é de 0,00224 que pode sofrer subtrações conforme seja por advertência (onde se diminui 0,00015), por censura (onde a diminuição é de 0,00270), em caso de suspensão, além da perda dos pontos do dia de trabalho se subtrai 0,00375.

Antes de uma análise do critério mérito na carreira, lembro que, dada a estabilidade de emprego no banco, o acúmulo de tempo de trabalho na empresa implica num processo de socialização reconhecido pelos funcionários. A longa permanência na empresa (os entrevistados tinham entre oito a trinta anos de trabalho) somava-se para o acúmulo de uma experiência que parecia valer enquanto tal, e que garantiria uma maior legitimidade no conhecimento que se adquiriu sobre a empresa. Assim, em várias entrevistas com funcionários mais novos constantes observações foram feitas de que eu deveria consultar fulano ou sicrano, funcionários mais velhos que poderiam responder mais adequadamente às dúvidas que na entrevista levantávamos sobre determinados procedimentos, dados de rotina, mudanças na empresa e outros temas. Neste caso, as diferenças de geração entre os funcionários tende a repercutir também como diferença de autoridade, e isto não apenas devido às diferenças de hierarquia, -que muitas vezes são compatíveis com o avanço da idade- mas acúmulo de uma experiência de trabalho através dos anos<sup>17</sup>.

Se o tempo de serviço tem parâmetros objetivos de contagem nos meses e anos, a questão do mérito ou merecimento sofre de amplas ambiguidades. Todos os entrevistados sabiam da existência deste critério e o vivenciavam constantemente: seus "méritos" estão sob avaliação do superior no decorrer de toda sua atuação profissional. Mas o que definia exatamente o objeto da avaliação era algo variável e de difícil consenso.

---

<sup>17</sup> Na análise da organização de trabalho de um banco multinacional Grün(1986) aponta como as diferenças geracionais se traduzem em termos de diferentes posturas profissionais, onde usualmente os funcionários mais velhos incorporam uma atitude de "depositários confiáveis da riqueza alheia"(1986:14). No estudo de caso que realizei, as diferenças geracionais são reconhecidas pelos funcionários mas noutros termos e de modo mais sutil. Talvez porque, como procuro descrever, existe um horizonte compartilhado de que apreender a ser bancário do BB é assumir uma atitude de "homem de bem", onde homem e profissional se confundem. Este evento, Grün reconhece apenas entre os funcionários mais antigos do banco que pesquisa.

A indefinição sobre o que a avaliação abarca parece ser própria ao seu funcionamento e parece ligar-se a extrema fragmentação e diversidade das tarefas desenvolvidas rotineiramente pelos funcionários. Como definiu um dos entrevistados, a tarefa do funcionário não cria nada de concreto. O produto de seu esforço é identificável no máximo nos papéis que se avolumam sobre sua mesa. De resto, são relações com pessoas que se fazem com um objetivo monetário explícito - a relação funcionário/cliente. Mas o fim monetário que é permanente não estabelece nem uma homogeneidade nas atividades que envolvem o mercado financeiro, nem uma constância na relação cliente/funcionário. Esta variação permanente impede que a empresa normatize o procedimento, sendo contudo prioritário que se discipline a atitude. É no sentido da disciplinarização do trabalhador que entendo que se dirige a avaliação por mérito: uma avaliação permanente sem que se explicitem seus critérios.

A ausência de limites determinados quanto ao critério mérito, (claramente expresso nas entrevistas pela diversidade das suas definições bem como pelos termos vagos para descrevê-lo), tem sentido na medida que demanda do funcionário um esforço de sua decodificação, investindo neste esforço uma adequação que não se encontraria de outra forma entre traços de sua personalidade, a tarefa que realiza e os objetivos mercantis da empresa. Ou seja, permite-se assim que cada funcionário estabeleça uma definição particular de seu trabalho, adequada à situação em que se encontra. Dentro das variações possíveis, este critério estaria dirigido, como indica o próprio termo mérito, ao comportamento do trabalhador, não apenas no sentido da atuação profissional, mas de padrão moral.

"-Esse merecimento envolve o quê?

- Envolve... são feitas avaliações anuais. O banco faz avaliações dos funcionários. Cada chefe avalia os seus funcionários, cada chefe do chefe avalia os seus comissionados próximos, o gerente avalia esses chefes, entendeu? Então todo mundo é avaliado no período de um ano,

e isso tudo é mandado prá direção geral. Se você, no decorrer do período, você substituiu o seu supervisor...então algumas coisas na sua carreira estimulam.. E aí eles abreviam o período da letra. Porque você pode ficar anos numa letra. Se o banco vê que você tem interesse, se você demonstra interesse, o banco compensa você..seu trabalho, seu desempenho. Você é avaliado como chefe. Porque tem gente por exemplo que quer trabalhar seis horas e não quer tentar, às vezes tá estudando, tem alguma outra coisa fora. A sua dedicação..Se você se dispõe a ficar oito horas ou mais... Tudo isso é levado em consideração na hora que eles vão fazer as promoções de letra, né" (Amélia,34,assistente de supervisão).

Segundo Amélia, o "mérito" é algo que se mede na postura do trabalhador, na incorporação de valores como de dedicação, disponibilidade para o trabalho, flexibilidade do indivíduo em função das necessidades da empresa. Neste caso, ele é um mecanismo que serve para medir a distância entre interesses individuais e os da empresa, e sendo assim, cujo conteúdo se apreende na própria dinâmica da experiência cotidiana de trabalho.

Retomando, o modelo de funcionamento do plano de carreira é um dos termos da relação contratual entre o funcionário individual e a empresa. No contrato o funcionário vende seu tempo, sua capacidade, sua dedicação, sua disponibilidade, recebendo como contrapartida o salário e prestígio social<sup>18</sup>.(Conforme o relato de um dos entrevistados, o prestígio do funcionário do BB tem perdido importância nos últimos anos pois, segundo seu exemplo, o tratamento a ele dispensado pelo comerciante já não o distingue do resto da clientela).

A este nível, da relação contratual entre funcionários e empresa, pode-se encontrar buscas individuais de equilíbrio entre aquilo que "se dá à empresa, e o que a empresa retorna ao funcionário". Por um lado, a perspectiva de ser parte de uma instituição que está no mercado, dá maior visibilidade sobre quem se é socialmente. Por outro, a

<sup>18</sup> Veja no ANEXO 2 um dos contratos de trabalho do Banco do Brasil. Neste a regulamentação principal é em termos de disciplina política e moral, e não nos termos da tarefa a ser realizada, justamente porque não é exatamente a "tarefa" que é comprada do trabalhador.

empresa constantemente repõe em cursos, discursos e panfletos que a empresa é "o conjunto dos funcionários". Neste reforço das ligações verticais, o funcionário, como parte de um todo maior, pode ganhar dividendos para a sua própria autoestima e melhora concreta de padrão de vida.

"-Eu acredito que é uma grande empresa."

E é como eles falam, né. Eles acreditam que a gente é o maior patrimônio e eu acho que realmente é. O banco é o que é pelo que os funcionários fazem. Eles têm porque se dedicar". (Amélia, 34, assistente de supervisão).

Neste fragmento de entrevista, Amélia estabelece uma relação de reciprocidade entre aquilo que os funcionários dão à empresa e o que, no retorno, a empresa repõe para o funcionário. Neste jogo, o equilíbrio de interesses é possível na medida que a empresa é ela mesma a soma de todos os funcionários e, por isto, o seu progresso implica no favorecimento de cada um. Se este raciocínio parece inocente quanto aos inúmeros conflitos presentes na relação entre funcionários e empresa, nele se reconhece um dado que é real na economia de mercado, de que junto com o crescimento da empresa os empregados têm maiores possibilidades de melhorar sua própria condição, o que é um pressuposto comum a boa parte dos funcionários entrevistados. A nível da reprodução da vida cotidiana, os interesses dos funcionários não são "antagônicos" aos das empresas, mas se ajustam a eles, podendo aí, na margem da formulação do consenso, criar-se estratégias de resistência e autofavorecimento<sup>18</sup>.

E no lapso entre modelo do plano de carreira e funcionamento efetivo dele que alguns funcionários podem

<sup>18</sup> Na introdução a *The historical meanings of work*, Patrick Joyce (1987) realiza uma discussão sistemática sobre os tradicionais estereótipos presentes nas análises sobre as relações de trabalho. Uma das críticas está justamente em se pressupor pontos de partida excludentes para se entender as relações de capital e trabalho, sendo que as etnografias mais recentes acabam por indicar que a nível da experiência, a compatibilidade (e não a unidirecionalidade) entre os interesses dos trabalhadores e os da empresa é um aspecto básico na reprodução social de ambos.

individualmente organizar suas estratégias de ascensão e autofavorecimento.

Entre as dificuldades de implementação do plano de carreira apontadas pelos funcionários pode-se citar: 1.A valorização das relações pessoais, onde o cargo ocupado pelo trabalhador responsável lhe assegura um pequeno poder sobre o subordinado, que pode exercer, dentro de certos limites, conforme suas próprias simpatias e antipatias. 2.As relações de apadrinhamento que favorecem os afilhados em detrimento das pessoas "sem relações". 3.A desproporção entre cargos elevados e cobiçados e o número de funcionários do banco, de forma que a tendência é que o funcionário permaneça no escalão intermediário (a maioria dos funcionários atinge geralmente a posição E6). 4.E, por fim, a própria negação da incorporação da lógica do modelo pelo funcionário, que se nega a cumprir os comportamentos em concordância com as atitudes esperadas do "bom funcionário". "Se não for um bom funcionário, tudo bem. Ele fica lá, meio isoladão, às traças. Mas não acontece grande coisa não. Atrasa a carreira, não é promovido, em vez de três fica cinco anos. Mas não acontece nada" (Cláudio, 54, auditor da Cacex).

A tendência, conforme descrevem os entrevistados, é procurar recorrentemente a adequação da realidade ao modelo, e não o inverso. Para essa inabalabilidade do modelo concorrem não apenas as pressões implementadas pela empresa, mas a inadmissão, por parte dos entrevistados de um horizonte em que a ordem temporal de progresso não fosse orientadora da ação.

O modo acusatório com que se descreve e a perfeita visibilidade dos funcionários que "estacionaram no tempo" revelam que um processo de estereotipia se articula em relação àqueles que não seguem a "normalidade" das regras de ascensão. A noção progressiva de tempo, atualizada na carreira profissional (e na vida doméstica em outros sentidos), é uma expectativa compartilhada e hegemônica. A condescendência quanto a esta "norma" pode valer para mulheres e sindicalistas, profissionais que despendem parte

de seus esforços e desejos em funções sociais extra-trabalho até certo ponto legítimas.

Como já apontei anteriormente, o plano de carreira entra em conexão com vários aspectos modernos da concepção temporal: abre-se em perspectiva, é cumulativo e tem no indivíduo o seu sujeito. Na medida que existe esta compatibilidade entre mecanismo interno à empresa e significantes sociais mais gerais, o plano de carreira tende a se repor como modelo hegemônico entre os trabalhadores do banco. Mas isto não se faz sem dubiedades.

Um dos aspectos problemáticos que atualiza, assim como vejo, diz respeito à promoção de uma concepção de indivíduo inacabada em relação à concepção clássica. Com o sistema de concorrência implementa-se e acelera-se a diferenciação entre os trabalhadores: faz parte da lógica a disputa entre os funcionários que ocupam cargos hierarquizados. Nesta competição cada trabalhador tende a se individualizar, colocando-se como um "herói empreendedor" - alguém que luta para conquistar seu espaço e posição.

Entretanto, como já descrevi, as regras da competição não são de todo acessíveis e transparentes e, além disso, tendem a sofrer contínuas mudanças. Enquanto estava visitando a agência centro de Campinas, entre dezembro e março de 1991, muitas mudanças foram feitas em termos de organização da hierarquia e disposição espacial, criando uma certa apreensão geral sobre o que aconteceria no dia seguinte e quem seria o afetado. Poucas informações circulavam sobre a mudança de funções, as mudanças de cargo, as mudanças dos espaços das salas que ocorriam diariamente. Sabia-se dos objetivos gerais da empresa para aquela agência, mas como se implementaria e afetando que funcionário, eram pontos obscuros.

A questão é que a gerência da autoridade centralizada sobre as regras de funcionamento é bastante forte. Com isto impede-se que se criem condições reais de implementação do indivíduo como empreendedor, pois este, ao contrário de delegar a uma autoridade externa a gerência de seus atos,

visa atuar autonomamente, conforme seu livre arbitrio. Mais especificamente, é pelo fato de que a falta de clareza das regras e a mudança constante sejam geridas conforme os designios da autoridade que se reduz o potencial de individualização destas pessoas, e não por estes aspectos em si.

#### 4. O TRABALHO E O ESTUDO

A promessa irrealizada do indivíduo como sujeito autônomo e independente parece se apresentar enquanto possibilidades e contradições em vários níveis da vida entre os entrevistados que trabalhavam no banco. Neste item vou procurar acompanhar o sentido do trabalho segundo as representações e práticas dos entrevistados, discutindo como nos lapsos entre as diferentes atividades desenvolvidas por eles são expressas algumas tensões entre as promessas da realização individual no trabalho e os seus limites.

Em termos da divisão social do trabalho, as atividades do trabalho bancário estão inseridas dentro do trabalho qualificado. Isto significa que faz parte de sua formulação social a noção de que para exercê-lo os trabalhadores não dispõem apenas força física, mas um saber acumulado. Pressupõe-se que seu valor social estaria ligado ao saber que consumido em sua execução. Mas tal visão

---

219 Este aspecto de uma noção incompleta do indivíduo entre os colarinhos-brancos, foi apontado por Wright Mills (1979). Porém, ele não chega a explorar esta contradição entre o indivíduo competitivo dentro da empresa e a submissão dele à autoridade centralizada. "O agricultor e o homem do séc. XIX eram geralmente considerados individualistas intransigentes, homens que podiam enriquecer quase de um dia para o outro. O empregado de colarinho branco do séc. XX nunca foi tão independente quanto agricultor, ou tão confiante nas suas oportunidades quanto o homem de negócios. Ele sempre pertence a alguma coisa, à empresa, ao governo, ao exército, é visto como aquele que não sobe na vida. O declínio do empresário livre e a ascensão do empregado dependente na sociedade americana acompanharam paralelamente o declínio do indivíduo independente e a ascensão do homem modesto na mentalidade americana" (1979:14, grifos do autor).

está colocada como se fosse possível haver uma divisão clara, de forma que pudesse haver realização de trabalho onde o homem/mulher se dispusessem apenas como corpo físico ou apenas pensamento<sup>28</sup>.

Existem nuances que se colocam no sentido do trabalho dentro da concepção ampla de trabalho qualificado. O saber consumido em sua realização pode ser ora tecnicificante, ora comunicativo. O ritmo com que se renova o procedimento de trabalho, pode liberar uma noção mais ou menos limitadora dele. A gerência do trabalhador na realização das tarefas pode minorar certas restrições. Enfim, o sentido do trabalho, pode ser concebido em relação à posições opostas, indo da criação ao terefismo.

Vou analisar a seguir os valores referidos ao trabalho conforme o discurso dos entrevistados. É claro que, por se tratar de uma abordagem de valor, as variações individuais são bem evidentes. Muitas destas variações estão relacionadas às trajetórias sociais dos indivíduos e sua formação cultural anterior. Mas, conforme procuro explicitar, existem dilemas no sentido do trabalho que fazem parte da profissão de bancário em particular, e do trabalho tecnicificante em geral.

Não houve entre os entrevistados ninguém que descrevesse a sua profissão como vocação, como um trabalho que respondesse a uma tendência ou idiosincrasia pessoal. Ele foi descrito mais propriamente como um meio termo entre a realização profissional e a ausência de sentido no trabalho. A busca de outras profissões e sua frustração, o contato com a dureza do mercado de trabalho estavam presentes nas trajetórias das pessoas e justificavam a opção do trabalho no banco. Essas pressões não impediram contudo que se afirmasse um sentido na realização do trabalho.

---

<sup>28</sup> Como está claro, a distinção que faço é em termos da ideologia moderna do trabalho, e não na diferença conceitual entre trabalho produtivo e improdutivo. Para esta discussão conferir Villalobos, A., (1978).

Uma das vias para se medir o valor do trabalho é relacioná-lo a seu produto. Assim no resultado concreto pode-se conhecer que um tempo e esforço humanos foram gastos. Teoricamente, esta relação não é apropriada para o trabalho qualificado, na medida que o produto tende a se volatilizar em serviços prestados a outros. A inadequação não impediu contudo que os próprios trabalhadores buscassem estabelecer a relação, pois, talvez, a concepção do trabalho artesanal ainda se mantenha no capitalismo atual como parâmetro do trabalho em geral. Afinal ali, a relação entre realização e esforço é visível. Além disso, é bom lembrar que o trabalho artesanal não é parâmetro geracional distante, já que muitos pais dos entrevistados foram artesões e pequenos agricultores no interior.

"A vida do bancário não é uma profissão que satisfaça o ego, não. Na verdade o bancário é um idiota, né. A qualificação prá trabalhar num banco é ser um idiota. Se você é marceneiro, você faz aquela peça, você trabalha aquilo e você vê. Você é um pintor, tá ali a sua obra. Agora, o bancário carimba, rubrica e escreve e tal, e não resolve nada. Quer dizer, não vê o fruto de seu trabalho. Então é por isso inclusive que existe um número de pessoas desequilibradas dentro do banco. E porque no banco e outros trabalhos parecidos, o camarada não tem retorno do trabalho. Como um trabalho físico ele não pode dizer: eu fiz isso... Ele não tem nada. Ele não tem nada como resultado prá mostrar prá sociedade, né. Então ali complica a vida. O bancário vê o dinheiro dos outros, mas ele não tem. Ele fica maluco, né." (Cláudio, auditor da Cacex).

Sem uma relação direta com o produto do trabalho, o funcionário do banco é um trabalhador que não visualiza concretamente sua utilidade social. A utilidade colocada como questão, encontra respostas imediatas que não se sustentam em si (somam-se papéis, manipula-se dinheiro de terceiros), mediando produções que se dão em outro lugar<sup>\*\*\*</sup>.

<sup>\*\*\*</sup> Claus Offe em *Capitalismo desorganizado* (1989), aponta como na área de serviços o trabalho torna-se não quantificável, pois a diferença entre trabalhar e "fazer de conta" é sutil e aparentemente equivalente, de modo que o controle se torna inócuo. Provavelmente isto ocorre no banco, principalmente onde a concorrência entre equipes ou funcionários isolados não se efetiva cotidianamente, por falta de equivalências na execução de tarefas. Mas, pelo que entendo, onde existe

A insatisfação no trabalho pode promover buscas em atividades complementares, como fez Cláudio nos seus trinta anos de banco. Neste período, "uma vida", normalmente passava os almoços e os fins de semana em seu atelier de marcenaria: foi assim que fez a primeira mobília da casa (as camas, os sofás, a mesa da copa); produziu e montou o assoalho da casa nova; montou um barco junto com colegas do banco; e mais recentemente, construiu um aparelho especial para colher os abacates em seu sítio.

Sua estratégia foi da justaposição entre uma atividade que lhe garantia o sustento e outra que lhe dava um parâmetro de "utilidade". Outros entrevistados exerciam no seu "tempo livre" não apenas um hobby, mas uma profissão paralela, tal como Carlos que dividiu, durante quinze dos seus vinte e oito anos de banco, seu tempo entre o trabalho e o teatro; Geferson até hoje é bancário e pastor da igreja metodista próxima à agência.

Uma das preocupações dos entrevistados ao me relatarem sua experiência como trabalhadores foi marcar que viviam um processo de mudança. Localizavam como marco do passado o fato de que em 1986 foi extinta a conta-movimento, pela qual o banco tinha a prerrogativa de utilizar recursos do Tesouro Nacional. Era a partir desta reserva que o banco garantia sua atuação com objetivos diretamente sociais, sem ela a empresa teve que ampliar sua participação no mercado, ampliando também seus produtos e serviços, sobretudo aqueles que facilitavam a captação de recursos<sup>23</sup>. Entre as funções sociais mais conhecidas pode-se citar o financiamento agrícola e a liberação de recursos para frentes de expansão. Existem outras faces da mudança: uma perda de controle da

---

pressão de outras pessoas, seja de clientes, seja por concorrência, as dificuldades em se "fazer de conta" subvertem a burla. É este espírito que os reformadores do banco parecem encaminhar nas reformas que descrevo em seguida.

<sup>23</sup> Fonte deste e os próximos dados da empresa: História do Banco do Brasil, Afonso Arinos de Melo Franco (1988), Novo Modelo Organizacional para as Agências - informações gerais condensadas (agosto/1989), mimeo; O novo rosto do Banco do Brasil, s/d, Demas-Grafi.

empresa no sistema financeiro; certa perda de um papel diferencial e de prestígio em relação às concorrentes; uma reorganização da estrutura e organização interna. Mas era a perda da função social que parece dar o caráter de impacto às reformas. Ela possivelmente se colocava como a mais significativa para os funcionários porque apontava para uma função moral: visava atenuar as desigualdades sociais no país. Através desta função, o funcionário do banco poderia se reconhecer como um entre outros trabalhadores-cidadãos, que promoviam um trabalho de ressarcimento social. Sem o objetivo social mais global, retira-se certa parcela humanizadora do trabalho<sup>24</sup>.

"O banco era mais voltado a uma área social. E mesmo pra nós funcionários, ele tinha- vamos dizer assim- muito mais interesse na nossa carreira. E hoje em dia não, hoje em dia é como uma empresa privada, quer dizer, ele visa lucro. Embora exista ainda muita parte social (o banco se preocupa na parte da saúde) tudo...Mas não é a mesma coisa..." (Amélia, assistente de supervisão).

O sindicato tem atuado contra a mudança dos objetivos do banco, mas, ao que parece, retardatariamente. A implantação por parte da diretoria da nova "face do banco", onde este se insere no mercado financeiro basicamente com fins comerciais é, segundo a experiências de vários entrevistados, um fato irreversível. Diante da irrevogabilidade da mudança, os funcionários buscam adaptar-se da melhor maneira.

A mudança dos objetivos do BB na sociedade brasileira não se realiza sem resistências por parte dos funcionários e sindicato. Esta mudança repercute em renovações nos vários aspectos da realização do trabalho. Em primeiro lugar, muda o cliente alvo, que era anteriormente tanto aquele provido

<sup>24</sup> Esta relação indireta com o produto do trabalho e o maior compromisso social dos trabalhadores do setor de serviços, foi discutido por Offe(1989). Baseando-se em etnografias sobre funcionários no setor de saúde, argumenta que estes trabalhadores, na busca de respostas às noções de responsabilidade social e do sentido humanitário do trabalho, preenchem a insuficiência do sentido do trabalho cotidiano, no sentido moral mais geral.

de recursos financeiros, como também aqueles que sofriam os efeitos das desigualdades sócio-econômicas. O cliente converte-se unicamente naquele que possui recursos financeiros. Além disso, a relação cliente/funcionário modifica-se pois o funcionário do BB é equalizado ao de outras empresas na medida que não oferece nenhum produto exclusivo. O funcionário passa a ser, como outros, principalmente alguém que atua no interesse de captar recursos do cliente para a empresa, e não mais alguém que oferece produtos exclusivos na praça, perdendo, então, a posição privilegiada de "quase agente do governo". E, por fim, a empresa deve reordenar o quadro funcional de forma que mais funcionários sejam alocados para o atendimento ao público, reequilibrando a relação entre funcionários de suporte e funcionários de atendimento. Assim, de maneira geral, o centro das atividades da empresa desloca-se das atividades internas às atividades voltadas ao público.

A nova atuação do banco assume integralmente a retórica produtivista. Esta tem sido altamente propagandeada internamente de forma que os funcionários a entendam, conheçam a necessidade da mudança e a assimilem. O trecho que cito abaixo da entrevista com Arnaldo, confirma a nova retórica tecno-produtivista:

"Eu acho que cada empresa tem a oferecer um produto. O produto com o qual a empresa trabalha...a venda desse produto é a coisa mais importante, porque sem isso empresa nenhuma pode sobreviver. E toda empresa que vende, ela tem que ter um bom setor de marketing,né. E contando já com um bom setor de produção e qualidade. No nosso caso, a gente funciona do mesmo jeito:a gente tem um produto com o qual a gente trabalha,né. Só que precisamos...a gente não tem uma preocupação com a produção dele. Ele tem uma certa característica diferenciada,né. E um produto que já existe na praça. A máquina de produção na realidade, ela é não de gerar, mas de conquistar esse produto. Porque o acúmulo desse produto chamado dinheiro significa rendimento da empresa"(Arnaldo, assistente de supervisão).

Seguindo-se a argumentação de Arnaldo, é perceptível como este processo se encaminha no unidirecionamento da realização do trabalho dentro dos parâmetros utilitaristas e de acúmulo monetário. Intensifica-se assim a ligação do

trabalho bancário às atividades técnicas, onde o manejo de um certo instrumental limitado, com objetivos anteriormente definidos pela empresa e sob seu controle, é reforçado.

A recorrência com que os funcionários do banco cursaram faculdades e universidades - antes ou enquanto estavam trabalhando no banco - pode ser vinculada a certas expectativas de que o trabalho fosse algo mais do que uma atividade técnica. Entre os entrevistados encontrei pessoas que cursavam (ou cursaram) biologia, arquitetura, teatro, economia, relações exteriores, entre outros cursos. Os anos, o tempo e o dinheiro que se despendeu no estudo ligava-se, às vezes implicitamente, às vezes explicitamente, à busca de que a profissão seja compatível com certas idiossincrasias pessoais.

O estudo alimentaria uma promessa de que o "fazer humano" também fosse uma forma de realização e criação pessoal. Entretanto, esta promessa sofre reveses no limitado trabalho cotidiano do banco. A adequação à incômoda situação é encarada diversamente pelas pessoas:

"-O pessoal do banco normalmente sofre muito...eu faço terapia...Porque é um serviço muito, assim... tenso,né. Então, você tem que ganhar bem no banco porque o bancário deveria trabalhar seis horas, mas nós trabalhamos de oito a quatorze horas por dia,né.

- A tensão é devido a atividade desenvolvida rotineiramente?

- Antigamente era só o serviço mesmo: um trabalho rotineiro, não criativo. Ou seja, que não te permite criar nada, que acaba te fazendo virar quase autômato,né. O meu aqui não: se eu tiver que fazer isso eu prefiro morrer. Por isso eles me põe em outro lugar, porque senão não dá certo,né. Mas muita gente aqui no banco faz terapia. Tem problemas sérios da parte psicológica. E hoje em dia se alia à instabilidade no emprego. Hoje eles falam em demitir 25.000 funcionários como se fosse assim..." (Augusto, assistente de gerência).

O trabalho bancário, ao exigir a não criação, não incorporar variações, não gerar produtos e, ao mesmo tempo, demandar ritmos intensos e somar responsabilidades, faz do trabalhador (que se percebe como um trabalhador qualificado) alguém que tem que administrar individualmente

estas contradições próprias ao seu trabalho. Entre as "estratégias" que vão da terapia, à loucura, e o conformismo de Cláudio - que procura vivenciar uma relação completamente pragmática com o trabalho - existe certa distância:

"-E com relação aos filhos, qual a expectativa de futuro para eles?

-...Eu nunca deixei nenhum seguir a minha profissão. Não deixei nenhum seguir a profissão de bancário. Eu queria que fizessem um outro tipo de curso que pudessem ganhar mais, não que pudesse fazer o que gosta. O mérito não tá em fazer o que gosta. O mérito tá em gostar do que faz. Porque fazer o que gosta é muito fácil... Se eu fosse fazer o que eu gosto, eu em vez de ser auditor do banco, eu estava pescando lá no Mato Grosso. Mas aí, conseguiria dinheiro para sobreviver? Não. Então, tem que fazer... tem que gostar do que faz e procurar fazer o melhor. Agora: tem que levar no peito"(Cláudio, auditor da Cacex).

Cláudio descreveu sua busca de adequação à profissão no abandono de uma perspectiva em que o trabalho fosse um fim para o trabalhador. A possibilidade de realização estaria nos meios sociais a que o salário dá acesso: a sobrevivência, o consumo, o lazer, as propriedades, etc. Sua descrição foi um tanto explícita quanto a um processo de desvalorização do trabalho como dimensão em que o homem se realiza, para uma valorização dos elementos sociais que o consumo dá acesso.

A recorrência do estudo por parte dos bancários aponta uma certa tensão neste processo que eu denominaria de "esvaziamento" do sentido do trabalho. O curso na universidade abriria a possibilidade de se encontrar uma profissão onde a compatibilidade entre o meio e fim do trabalho se concretizassem ou como alternativa ao trabalho bancário. Porém, a realidade adversa do mercado de trabalho e a rotina do trabalho bancário, parecem conformar o trabalhador a uma perspectiva limitada e utilitária dele. E atualmente, as mudanças que se fazem em razão das novas metas de atuação do banco avançam neste processo de esvaziamento, pois excluem o fim moral do fazer.

Em geral, o estudo mesmo que não viabilize uma melhora na condição do trabalho, é marco de distinção

fundamental na sociedade e instrumento de colocação social: uma das garantias de "bom futuro dos filhos" é a prioridade que se dá ao estudo em "bons colégios" e "boas universidades". A questão é que o estudo não é apenas uma via de acumulação de conhecimentos com fins profissionais, ele é um instrumento de socialização. E é neste último sentido que ele tem ganho maior importância nas mudanças que se efetivam no banco.

Com um universo cultural ampliado o bancário pode se relacionar mais naturalmente com uma clientela diversificada ou mesmo elitizada, assumindo uma postura de pessoa educada, civilizada, informada. Como nas mudanças que vem sendo promovidas no banco, as relações interpessoais funcionário/cliente ganham uma maior relevância, o aspecto da formação escolar e cultural do funcionário ganha maior peso.

Um dos reforços dos treinamentos promovidos pelo banco, conforme os entrevistados, foi a certeza de que o comportamento deles deve mudar<sup>25</sup>. Segundo o novo modelo, a atitude do funcionário deve ser guiada por uma grande dose de domesticação do comportamento. Carlos, -que se apresentou como colaborador de um planejamento de "mudança cultural" dos funcionários do banco na medida em que deu várias sugestões em cursos de treinamento que ele viu implementadas-, descreveu da seguinte forma a nova atitude do funcionário com o cliente:

"Na relação com o cliente tem que conquistar...Há um namoro com o cliente. A gente tem até que lidar com fatores emocionais. Tem que envolver o cliente. Tem que se sentir bem aqui, agradavelmente aqui. Tem que tomar cuidado no que fala prá ele não se ofender, porque ele... Daí nós conseguimos um bom cliente pró banco, que vai dar uma alta lucratividade pró banco. E o cliente gosta que lhe atenda bem...Ele dá os serviços e os produtos que ele quer" (Carlos, gerente de expediente).

<sup>25</sup> A proporção de funcionários que fazem cursos internos de especialização é alta, chegando a quase 2/3 do total de funcionários, sendo que em 1987 o Banco tinha 128.528 funcionários. Fonte: Modelo Organizacional para as Agências, agosto/1989, mimeo.

Ser dócil, solícito, controlar o mau-humor, não demonstrar rispidez ou contrariedade no tratamento com os outros: regras de civilidade que passam a ser assumidas não apenas pelo fascínio que o "jeito culto de ser" promove, mas em função do aconselhamento e do receituário dado nos cursos de treinamento e nas admoestações do responsável, e em função da intensa mobilização e controle de todos na disseminação de uma disciplina que atinge o corpo, os gestos, as posturas. Docilidade quase fatalmente aceita por um sujeito que sabe que a sobrevivência no mercado não se faz através de condescendências e grandes oportunidades, mas no conhecimento e adequação aos limites que lhe são impostos. Lúcia, uma funcionária apontada como "modelo" pelo gerente da agência, descreve seu trabalho na localização intermitente de dificuldades e limites, contrabalançadas por ligações afetivas a vários níveis, formando uma imagem híbrida e tensa de seu trabalho:

"Sinceramente eu gosto do meu trabalho...E a única coisa no banco que eu gosto e que me segura porque eu também não tenho,... vamos dizer assim,... chance de sair: eu não sei fazer nada, não tenho curso superior.... O meu primeiro trabalho não foi bancário, mas foi quase, e dali prá frente foi o banco...Eu gosto e acho inadmissível uma pessoa que não tem paciência com o cliente porque o cliente tá agindo de uma maneira errada ou porque isso, porque aquilo... Eu adoro o que eu faço. E eu acho assim: a função do banco é o cliente. Então eu acho que o meu trabalho é a linha de frente do banco"(Lúcia, caixa executiva).

Na medida em que se amplia a importância das relações interpessoais no trabalho, esta se faz no sentido de potencializar seu caráter mercantil. O funcionário atua agradavelmente e protetoramente em nome do banco, o cliente é o objeto da conquista que pode dar maior ou menor lucro. Esta sociabilidade, onde ser agradável é um item do trabalho, vai de encontro com a mística da solícitude presente na sociedade moderna, descrita nos seguintes termos por Baudrillard:

"A sociedade de consumo não se designa apenas pela profusão dos bens e dos serviços, mas pelo fato ainda mais importante de que tudo é serviço: o que se oferece para

consumir nunca se apresenta como produto puro e simples, mas como serviço pessoal e como gratificação. Desde "Guinness is good for you" até a profunda solicitude dos homens políticos pelos cidadãos, passando pelo sorriso da hospedeira e pelos agradecimentos do distribuidor automático de cigarros, todos nos encontramos rodeados de formidável prestabilidade e envoltos pela coligação da dedicação da boa vontade" (Baudrillard, 1981:196).

Enfim, procurei seguir, conforme as entrevistas e minhas observações, os diversos sentidos ligados ao trabalho e ao estudo e seus cruzamentos. Como tem apontado Bourdieu (1987) o sistema de ensino na sociedade moderna é uma instituição fundamental para a formação dos habitus de classe. No caso dos funcionários do banco, estes aspectos menos evidentes da formação escolar próprios ao habitus de classe, como a valorização da noção de civilidade e a assimilação de uma certa docilidade na mudança do comportamento, são especialmente valorizados. No que tange a estes aspectos e a formação do técnico com cultura média, a formação escolar, mesmo sendo um investimento particular e individual do funcionário, é uma extensão adequada à empresa.

A formação numa profissão é uma garantia individual de inserção num mercado de trabalho mais amplo. Entretanto, internamente ao banco, a relação entre trabalho e estudo não é direta nem unidirecional. Quer dizer que, em termos individuais, seria inapropriado um cálculo que procurasse medir posição alcançada em função dos anos e esforços despendidos na formação escolar. Entretanto, o peso simbólico da formação escolar garante uma colocação social de privilégio, por legitimar a inserção num contexto cultural próprio aos "homens de bem". A formação escolar adequa posição social e universo cultural. Ela é assim um quesito social de posição, mas não um instrumento pleno de ascensão.

## 5. O CONSUMO

Não há como se morar em bons bairros, usufruir dos bens de consumo e culturais de uma cidade, ter boas casas sem se ter dinheiro para adquiri-los. A base monetária para se manter um "padrão de vida", projetar e assegurar um futuro para si e os seus também é evidente. A conexão entre as distribuições espaciais e os usos e controle do tempo e os constrangimentos monetários, é um pressuposto básico no capitalismo. Conforme procurei observar neste estudo de caso, a estruturação entre estas três variáveis esteve envolvida por uma série de pequenas e constantes disputas entre quem domina os recursos e o poder de normatizar a sua distribuição, e os outros que estão sob a dependência deste controle.

Estas disputas não se colocaram todas no mesmo nível ou no mesmo sentido. Os funcionários resistiam seja através das reclamações diárias, na não extensão de suas seis horas de trabalho, nas tentativas de adequar suas "vocações" ao trabalho, na busca de formação profissional que lhes possibilite "cair fora do banco", na resistência a um processo de nomadismo que os individualizasse a ponto de quebrar os vínculos familiares, na realização de terapias, nos casos de "loucura", etc. Entre estas várias estratégias, individuais e coletivas, articuladas de um modo realista, pragmático, fatalista ou utópico, está-se criando barreiras a um processo de individualização regido dentro dos

---

20 Segundo Harvey (1989) uma compreensão articulada da sociedade pós-moderna entre as dimensões econômica, política e cultural, pode ser formulada tendo as concepções de tempo, espaço e dinheiro como diretrizes. "Movements of opposition to the disruptions of home, community, territory, and nation by the restless flow of capital are legion. But then so too are movements against the tight constraints of purely monetary expression of value and systematized organization of space and time. (...) Indeed, much of the colour and ferment of social movements, of street life and culture, as well as of artistic and other cultural practices, derives precisely from the infinitely varied texture of oppositions to the materializations of money, space, and time under conditions of capitalist hegemony." (1989:238).

parâmetros empresariais. Em que direção e com que capacidade de interferência são outras questões.

Contudo, até aqui não ressaltai uma noção básica: estas pessoas são assalariados e, portanto, vendem o seu tempo de trabalho, de modo que quem o comprou, o utilize. E na disputa sobre o valor deste tempo que a categoria tem historicamente se organizado como um coletivo, em mobilizações por reposições ou aumentos salariais.

A partir do salário estas pessoas organizam seu orçamento doméstico, administrando mensalmente os recursos para alimentação, saúde, vestuário, educação dos filhos e, dada uma margem de manobra no orçamento, o consumo de bens duráveis e a compra de alguma propriedade. Estes recursos são geralmente consumidos pela família. Assim, se a luta por melhores salários pressupõe o coletivo, o usufruto tende a repor as diferenças internas à categoria.

Além disso, a relação entre tempo de trabalho/salário dá a base social, o equivalente a partir de onde se podem localizar as distâncias sociais mais gerais (os outros bancários; os diferentes segmentos da classe média, os ricos e os pobres). Como equivalente geral, a base salarial pode servir para comparações sobre o que está "dentro e fora do grupo", repondo "verdades" no estabelecimento das desigualdades sociais ou exigindo suas transformações.

Até o final de 1991, o salário de um bancário do Banco do Brasil era relativamente superior ao de outros bancários<sup>27</sup>, com uma variação salarial interna que não chegava ultrapassar 33%<sup>28</sup>. Isto garantia uma inserção

<sup>27</sup> Se entre os funcionários do BB a média salarial é entre 7 a 10 salários mínimos (O Espelho, 06.11.91), entre os dos bancos particulares 67% se concentram na faixa de 4 salários mínimos (Bonelli, 1987:41).

<sup>28</sup> A composição salarial do bancário em novembro de 1991 era feita da seguinte forma: soma-se o vencimento padrão com o anuênio, mais o adicional padrão (conforme o cargo comissionado), vezes 25% de gratificação incorporada. Isto significava que em novembro de 1991, a maioria dos trabalhadores E6 recebiam Cr\$550.000,00; o mais baixo salário funcional era de Cr\$350.000,00 e o mais alto, E12,

positivada na sociedade de consumo. Como já apontei, o orçamento familiar dos entrevistados permitia, além da manutenção de um "bom padrão de vida", a constituição de um patrimônio familiar modesto.

"-O banco é interessante. Em termos financeiros o banco foi bom até 82/83, né. Quer dizer, entrei sem nada e já tenho minha casa paga, tenho uma certa estabilidade financeira que a gente não teria sem o banco. Isso a gente tem que reconhecer, né.

- Você tem propriedades?

- Tenho, e com o dinheiro do banco. Comprei essa minha casa, comprei uma casa prá minha mãe que ela não tinha. Então, financeiramente o banco compensou"(Augusto, assistente de gerência).

Esta avaliação trabalho\salário coloca-se diferentemente em função dos termos da comparação: frente às expectativas individuais, frente à categoria bancários, em relação à "classe média". O mercado de trabalho para uma pessoa especializado em contabilidade em cursos do banco, como é o caso de Augusto, seria provavelmente duro, cheio de incertezas e inúmeras flutuações, quanto ao orçamento familiar. A permanência no banco, com uma margem de reserva de salário acumulado no decorrer dos anos, com o auxílio dos sistemas internos de financiamento entre os funcionários<sup>27</sup>, permite que um consumo de conforto e bem-estar se realize com segurança.

O rebaixamento salarial sofrido por esta categoria no início dos anos 80 tem implicado em diferenças de padrão de consumo por geração<sup>30</sup>. Enquanto os entrevistados mais

---

era de Cr\$1.080.000,00. Na mesma época, a faixa salarial de um digitador em banco era de Cr\$180.000,00.

<sup>27</sup> O sistema previdenciário dos funcionários do banco é bastante respeitável, a PREVI, com um patrimônio de cerca de U\$6.000.000, sendo um dos maiores investidores da bolsa de ações (dados fornecidos pelo sindicalista Dorival dos Santos em entrevista, dia 10.10.91).

<sup>30</sup> Os dados do Dieese através das Guias de Distribuição Sindical de março de 1977 e abril de 1982, verificaram alterações na distribuição salarial entre os bancários em geral. Em São Paulo registrou-se um crescimento de 25% na faixa de renda entre 3 salários mínimos, que partindo de 44%

velhos apontavam a perspectiva de passar seus anos de aposentadoria em sua propriedade rural (sítios); a nova geração ( com 8 a 15 anos no banco), sofria dificuldades em criar uma "infraestrutura familiar básica": em termos da matrícula dos filhos em escolas particulares, para equipar a casa com eletrodomésticos mais modernos, para comprar uma casa própria, comprar um carro mais moderno, etc.

Independente da perda real do poder de compra do salário do bancário, é interessante apontar um fenômeno comum em relação a diferentes atitudes das gerações frente ao consumo. Esta diferença tornou-se evidente na comparação das histórias de vida dos bancários.

Entre as famílias dos bancários que entraram no banco na década de 60, a família nuclear geralmente contava com a esposa como dona-de-casa. A família, nos primeiros anos de casamento, não se constituía apenas como instituição de consumo, mas em certa medida, de produção: aparece nos relatos de história de vida descrições sobre as atividades da esposa que costurava para os filhos, até atingirem certa idade; sobre os trabalhos de marcenaria na fabricação da primeira mobília da casa; e, inclusive, uma rotina onde ao se sair do banco, ia-se trabalhar como pedreiro na construção da casa própria.

Esta dimensão da função da família se perdeu no processo de modernização. Nas gerações posteriores é usual que a mulher trabalhe fora, o que amplia enormemente a dependência da provisão da família por recursos sociais disponíveis no mercado. Isto significa que a família passa a ter ampliada sua atuação no consumo. Neste caso, uma parcela proporcionalmente maior do salário tem que ser despendida para manter um padrão familiar similar ao da geração anterior.

Além disso, é próprio da sociedade de consumo uma lógica de ampliação em progressão do leque de bens de conforto que se tornam necessidade. De forma que a negação

---

em 1977 chegou a 1982 com 55%, refletindo uma queda nas demais faixas de renda (Bonelli dos Santos, 1987:41).

daquela demanda já assimilada pode transformar-se, num segundo momento, numa atitude de sacrifício anteriormente inexistente. Baudrillard(1981) trata este fenômeno como parte de uma ordem simbólica da sociedade de consumo que denomina de "mito do cargueiro":

"A massa dos consumidores não viverá a profusão como "efeito da natureza", cercada como está pelos fantasmas da terra da promessa e persuadida pela ladainha publicitária de que tudo lhe será previamente dado, tendo ademais um direito legítimo e inalienável sobre a profusão? A boa fé no consumo surge como elemento novo; as novas gerações são doravante os herdeiros, herdando não só os bens, mas o direito natural à abundância"(Baudrillard,1981:24).

Estas mudanças fazem com que o padrão do conforto entre as gerações não se estabeleça objeto por objeto, onde o jogo de sala da década de sessenta corresponde a outro de noventa, mas sim na relação de homologia entre o que é símbolo de conforto em cada década.

O valor do salário é estipulado nos dissídios coletivos, em mesas de negociação que envolvem representantes sindicais, diretoria do Banco e representantes do governo. Sem entrar nas questões de organização sindical e da participação da categoria nos movimentos<sup>31</sup>, o aspecto mais evidente da noção de coletividade que observei entre os entrevistados, diz respeito ao reconhecimento de todos estarem submetidos a um mesmo conjunto de leis, próprios ao seu contrato de

<sup>31</sup> Entre o sindicatos de classe média, o sindicato dos bancários é um dos mais ativos e bem constituídos (Bonelli dos Santos,1987). Dentro do sindicato dos bancários, a participação dos funcionários do BB é bastante decisiva. Isto ocorre não apenas pelo número de trabalhadores que representa, mas porque existe um vínculo razoavelmente estruturado entre o sindicato e funcionários do banco.

O vínculo estabelece-se mediante duas estratégias: da criação de vários fóruns de discussão e de uma distribuição espacial ampla. Por um lado, a organização interna de delegados sindicais, encontros, congressos e executiva nacional dos funcionários do banco. Por outro, esta estrutura está ligada a uma distribuição por locais de trabalho razoavelmente bem distribuída.

trabalho. Como trabalhadores submetidos ao mesmo contrato de trabalho e à mesma legislação trabalhista, eles tenderam a registrar a peculiaridade individual na referência ao traço distintivo da lei mais aproximado ao seu caso particular (resgatavam, conforme o caso, a questão da aposentadoria, a da licença saúde, licença paternidade ou maternidade, hora-extra, etc). Existia em geral uma perfeita consciência da condição de trabalhador-cidadão, de que seus direitos e deveres estão escritos, bastando achá-los<sup>22</sup>. O fato de que o banco cumpria a lei foi lembrado algumas vezes como exceção, situação expressiva do acesso a certos privilégios comparando-se aos outros assalariados.

"O que você tem no banco é uma empresa que cumpre os contratos de trabalho que ela faz. Ela cumpre as leis à risca. Por isso muitas empresas consideram regalia esse auxílio creche, entendeu. Mas muita empresa não cumpre nem o que a lei determina, quanto mais o que a lei faculta, entendeu?" (Lúcia, caixa executiva).

Esta percepção de que os funcionários do BB têm acesso a direitos que são negados a outros trabalhadores parece ter se tornado mais nítida nos últimos anos. Isto estaria ligado a algumas reportagens e mensagens de homens públicos vinculadas na imprensa (VEJA, junho/83), onde se descreveram as condições de trabalho dos bancários do BB como de "marajá". O exemplo máximo foi uma declaração do presidente Collor falando de forma genérica que o salário do bancário do BB girava em torno de U\$4.000 (Folha de SP, 10/dez/90). O nível de falsificação da realidade destas notícias foi tão exagerado que gerou, além do descrédito quanto à imprensa, certa percepção de que a "campanha contra" refletia também uma campanha contra uma situação de direito estabelecida.

De modo geral, a avaliação que estes trabalhadores tinham era que o salário ganho garantia uma posição favorável na sociedade, mas que, se não se estivesse

---

<sup>22</sup> Mais adiante discuto este aspecto de que a lei é algo que se procura, e não uma instância constituída dinamicamente, lugar de luta e disputa a partir do parâmetro do justo.

individualmente atento, esta margem de conforto poderia escapar por entre as mãos. O controle do orçamento, com os sacrifícios necessários de previsão de futuro, era uma atitude razoavelmente comum.

Entretanto, a percepção de que a margem de conforto diminuiu nos últimos anos remetia a uma situação social mais geral, em que a classe média era tida como a principal "vítima" do processo inflacionário que ocorre no país. Antes porém de descrever e interpretar as imagens que os entrevistados registraram da dinâmica das divisões sociais, considero oportuno marcar as conexões que eles estabeleceram entre sua posição social, seu trabalho e os projetos de ascensão social.

#### *6. LEI, ORDEM E DILEMAS MORAIS*

De diferentes modos os vários aspectos da vida dos funcionários do banco estão vinculados aos parâmetros dados pela empresa. As normas internas, mesmo que oferecendo possibilidades nas variações das respostas individuais (existem várias formas de seguir as regras de afluência; o plano de carreira mesmo que se pautar num modelo, conduz a um grande número de variações), estão colocadas de modo a exigir do trabalhador respostas que promovam uma certa postura de vida e a realização de uma vida privada de determinado tipo. A formação do trabalhador no banco se agrega, além do profissional bancário propriamente dito, a pessoa moral, o pai ou mãe de família, e, de modo menos direto e mais flexível, o estudante e o praticante de um hobby. Lidando permanentemente com a riqueza alheia, a sua formação como trabalhador é também a realização da imagem do profissional idôneo, a constituição da postura de "homens e mulheres de bem". Neste último item vou procurar compreender e discutir o que está presente nesta postura, bem como a relação com o mundo que está "fora" dela.

E do senso comum que o "homem de bem" é aquele que prima por se distinguir de tudo que é excessivo, guiando-se pela modéstia. A afinidade do trabalhador com esta postura ligar-se-ia a uma determinada compreensão sobre o funcionamento da sociedade. Pois é em relação ao modelo de funcionamento global que se pode localizar a posição mediana e a realização daquilo que é bom por se distinguir dos extremos.

Uma visão imediata da sociedade foi dada pelos entrevistados quando se perguntava sobre os projetos de vida: é neste momento que a pessoa pode considerar suas próprias possibilidades e seus objetivos em relação a posição social que ocupa. Em geral, o entrevistado apresentava então um modelo de ascensão social que, como modelo, tem uma coerência interna, onde se exclui as imperfeições e imprecisões dele em relação à "realidade".

Na explicação de funcionamento de um mecanismo é preciso localizar os meios pelos quais ele se movimenta. No caso da explicação da dinâmica possível entre as posições sociais, o procedimento foi similar: apontava-se os instrumentos socialmente reconhecidos para que se tivesse melhores retornos sociais. Ao levantar esta questão para os entrevistados no banco, diferentemente dos pequenos proprietários e donas-de-casa, as respostas remetiam diretamente ao universo do trabalho e seu plano de carreira.

A totalidade a que se referiam era tendencialmente a empresa. Isto é bastante significativo. Neste caso, o funcionário acaba por se vincular à instituição para a qual trabalha, excluindo a perspectiva de exercer sua autonomia e iniciativa em relação a seu desenvolvimento e ascensão profissional<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Este "fechamento" do futuro profissional dentro do banco é um tanto quanto ambíguo. Usou-se fazer estas considerações em resposta a questão direta: "O que você pretende fazer nos próximos anos?". Mas ao mesmo tempo, o empenho em se ter uma formação profissional, base alternativa do trabalhador ao banco, aponta para estratégias individuais que visam "cair fora do banco". Sem entrar nestes dilemas, vou tomar estas respostas restritivas do futuro profissional como uma entre

A exclusão de um horizonte mais ampliado para se projetar o futuro confirmaria a forte conexão, já apontada anteriormente, entre os funcionários e a empresa. Nesta postura cômoda e modesta, a diferença entre autopreservação e preservação da empresa se confunde com eficiência.

Não se pode, entretanto, superestimar esta noção de "fechamento" dos funcionários em relação aos parâmetros da empresa. Nela não estaria implicada a incomunicabilidade com o que está fora. Os critérios que são colocados internamente à empresa, cabem em categorias sociais mais amplas. Para os entrevistados o trabalho impunha-se como instrumento social definidor da posição e da possibilidade de ascenso entre segmentos da classe média e classes populares. O estudo foi descrito como instrumento complementar, bem como a família bem estruturada.

Se estes elementos se constituíram como instrumentos da melhora de vida, outros serviram para medir o grau da ascensão. Ai estavam tanto o consumo como as propriedades. Assim, a medida da boa colocação social estaria no acesso, ampliado ou não, ao que o mercado oferece.

Conforme as noções mais usuais dos entrevistados, pertencer à classe média implicava em estar bem colocado socialmente. E a prova desta boa colocação se fazia no mercado, na conquista de uma prosperidade econômica.

A distância social entre os "pares" da classe média e os pobres se localizava bem nitidamente em torno das avaliações do acesso ao mercado. As afirmações em algumas entrevistas de que "os pobres são pobres mesmo" e que, portanto, não sentiam tão agudamente o declínio econômico vivido pela classe média nos últimos anos, parecia se justificar por que os pobres já viviam sob o regime da necessidade, e esta não se reduz nem amplia. O pressuposto desta afirmação e outras do gênero seria que a pobreza é do universo da necessidade, que por sua vez faz parte da natureza, que por definição é estática. Já o consumo de

---

outras possíveis, mas que pretenderiam carregar uma certa dose de realismo.

classe média seria algo que se coloca socialmente, tendendo a sofrer renovações constantes. Mas nem por isto, concebido como menos legítimo e natural.

De modo geral, a imagem da sociedade era ordenada, onde todas as coisas pareciam ter (mesmo que não estivessem em) seus devidos lugares. Comparando a perspectiva da descrição da sociedade global realizada pelos entrevistados do banco evidenciou-se que, se estas imagens eram constituídas de forma um tanto complexa e criticamente, estavam carregadas de um tom de rejeição, numa indisposição a como as coisas se arranjavam "lá fora".

Vou procurar compreender em que medida não se reperia nestas imagens uma postura de fechamento ou indisposição quanto ao que está fora do seu próprio mundo a partir de duas vias: uma ligada a uma noção de natureza humana, que partiria do pressuposto de que todas as pessoas são iguais na medida que almejam, em graus variados, seu bem estar e prosperidade econômica. Outra, que entre os três estudos de caso é singular aos funcionários do banco, que refere-se a uma visão da sociedade fortemente articulada a relação com a lei.

Para enfocar a primeira via, cito um trecho da entrevista com Arnaldo, jovem assistente de supervisão do banco, responsável pela região de Campinas, justamente quando nós discutíamos a relatividade dos parâmetros de ascensão social:

"...E, mas é dentro daquilo que eu falei. Dentro daquilo que a pessoa estabeleceu para ela. Se estabeleceu como objetivo e o que ela conseguiu em faixas etárias diferentes, você vai obter respostas diferentes. Mas eu acredito que as suas respostas, eu acho que não deverão ser muito fora...De acordo com a faixa etária a pessoa fala da realidade...Se conseguiu bastante, ela vai dizer conseguiu bastante...(..) Mas se você pegar uma pessoa realista, numa faixa intermediária na vida dela, talvez.. em que ela no princípio tenha se estabelecido um..talvez..um sonho, ou a perspectiva não tão ruim..(..)e o que ela constata é que ela conseguiu alguma coisa muito discreta,né. Ela vai ter que dizer que as coisas não foram fáceis, foram difíceis. E o caso da minha resposta, porque eu não sou nenhum sonhador,

eu sou realista. E a minha realidade eu meço com números: 14 anos de trabalho, quanto de capital acumulado?

- Mas estes números não estão relacionados a um contexto social mais geral?

- Mas este contexto existe prá todo mundo. E aí você vai ter que se referir a processos históricos mais gerais, a medidas, etc.

- Mas todo indivíduo não está inserido num contexto mais geral?

- Mas os dados aos quais eu estou me referindo, não importa o contexto. São os números frios: você faz uma pergunta, eu dou uma resposta com os números. Se você sente a necessidade de questionar o contexto, aí vai dar pano prá manga. Você vai ter que reclamar sobre tudo, naturalmente.

As expectativas individuais dentro deste contexto mais geral, elas flutuam, mas discretamente. Porque há uma perspectiva que não flutua, que é a perspectiva de você ser bem sucedido financeiramente na vida, tá certo. E essa não muda.

- E esta perspectiva é geral?

- E um consenso de todo mundo, eu acho que sim. Talvez na consciência do rico, isso não ocupe tanto a cabeça dele porque ele já é rico, tá certo. Não tem muito com o que se preocupar... O que ele tem que se preocupar, é em não perder o que tem, né. Então muda a perspectiva de consideração. Mas todos aqueles que se encontram em faixas econômico-sociais abaixo dos ricos, certamente que terão que se preocupar. Ou estarão sempre sonhando numa posição mais elevada economicamente." (Arnaldo, assistente de supervisão).

O mundo das pessoas seria, segundo Arnaldo, um mundo de disputa. Os indivíduos definem objetivos e estratégias para realizá-los, e eles se encontram apenas na medida que todos querem "ser bem sucedidos financeiramente na vida". Trata-se de um mundo competitivo, onde a ordem das coisas já está dada a priori.

Para Arnaldo, existem variações individuais em relação a esta ordem social global, mas estas ocorrem apenas em termos quantitativos: se pode ambicionar mais ou menos. Qualquer escape em relação à ordem de mundo estabelecida por esta racionalidade, seria frágil e limitado. Neste caso, não há como se fugir da coerção da ordem, pois as tentativas para tanto revertem-se em simples devaneios na medida que ela se recoloca a nível concreto na vida das pessoas. Ao cabo dos anos, a avaliação da realização individual se faz na relação entre coisas acumuladas e tempo despendido.

A preponderância do econômico como dimensão social mais significativa faz com que os vários planos da experiência de vida convertam-se em aspectos ora complementares ora decorrentes dele. A maneira de se falar, de se vestir, o sentido do trabalho, a mobilidade geográfica, a disposição da casa própria, a organização do tempo cotidiano e a projeção de futuro são aspectos da vida das pessoas que variam conforme se é novo ou velho, homem/mulher ou criança....Mas, conforme o discurso de Arnaldo, entre todos os recortes possíveis, somente o do econômico, que pode ser diagnosticado na quantificação das coisas acumuladas, é o legítimo porque o determinante.

Esta determinação do econômico a todas as esferas da vida social não é, de modo algum, estranho a nossa visão de mundo. Sobre ela se assenta toda uma atuação pragmática de acúmulo material próprio ao mundo burguês. Isto já é conhecido e foi bem afirmado pelos clássicos. A dificuldade está em que esta racionalidade é tão profundamente conectada com nossa percepção de realidade que, como apresenta Sahlins (1979), torna-se quase inapreensível que ela é uma ordem simbólica e, portanto, constituída arbitrariamente. Inadvertidamente, através do economicismo, é obscurecido que a sociedade burguesa também é uma ordem cultural e política.

E recorrente que toda ordem cultural seja afirmada etnocentricamente. Este fenômeno possibilita uma adequação naturalizada dos homens à sua visão de mundo e a negação de outros possíveis. Neste sentido, uma das propriedades da atualização cultural é que, mesmo com sua arbitrariedade, ela se efetiva com naturalidade entre seus membros nativos. É adequado que se tome efetivamente a sério a hegemonia economicista na sociedade contemporânea, diante de sua alta complexificação e fragmentação, e que convive com a tendência um tanto conflituosa da relativização?

Não pretendo responder esta questão, mas apenas apontar que tanto no discurso de Arnaldo, como em muitos outros ditos pelos bancários, a maneira como se expressava a busca da coerência da atuação do indivíduo com relação à

ordem social mais geral (e o seu economicismo) era carregada de forte sentido de "compressibilidade". Existe uma percepção, mais ou menos comum, de que uma das condições de vida é que o espaço de atuação individual é restrito e dirigido. A coerção da ordem mais geral impossibilita uma atitude tranqüila e reforça uma certa tensão, onde as estratégias de realização econômica são vistas e revistas continuamente. Postulava-se em algumas entrevistas que uma das formas de acesso a um modo de vida onde o indivíduo pudesse atuar mais livremente, era exatamente seguir a ordem das coisas, atuar adequadamente segundo a racionalidade econômica.

Seguindo-se os argumentos de Arnaldo, o que parece distinguir os ricos dos demais segmentos sociais é seu acesso ao "reino da liberdade". O controle econômico lhes garantiria a possibilidade de agir conforme uma outra razão, independentemente da pressão de "ter que adquirir mais". Isto lhes daria uma condição de maior realização humana, pois o posicionamento diante do mundo não estaria condicionado pela necessidade, mas pelo arbítrio pessoal. Neste sentido, pode-se entender que os ricos estão acima do mundo natural, em contraste com os pobres, que estão submersos e submetidos a ele. Ocupar a escala intermediária desta sociedade segmentada é ter a ameaça de um rolo compressor que vem de baixo e que constrange continuamente.

Nos relatos de vida dos entrevistados se reconhecia múltiplas causas, quando buscadas, para os rumos que as suas vidas tomaram. Mas a preponderância da explicação segundo a condição econômica era recorrente e, frente a ela, as demais perdiam seu significado. Com isto, os desejos e expectativas individuais eram subordinados a uma ordem unidirecional e inquestionável. Contudo, em muitos relatos sobre eventos da história de vida, quando não se buscava necessariamente uma explicação para a própria atuação, esta determinação não se estabelecia. Provavelmente isto se deve a uma busca de sentido, onde na dimensão econômica se tem a significação da experiência estabelecida de maneira mais clara e completa,

portanto, mais satisfatória. Apenas em lapsos de entrevistas, a explicação segundo o pragmatismo economicista era encarado com certa estranheza, como efeito retórico da linguagem. Se ocorresse mais vezes, a naturalidade cairia por terra.

Parece entretanto que muito desta ingerência da ordem econômica na vida das pessoas, como uma ordem internalizada que dispõe e exige do indivíduo uma atuação domesticada, é intensificada em função do meio em que estes trabalhadores estão inseridos. Conforme veremos mais adiante quando nos detivermos no estudo de caso dos pequenos comerciantes, as regras do mercado, as normas jurídicas, a questão da cidadania apresentam-se aos comerciantes mais como um jogo de amplas possibilidades do que como uma "Carta de Princípios" que englobasse as várias ações possíveis das pessoas. Aos comerciantes, o estabelecimento da "Lei e da Ordem" é dada na própria disputa e não por um valor sagrado que contivesse.

Minha sugestão é que a pressão exercida pela ordem econômica mais geral é bastante evidente para os funcionários provavelmente por um certo jogo metonímico, onde a ordenação de mundo dado pelas regras da empresa apresenta-se como a atualização do que parece ser global. Como se a previsibilidade e planejamento da empresa, seu procedimento de tomada de decisões baseado na hierarquia e autoridade, fossem apenas a atualização local de um mundo regido por estes mesmos princípios de ordem. Frente a um mundo regido por uma Ordem maior, o lugar do indivíduo é conquistado fundamentalmente através da adequação<sup>34</sup>. A força da organização coletiva desta categoria é o outro lado desta

<sup>34</sup> Nesta análise acompanho a percepção sociológica de Wright Mills (1979) sobre os white-collars, que os descreve atuando segundo uma visão de mundo fundamentalmente afetada pela presença da autoridade. Contudo, procuro acrescentar que, entre os entrevistados do banco, a questão da autoridade remete não tanto às pessoas, mas ao sobrevalor e unidirecionalidade que a própria regra ou norma obtém. Ao que parece, a pessoa pode momentaneamente incorporar o poder da lei, sua autoridade está referida justamente a esta ligação, e não pelo que elas são como pessoas.

visão, já que é a organização sindical que pode disputar frente a criação e regulamentação da lei.

Isto contudo anuncia um obstáculo com respeito às outras categorias sociais, especialmente aquelas que são identificadas ao mundo da pobreza, pois não acumulam a experiência de uma atuação social conforme os parâmetros normalizados do homem econômico, nem a da atuação política por meio de representações sindicais. Neste sentido a distância com aqueles que são pobres estaria dada não apenas pelo reconhecimento de diferenças de condição, mas no entendimento de que eles vivenciam um mundo onde seus próprios referenciais e apoios no mundo são impraticáveis, quase inúteis.

O tratamento que os funcionários do banco têm com relação aos estagiários compatibiliza-se com a atitude mais geral frente ao problema da pobreza. Os estagiários trabalhando o mesmo período que os funcionários, com atividades específicas, acabam por se submeter a uma condição de direito completamente negativa comparativamente: eles não têm acesso ao padrão salarial, têm contratos de trabalho máximos de um ano, não têm direitos a faltas ou férias, auxílio saúde, etc. Sob a alcunha de "estágio" se regulariza, frente à lei, uma situação de desigualdade explícita.

Enquanto a desigualdade entre os próprios funcionários era tema constante nas conversas que mantivemos, pouco se falava sobre os estagiários e sua posição desigual frente à lei.

Pode-se entender tal silêncio como a estabilização e normalização da situação, corroboradas por uma certa tradição de cidadania descrita e analisada por alguns sociólogos brasileiros. Na tradição da "cidadania regulada"<sup>22</sup>, conforme definida por Santos (1979), existem

<sup>22</sup> Este termo foi cunhado por Wanderley dos Santos para se referir ao processo restritivo de cidadania no Brasil, no qual a cidadania é outorgada pelo Estado e mediada pelo sindicato. "são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações

entraves habituais a extensão dos direitos entre trabalhadores de uma mesma "comunidade" em função da priorização da lei (formalmente estabelecida), que diferencia os trabalhadores conforme seus próprios critérios.

Sem representação sindical, distantes de uma situação regulamentada de igualdade na relação de trabalho, sem meios de obtê-la a menos que se questione a própria legislação, os estagiários não tem peso político efetivo. Esta impotência política foi magistralmente registrada no caso da demissão em massa, ocorrida em novembro de 1990 na agência centro: a demissão de metade dos estagiários da agência seguiu o único critério, completamente inusitado para uma relação de contrato de trabalho, da ordem alfabética dos nomes: demitiram-se as pessoas cujos nomes iam da letra F à Z. Uma estagiária entrevistada brincou com sua situação, agradecendo que sua mãe não a tivesse registrado como Elena com H.

Uma visão legalista parece impedir que se tenha solidariedade e atitudes de enfrentamento à lei na medida que se descumprem os direitos sociais elementares para este segmento dos funcionários. O direito valeria dentro do banco (e em relação aos outros da categoria) para a parte de funcionários que detêm a capacidade de fazer valer para si a normatividade da leis, os outros estão simplesmente excluídos dela. Nesta postura a questão do justo e injusto não regula as relações sociais ampliando os referenciais da lei mas, ao contrário, repõe-se na consecução da lei a relação desigual com relação aos direitos, aos recebimentos, aos benefícios sociais e ao poder social.

---

reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro de comunidade"(1979:75, grifos do autor).

### Capitulo 3: TRABALHANDO NO COMERCIO

### 1. Trabalhando no comércio:

A relação entre a ascensão burguesa e a expansão e a consolidação do individualismo é estreita e amplamente reconhecida, mesmo que se possa remeter a origem da noção de indivíduo aos gregos (Mauss, 1974) ou aos primeiros cristãos (Dumont, 1989). Com a ascensão desta classe articulou-se um amplo processo de transformação e dinamização social em suas múltiplas dimensões, -econômica, política, cultural, religiosa, tecnológica-, que acabou por interferir e romper as bases holísticas (formadas em torno de comunidades, fraternidades, parentelas, etc) que estabilizavam os vínculos sociais. Com este processo de transformação global, os aspectos de autonomia e independência individual tornaram-se questões postas e pontos problemáticos às pessoas dos mais diferentes segmentos e classes sociais, envolvendo todos, homens e mulheres, trabalhadores, médicos, camponeses, burgueses, etc. Uma nova estrutura da personalidade é demandada pela própria disposição dinâmica da sociedade.

A burguesia foi a figura de proa deste processo devido às suas características de inovação, desenvolvimentismo e ativismo. Marx descreveu o ímpeto e o ritmo do ativismo burguês nos seguintes termos:

"A burguesia, em seu reinado de apenas um século, gerou um poder de produção mais massivo e colossal do que todas as gerações anteriores reunidas. Submissão das forças da natureza ao homem, maquinário, aplicação da química à agricultura e à indústria, navegação a vapor, ferrovias, telegrafia elétrica, esvaziamento de continentes inteiros para o cultivo, canalização de rios, populações inteiras expulsas de seu habitat - que século, antes, pôde sequer sonhar que esse poder produtivo dormia no seio do trabalho social." (Marx in Bermaf, 1988:91).

Esta postura ativa frente ao mundo engendra suas próprias contradições. Se por um lado, a criação é obra do demiurgo burguês, a destruição também o é. O processo contínuo de destruição e inovação guiado por interesses bem definidos de acúmulo e desenvolvimento material, produz no mesmo processo, novas fissuras e abismos sociais, e permite

que se relativizem as perspectivas de desenvolvimento da sociedade e do indivíduo dentro do pragmatismo burguês. As ambigüidades e contradições da modernização e do modernismo (Berman, 1988:16) repõem-se a nível do próprio indivíduo burguês, limitado a uma perspectiva predominantemente ativista e desenvolvimentista.

A referência a esta contradição própria ao universo burguês aproxima-nos ao modo de vida descrito pelos dez pequenos comerciantes de Campinas que entrevistei. Proprietários de patrimônios razoavelmente consistentes para se inserir no mercado da cidade, eles poderiam gerir seu negócio segundo suas próprias resoluções. Como proprietários (não-assalariados), as dimensões da autonomia e atuação no mercado lhes eram referências sociais básicas. Cabe entretanto entender como esta autonomia estaria atualizada na sua própria experiência, perguntando-nos em que bases se articula: entre a reposição da tradição e a autoridade ou, no extremo oposto, tendendo àquela formulada na perspectiva do autodesenvolvimento individual, antevista por Marx para uma sociedade sonhada:

"O indivíduo parcialmente desenvolvido, meramente portador de uma função social especializada, deve ser substituído pelo indivíduo plenamente desenvolvido, adaptável a várias atividades, pronto para aceitar qualquer mudança de produção, o indivíduo para quem as diferentes funções sociais que desempenha são apenas formas variadas de livre manifestação dos seus próprios poderes, naturais e adquiridos" (Marx in Berman, 1988:96).

Entre estes extremos há que se compreender a imagem que os próprios comerciantes formulam de si. Para isto sigo a mesma linha de abordagem realizada no estudo de caso dos bancários: vou acompanhar a organização e realização do trabalho, a apropriação do espaço urbano, as suas histórias de vida e as características que delegam aos diferentes segmentos da sociedade.

## 2. A CIDADE

Atualmente o comércio é apenas uma das facetas do espaço urbano formado por um aglomerado complexo, com suas indústrias, parques, favelas, viadutos e grandes avenidas, condomínios e bairros operários, shopping centers e supermercados. A cidade marcada pela farmácia de fulano e o mercado de sicrano é tanto bucólica quanto falsa, reminiscência de um tempo perdido. Estas características da metrópole moderna colocam o pequeno comerciante frente a disputas na cidade que envolvem a conquista de um espaço e da busca de "visibilidade" do seu estabelecimento<sup>1</sup>.

Quando os comerciantes que entrevistei relatavam seu procedimento para abrir um estabelecimento comercial, eles enumeravam uma série de fatores avaliando a cidade, o lugar que se tinha em vista. Este "lugar" avaliado era não apenas a casa ou a "porta" que estava sendo alugada, mas a vizinhança com seus moradores, com o comércio ao redor, com a circulação que oferecia, lugares para estacionamento, a proximidade ou não de uma praça. A empresa não se estabelece num espaço vazio e descodificado, mas geralmente numa área "colonizada": que já possui certa ambiência e apresenta uma série de limites e possibilidades constituídas. O comerciante procura "medir" estas condições e seguir a perspectiva de "criar o negócio certo, no lugar apropriado". Diferentemente da apropriação do espaço urbano pelos bancários, que seria experienciada de uma forma frágil e flexível (residências temporárias localizadas em bons bairros), entre os pequenos comerciantes ela ganharia maior relação com a cidade em termos qualitativos.

---

<sup>1</sup> Campinas, desde o ciclo do açúcar, nos meados do século passado, caracterizou-se como uma cidade no interior do estado que oferecia uma estrutura comercial e de serviços ampla e diversificada. Inclusive neste período quando a produção rural dominava a estrutura produtiva, a cidade oferecia recursos a nível de serviços e comércio que a colocavam como centro regional.

A loja e o comércio estão abertos ao público que transita nas ruas. Um público que aparentemente se movimenta como massa indiferenciada, acaba por formar conjuntos que carregam certos traços peculiares. Essas "tribos urbanas" reconhecíveis em estereótipos visuais, selecionam certos lugares da cidade como referência e restringem o seu circuito a algumas áreas da cidade. Os comerciantes normalmente estão atentos a este comportamento social, criando a partir da observação critérios para uma sociologia caseira, de modo a encontrar os instrumentos de sedução que atraíam os clientes à sua loja. Neste sentido, a relação qualitativa com a cidade corresponde à mercantilização das relações sociais<sup>2</sup>.

De uma certa forma, a probabilidade de um comércio andar bem está ligado às possibilidades de ele sair do anonimato da rua e inverter a relação, fazendo de sua loja, a referência da rua e da quadra. Isto não significa que os comerciantes consigam estabelecer a relação neste sentido e de uma vez por todas. A rapidez das mudanças do mercado, das demandas, da clientela, da concorrência, geralmente cria a necessidade dos comerciantes se atualizarem constantemente conforme uma divisão da cidade já instituída e em movimento<sup>3</sup>. O usual nas descrições feitas pelos

<sup>2</sup> Mais adiante, quando analisarmos a relação entre comerciante e cliente, vou procurar entender os procedimentos sociais envolvidos nesta leitura de estereótipos, conforme os comerciantes o descrevem. Este fenômeno foi analisado por Sennet(1988) como um traço típico da personalidade em público na sociedade burguesa, onde os detalhes da aparência ganham um significado ampliado (1988:197/203).

<sup>3</sup> Na década de setenta a cidade de Campinas sofreu uma grande expansão em termos industriais, comerciais, culturais, na rede de transportes, para citar algumas mudanças mais visíveis. Este foi o período que, devido ao impacto das transformações, retirou-se Campinas da lista de cidades brasileiras que apresentavam boas condições de vida.

Semeghini aponta que "O comércio varejista de Campinas aumentaria 53% seu número de estabelecimentos, na década, e em 121% o pessoal empregado, cifras que por si só atestam o vigor do crescimento: no ano de 1980, o censo comercial registrava 21,8 mil empregados em cerca de 3,3 mil estabelecimentos. O tamanho médio dos estabelecimentos cresceu 45%. A nível de gêneros, perderam importância os

entrevistados era procurar preencher as lacunas da rua e região, respondendo a uma falta percebida entre aqueles que se utilizavam do espaço urbano.

A cidade saturada, com raros espaços abertos, coloca a dimensão da disputa na sua apropriação. Tem-se que mapear a cidade, conhecer os lugares que se pode comprar ou alugar, lutar por eles. Isto está bem registrado na prática da comercialização dos pontos: se um imóvel já serviu em período anterior para o comércio, ele ganha um valor a mais, que não se relaciona apenas com as instalações do local, o seu tamanho, mas à localização e prestígio já adquiridos. Assim, normalmente dois contratos de compra e venda são feitos pelo comerciante para estabelecer-se: um, da compra do ponto, que se estabelece com o comerciante anterior; outro com o proprietário ou imobiliária, para locação ou venda do imóvel. Tudo envolve uma negociação.

"- Fiquei procurando o ponto durante um ano. Eu queria montar um comércio que tivesse um ponto bom. Pensava que não era bom começar num ponto que não fosse bom... Assim, procurei um ano inteiro... Por coincidência, a lavanderia daqui caiu. Fiquei de olho e descobri que o inquilino e o proprietário tavam brigados.

O inquilino pediu um preço absurdo pelo ponto: vinte milhões.. Eu pedi para o fulano passar o nome do proprietário para conversar melhor sobre o preço do aluguel. Eu consegui e fui falar com ele. Ele fez um acordo comigo; ele disse: "Não, você não paga vinte pelo ponto, paga cinco: três para mim e dois pro inquilino". Acertei isso e vim falar com o inquilino. Senão o proprietário entrava com pedido de uso do imóvel para a família. Ou ele aceitava, ou

---

mais tradicionais (alimentos, vestuário, tabacaria), onde tipicamente concentram-se os pequenos estabelecimentos, e por outro lado aumentou notavelmente o peso daqueles representativos de supermercados ou lojas de departamento, bem como dos que refletem diretamente o crescimento urbano: materiais de construção, máquinas, aparelhos e equipamentos, e dos segmentos especializados, voltadas para os camadas de maior poder aquisitivo." (Semeghini, 1982:42).

Procurei entrevistar comerciantes que se instalaram ou no centro de Campinas ou nos bairros vizinhos com alta concentração comercial, como Cambuí e Vila Nova, pois seria interessante observar a relação entre a expansão e a saturação de referenciais comerciais na cidade e o pequeno comércio. O comércio nos bairros sofre mais lenta e dispersamente os efeitos desta expansão.

ficava sem nada... Ele viu que ia ficar sem nada mesmo e aceitou... Com o que restou, pude comprar mais dois balcões, uma balança e reformar melhor o lugar.."(José, sócio-proprietário de frangonete).

Pragmaticamente, encontrado o imóvel a questão seria torná-lo visível para as pessoas certas. Isto envolvia muitas estratégias que iam desde o volume do capital aplicado, os produtos que a serem oferecidos, a estética do lugar, o quadro funcional, as formas de atendimento, etc. A reforma do local é o primeiro passo para se criar uma referência particular no urbano. As mudanças adequam-se ao novo uso e segundo um padrão de estética.

Entre os estabelecimentos que visitei a própria estética lembrava que ali era local de trabalho: sua decoração guiava-se por noções de utilidade, limpeza e sobriedade. A rotisseria de Leandro, localizada numa esquina movimentada da Vila Nova, vista de fora era só portas, e janelas. Não fosse a enorme placa indicativa da rotisseria sobrepondo-se à fachada da casa, poderia ser confundida com uma garagem, sapataria ou loja de tecidos. Ao entrar, a distribuição simétrica da mobília no espaço era evidente: o balcão ao centro, prateleiras nas laterais. Nas vitrines laterais do balcão frigorífico bege estavam expostas as massas (ravioles, capeletes, lasanhas), mais ao fundo, as massas doces. As balconistas circulavam atrás do balcão servindo os clientes que consumiam petiscos ali mesmo, ou empacotando as encomendas. Na parede do fundo, sobre o balcão, colocavam-se as tradicionais prateleiras, tão comuns nas padarias campineiras, onde se expunham produtos da casa, enlatados e condimentos variados, num arranjo metódico e preços especificados. Mais ao fundo, na pequena janela que liga o balcão à cozinha, percebia-se um discreto movimento sem que se pudesse visualizar o trabalho dos cozinheiros. Nas prateleiras laterais estavam dispostas as bebidas, complementando o conjunto de mercadorias que fazem um almoço domingueiro completo. Todo o espaço estava preenchido por coisas úteis, dispostas com asseio e ordem.

A "visibilidade" do estabelecimento comercial não é, atualmente dependente apenas da criação de um lugar com uma ambiência própria que sirva de referência ao cliente. Alguns dos comerciantes relataram que as encomendas por telefone quase lhes dispensaria o ponto comercial, não fosse a variedade da clientela. Ocorre que o telefone é uma entre as várias formas de comunicação atuais que permitem o contato cliente/comerciante sem que seja necessário o encontro face-a-face. Ele promove concomitantemente um encurtamento das distâncias e a perda da referência do "lugar", aspectos que tendem a ampliar o peso da "eficiência" e a qualidade do serviço e produto, intensificando-se o caráter mercantil da relação.

Contudo, não se pode dizer que o sentido em que se processam as inovações do pequeno comércio se resume a esta. Esta é uma solução entre outras possíveis, que responde a escassez do espaço e à dificuldade da circulação na cidade. Na cidade, onde as pessoas sentem-se às vezes pressionadas pelo excesso de relações formais, o pequeno comércio, nutre-se, de certa forma, de um "arcaísmo" mercantil, com sua ambiência, com o proprietário que dispensa um tratamento especial aos clientes, com os vendedores reconhecíveis pelo cliente, etc. e inclusive o uso, sob a forma de réplica, de antigas residências. O Cambuí, bairro próximo ao centro, vem sofrendo mudanças neste sentido: atualmente ao longo das ruas Cel. Quirino e Maria Monteiro se distribuem lojas e boutiques, inúmeras entre elas apropriando-se da fachada e arquitetura reformadas das antigas residências. Nestas casas o padrão da reforma preserva a residência transformando-a em um local apropriado para a compra e a venda, sem a perda dos pequenos detalhes e de uma arquitetura que lembram automaticamente o ambiente íntimo e familiar de uma casa burguesa.

- 
- Esta prática de reapropriação da arquitetura antiga é mais recorrente, sendo inclusive signo de bom gosto, entre o comércio sofisticado da cidade. O Cambuí é um bairro em que este processo vem ocorrendo largamente, principalmente nas suas vias mais importantes como a Júlio de Mesquita, a Coronel Quirino e a Maria Monteiro, transformando este

O traço curioso é que a réplica da residência no estabelecimento comercial seja promovida principalmente por aqueles comerciantes que assimilaram de forma mais completa o espírito empresarial moderno, com parâmetros de inovação tecnológica e de formalização nas relações comerciais, enquanto que aqueles que são efetivamente conservadores no seu procedimento comercial, que fundem o trabalho, o orçamento e a mão-de-obra familiar, acabam por distanciar-se destes referenciais tradicionais no arranjo estético do lugar. Neste procedimento é como se com a perda de referências substantivas da memória, confundir-se-iam estrategicamente o novo e o velho, instaurando-se um jogo de aparências mercantilizáveis.

Por outro lado, a restauração dos prédios antigos e as fachadas originais é uma entre as outras formas de se preservar a memória de uma cidade. Entretanto, somente em 1988, com a lei de Zoneamento atual (número 6.031), o poder municipal de Campinas tomou providências para incentivar a preservação de uma memória arquitetural da cidade, tomando uma atitude sobre uma memória que é pública. Por esta lei definiu-se o centro histórico, abrangendo grande parte do centro, mercado público e contorno da rua Moraes Sales, bem como criou-se uma política mais efetiva de tombamento: o proprietário que tem seu prédio tombado, ganha isenção total do IPTU.

Provalmente sem estes incentivos da lei e da "moda", passaria largamente desconhecido aos comerciantes (que têm conhecimento destas novidades) as sutis relações entre sua propriedade, um prédio velho e a memória da cidade.

---

bairro que era eminentemente residencial até meados da década de 70, em uma extensão do centro comercial.

Esta expansão comercial deu-se de tal forma que estabeleceu uma segmentação entre área de estabelecimentos próprios ao comércio popular e área do comércio de luxo, cabendo ao Cambuí a exploração deste último. Contudo, segundo Semeghini (1992), uma das alavancas para a retirada do comércio de luxo da área central deveu-se à implantação do Shopping Center Iguatemi na década de 70, que atraiu, conforme dados da ACIC (Associação Comercial e Industrial de Campinas) cerca de 60% do comércio de luxo da área central (Semeghini, 1992:51)

Entretanto, conversando com alguns comerciantes do centro, ficou registrado o desconhecimento da maioria sobre a lei 6.031, que legisla sobre os incentivos fiscais. De alguma forma as informações não circulavam do público para o privado, como se não houvesse uma interferência e sobreposição de interesses.

Mesmo que em geral as lojas e comércio dos entrevistados fossem empresas familiares, a tradicional fusão entre casa e loja, era um padrão indesejável<sup>8</sup>. O ideal seria marcar os limites entre a casa e a empresa, numa separação espacial que distinguísse trabalho e não-trabalho. Com isto possibilitava-se que a família, mesmo trabalhando cotidianamente em conjunto, tivesse um lugar de resguardo e intimidade.

Os laços estreitos entre a casa e o comércio contudo permaneciam, e eram mais perceptíveis às mulheres que trabalhavam na empresa familiar. Conforme contaram, mesmo trabalhando na "loja", suas tarefas diárias incluíam as tradicionalmente ligadas às funções de mãe e esposa. Laura, descreveu sua rotina, contando que saía da loja do Cambuí entre 11:00 e 11:30 horas, para preparar o almoço. Tendo servido a refeição ao filho que vinha da escola por volta de meio-dia-e-meia, retornava à loja, deixando preparadas as refeições do marido e do irmão que chegariam em seguida. Neste caso, a distância entre a casa e a loja era predominantemente espacial, não implicando em uma renovação de papéis e hábitos sociais, na substituição do conforto da comida caseira, ou na diminuição da sobrecarga do trabalho da mulher.

De um modo geral, a relação dos comerciantes com os espaços na cidade parecia se fazer triangularmente: a loja ou comércio; a casa particular; os clubes e associações. A

<sup>8</sup> Perrot observa que as fusões entre casa e comércio foi um modo particular de se resolver necessidades sociais tradicionais ligadas às funções da família, e um padrão empresarial na sociedade pré-capitalista (1987:107).

relação que estabeleciam com estes nichos reservados na cidade ("clubes sem fins políticos ou lucrativos", como clubes recreativos, associações filantrópicas, Lions e Rotarys) criava a possibilidade de se estabelecer uma sociabilidade não tão diretamente mercantil como na loja, e não tão íntima como na família, e que tendia a referendar seus vínculos e prestígio sociais.

Nesta breve descrição do uso da cidade entre os pequenos comerciantes, procurei relatar o apego deles aos aspectos específicos e qualitativos do espaço. Eles pareceram ser grandes conhecedores da cidade que habitam, em termos literais, por circular constantemente entre os diversos bairros, nos diversos estabelecimentos, clubes e instituições; e como metáfora mercantil, por saber "ler" os estereótipos presentes na multidão que circula nas ruas. Esta ligação aos aspectos singulares da cidade não conduziria necessariamente a sedentariedade calculada. Muitas vezes a permanência no lugar ou na cidade foi

---

3 A prática da criação de associações filantrópicas é evento comum entre os comerciantes da cidade. Curiosa por tantas referências a estas entidades, visitei no mês de outubro de 1990, a creche "Lar Ternura", no bairro Fazenda Santa Mônica. Esta creche, criada por inspiração de um médico popular e bem estabelecido na cidade, o "Negrão", reúne um grupo de doze casais como diretoria, entre comerciantes e profissionais liberais. Na proposta original de Negrão, a creche atenderia exclusivamente mães solteiras, mas dada a precariedade das demais famílias no bairro, estendeu-se a assistência aos filhos das mulheres casadas. A creche abriga entre 60 a 70 crianças, sendo que apenas 30 estão sob regime de internato. Estas crianças estão aos cuidados de uma equipe de cinco pessoas (uma coordenadora, duas professoras, duas cozinheiras que acumulam o trabalho da faxina). A diretoria (os doze casais) se reúne cada primeira quinta-feira do mês, administrando os recursos e organizando eventos sociais para angariar fundos.

Todas as quintas feiras à tarde, as mulheres da diretoria se reúnem na sala de costura da creche para fazer as roupas das crianças e trocar informações entre si. Foi numa destas tardes que me fizeram a seguinte declaração, feito um cartão de visita, de que "estar ajudando crianças tão pobres, sujas e com pouca ou nenhuma educação, era tão reconfortante pelo próprio ato, que valia o sacrifício de tempo e dinheiro".

Nesta frase o sujeito se autojustifica, - desconsiderando o problema crônico das crianças, que por sinal visita semanalmente-, em seu ato de benevolência irrisório.

descrita pelos comerciantes como uma atitude em resposta à uma expectativa de retorno do capital investido, algo que os "amarra" ao mesmo lugar não necessariamente de modo positivo. Mesmo que as biografias registrem a sedentariedade como padrão, a recorrência da versão de que se permanecia no mesmo lugar enquanto isso fosse a opção pessoal, e que a mobilidade era possível porque a autonomia do negócio assim garantia, aponta algumas ambigüidades entre a realidade sedentária e um ideal de mobilidade. Afinal, quem é "dono do próprio nariz", deveria poder ir e vir.

Nada mais estranho a estas pessoas do que uma inserção na cidade conduzida e mediada por uma instituição "fechada", tal como no caso dos bancários. Para o comerciante não há mediadores entre a pessoa, sua propriedade (meio de sustento), e a cidade. Os comerciantes estão numa relação direta e aberta com o exterior, sob o fogo das vicissitudes da cidade como espaço do mercado. E talvez isto os conduzisse a uma percepção de si próprios como empresários no sentido etimológico do termo: (do latim *emprendere*) seriam eles os homens ativos em sua sociedade.

### 3. ORDEM E PROGRESSO:

O localismo presente entre os pequenos comerciantes os coloca em relação minoritária com o modelo burguês, figura que pauta seu ímpeto inovador no cosmopolitismo, exercendo efetivamente a promessa burguesa da liberdade de "ir e vir". Para se entender de modo mais global os referenciais compartilhados entre os pequenos comerciantes entrevistados, cabe tentar articular estas noções do espaço com as percepções temporais: explorar o modo pelo qual se constrói a memória; as perspectivas com relação ao seu

---

\* Entre os comerciantes, mais que nos outros grupos de entrevistados, as várias autobiografias ligavam-se a um

futuro e os instrumentos de que se servem para construir seus projetos; entender suas atitudes com relação às mudanças e "caos social" global.

Antes de entrar nesta descrição, vou retomar mais detalhadamente as diferenças que Bourdieu traçou entre *precaução* e *previsão*, estas duas atitudes opostas com relação às noções temporais, na expectativa de que através deste recuo analítico ganhe-se condições para se entender com um certo distanciamento a naturalidade da percepção e das atitudes incorporadas pelos comerciantes com relação ao tempo.

Segundo Bourdieu (1963), a maioria das sociedades tradicionais tende a negar os valores de acumulação e usura presentes na prática e racionalidade capitalistas, e a resistir a eles. Nossa racionalidade econômica está estreitamente vinculada a uma determinada apreensão do futuro, cujo traço singular advém do caráter economicista e da busca do sucesso material que lhe associamos. Bourdieu analisa cuidadosamente as atitudes e *ethos* compartilhados entre os homens nos diferentes contextos culturais, diferenciando as posturas com relação ao futuro em termos de *precaução*, nas sociedades tradicionais, e *previsão*, nas sociedades capitalistas.

As sociedades pré-industriais privilegiam um olhar do tempo circular, onde o futuro está referido às atitudes legadas pelo passado. A *precaução*, que é a atitude ligada ao *dever*, é uma conduta "ditada pela imitação do passado e pela fidelidade aos valores legados pelos velhos e não por uma mirada prospectiva de um futuro

---

conjunto de estereótipos e pressupostos comuns entre si, ligados a um forte personalismo. Para explorar este modo da construção social da memória, apoiem-se em Bosi, E. "Quando um grupo trabalha intensamente dentro de condições comuns, há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e interpretação dos fatos, verdadeiros "universos de discurso", "universos de significado", que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem de História. Este é, como se pode supor, o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos" (1979:27).

projetado" (Bourdieu, 1963:28). Já a previsão supõe um comportamento ditado pela racionalidade, onde o futuro aberto, projetado, é calculado segundo uma lógica de acumulação. Cálculo que é abstrato e matemático: "A economia moderna, onde a distância que separa o início e o fim do processo de acumulação é extremamente longo, supõe a proposição de um fim abstrato, o cálculo racional deve suprir um ou outro defeito da visão global" (idem:30).

A proeminência do futuro sobre o passado, em que se enfraquece a relação com aquilo que a tradição inspirou, é fundamental para a atitude de previsão. Para além de um peso maior dado para o futuro, em que a visão linear/newtoniana do tempo prevalece sobre a circular, é fundamental na nossa sociedade a possibilidade de que este futuro possa ser construído a partir da vontade e intencionalidade de um sujeito. O empreendedor, figura essencialmente moderna, constrói o novo sobre os destroços do passado, projetado pela razão, e que por isto, é algo que não tem tangibilidade no passado, mas que é próximo a um sonho, uma abstração.

Se, para entendermos a internalização das noções temporais dadas no plano de carreira entre os bancários, referimo-nos a esta mesma diferenciação, para o caso dos pequenos comerciantes a questão de uma atitude projetiva por parte do próprio indivíduo coloca-se com maior ênfase, na medida em que a atuação individual envolve a busca do bem estar e a preservação e acumulação do património. Entretanto o recurso a esta diferenciação não implica que a atuação do comerciante fosse guiada eminentemente pela previsão, pois uma atitude modelar do tipo exigiria a realização e autonomização completa do indivíduo racional. Para se tentar seguir as experiências, um leque mais amplo de atitudes com relação ao tempo se abre, incluindo questões de sorte, oportunidade e tradicionalismo.

O relato das histórias de vida feito pelos pequenos comerciantes era pontuado por recursos que ressaltavam a própria individualidade. Levando-se em conta que o trabalho

no comércio envolve relações com os mais variados tipos humanos, estabelecendo-se trocas sociais de diferentes tipos, criando-se situações específicas que tem o acaso, a sorte, as espertezas, os enganos, as mentiras presentes, e cujo desenrolar demanda uma atitude individual, é possível entender que a autoimagem se faça no reconhecimento de idiossincrasias pessoais. A flexibilidade e variabilidade é uma entre outras atitudes necessárias no dia-a-dia destas pessoas, cuja rotina envolve não tanto a repetição mas a capacidade de enfrentar situações e procedimentos diversos.

Todas as pessoas têm uma vida que está além da sua relação de trabalho. Elas têm uma infância, uma trajetória escolar, uma vida familiar, atividades sociais no clube e com amigos. Mesmo que em todas entrevistas eu procurasse acompanhar toda a trajetória de vida dos entrevistados, foi entre os comerciantes que isto se fez com mais facilidade e riqueza de detalhes. Nestas entrevistas foi usual que o entrevistado tecesse um alinhavo coerente, desde sua infância até o momento da entrevista, centrada em um sentido e uma vontade individual\*.

Chama a atenção em cinco relatos a presença de uma "vontade" meio instintiva, inexplicável em termos racionais, mas reconhecível, que alinhavava as histórias de vida. Esta vontade em alguns momentos foi descrita como um imperativo para se escapar de entre as pessoas comuns, numa busca de

---

\* As histórias de vida entre alguns comerciantes eram narradas de um modo um tanto personalista, tornando-a, em alguns casos, um registro especialmente bem trabalhado e recheado de pequenos eventos. A história de vida foi um recurso metodológico adequado para se reconhecer a postura do sujeito em relação a sua "fonte de poder": articulando noções de autonomia, controle social e destino pessoal. Outros aspectos ricos deste recurso apresentam-se segundo Denzin (1984), em que nas autobiografias, se articulam projetos inacabados (são as diversas reelaborações sobre projetos múltiplos de cada pessoa); como uma produção interpessoal (a história não é contada sem os seus co-participantes, sejam eles outras pessoas, grupos, instituições); como jogo entre sorte e delegação de significados da própria sorte (onde o contingente ganha significados que se conjugam mais ou menos com os esforços pessoais).

superação de um tempo presente em que os limites materiais e os constrangimentos de uma rotina estavam colocados. Percebia-se um gosto especial ao se narrar que a família não tinha posses, que se veio do nada e do nada se fez o comércio. Quanto mais a biografia pôde se adequar a imagem do self-made-man, mais coerente e com autoestima ela foi relatada.

"Eu fiz faculdade mais prá passar o tempo. Mais prá fazer faculdade. Porque é uma coisa que todo mundo faz... eu não nasci pró estudo, eu não sou de estudar. Meu ramo sempre foi o comércio, sempre trabalhei, desde pequeno...(..)

- Porque esta sua opção pelo comércio?

- Porque quem tá no comércio é que já trabalhou no comércio. Tudo o que eu trabalhei até hoje foi ligado com pessoas. Eu nunca trabalhei num escritório, tá. E o comércio é essa relação com as pessoas. E eu desde pequeno, seis, sete anos já trabalhava na feira... Eu sempre quis ter o meu dinheirinho...Depois fui empregado na feira. Trabalhei com entrega de jornal, entrega de produtos de limpeza, entendeu? ...Uma série de coisas que a gente tem essa relação."(Leandro, sócio-proprietário de rotisseria).

Este reconhecimento da adequação entre a vontade individual e a impeto de inovação superando a condição anterior, torna-se, mesmo que retrospectivamente, o sentido que dá coerência às mais diversas experiências. Filho de um auxiliar de agrônomo de Campinas, Leandro começou ajudando o feirante que era seu vizinho. Aos dez anos foi puxar carrinho na Coca-cola que era próxima de sua casa, onde conheceu seu Vetuzio, que lhe deu conselhos e reconheceu seu "tino prá negócio". Aos dezesseis, carregando e descarregando caminhão numa madeireira, conseguiu comprar seu primeiro carro.

Seguindo-se as histórias de vida, a necessidade, a vontade e a ocasião vão se somando para se aprender a se "dar bem" nas regras do mundo mercantilizado, num aprendizado mundano que se funda e corrobora um traço pessoal. De tal maneira que a abertura do próprio negócio geralmente não é mais do que decorrência de uma experiência de vida onde o impeto de realização sempre esteve presente.

Vários eventos e o arranjo no qual eles foram descritos nas histórias de vida destas pessoas, para além da singularidade das experiências, ligavam-se a traços próprios do individualismo moderno: a realização dentro-do-mundo, uma perspectiva voluntarista e de auto-superação de condição do sujeito, uma atitude de cálculo do futuro (Dumont, 1989). Além de reforçar estes aspectos, a noção de *tino para o comércio* tende a ser considerada como fator determinante da própria trajetória entre aqueles que a utilizam. Esta noção remete a uma certa "natureza humana", uma parte do carácter que não é creditada a evento algum da vida, mas que atua como motor dela. Esse traço singular da pessoa não decorre de uma decisão racional ou de um processo social, ligados a eventos da cultura; mas diz mais propriamente respeito a um talento, aspecto próprio da natureza. Isto parecia os diferenciar e distanciar das outras pessoas, as pessoas comuns, massa informe e homogênea que com muita facilidade foi identificada aos assalariados:

Um forte deslocamento era estabelecido com relação às perspectivas quanto ao passado e ao futuro entre os comerciantes que entrevistei. O futuro traria o "caos do mundo", que inibiria uma postura individual ativista e voluntarista. Ele se revelaria com todo o peso do mundo às pessoas, formando uma imagem sem face ou com tantas faces, que se tornaria de difícil e confusa identificação.

O mercado é o dado da realidade que condensava um pouco desta imagem: como os comerciantes se localizam na ponta das relações mercantis, pois são os últimos intermediários até o consumidor, eles estão estreitamente vinculados às transformações e mudanças sócio-econômicas. O mercado como um complexo articulado, segue o ritmo das transformações do capitalismo em geral, e em meio ao complexo mais geral o pequeno comércio tem que responder à intensificação do ritmo das trocas, tal como é estabelecido contemporaneamente. Isto é confirmado pelos diagnósticos que os analistas do capitalismo global tem colocado com insistência: a fim de perpetuar o sistema, as mudanças no

capitalismo tendem a se acelerar num ritmo nunca imposto a nenhuma outra sociedade. Além disso, afirma-se que o modo como se processam estas mudanças, o que elas criam e o ritmo implicado, inibem uma atuação projetiva com relação ao tempo futuro, conduzindo a uma presentificação temporal (cf. Harvey, 1989:285 e segs).

A intangibilidade das leis do mercado e mesmo um razoável temor quanto ao seu desenvolvimento foram aspectos recorrentes na descrição feita pelos comerciantes entrevistados frente ao mercado. Em que medida a posição deles frente ao mercado incentiva a promoção desta imagem?

Para se compreender a realidade desta "imagem", vou prosseguir explorando alguns traços que singularizam a posição dos pequenos comerciantes frente ao mercado. Iniciarei descrevendo a forma usual do estabelecimentos da relação entre pequenos comerciantes e seus fornecedores (os varejistas), procurando localizar alguns parâmetros de normatização destas relações.

Para o abastecimento de seu estabelecimento o comerciante necessariamente estabelece relações com outros comerciantes varejistas. Esta relação é feita na disputa de interesses e normalmente envolvendo apenas dois: o comerciante e o varejista. Acompanhando-se o cotidiano de alguns comerciantes pode-se dizer que a individualização do contrato era um dos aspectos que permitia que uma margem de manobra com o que estava estabelecido no mercado (de modo informal ou formal), na medida em que a relação face a face com que existisse parecia facilitar uma apreciação comum de interesses e expectativas, permitindo uma grande variação nos termos de pagamento, tempo de pagamento, liberação de notas fiscais, etc. Para se estabelecer o contrato, uma longa conversa se desenrolava entre os comerciantes, explorando-se, entre o que a lei estabelece e o que a regra do uso permite, os termos do contrato.

No mercado, campo de concorrência, as diferenças são rapidamente traduzidas em desigualdades, e o sustento da diferença depende de estratégias de acúmulo e da seleção dos

campos de disputa em que o comerciante se coloca. Entre as metáforas usadas pelos comerciantes para se descrever esta ambiência, era comum uma que dividia o mercado entre sardinhas, tubarões e baleias, estabelecendo-se semelhanças deles com a fauna marítima e à luta pela sobrevivência num meio inconstante e turbulento como pode ser o mar.

"- De repente, tem comerciante que tem explorado. Os empresários é que tão acostumados com este capitalismo selvagem que a gente tá vivendo. Sempre tem aquele que quer tirar vantagem. E.. sempre tem os tubarões que vão continuar nadando, sabe,..os lambaris que se cuidem, porque fica cada vez mais difícil."(Laura, sócia-proprietária de uma loja de confecções).

Os entrevistados explicitaram ao menos dois aspectos que se encaminham no acirramento destas disputas: existe uma renovação constante dos pares com quem se faz os contratos de compra e venda; estes contratos têm um alto nível de informalidade.

A renovação dos pares ocorre não apenas porque o comerciante encontra intermediários que oferecem condições mais favoráveis (onde os critérios de se ser favorável está em constante mudança, devido às constantes variações do mercado), mas porque existem sempre novos intermediários presentes no meio<sup>18</sup>. As pequenas empresas são um grande atrativo para quem vem "de baixo" e que acumulou um capital, de forma que pessoas com as mais diferentes trajetórias, se colocam no meio renovando-o com outros produtos, outros contratos, etc. A forte implicação desta renovação constante é que sempre existem aqueles que estão aprendendo as regras do mercado, e que por isso ora implementam o aspecto mais flexível (oferecendo condições mais favoráveis que as usuais) ora o aspecto selvagem do mercado (onde a relação custo/lucro é maximizada, as regras usuais e éticas não são cumpridas, etc).

---

<sup>18</sup> Segundo o Relatório 1990 da Junta Comercial de São Paulo, entre cada dez estabelecimentos de médio e pequeno porte abertos em Campinas, três são transferidos com menos de um ano e um abre falência.

Esta renovação dos pares no meio tem grandes chances de entrar em atrito com a informalidade contratual de um conjunto razoável de práticas: o uso de notas "frias", a formação de sociedades sem os termos do contrato formalizados, condições de compra e venda estabelecidas apenas oralmente, etc. Como a pesquisa foi realizada posteriormente ao plano econômico Collor, estava mais evidente a informalidade das relações do meio comercial, já que ele atingiu em cheio a informalidade de muitas das relações mercantis do pequeno comércio (o Plano Collor estabelecia o uso do cheque nominal para quantias superiores a Cr\$10.000,00, o que obstruía o movimento informalizado de valores). Uma série de contratos de compra e venda, das condições desses contratos, eram apenas estabelecidas oralmente, ou sem que se cumprissem os termos da lei. Isto permitia flexibilidades usuais entre os contratantes e possibilidades de que sempre se corresse o risco de que os termos estabelecidos num primeiro momento se reajustassem ou não se cumprissem posteriormente. Uma das finalidades de tais mecanismos seria driblar os impostos que recaem sobre os produtos e serviços comercializados, interesse bastante compartilhado no meio. Isto tendia a que fosse o uso e não a lei formal o ordenador dos termos da realização de grande parte dos contratos.

Na medida em que era o uso da regra e não os aparelhos da lei o que regulamentava um leque das trocas mercantis neste meio, a dependência do andamento normalizado das relações vinculava-se a adequação das pessoas a uma postura moral. Na sociedade moderna, com a complexidade e multiplicidade de relações, com as divisões sociais estabelecidas violenta e conflituosamente, com a hegemonia das relações mercantis, onde o dinheiro é o valor abstrato através do qual se obtém os outros valores, a atualização de uma determinada moralidade pelo indivíduo, sem os mecanismos da coerção da lei, torna-se bastante problemática e ilusória. Mas se há um desgaste nas práticas do contrato informal, porque em suas margens se atualizam os "jeitinhos", as espertezas, as malandragens, a lei do

Gerson, isso não quer dizer que uma mentalidade que o excluía tenda a se expandir. Aparentemente, devido ao maior controle do Estado, aprendia-se a tomar mais cuidados, observando-se um mapeamento detalhado e minucioso de quando e com quem estabelecer os contratos informais. O usual era que quem seguisse a lei a risca fosse visto como um comerciante que se submete tolamente à prejuízos indesejáveis ou até pesados demais. Este descaso foi expresso em relação ao cumprimento de leis que regulamentavam as relações entre intermediários e comerciantes - mais adiante examino a diferença com respeito às leis trabalhistas. Pode-se adiantar contudo que aqui o drible da lei articulava-se sobre um parâmetro consensual: a lei prejudicaria a todos, aumentando os custos para quem compra e para quem vende, enquanto nas outras relações, a lei regulamenta uma relação de conflito.

Mas os prejuízos da lei não foram confirmados por todos e em todas as instâncias. Mesmo a concorrência entre os pares podia ser atualizada através da implementação da lei. Regina, sócia-proprietária de uma video locadora no Cambui, contou como a exclusão do comércio pirata de fitas de video favoreceu o seu próprio estabelecimento. Até 1987 o mercado de video era feito quase que exclusivamente através de fitas piratas. O baixo custo da cópia atraía e era altamente compensador em relação às fitas seladas. Regina entretanto arriscou na regulamentação do mercado de video, e mesmo com o alto custo das fitas seladas em relação às piratas, aplicou boa parte do seu capital nas primeiras. Em 1987 houve uma fiscalização intensa sobre as locadoras de video levando-as a se adequarem à legislação e só continuaram no mercado aquelas que tinham um estoque razoável de fitas seladas. No momento em que muitas locadoras concorrentes eram fechadas, o estabelecimento de Regina se afirmou no mercado. Neste processo de legalização, Regina atuou ativamente na criação da Associação de Locadoras de Campinas e Região, a fim de garantir um mercado de locação de video regulamentado pela lei.

Se a ampliação das associações horizontais seria indicativa de uma postura de regulamentação formal do procedimento mercantil no ramo, existe uma margem de ambigüidade entre o que seguirá a lei, quem será favorecido por seu procedimentos e o modo como se realiza a fiscalização do cumprimento da lei. No caso das locadoras de vídeo, a lei favoreceu as locadoras com maior capital, permitiu a inserção de produtores internacionais no mercado e garantiu a qualidade do produto ao consumidor. Este processo de afirmação de uns só se fez na medida que excluiu outros como no caso de Campinas, com a falência das inúmeras locadoras de porta de garagem que fracassaram no período.

O uso de regras informais no comércio parecem vincular-se positivamente ao reforço de laços familiares ou de parentesco. A continuidade da relação de parentesco, a distribuição de papéis sociais que se ligam a cada pessoa na família, bem como a adequação de certos valores como honra e acúmulo do patrimônio familiar podem ser garantias a mais para as soluções informais. Neste sentido, através da família poder-se-ia escapar às leis do Estado e ao mesmo tempo assegurar-se quanto à uma certa normatização, mas de domínio privado.

Confirmando o risco e a dupla face da solução tradicional via os contratos familiares, as biografias estão recheadas de pequenos e grandes dramas causados por quebras ou desajustes nos contratos entre parentes. Tatiana, cuja origem é uma família de comerciantes árabes, conta que sua mãe quando dona de um supermercado, foi enganada duas vezes pelo mesmo irmão; já seu marido, devido a desconfianças do sogro quanto a integridade da própria Tatiana, viu-se destituída de quatro caminhões de que julgava ser co-proprietário. José por sua vez, conta que tendo trabalhado durante três anos com seu pai, não chegou a ganhar um salário regular e ter carteira assinada. Quando se dispôs a vender autonomamente as saunas que seu pai fabricava, viu-se com a sobretarefa da assistência técnica, encargo que nenhum outro vendedor tinha.

Gostaria de finalizar este item tecendo algumas considerações sobre a quebra da normalidade das regras (formais ou informais) descritas até aqui via os Planos Econômicos. Sem pretender desenvolver uma argumentação em termos liberais, sobre a viabilidade do mercado operar sem intervenções do Estado, é bom levar em conta que os planos econômicos confirmam, a seu modo, toda uma forma de gerência do Estado brasileiro montada sobre práticas autoritárias, que têm seus efeitos perversos. Uma das revoltas mencionadas entre os entrevistados é que, no caso dos planos econômicos, uma instituição como o Estado, que pretende colocar-se acima das classes, intervém de forma cabal na normalidade do gerenciamento do mercado. Com isto é necessário toda uma readequação das condutas no mercado segundo critérios estabelecidos por decretos.

"- Os planos desestabilizam por completo todo mundo. Indústria, comércio, todo mundo... aí vai um prazo de seis meses prá acertar tudo de novo... E na hora que diminuíram os planos, lá por 87/88, aí é que o pessoal anda mais solto...

Então eu acho que o Estado não pode interferir na economia.. na hora que ele mexe, mexe muito e pára tudo... A gente mesmo teve que reestruturar tudo novamente...." (Tatiana, sócia-proprietária de transportadora).

"-..Mudança de moeda então, é aquela coisa...isto reflete em tudo.. o consumidor também pára. Pára e vamos ver o que vai acontecer...A maioria tem casa própria para pagar, tem um consórcio...Aí eles param e ficam uns dois ou três meses prá ver o que vai acontecer...(..) Por isso que eu digo: inflação alta, o over, isto não incomoda em nada." (Leandro, sócio-proprietário de rotisseria).

Enquanto as inovações do mercado, mesmo com inflação alta, são tangíveis porque efetivadas com uma certa continuidade, os planos aparecem repentinamente, do dia para a noite, sem que se saiba o que vão atingir.

"- Porque não dá. A gente não sabe mesmo o que vai acontecer. Agora menos ainda... Porque tava tendo aquela inflação galopante, rendimentos absurdos em tudo que era banco.. você sabia o que ia acontecer no dia seguinte. Agora você não sabe. Pró sujeito (referência ao Collor) chegar e

prometer que não ia tocar em poupança e mexer?! Depois é a primeira coisa que ele faz?!.. Vai confiar em quem depois desta? (...)Você tem que batalhar o hoje se precavendo do amanhã, se garantindo mesmo. Porque realmente é uma caixa de surpresas, né."( Laura, sócia-proprietária de uma loja de confecções)

Segundo uma linha da escola de regulação, o processo inflacionário nas economias nacionais reflete uma sobre-ênfase que o capital financeiro adquire na economia mundial, o que as torna mais ágeis e flexíveis. Entretanto, a esta agilidade corresponde uma tal autonomia no setor financeiro que as próprias regras da formação do valor são afetadas, pois é como se nada garantisse o verdadeiro valor do valor. A inflação que atinge a maioria das economias nacionais vincula-se segundo Harvey(1989:297), ao processo gerado a partir da crise de superacumulação de 1973, que ao desatrelar as esferas de produção e do mercado financeiro, impediu que o dinheiro fosse produzido com referências tangíveis de valor, conduzindo a sua desmaterialização. Produz-se com isto uma crise da representação do valor por excelência que é, em nossa sociedade, o dinheiro.

Entretanto, o que os entrevistados apontaram era que, por mais fictício e desmaterializado que se tornassem os valores no processo inflacionário, existia uma margem de tangibilidade dada, se não pela relação entre mercadorias e dinheiro, pelo acompanhamento dos processos que realimentaram o fluxo dos valores. Nos planos econômicos, cortes radiciais foram efetivados segundo uma razão que era compartilhada apenas pelos economistas.

O curioso da forma como foram efetivadas estas medidas é que por elas estarem dirigidas a esfera econômica, apresentaram-se como uma interferência específica no social, sua responsabilidade foi creditada aos especialistas da área. Como entretanto, as relações econômicas não são mais que um recorte possível entre as relações sociais em uma sociedade mercantilizada, estas medidas sofrem atualizações. Entretanto, inúmeras vezes leu-se na imprensa que uma das fissuras dos planos era a irracionalidade das respostas da

população<sup>11</sup>, de forma que a razão seria de poucos e dos que detém a autoridade, o poder e o saber; a irracionalidade seria de muitos e dos que devem executá-la dentro das condições impostas na direção prevista pelos especialistas.

A era dos planos econômicos no país evoca uma certa governabilidade similar à promovida pelos higienistas, no séc.XIX, no processo de limpeza da cidade do Rio de Janeiro (cf.Chalhoub,1990:12-22). Parafaseando a leitura de Chalhoub sobre aquele processo, pode-se dizer que a política de planos econômicos, gerada a partir de um conjunto de princípios destinados a conduzir o país à ordem econômica e à normalidade social, despolitizam a realidade e legitimam, mesmo sem nenhum compromisso social, as decisões quanto às políticas econômicas a serem aplicadas no mercado. Este conjunto de princípios retira da problemática as questões referentes à própria produção e distribuição desigual das riquezas, fazendo da submissão a uma determinada ordem técnica o caminho da regulação social. Os economistas, neste caso, são os protagonistas e únicos autores autorizados nesta linguagem técnico-científica, a eles cabe o diagnóstico dos males sociais e a prescrição do modo de cura. Talvez pudéssemos levantar aqui também a questão de quais são os principais interessados neste discurso técnico-científico, e que coincidências existiriam entre este saber e a preocupação dos grandes empresários em segui-las e a formação de seus lucros.

Um dos efeitos mais visíveis na experiência dos vários planos pelos comerciantes entrevistados era, que estando estreitamente vinculados às mudanças contextuais do

---

<sup>11</sup> Ao mesmo tempo que as teorias econômicas mais recentes, como sobre a inflação inercial, têm dado ênfase às expectativas e comportamentos da população como realimentadoras do processo econômico numa determinada disposição, estas teorias avançam pouco sobre a variabilidade e complexidade do comportamento humano. Esta lacuna é, segundo Goldthorpe (1978), preenchida através do subterfúgio de se apontar unicamente como irracional o que foge ao conhecido (cf.Goldthorpe e Hish(eds),"The current inflation: throws sociological account", The ideological underplay of inflation,Roberstn,London,1978.)

mercado, eles tiveram que se subordinar a estas determinações governamentais e intensificar sua postura de inovação.

Este estreitamento entre mudanças econômicas gerais e condições de trabalho fez com que as incertezas e inseguranças estabelecidas a nível macro ressoassem em cada estabelecimento comercial, exigindo maior flexibilidade e agilidade na efetivação das tarefas da ocupação. Ou seja, todo um processo de adaptação e busca de "jeitinhos" foi agenciado procurando-se driblar as adversidades causadas pelas mudanças do mercado. Isto incidiu em mudanças não apenas em termos de divisão do trabalho, criação de alternativas e gerenciamento de estoques mais curtos, mas também na postura quanto ao ritmo da inovação.

"- De uns tempos para cá, não só ampliamos o trabalho, mas também o ritmo aumentou...As férias ficaram como uma coisa do passado... Se a gente não se mexe, a tendência faz com que fechemos no vermelho...Temos que aproveitar todos os recursos. Por exemplo, nós estamos pensando em aproveitar que tem muita gente com máquina em casa. Eu pego o produto, mas com um desenho que serve nossa clientela e ponho uma etiqueta... Isto foi uma coisa que pensávamos fazer antes..já tínhamos a idéia, mas não deu prá realizar. Mas hoje a gente vê que tem que queimar todos os cartuchos. Hoje a coisa tá tão rápida entre você criar um lance; botar prá correr e vender este lance....Tem que ser tudo muito rápido!

Antes o pique era mais calmo. No começo do plano Collor a gente sentiu o que é depender de um mesmo fornecedor: o cara quebrou, a gente quase quebra junto com ele porque não tem mais o que oferecer.

Por isso temos que pensar nas alternativas sem pensar muito no futuro, não dá prá saber o que será!...Se fosse em outros tempos até dava prá pensar..."(Laura, sócia-proprietária de uma loja de confecções).

A inovação como resposta à rapidez e radicalidade das mudanças no mercado em função dos planos econômicos colocava-se como uma estratégia de sobrevivência no presente. A ausência do conhecimento e controle de certas regularidades que regessem o mercado remetia normalmente os comerciantes entrevistados a uma posição de relativa impotência na medida que não se dominava os instrumentos que possibilitariam a criação "do futuro e da segurança de seus

bens". Com isto, a tendência era que os "empreendedores" locais atuassem comprimidos em seu tempo, onde as possibilidades de planejamento se reduzissem a etapas restritas.

#### 4. APRENDIZADO E TRADIÇÃO

E do senso comum que os comerciantes têm personalidades fortes onde as marcas individuais se sobressaem; peculiaridade da profissão que os torna um dos objetos preferidos dos gracejos populares. Entre os comerciantes entrevistados foi explícito um certo personalismo, que ampliava as já notórias diferenças no uso da linguagem, dos gestos, das atitudes, para não falar nas diferentes posturas políticas.

As maneiras de se marcar a individualidade têm relação com as diferentes trajetórias de vida, onde a escolaridade foi uma das referências aos entrevistados: para uns, a opção pelo comércio justificava-se em função da falta de uma formação escolar (como dizem José e Denise), para outros, o estudo foi apenas uma etapa para cumprir expectativas de outros, decorrência de conselhos ou admoestações familiares (como para Leandro e Pedro), noutros casos, a insatisfação ou falta de retorno às expectativas profissionais especializadas conduziu-os ocasionalmente ao comércio (no caso de Regina e Marcelo). Estes vários casos são indicativos de que a relação entre grau de escolaridade e comércio não é pertinente.

Isto não significa que o capital cultural acumulado por quem fez faculdade não seja apreciado e tenha seu valor específico. Os pequenos comerciantes comparavam-se frequentemente aos engenheiros, advogados, médicos - que geralmente eram parcela de sua clientela-, para apontar a inadequação que existe atualmente no Brasil entre investimento de tempo de estudo e retorno financeiro.

Somava-se a esta avaliação a descrição de casos de comerciantes conhecidos que eram formados nestas e outras profissões e que as abandonaram para se inserir no comércio, na procura de meios de sobrevivência com melhores retornos financeiros. Quer dizer, o comércio enquanto atividade não depende de uma formação escolar ampla, já a formação escolar ampla exige um investimento de tempo de vida das pessoas. Nesta comparação, entre tempo para acúmulo de capital cultural e acúmulo de capital financeiro, os comerciantes se sentiam numa situação confortável.

A tentação às extrapolações entre a posição social e o acúmulo de um tipo de capital social ou outro são vastas. É este um dos campos de disputa entre as pessoas de uma mesma posição social, mas que seguem trajetórias com investimentos sociais diferenciados (Bourdieu, 1983:cap.2). Não é entretanto o caso de seguirmos as lutas de classificação entre os grupos, mas sim entender os critérios de formação do "comerciante" segundo o ponto de vista dos entrevistados que investiram em alguns modelos.

A variabilidade da formação escolar entre os entrevistados é indicativa de que o aprendizado da profissão corre à margem do sistema de ensino. O tino para o comércio independe do aprendizado, pois "é algo que tá na gente": nasce-se com o olhar certo; com um senso de oportunidade econômica; com o jeito de tratar as pessoas; sendo ativo e sabendo "ganhar dinheiro". De certo modo, as noções que o comerciante atualiza são tão básicas à sociedade de mercado (pragmatismo econômico, solicitude, produtivismo) que se apreendem no próprio ciclo de vida, como se fossem marcas do adulto socializado.

Mas é na concorrência no mercado que se põe à prova este aprendizado intuitivo. A relevância da experiência no exercício da ocupação pode ser entendida levando-se em conta alguns aspectos já citados, como a da "informalidade" de suas regras e a ligação com papéis tradicionais, a rapidez da mudança das regras no mercado e a especificidade do ramo no qual o comerciante se situa. O que o comércio envolve,

numa economia altamente informal, se apreende sendo comerciante; é a experiência que habilita o sujeito a sê-lo.

Nos dois trechos de entrevista citados a seguir, os comerciantes tecem considerações sobre pessoas que não se adaptaram ao trabalho no comércio. Os elementos que decrevem como causas da inadequação são indicadores do que eles entendem como relevante na sua postura de trabalho.

"- Sempre tive vontade de montar uma padaria e meu pai não queria me passar: dizia que isso não é vida, que é uma vida sacrificada e não-sei-o-quê-mais..tinha que estudar,né...É sábado, domingo, feriado...Não tem hora prá levantar, não tem hora prá dormir...Mas quando tá na gente não tem jeito...

Mas aí com vinte e dois anos nós abrimos uma padaria. Eramos, no começo, eu, meu pai, um antigo sócio dele (da sociedade de quando ele veio prá Campinas), e mais dois sócios. Eramos em cinco e eu tinha a menor parte. Só que estes últimos dois sócios não entendiam nada de comércio. Esses nunca tiveram comércio. Tanto é que eles ficaram três meses com a gente e a gente falou... "Não dá,né". Estes caras não sabem nada....Eles não sabiam fazer troco, coisinhas pequenas... de como era o presunto, de como era isso e aquilo...( Pedro, sócio-proprietário de padaria)

"- A sociedade foi picando,né. Cada um foi pró seu negócio. Só dois de meus sócios que não ficaram com nada. Era ele e a irmã. E estes pastaram com o comércio. Eles não tinham tino comercial, prá coisa... Então eles voltaram a trabalhar como empregados...

- O que é não ter tino?

- Não tem...deixa se envolver pelo cliente. Ao invés de envolver o cliente, se deixa envolver pelo cliente. Entendeu? Então como por exemplo, ficar horas e horas conversando,tá...Por exemplo, se eu colocar você aqui hoje, você vai ficar olhando. Se você tiver tino, em pouco tempo você tá rodando. Ou então tá parada do mesmo jeito... Então eles voltaram a trabalhar, ele e a irmã voltaram a trabalhar de empregado."(Leandro, sócio-proprietário de Rotisseria).

Nestes dois trechos os entrevistados citam um conjunto amplo de condições para o exercício da profissão: uma total disponibilidade de seu tempo para o negócio, um conhecimento do ramo (produtos, preços, concorrência,etc), um certo trato na relação com os clientes, um traquejo na troca mercantil. Neste caso, a questão principal para quem está no comércio não é a especialização em um tipo

específico de atividade, mas a capacidade de enfrentar as mais diversas situações de forma a se sair bem delas. Uma "disponibilidade em tempo integral" e a capacidade da "superação de obstáculos diários" eram aspectos que davam um certo perfil comum aos pequenos comerciantes descrita na soma de um conjunto de pequenas atitudes: quando faltava um produto específico, o comerciante iria buscá-lo; quando faltava um funcionário, o próprio comerciante ocuparia seu lugar; quando o cliente pedia conselhos, ele os daria; quando o fornecedor não fazia a entrega, teria outro listado na agenda, etc.

Esta "disponibilidade total para a firma" e a "agilidade frente às situações" seriam administradas, conforme um interesse da manutenção e ampliação do patrimônio da empresa. Conforme veremos mais adiante, era a falta desta disponibilidade em tempo integral por parte dos funcionários que os patrões mais intensamente criticavam. Mas para a formulação da crítica, apontavam apenas a igualdade de condições na realização do trabalho (os pequenos comerciantes sentiam-se satisfeitos ao citar que também pegam no pesado), e desconheciam as desigualdades em termos da autonomia da realização da tarefa e no retorno monetário do trabalho.

Um mecanismo usual citado por alguns entrevistados para se apreender esta conduta era o espelhamento em modelos: eles apontaram outras pessoas já bem situadas no mercado que encarnam qualidades do "bom comerciante" e que, na medida que fossem próximas e lhes dessem conselhos, poderiam facilitar a própria realização profissional. Numa rede de comerciantes amigos que acompanhei, José tinha em Leandro uma pessoa exemplar que lhe deu conselhos e nomes de fornecedores importantes no início de seu negócio; Leandro por sua vez, admirava a Pedro, que lhe deu um empurrão inicial, e que era de uma família de tradição no ramo de padaria.

O recurso do "espelhamento" em uma outra pessoa garantiria uma amplitude de informações sobre a prática no

comércio que vai além dos dados técnicos e econômicos, promovendo informações sobre o modo de relacionamento com os clientes, com os funcionários, sobre a postura e conduta formais e informais. O modelo fornece informações sobre modos de agir e posturas pessoais que dificilmente são traduzíveis num aprendizado sistemático e escolar. Além disso, a admiração e elogio recíproco dentro de um círculo de informados é uma forma entre outras de se manter redes de sociabilidade restritas.

Na medida em que a referência aos "bons comerciantes" apresenta o recurso a modelos, é interessante recordar certas peculiaridades dele. O modelo, tendo sido construído na referência a uma pessoa, fornece subsídios de comportamento que muitas vezes agilizam as relações sociais, mas que também repõe os vícios e impasses dela. O modelo é a referência de uma autoridade que, para manter-se enquanto tal, obstrui um exercício de crítica baseada em conceitos abstratos, pois a crítica tende a atingir a pessoa modelar como um todo, e não traços específicos ou ações particulares.

Nem sempre os modelos se sobrepõem à experiência, e mesmo os bancos escolares não fornecem subsídios apenas para as profissões liberais. Entre os comerciantes, Regina e Marcelo tinham uma trajetória anterior à atividade comercial montada sobre a carreira de professor e engenheiro elétrico respectivamente, já tendo inclusive se diplomado. A impossibilidade em seguir estas carreiras não impediu que, de uma forma ou outra, a experiência anterior fosse reciclada e servisse de subsídio à atividade comercial que hoje desenvolvem. Segundo Marcelo, o conhecimento do funcionamento de uma grande empresa como a Telebrás era fonte de inspiração constante para saber como agir no dia-a-dia de sua microempresa. Para Regina, o melhor retorno de sua atividade atual se dava quando a postura anterior de professora se confundia com a relação com a sua clientela:

"- Por um lado foi muito bom. Porque você tem um ...enquanto professora sei lá o quê, você tem um senso de

organização que é muito grande, e uma...o tipo de trabalho que você faz junto aos alunos...é um trabalho diferente...de conscientização...uma relação que você estabelece quase que mais profundamente com os seus alunos. Pelo menos era o que eu sentia no meu trabalho. Quando você passa pro comércio, que é uma coisa muito rápida, uma coisa muito ágil... de repente eu tô conhecendo assim dez, quinze pessoas, cinquenta pessoas novas por dia. Esse contato é ágil, porque é rápido. Eu comecei a sentir que pelo meu modo de ser e o trabalho que eu já desenvolvia, eu comecei a estabelecer, quase a ter necessidade do mesmo tipo de relação aqui dentro. E as pessoas começaram realmente a parar mais para conversar....Conversas sobre o que gosta e o que não gosta...extrapolar.... milhões.... um monte de clientes hoje, vem aqui prá sentar e conversar. Vem prá tomar café, água,.. "Ah, eu tava passando!". Ou telefona.... Passou a se estabelecer um outro tipo de relacionamento além do ramo." (Regina, sócia-proprietária de videolocadora).

Pode-se traçar uma nítida diferença entre a ação guiada pelo modelo e as razões de Regina que lhe permitem comparar duas posturas profissionais vividas. Regina procurou compreender as diferenças entre o tipo de ligação social que se estabelecia entre ela como professora e seus alunos, e ela como comerciante e seus clientes. Qualificou cada uma: uma conscientizadora, profunda; outra rápida e ágil. Procurou então, a seu modo, recriar a segunda nos princípios da primeira. Ela partiu de uma insatisfação e crítica pessoal sobre uma situação específica de seu trabalho, para daí reelaborá-lo. No caso de um aprendizado da ação baseado numa pessoa que se admira, as dificuldades em se examinar partes são maiores, pois a essência do modelo personalizado diz respeito a um arranjo determinado do todo que é a pessoa, onde cada traço se compõe para confirmar a personalidade total. Devido a estes aspectos, o apoio em personalidades modelares é um recurso que dificulta a capacidade de crítica da ação do outro e de sua própria, mas que por isto mesmo pode servir de agilizador na atuação frente ao mundo.

Procurei localizar aqui alguns parâmetros norteadores da ação segundo os entrevistados, segundo os recursos citados no aprendizado da profissão. A busca de uma personalidade modelar pareceu-me um recurso usual entre

alguns entrevistados, que apresenta alguns limites claros de flexibilidade e crítica sobre a ação.

### 5. CONSUMO E SACRIFICIO

Entre as várias questões que levantei para os comerciantes, poucas foram objeto de tanta manobra e tentativa de exclusão como a que interrogava sobre o orçamento mensal doméstico. As respostas geralmente mapeavam o intrincado jogo de manipulações e instabilidades que existe entre o orçamento da firma e o orçamento doméstico. De modo geral, um e outro se confundiam, sofrendo reajustes segundo prioridades.

As dificuldades em se chegar a respostas objetivas era efeito não tanto de que na casa dos comerciantes entrevistados não se tivesse um padrão de consumo confortável, mas conforme explicavam os entrevistados, por que as variações do mercado e da firma interferiam diretamente no orçamento doméstico, provocando uma organização da margem do consumo um tanto flexível, que pudesse sofrer compressões na medida da necessidade do estabelecimento comercial. O consumo doméstico submete-se, mais visivelmente no início da atividade comercial, à lógica da ampliação do capital do comércio.

Em termos práticos isto significava manipulações do tipo, por exemplo, que o carro da família fosse vendido para se comprar um balcão frigorífico, ou então que o terreno para a construção da casa própria fosse vendido para financiar a compra de uma nova caminhonete para a transportadora. As manipulações implicavam em sacrifícios de expectativas de consumo e mudança de padrão familiar em benefício do sustento ou ampliação do próprio comércio.

Mas não foi apenas o consumo em termos materiais que exigia uma "atitude de sacrifício em função da empresa". O aspecto enfaticamente ressaltado pelos comerciantes era que sua ocupação impossibilitava a liberação de um tempo livre

satisfatório. O consumo de tempo livre, com suas atividades de recreação cultural, social, de convívio familiar, era constantemente postergado para um futuro de estabilidade e bonança. O tempo de trabalho em torno de doze horas por dia, em seis dias da semana, que é a rotina geral destas pessoas, exclui um tempo efetivo de lazer.

A percepção da dupla restrição do consumo, em termos materiais e de tempo, parecia reforçar a imagem de "vida dedicada ao trabalho". Mas não no sentido de trabalhadores assalariados que vendiam sua força de trabalho a terceiros, e sim como proprietários que se pautavam por uma ética de sacrifício dos prazeres em função da valorização do trabalho.

Mesmo que se reconhecesse que um esforço humano era efetivado tanto pelos seus empregados como por si próprios, a diferença estaria em que se o esforço dos empregados não fosse materializado em termos de um bem-estar material, este seria facilmente desvalorizado. O trabalho adquire sentido enquanto se materializar em propriedades, riqueza, signos palpáveis de progresso, conforto e segurança. Foi na medida que esta relação se estreitava que mais facilmente se reconhecia a condição de igualdade com os outros que os circundavam. Neste sentido, pode-se dizer que ultrapassado o patamar da necessidade, o trabalho é altamente valorizado, referência obrigatória à riqueza legítima. Por isto muito mais facilmente se reconhece a riqueza quando ela é fruto da trajetória de uma pessoa que teve a capacidade de acumulá-la e gerenciá-la enquanto riqueza pessoal.

O importante a registrar quanto a inserção dos comerciantes no consumo é que, por mais efetivamente que eles se insiram no padrão de consumo das classes médias, este está relegado às prioridades presentes no estabelecimento comercial, fazendo com que as instabilidades do seu comércio repercuta fortemente no padrão de consumo. Não fosse por rendimentos mensais em geral superiores aos

dos assalariados, os próprios comerciantes seriam péssimos consumidores devido a sua instabilidade.

#### 6. DONO E PATRÃO

Como proprietários frente à clientela e empregadores, os comerciantes exercem funções diferentes. Neste item vou explorar o modo como se representa e pratica estas funções segundo os entrevistados, utilizando-me de um jogo de justaposição entre elas como recurso de crítica<sup>12</sup>. A justaposição permite que se reconheça com maior clareza, como a atualização de cada um dos papéis se realiza através de diferentes procedimentos, com parâmetros opostos, pelas mesmas pessoas, em um mesmo lugar. Enquanto as relações com os empregados estão baseadas no princípio da autoridade-modelar, no exercício explícito de um conservadorismo nas relações as relações com a clientela são modeladas flexível e solícitamente, num cuidado permanente em se seguir as condições próprias ao tempo presente. São dois lados contraditórios que se repõem em um mesmo ambiente de trabalho, mas com pessoas situadas em posições sociais diferenciadas. Os dois lados explicitam a extrema ambigüidade presente no dia-a-dia de um cidadão pequeno-burguês, que tem um mundo particular que pode gerir como se fosse seu.

---

<sup>12</sup> Toda a dissertação está organizado na justaposição de estudos de caso, na expectativa de que a crítica não se exercite a partir de uma posição externa, se bem que distanciada, do autor. No exercício da justaposição entre os papéis de "dono e patrão", a justaposição é limitada ao universo cultural dos comerciantes, contemplando possibilidades alternativas na atualização destes papéis.

Por mais diversificadas e ágeis que sejam as atividades que envolvem o comerciante no seu dia-a-dia, a relação com a clientela foi um aspecto recorrentemente citado como a fonte principal de atenção e retornos positivos. Esta relação foi objeto de especial elaboração:

"- No comércio se ganha muita informação, muita amizade, muito conhecimento. Dificilmente você vê um comerciante que tá por fora de alguma coisa(...) Ele consegue falar sobre tudo, sabe. E a maior parte do que ele concorda, ele acha errado, mas a gente concorda né...(risos)..Você não vê um comerciante desinformado. Um comerciante mesmo que trabalhe.. da padaria X por exemplo.. que está sempre em contato, é difícil você ver alguém ignorante sabe...dos fatos...E depois você passa a fazer parte da vida de muita gente. Interessante isso no comércio...Você faz parte.. tem gente que vem aqui todo o dia, você acaba pegando amizade.. Você participa até da família, dos problemas ...Ontem foi um exemplo: morreu a esposa de um cliente meu...faz cinco anos que ele vem aqui, que é cliente da gente. Foi uma das primeiras pessoas que ele avisou que morreu, foi nós...Ele ligou aqui ontem, cedinho...Você vê, no final a coisa fica forte. Fica um elo de comerciante. A gente foi no velório...Eu acho isso importante. Tanto prá nós que temos reconhecimento do trabalho,né,como o cliente, que ele sabe que ele tem uma coisa que ele pode contar, nem sempre prá gastar. Então, prá mim isso é importante...É uma relação comercial de outro tipo..(Leandro, sócio-proprietário da rotisseria).

O que Leandro descreve com especial gosto em sua profissão é a possibilidade do estabelecimento de relações amplas e contínuas com uma parcela de sua clientela, na extrapolação da relação estritamente comercial, num relacionamento que tivesse o viés do reconhecimento social, onde a troca de opiniões (mesmo que na aparência) sobre assuntos diversos estivesse colocada em pauta, onde uma relação social que envolvesse convites para certos rituais sociais estivesse presente enquanto possibilidade; fundindo-se redes de amizade e reposição de status.

Enquanto a grande parte da clientela simplesmente passa e usufrui dos serviços e produtos que os comerciantes põem a venda, algumas pessoas se detêm, retornam rotineiramente, dão espaço para que a troca de informações recíprocas possa se estabelecer. É sobre esta clientela com quem se chega a manter conversas mais demoradas que os

comerciantes podem traçar um perfil de seus consumidores, perceber as falhas e deficiências de seu(s) negócio(s) segundo quem se utiliza dele, ficarem cientes de seu poder de influência. E talvez por isto a sua existência e os seus traços sejam descritos e examinados com tanto detalhe e recorrência pelos entrevistados, pois nesta relação se tem a confirmação da importância social e prestígio acumulado pelo comerciante.

A comparação com a relação que os bancários estabelecem com a clientela no banco é interessante aqui. No caso dos bancários a clientela que se atinge e a forma de atrair o cliente tem que guardar um nível de anonimato por parte do funcionário, pois o cliente deve, idealmente, atribuir à empresa e não propriamente à pessoa x ou y as qualidades do serviço. Já no pequeno comércio a atribuição das qualidades da empresa e do proprietário se confundem, na indistinção entre o indivíduo e a função profissional desenvolvida. Assim, na fala de Leandro, o convite ao velório de um cliente de anos deu a ele um retorno tanto de seu trabalho como de seu prestígio social. Não houve aqui distinção entre a função social e o indivíduo, mas a confirmação de um no outro.

Esta formação de personalidade individual formulada a partir das necessidades da profissão adequa-se a responsabilidade e a autonomia que comerciante tem como proprietário de sua pequena empresa. O retorno social que é direcionado diretamente à pessoa do comerciante, se estabelece mais comodamente que no caso dos bancários, onde as distinções entre eles e a empresa estão em constante tensão e articulam-se ambigualmente. Em todo caso, a autonomia do comerciante se exerce segundo o princípio mercantil de forma que, entre outras coisas, ele dificilmente escapa de um relacionamento com a clientela dentro da lógica geral de solicitude, já descrita anteriormente na relação entre clientela e bancários. O cliente tem que ser conquistado e para que isto se realize, as relações sociais devem se articular sob o signo do

consenso. Assim, Leandro se dispõe a conversar de tudo .." e a maior parte do tempo que ele (o comerciante) concorda, ele acha errado, mas a gente concorda, né".

O importante na relação comerciante/cliente não seria, neste caso, a discussão sobre um tema, o debate aberto de opiniões, mas a reposição de uma sociabilidade onde o outro (o cliente) se sinta bem e confortável, de forma que o consenso pré-estabelecido não sofra abalos, reveses, ou seja de alguma forma rompido. Várias estratégias podem ser acionadas pelo comerciante para que a relação amena não seja quebrada. José, que se descreveu como bom vendedor, prescreve algumas regras de que dispõe:

"- Eu me dou bem prá coisa do comércio. Porque qualquer coisa que você me der eu vendo....Pelo menos eu não tenho vergonha de chegar, oferecer, conversar. Porque às vezes você vai oferecer uma coisa prá uma pessoa e tem quatro ou cinco pessoas do lado e você tem vergonha....Eu não tenho esse tipo de coisa....Eu vou lá e ofereço, prá ela e prá outras pessoas....eu converso e tal...

O pior que pode acontecer é você inventar uma desculpa e falar um não prá mim. Só que você vai ter que falar um não com delicadeza porque eu vou ser delicado com você. Então você vai achar um esquema prá falar prá mim que eu não me magoe. Isso é o pior que pode acontecer...

- E se a pessoa não for delicada?

- Então aí você vai ter que ser mais delicado ainda com a pessoa. Quando você pega uma pessoa que tá nervosa, então aí você vai ter que ser mais delicado ainda com a pessoa. Pede desculpa, fala que vem outra hora e vou embora...

Vendedor não pode ter problema nenhum! Se ele tiver algum tipo de problema, ele transmite prá pessoa que ele tá vendendo. Se ele tiver problema de doença, de família...ele não vende. Ele transmite prá pessoa. A pessoa não se sente segura com o que ele fala...

Tem que esquecer tudo e olhar prá pessoa, e vender prá pessoa aquilo...Então você...Você tá afirmando...tá provando que o que você tá vendendo é bom...então você vende a idéia. Você não vende o produto, primeiro você vende a idéia dela comprar..."(José sócio-proprietário de frangonete).

Nesta passagem José dá uma série de receitas sobre como deve ser a relação cliente/comerciante, tendo em vista que ela tem um objetivo bem definido: o da compra e venda de um produto ou serviço. Todas as nuances que ocorrem nesta

relação devem ser revistas em função do objetivo principal, conduzindo-as unidirecionalmente. A boa conduta guarda aspectos de um bom profissional: estar pronto a propor a venda em qualquer ocasião, sem se deixar vexar por certos limites de hora ou lugar apropriados. Ao mesmo tempo, um autocontrole sobre si próprio deve ser exercido a fim de não criar situações em que questões do negócio sofram interferências de problemas e orgulhos domésticos: a personalidade deve ser gerida conforme o objetivo principal e a relação da compra e venda tem que garantir o âmbito da relação. Conforme a receita, a relação deve guardar traços de utilitarismo, profissionalismo e sedução.

Seguindo-se o argumento de José, o outro é aquele que deve ser conquistado, seduzido. Por isto os problemas pessoais, os pequenos orgulhos, a timidez - os traços da personalidade de quem oferece - têm que ser remodelados de acordo com as possibilidades da conquista deste outro, de se ter acesso a ele e aos valores que estão presentes na sua vida. O vendedor objetiva encontrar o acesso através do qual o produto acabe por preencher alguma função, seja ela qual for, no mundo do consumidor. Idealmente o produto deve ser concebido como algo que falta, que é útil, confortável ou apenas digno de se ter. Neste caso, é sempre necessário se ter uma atitude de compreensão, aproximação e investigação sobre o mundo do outro. Esta relação mercantil cria uma sociabilidade onde o conflito, a desavença e a diferença não podem expressar-se sem que ela mesma seja rompida. Vê-se como José esforça-se por entender que a indisposição do outro é um evento ocasional, fruto de um desequilíbrio momentâneo, para não se deixar magoar pela rispidez e quebra de sociabilidade que significaria a aceitação da distância e da diferença.

E na relação com a clientela atual ou possível que os comerciantes desenvolvem um olhar acurado. Eles realizam uma microsociologia de estereótipos: tal pessoa, com tais hábitos, aparência, poder aquisitivo tem tais e tais expectativas. Só na medida que a relação se dá como uma

busca da aproximação complementar que o êxito da venda torna-se factível. Explora-se nas aparências do cliente sua personalidade, numa busca de que seus desejos sejam reconhecidos e explorados<sup>13</sup>. Regina, proprietária de uma video-locadora tem perfeita consciência da sutileza de seu olhar sobre a sua clientela:

"- Eu comecei a refinar a sensibilidade no seguinte sentido: você, parece que você quando bate o olho no cliente, quando ele tá entrando, você quase que sabe que tipo de filme esse cliente quer. O que que ele quer, o que ele gosta, que que ele tá procurando. E daí vai...e é batata. Não tem erro. Isso é experiência..é desses anos todos que fico ali.

As vezes eu fico parada assim, vendo um cliente e eu fico imaginando: esse cliente é isso, isso e isso. E eu vou e atendo o cliente. E realmente...E eu sempre tento tirar muito desse cliente também. Por exemplo, eu tenho aí hoje 5.000 filmes. E impossível assistir 5.000. Se eu assisti 300!..Porque eu também não fico assistindo que nem uma louca,né... Mas eu posso te falar sobre...sei-lá quantos..Porque isso convence. E você começa, no comentário, a criar uma rede de pessoas que gostariam de assistir aquele filme...

Então eu já sei...Olha, esse filme quem vai gostar é fulano. Esse é o ciclano - mesmo que eu não tenha assistido o filme. E com certeza dá nisso.."(Regina, sócia-proprietária de video-locadora)

Esta relação de aproximação com a clientela que permite que o cliente e o comerciante saiam do anonimato da cidade é um traço do pequeno comércio. Aí está muito da atração que estes pequenos estabelecimentos exercem para conquistar seu espaço na cidade. Além disso, a tendência era que os pequenos comerciantes, aprimorando suas estratégias

<sup>13</sup> A fé na personalidade (de que ela existe, é individual e se revela nos pequenos traços da aparência) e que a sociedade é feita da coleção destes personagens são duas faces, segundo Sennett(1988), de uma sociedade de capitalismo industrial que perde a capacidade de criar um domínio público. Pode-se explorar uma crítica a esta tese do autor, levando-se em conta que o seu argumento tende a expandir e intensificar um modo de estabelecimento das relações sociais que, segundo entendo, efetiva-se apenas em certos contextos e relações. Desenvolvo em seguida como alguns comerciantes enquanto empregadores, desincompatibilizavam-se de uma leitura da personalidade para o estabelecimento da relação na medida que reconheciam no empregado uma pessoa "incompleta", "deficiente".

de conhecimento e aproximação com a clientela, acabassem exercendo uma influência e garantindo um certo prestígio social, de certa forma autosatisfatório. Muito diferente eram os interesses e as estratégias dirigidas por alguns entrevistados a um outro conjunto de pessoas com quem se convivia cotidianamente, qual seja, os seus funcionários. Neste caso, a tensão entre tentativas do estabelecimento de relações guiadas pelo consenso e as impossibilidades disto foi descrita com evidência, tratando-se, em alguns casos, de distâncias sociais radicais, onde racionalidades diferentes criariam dois mundos opostos.

Alguns dados sobre a rotina e divisão do trabalho são importantes para que se entenda melhor as relações de trabalho no pequeno comércio. De modo geral a extensão das horas de trabalho é uma das formas utilizadas para se aumentar a capacidade lucrativa da empresa. Para se ter uma idéia, na padaria do Cambuí de Pedro, o padeiro trabalha das 19 às 4 horas, o balcão começa às 6 horas e o fechamento ao público é às 22 horas. De fato, enquanto lugar de produção e prestação de serviço, a padaria funciona 24 horas. Além disso, a padaria só fecha no Natal e Ano Novo. Por isso é fundamental a boa regularidade nos turnos entre os 28 funcionários e entre os 3 sócios que trabalham. O balcão tem três turnos ( das 6 à 1:30h, das 7 às 14:30h e das 14 às 22h) com intervalo de 30 minutos para lanche. A salgadeira, o confeitiro e ajudantes trabalham das 8 às 16h. O padeiro trabalha dois dias e folga um. Exceto o padeiro, todos revezam as folgas um dia por semana. Entre os 3 sócios que trabalham, um abre a casa às 6h e fica até as 14h - este é o encarregado das compras. O outro entra às 9:30, tem um intervalo de 2h para almoço, e fica até às 22h - ele é o encarregado dos funcionários. Pedro fica com o horário intermediário, das 8 até as 21h, com horário de almoço, responsável pelos serviços de contabilidade e banco.

Em geral a divisão do trabalho se estabelece hierarquicamente, onde as diferentes tarefas envolvem posições específicas com níveis de autoridade diferenciados.

Existe o lugar do patrão, o dos funcionários qualificados e os menos qualificados. Esta hierarquia é traduzida em termos de recebimentos e benefícios de trabalho assegurados: no caso da padaria, as balconistas recebiam salário mínimo, já o padeiro recebia quatro vezes mais e com maior flexibilidade no horário. Só de "pró-labores"<sup>14</sup>, Pedro recebia quarenta vezes o salário mínimo.

A reposição desta hierarquia em todos os níveis liga-se a uma lógica calcada na preservação da empresa. No caso da padaria, o padeiro tem uma técnica específica de fazer o pão. O pãozinho de 250gr era uma das marcas desta padaria no Cambuí que, segundo Pedro, preservava os níveis de higiene e qualidade que lhe garantiam uma clientela fixa. O domínio da técnica pelo padeiro e a exclusividade do produto de seu trabalho (segundo Pedro um padeiro sempre faz um pão diferente de outro) lhe garante uma situação mais estável e segura na padaria. Tanto é que há sete anos ele estava trabalhando ali, o confeitiro há nove. Já a rotatividade no trabalho entre as balconistas era entre três a seis meses.

Ao que parece, mesmo que o pequeno negócio não seja organizado na divisão de tarefas entre membros da família, na sobreposição dos papéis hierarquizados da família no trabalho, a divisão de tarefas no pequeno comércio tende a reproduzir a noção de "complementariedade hierárquica" familiar, baseando-se o estabelecimento de desigualdades em função de um bem maior que é a empresa<sup>15</sup>. Conforme a importância da tarefa do trabalhador a continuidade do empreendimento, maior o potencial do reconhecimento do valor do trabalhador pelo patrão, não só como alguém que

<sup>14</sup> Pró-labore é a retirada dos sócio-proprietários, sendo que o valor a ser retirado e a periodicidade da retirada é fruto de um arranjo entre os sócios.

<sup>15</sup> Esta noção foi desenvolvida por Dumont (1985) para descrever o estabelecimento das diferenças dentro do princípio holista, onde a subordinação das partes ao todo não se traduziria em relações de poder, mas de complementariedade. Recorro a ela porque exprime de modo mais aproximado o princípio hierquizante presente em algumas entrevistas.

desempenha uma tarefa, mas como pessoa com suas necessidades extra-trabalho. A reposição de uma hierarquia profundamente desigual dentro da empresa é demonstrativa, entretanto, da incapacidade do patrão em gerir as relações de trabalho via a complementariedade desejada, ativando mecanismos de punição extremos como são os da demissão constante ou os baixos salários.

" - A gente acha que a gente paga pouco. Eu acho que eles ganham pouco... Já é difícil encontrar um prá trabalhar. Principalmente sábado, domingo e feriado... Mesmo se você pagar mais e arrumar funcionários melhores não adianta. Sabe o que acontece? Eu acho assim: nenhum país vai prá frente trabalhando sete horas e meia por dia. Nenhum...

E você chega pró funcionário...você vai pagar bem e diz : "mas você vai trabalhar nove, dez horas por dia"... Só que ele não quer, certo!..Ele não quer trabalhar...

Ele começa muito bem, trabalhando assim. Daí um vem fala uma coisa, outro vem fala outra coisa. Ai ele acha que...ele vai pela boca dos outros...ele fala: "é mas eu trabalho demais, não sei o quê"...Ele começa a procurar os direitos dele quando você já tá pagando os direitos dele... Ele não entende e não quer entender..

Eu já tentei fazer isso e não dá certo. Já ouvi um comentando pró outro: "eu ganhei um aumento de 40%. Eu posso faltar porque eu tô ganhando melhor mesmo"...A cabeça é muito pequena!... Se ele faltar quatro dias no mês, ele ganha mais do quê ele tava ganhando...A idéia dele é essa, entendeu?! Ele não puxa pelo trabalho. Não adianta...É aquilo ali, é o salário da classe...é aquela coisa e acabou, certo?! (Pedro, sócio-proprietário da padaria do Cambuí).

A argumentação de Pedro parte da constatação de que a remuneração salarial dos funcionários é baixa~~is~~. Mas do seu ponto de vista, esta postura decorre de uma quebra anterior, pela falta da noção simétrica de compensação por parte dos trabalhadores. Na medida em que o patrão oferece um salário maior, ele quer a reciproca de mais trabalho. Pedro entende que está ofertando algo, não se trata de uma compra de um tempo de trabalho do funcionário que teria seu preço reajustado segundo alguma noção do justo, mas de que ele,

14 Segundo dados do PNDA-IRGE de 1990, o poder de compra do salário mínimo caiu 35,7% em relação a 89 e 38,7% em relação a 81. Entre os trabalhadores, 24,2% ganham até um salário mínimo por mês, e só 3% tiveram rendimentos mensais superiores a 20 mínimos. (Dados publicados FSP, 22.11.1991).

como patrão, está dando uma oportunidade de melhor salário e mais trabalho. Pedro sabe que tem o domínio completo sobre a organização do trabalho, o ritmo, a remuneração salarial. Ao ampliar o tempo de serviço e com isto a remuneração salarial, ele entende que está abrindo mão de uma vantagem sua, e frente a esta atitude parcimoniosa, ele espera que os funcionários respondam condizentemente.

A argumentação de Pedro é rica porque ela reconhece os pontos tensos da relação: o outro não cria um vínculo solidário com o patrão, mas vai pela boca dos outros, repondo a solidariedade entre os trabalhadores, quebrando a confiança e lealdade com o patrão. O outro se apóia no conforto e desprendimento de um dia de folga ao invés de se ligar ao registro de que "tempo é dinheiro"; não procura responder adequadamente a um favorecimento que lhe foi concedido na medida que seu salário foi dobrado. Existe neste caso uma clara impossibilidade de aproximação entre o patrão e o empregado. Simplesmente o patrão sente-se ameaçado pela possibilidade de que o empregado tenha interesses que sejam distintos dos dele e que não sigam a lógica do progresso da empresa. Ele não distingue o empregado como um trabalhador que vendeu seu tempo de trabalho e o trabalhador como uma pessoa única, com pensamentos, opinião e sentimentos e interesses próprios. Na continuidade que pressupõe entre si e o outro, ele pretende que este outro deva se comportar na obediência e complementariedade de seus interesses. E na medida que os empregados estão deslocados desta perspectiva que se tornam irrazoáveis<sup>17</sup>.

Esta concepção estreita do empregador sobre as relações empregador/empregado atualiza-se numa interação intensamente carregada de autoritarismo e desconfiança. O

<sup>17</sup> Esta perspectiva onde o sujeito não distingue entre seus interesses e a perspectiva do outro, contruindo-a unilateralmente, na mão-única, é próprio do sistema tradicional de estabelecimento da autoridade no Brasil. Para uma discussão sobre este tema ver Telles, Vera (1992) A cidadania inexistente: incivilidade e pobreza - um estudo sobre o trabalho e a família na Grande São Paulo.

controle cotidiano e pontual é um modo de se repor e afirmar a autoridade, signo da relação em muitos casos.

"- Eu já fui mole prós funcionários, hoje eu sou mais dura...(..) Veja, tem um empregado novo que pegava o caminhão, ia prô rodeio e não sei o que mais. O Joaquim (marido e sócio) dizia que ele era solteiro e precisava se divertir. Então ele deixava, deixava Clara!..Ele quebrou o rádio, bateu o caminhão um monte de vezes...O João (outro empregado) conseguiu acabar a casinha dele, não sei como, mas conseguiu..Começou a guardar dinheiro na poupança, comprou um carrinho velho. Aí começou a se sentir mais gente, né! Aí começou a fazer cachorrada. A andar com o caminhão a mais...O Joaquim mandou um carta de advertência prá ver o que tinha, prá ver porque ele tava aprontando aquilo.Depois que ele explicou, o Joaquim não mandou embora...Ele tem uma paciência, eu já sou mais explosiva"(Tatiana, sócia-proprietária de transportadora).

"- Na minha cabeça o gado engorda com o olho do dono. Se eu pusesse o gerente aí, ele trabalha dois ou três dias,né...trabalha bem e depois tem qualquer problema em casa, ou acorda de mau humor e aí...Eu vi isso com o exemplo da churrascaria...O freguês pediu um frango bem passado prô churrasqueiro, aí ele pegou um no ponto e falou prô freguês: Esse tá bom. E o freguês falou que ele preferia um mais passado e ele empurrou o frango.."Não, esse daqui tá bem passado"...e empurrou prô freguês...Então você vê: o freguês manda. Não dá. Ele quer um bem passado, ele leva um frango bem passado. Se ele quer mau passado, ele leva mau passado. Se ele quer cortado...Leva cortado. Então a gente faz a vontade do cliente porque a gente é dono. O empregado não é assim, ele não tem esse tipo de preocupação."(José, sócio-proprietário,de frangonete)

Pode-se dizer que existe um ponto de vista próprio ao proprietário, regulado por uma razão que seria a empresa e que deve ser necessariamente seguido. Em termos de conteúdo envolveria a aproximação com a clientela, solicitude com o freguês, economia de gastos, flexibilidades para se enfrentar ritmos mais acelerados, uma certa forma de elaboração do produto,etc. Esta razão empresarial tem que ser sustentada ininterruptamente, entretanto, o que a experiência ensinaria a alguns patrões é que o único interessado em seguir a bom termo esta razão, é o dono. Os outros trabalhadores contratados (seja o gerente, seja os subalternos) não assimilam isso a não ser superficial e

provisoriamente, tendendo a burlá-la assim que a ocasião se apresente. Diante do comportamento dos funcionários guiados por interesses divergentes, a solução prática encaminha-se via o controle, a fim de que a ordem se reponha na obediência a quem tem uma visão "menos parcial e ocasional". Neste caso, não se atualizam aqui estratégias que atraíam o funcionário à razão da firma, mas sim o princípio da autoridade que se utiliza dos recursos de obediência e repreensão, tendo como poder limite o da demissão.

Se a legislação trabalhista impede que se demita aleatoriamente, a menos que se paguem os direitos do trabalhador, ela não impede que o empregador atue autoritariamente. A legislação trabalhista não chega a afetar o modo como se exercem os micropoderes, apenas garante parâmetros mínimos sobre os quais estes devem ser exercidos.

Contudo é nas disputas jurídicas que se têm o drama social desta relação conflituosa. Ali a relação do trabalho seria regulamentada enquanto tal, e não como propõe o empregador segundo o andamento da firma. Existem direitos e deveres que colocam empregador e empregado como cidadãos que devem cumprir uma legislação, na submissão a uma regra geral. E por insuficiente que a Justiça seja para garantir uma vida digna ao trabalhador, é frente à justiça que o empregado é colocado como alteridade reconhecível em termos de interesses próprios numa relação entre dois<sup>10</sup>.

Segundo alguns entrevistados, uma experiência acumulada de problemas trabalhistas os convenceu a cumprir a legislação integralmente. Relataram que os novos empregados

10 No livro *Cafecultura: Homens, mulheres e capital 1850-1980*, Martinez-Alier, Verena (1986) registrou a enorme dificuldade e resistência dos patrões cafeicultores de São Paulo em aceitar que a legislação trabalhista regulasse a relação de trabalho com seus empregados rurais. A autora descreve como a causa principal da recusa da Legislação Trabalhista de 1964 estava na impossibilidade destes patrões em aceitarem uma situação onde seus próprios empregados fossem tidos como iguais. Segundo a interpretação das entrevistas que tenho feito até aqui, os traços desta recusa ainda ressoam favoravelmente em solo urbano no Brasil na década de 90.

estão constantemente atentos sobre seus direitos, de um modo mais ativo que os antigos, que eram mais maleáveis quanto a estas questões. Nas entrelinhas da descrição dos problemas trabalhistas que enfrentaram, eles apontavam uma total falta de uma moral por parte dos empregados, no uso de mentiras e falta de escrúpulos, em convivência com seus advogados.

A relação entre patrão e empregado pode se estabelecer no constante conflito, na disputa mesquinha, na falta completa de respeito humano. Célia conta suas agruras como sócia de parentes que dispensavam aos empregados um tratamento nestes termos.

"- Eu não tenho problema com os empregados. Se eu tenho algum problema, eu falo. Eles falam o que acham, explicam e a gente resolve...

Agora, meu cunhado e meu sogro tem problemas com os funcionários. Minha sogra também...Eles são italianos, eles querem levar as coisas tudo junto, tudo muito rígido...Se um chega atrasado, já briga. O empregado já fica nervoso...Mas depois eles foram aprendendo...Mas já houve muito problema. Eu falo prá meninas (as balconistas), que se elas pegassem o começo, elas iam ver o que é...Eu tinha dó delas...Eu sempre me metia prá defender: o jeito que eles tratavam...eram estúpidos, não sabiam conversar. Hoje em dia eu e meu marido conversamos só sobre o serviço (com os outros membros da família) prá evitar incômodos, né.(Célia, sócia-proprietário de restaurante de massas).

A Legislação Trabalhista não garante por si só o estabelecimento de uma relação de igualdade entre empregador/empregado. Esta depende de uma postura, de uma visão integral do outro que só é possível na medida que se abandonam os critérios tradicionais de autoridade, cujo exercício do poder tende a ser compreendido como o poder de estabelecimento da ordem segundo um dos pares da relação. Frente a esta autoridade, as estratégias de resposta articulam-se entre a submissão, o conflito explícito, o engano e ocultamento de determinadas práticas.

Outros comerciantes entrevistados descreveram em outros termos sua relação com os empregados. Guiavam-se nestes casos, segundo estratégias de cooperação, procurando-se arranjar mecanismos participativos aos funcionários, de modo que eles também usufruíssem dos benefícios de seu

trabalho. Marcelo, engenheiro elétrico com experiência de trabalho na Telebrás, se utiliza de alguns métodos incorporados ao que se denomina sistema japonês: o sistema de estoques curtos, o sistema kan ban, que tem dado resultados positivos. Ao contrário da postura dos comerciantes citados anteriormente, ele não desenvolveu nenhuma visão substancialista que desacreditasse os seus empregados enquanto pessoas com menos valor, com falta de interesse no trabalho, como menos eficientes ou afirmações do gênero.

Correlata à uma interação autoritária com os funcionários, alguns comerciantes apresentaram a imagem do trabalhador repleta de preconceitos (com más intenções, má vontade, incapacidade, oportunismo, etc), sem que se levasse em conta os termos reais das relações de poder entre empregador e empregado. Nestes casos, a atitude dos patrões foi apresentada como se eles estivessem na defensiva frente a um outro que age enigmática e perigosamente. Com esta evasiva, o olhar de quem domina desvia-se do reconhecimento dos termos em que se estabelece a relação, para a acusação do que o outro é.

Os graves e inúmeros conflitos trabalhistas que alguns patrões tiveram que enfrentar em seu cotidiano apontam para uma situação onde a continuidade desta atitude autoritária, numa sociedade que sustenta alguns mecanismos e uma ideologia de igualdade, mesmo que frágil e ambigüamente, é fonte inesgotável de conflitos<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Estamos aqui em meio a um tema amplamente discutido por várias tradições nas ciências sociais no Brasil: a da permanência de concepções autoritárias e conservadoras em uma sociedade que se moderniza. Da Matta (1987) descreveu-o como o "dilema brasileiro", - apontando os vínculos profundos da sociedade com princípios de hierarquia social guiada por noções de autoridade e ordem; as indistinções entre público e privado, que repõem os interesses particulares sobre as noções mais básicas de vida civil, etc.- ; multiplicando em vários níveis do social mecanismos legitimadores das desigualdades sociais. Na conexão com esta reflexão, a especificidade do enfoque que damos aqui, está em entender os registros destes dilemas no gerenciamento da própria experiência.

Em geral, os pequenos comerciantes estavam entre os empreendedores de sua cidade: criando novos pontos, estabelecendo novas referências mercantis na cidade, reformando suas lojas, organizando associações civis e de classe. Este ativismo ganhava entretanto, limites claros, não apenas em função das regras e mecanismos do mercado, mas pelo apoio em bases tradicionais: os comerciantes guiam usualmente sua ação segundo modelos de outros homens que driblando a sorte, usufruindo de oportunidades, vencendo os limites de sua própria condição de classe, exercendo seu domínio sobre outros homens, criaram e acumularam um patrimônio. Um individualismo parcial se apresenta no contorno destas atitudes e procedimentos, enfatizando a ação utilitarista e mercantil na consecução de papéis sociais que lhes cabem.

Além disso, como já observei, o instrumento legítimo para a realização do progresso, acúmulo material e segurança, é o trabalho, mas com um sentido particular: não é todo trabalho que é digno, e nem todo trabalhador que corresponde positivamente ao mundo social normatizado.

Encontrei vários parâmetros normatizadores para a realização do trabalho no seu sentido pleno, e foi citada com mais constância e ênfase a premissa de que a quota de trabalho e o produto do trabalho devem ser administrados em razão da construção de um futuro. Se se seguir o discurso de Tatiana neste sentido, logo se percebe que esta normatização acaba por excluir um determinado segmento social da possibilidade da realização do trabalho no sentido pleno, e ironicamente trata-se da classe trabalhadora.

"- Pobre é muito manso, eu acho. Na cabeça deles, não é prá futuro. Eles não pensam prá frente, né. Pode notar Clara, se você vê o pobre...ele nunca sai daquilo. Se vê, eles são daquele mesmo funcionário há trinta, quarenta, cinquenta anos. E aquele cidadão mesmo e não passa disso. Ele não tem aquela perspectiva, né...."Não, eu vou deixar o meu filho bem. Eu quero um apartamento prá cada um. Nem que seja lá pelos quintos..Mas eu quero um terreno prós meus

filhos, né. Eu vou deixar prós meus filhos"...Não, ele não pensa nisso.

Pega o exemplo do meu pai e da minha mãe que vieram prá cá com garra..Nunca foram ricos, mas também nunca foram prá favela. Tiveram sempre uma vida estabilizada...

Se vê a pessoa que mora na favela, Clara. Que que ele pensa, ele não pensa em sair de lá? É uma coisa estranha, né. "Você quer uma casa, você quer um terreno", você não quer isso?

Veja um operário. Ele pensa: "Eu vou trabalhar sábado, domingo? Não, eu não vou"..Quanto que a gente trabalha de madrugada, sábado, domingo, feriado, Natal, Ano Novo...Não tem dó.

- Isso é uma característica da profissão de vocês?

- Não, Clara. Você pode ver...Olha, um mecânico por exemplo. Ele trabalha na Sambaíba. Ele se chama Erivaldo. Ele trabalha a semana inteira, Clara...Sábado, quebrou o caminhão, você pode ligar prá ele que ele vai trabalhar. Domingo, Natal, Ano Novo...ele vem. Porquê? Porque ele tem vontade, sabe. As pessoas que trabalham com ele pagam aluguel, têm um carro velho..Ele não. Ele tem um carrinho melhor, as crianças dele estudam num colégio, O Progresso, mas já é particular..).Então, ele quer uma coisa melhor prá família dele. Ele não vai ter condições de subir bem, né. Uma coisa assim, mas ele dá uma estabilidade boa na família. As crianças tãem em escola particular, ele tem um carro bom, ele tem a casa dele.. mesmo que lá nos quintos. E é que nem ele fala, se fosse viver de salário, ele não teria o que ele tem. Mas não, ele trabalha sábado, domingo, meia-noite, uma hora da manhã. E só chamar...(..)

Agora, você vai falar prá um pedreiro trabalhar sábado, domingo: vê se ele vai? Um vai, dez não vão. Eles não tem aquela perspectiva, né. O povo acata. Eles aderem. Eles acalmam com o que ganham. Não pode ser assim: tem que olhar a frente, tem que ver a frente.."(Tatiana, sócia-proprietária de Transportadora).

Não há dúvidas de que o discurso de Tatiana excede em preconceitos. Isto é facilmente localizável pela profusão de qualificativos que delega a sujeitos que passam a se confundir num só: são os pobres, os operários, o funcionário, o pedreiro. Estas várias faces se arranjam para configurar um sujeito que, mesmo que dependa do trabalho para sobreviver (afinal são todos segmentos sociais que têm no trabalho o seu meio de subsistência), não o faz segundo normas que Tatiana entende que são os pressupostos de sua boa realização: e aí aparece a questão do sacrifício pelos seus; a dedicação em favor do progresso familiar; o acúmulo de bens materiais visíveis como carro, casa própria e boa

escola para os filhos; o sacrifício do tempo presente e, para que este acúmulo seja possível; a dedicação intensa e exaustiva ao trabalho.

Esta visão normativa da vida dedicada ao trabalho se alimenta de pressupostos que Tatiana entende que regeriam sua ação - no mundo. O ressentimento dela justificar-se-ia na medida em que estes mesmos princípios não guiam a ação destes muitos outros que estão embaixo. A exceção levantada serve apenas para confirmar aquilo que ela já sabe: que Erivaldo, por mais que se esforce no prosseguimento desta moral, não vai ter condições de subir bem. Ele apenas conseguirá se distanciar um pouco da posição daqueles que lhe estão próximos que são, nas suas palavras, os operários.

Esta visão homogeneizadora e desqualificadora de um conjunto amplo da população tem muitas semelhanças com o discurso elaborado entre os comerciantes sobre seus empregados. Aqui parece produzir-se uma extrapolação de imagens, de modo que as falhas e conflitos que ocorrem no cotidiano das relações entre patrão/empregado, alimentam desproporcionalmente as imagens sobre os trabalhadores em geral. Recorrendo à dupla distorção, postula-se que uma atitude voluntarista por parte do empregado de sua firma ou de cada empregado individual, é o meio possível de progresso.

A questão problemática é que mesmo mantendo um convívio cotidiano com seus empregados no trabalho e envolvendo-se em relações de favores com eles, de modo a acompanhar a trajetória de alguns, não se produz uma postura menos dogmática e mais autocrítica por parte de alguns patrões. O conhecimento do concreto não chega a quebrar as visões normatizadoras do mundo dos Outros.

"- Você disse que o pessoal da favela não é pobre?

- Esse pessoal da favela, eles se viram. Como eu falei, o pessoal aí da favela tem videocassete também, né. Eles não compram, eles roubam. Quem trabalha honestamente não tem nem televisão, nem video cassete....O favelado que trabalha não tem isso. Ele não tem.

Agora, nem todo mundo que trabalha da favela é gente ruim, tá. Tem muito trabalhador que mora na favela e que é gente boa. É peão, é servente, é lavadeira de roupa, é empregada doméstica... Mas tem uma grande maioria que não faz nada. Os filhos desse pessoal que vira ladrão. Porque, veja bem, se eu moro na favela, minha mãe vai trabalhar, meu pai vai trabalhar, eu não vou estudar. Porque eu vou estudar? Minha mãe não me manda estudar. Meu pai não me manda estudar. Então, eu acordo e vou ficar com os marginais, jogando bola, envolvido em tóxico, recebendo influência do próprio ambiente.

Veja bem, eu tinha uma empregada aqui, ela tinha treze anos: ela era mãe solteira. Com 13 anos de idade. E a mãe dela é avó com 27. Você entendeu? Então a mãe dela foi avó com 27, e ela foi mãe com 13. E o ano que vem ela tá grávida de novo. Eles não tomam uma pílula, não tomam nada. Você entendeu?" (Roberto, sócio-proprietário de frangonete).

Mesmo que Roberto relacione neste fragmento de entrevista, condicionantes sociais e culturais para se estabelecer um sinônimo entre classes populares como classes perigosas, esta dimensão cultural está cristalizada numa visão ahistórica e mecanicista da sociedade. Sem uma perspectiva mais elaborada da sociedade o confronto cotidiano com situações de pobreza não conduzem a mais que a afirmações das verdades já sabidas. E nisto, o ciclo da pobreza é repostado dentro dele próprio sem macular a autoimagem do sujeito: "o pobre é pobre porque já nasceu pobre".

Capítulo 4: TRABALHANDO NA CASA

1. Discurso Emancipatório e o  
desgaste da figura da heroína:

"Se não há realização, não haverá propósito ou vantagem em trocar a vida imaginativa pela existência puramente aventureira da realidade. Todo aquele que se eleva acima das atividades da rotina diária o faz não só na esperança de ampliar seu campo de experiência, ou ainda de enriquecê-lo, mas também de apressá-lo. Apenas nesse sentido consegue a luta ter algum significado. Aceite-se esta tese e a distinção entre fracasso e o sucesso é nula."

Sexus Henry Miller

Nos estudos de caso anteriores descrevi as dinâmicas microsociais e normatividades compartilhadas por grupos das camadas médias, tendo por referência o trabalho que exerciam. Tal enfoque não se deu por um sentido a mais que o trabalho teria per si. Procurei compreender como as pessoas se autodefiniam, o que levou-me a explorar a sua inserção na família, no exercício do lazer, a inserção na cidade. Sem dúvida o trabalho veio a balizar as várias atividades, e suponho que isto tenha a ver com o reconhecimento de que a posição social e mesmo a realização individual dependem da capacidade de inserção no mercado. Os problemas vividos quanto as perspectivas no plano de carreira, de formação escolar entre os bancários; e entre os comerciantes, quanto a forma de gerenciamento e acúmulo de capital, das manobras com relação as regras do mercado, são alguns aspectos que evidenciam o caráter mercantil garantidor da inserção social do ator.

Neste terceiro estudo de caso, que aborda um grupo de mulheres da elite campineira dedicadas as atividades de dona-de-casa, as relações delas com o mercado são necessariamente mediadas pela sua inserção na família. Isto significa que a problemática da afirmação do sujeito escolhido como eixo de análise em cada um dos estudos de caso, estará centrado neste caso, na família: quais as estratégias e modalidades de afirmação destas mulheres em suas famílias? Em que medida nestas famílias a autodefinição

das mulheres corresponde ou não a posição de subordinação modernamente definida por Simone de Beauvoir (1980) da mulher como Outro? Quais são as distribuições de poder e autoridade internas a família, bem como as condições da criação de um campo de exercício da autonomia das mulheres, mesmo que elas exerçam os papéis de esposa, dona-de-casa e mãe?

Tais questões são tensas pois visam explorar as possibilidades de realização individual da mulher dentro da família e na opção pela maternidade.

Entretanto, o impacto do movimento feminista na sociedade contemporânea se deve ao compromisso de luta voltada a conquista da mulher no espaço público, rejeitando ou apenas desconsiderando as possibilidades da conquista da igualdade restritas a família ou arranjos microsociais de vida em comum. Um dos pressupostos do movimento encaminha-se no sentido que a conquista da mulher no espaço público é uma das conquistas necessárias e principais para a instauração de uma sociedade mais igualitária entre homens e mulheres. Por estes caminhos que multidões de mulheres saíram de suas casas e foram trabalhar fora, militaram em movimentos políticos, reivindicaram direitos específicos, etc.

Nesta trajetória, as modificações na esfera doméstica parecem ter sido bem mais tímidas e dispersas. Mas o caso é que a moda da revalorização da família tem ganhado força no decorrer das décadas de 80 e 90, sem que a contraposição entre o exercício da liberdade individual da mulher e a família tenha sido enfrentada ou repensada em novos parâmetros.

Para não se cair num dualismo simplista na análise que desenvolverei a seguir, onde a tendência fosse igualar mulher que trabalha fora a um sujeito emancipado, livre, gozando de certa liberdade, e a mulher dona-de-casa, necessariamente aprisionada aos desígnios do papel tradicional, é interessante recorrer a alguns dos marcos da discussão feminista sobre o tema. Através desta discussão este dualismo se mostrará fictício. Entretanto, é possível localizar-se alguns impasses entre uma opção de vida voltada

para as conquistas no trabalho, no mundo público e outra voltada para a realização na maternidade e na vida em comum, que são reais e não apenas uma questão da incapacidade de se pensar sem o apoio a recursos dualistas. Airdallon e Caldeira(1984) analisaram alguns desses impasses bem como a tendência no feminismo em não enfrentá-los frontalmente, o que, segundo elas, acabou por promover o desequilíbrio entre as conquistas alcançadas pelo feminismo.

Para apontar estes impasses as autoras recorrem a um contraponto entre duas obras feministas: O Segundo Sexo de Simone de Beauvoir e A Segunda Etapa de Betty Friedan. A contraposição elucida na medida que cada um dos livros, estreitamente ligados ao momento em que foram escritos (1949 e 1981 respectivamente), articula argumentos completamente distintos entre o projeto emancipatório e a situação da mulher na sociedade e na família.

Para entender os impasses que Airdallon e Caldeira apontam, retomarei este contraponto.

No livro O Segundo Sexo I e II, obra de Simone de Beauvoir que inaugura o feminismo moderno, o compromisso da autora com a moral existencialista é clara. Ela parte da dualidade constitutiva e conflitual, entre o Mesmo e o Outro. Todo indivíduo pretende afirmar-se através da realização de projetos que visam transcender a sua própria situação. Seria inerente a própria existência uma pretensão a liberdade, exigindo a constante superação da situação vivida de tal forma que o indivíduo se constituísse como sujeito diante do mundo. Mas todo indivíduo também vive a pretensão da fuga da liberdade, a possibilidade em constituir-se como "coisa", encaminhado-se para a alienação. A partir do conflito entre estas duas pretensões presentes em todos os indivíduos, Simone de Beauvoir localiza a situação específica da mulher:

"O drama da mulher é esse conflito entre a reivindicação fundamental de todo o sujeito que se põe sempre como essencial e as exigências de uma situação que a

constitui como inessencial. Como pode realizar-se um ser humano dentro da condição feminina? Que caminhos lhe são abertos? Quais conduzem a um beco sem saída? Como encontrar a independência no seio da dependência? Que circunstâncias restringem a liberdade da mulher, e quais pode ela superar? (...) Isso quer dizer que, interessando-nos pelas oportunidades dos indivíduos, não os definiremos em termos de felicidade e sim em termos de liberdade." (Simone de Beauvoir, 1980:23).

Segundo a autora, as atividades que a mulher desenvolve, ligadas a preservação e cuidado da vida, não dão possibilidades do controle e criação efetivos. No cuidado dos filhos, na maternidade, na manutenção da casa, na ato de cozinhar, a ação está na dependência de algo que acontece num processo, independentemente da intervenção do sujeito. O mundo em que a mulher se insere é assim, segundo Beauvoir, um mundo condenado à imanência, na medida que a ação e intervenção humanas são aspectos, mesmo que necessários para a sua realização, limitados pelo respeito ao processo inerente ao objeto.

"O mundo não se apresenta à mulher como um "conjunto de utensílios" intermediários entre sua vontade e seus fins, tal qual o define Heidegger: é o contrário, uma resistência obstinada, indomável; ele é dominado pela fatalidade e cortado por caprichos misteriosos" (1980:364).

Excluída de um mundo onde o fazer seja possível, a mulher se perde na generalidade de sua situação. Ela é a mãe, a esposa, a mulher. Não há como singularizar-se sem o exercício de sua liberdade, o qual permitiria que se apreendesse a própria medida e necessidades.

As mulheres, desprovidas das condições para a busca da própria realização, tendem a relacionar-se entre si apoiadas num fundo falso: não são indivíduos interagindo em face de diferentes projetos e exercício de liberdade, mas um caso singular de uma situação genérica. O confronto com as outras se feito na solidariedade, constitui-se em hostilidade dado que os próprios contornos de si se fazem dentro de uma única e mesma situação. A medida de si está no outro, nos homens aos quais as mulheres estão ligadas.

É por estes caminhos que Simone de Beauvoir analisa a singularidade da situação de opressão da mulher: incrustada numa relação simbiótica com seu opressor; inserida numa situação no mundo que impede a realização plena de sua individualidade.

Para escapar ao círculo vicioso desta situação opressiva, Simone de Beauvoir tece umas poucas alternativas, reconhecendo com certeza os limites da sociedade da época. A revolta coletiva é o caminho da transformação desta situação. Permitiria a transformação social mais geral capaz de oferecer as condições e se ter a aceitação de uma mulher efetivamente independente. Entretanto Beauvoir não se alonga sobre esta possibilidade, que em 1949 não é mais que um vago projeto. Ela é entretanto enfática quanto a alternativa individual da mulher: independizar-se "saindo de casa", profissionalizar-se, inserindo-se no mundo público. Assumindo o próprio fazer a mulher pode assumir a sua pretensão de igualdade, identificando-se com a condição humana.

"Desde que ela deixa de ser uma parasita, o sistema baseado em sua dependência desmorona-se; entre o universo e ela não há mais necessidade de um mediador masculino"(idem:486)

Esta solução liga-se perfeitamente com o eixo da avaliação da situação de opressão formulado pela autora, que vê na família e no mundo da casa os centros de sua reprodução. Através do trabalho remunerado a mulher teria a possibilidade de independizar-se economicamente e talvez, numa sociedade futura, realizar-se como ser humano.

A perspectiva de Simone de Beauvoir radicaliza o projeto individualista, submetendo a sua análise da situação vivida e da sua superação às possibilidades de sua plena realização. A partir de sua perspectiva a família e a maternidade não têm positividade, sendo tão somente compreendidos como perspectivas de vida que conduzem a becos sem saída. Mesmo que se reconheça as necessidades da época que Beauvoir escreveu, e a adequação entre as pressões do

mercado, a realização individual e a independência econômica da mulher, a unicidade do olhar dirigido a família e a maternidade condena concomitantemente a experiência de vida de inúmeras mulheres. Talvez devido a esta visão unilateral seu projeto emancipatório ganhou mais força e consistência, incentivando o heroísmo das mulheres que nas décadas seguintes foram trabalhar fora mas em geral, sintomaticamente, não abandonaram suas atividades de mãe, esposa e dona-de-casa, tornando-se super-mulheres. Muitas entre elas, neste encargo redobrado, acabaram condenadas a morrer de stress e ataque cardíaco.

O livro de Betty Friedan, *A Segunda Etapa*, escrito no início da década de 80, parte exatamente do mal-estar criado entre as mulheres mais jovens frente a uma opção imperativa entre realização individual via profissão ou realização na família (ou em algum projeto alternativo de vida vida construída em comum). Uma certa apreensão se generalizaria entre a nova geração, insatisfeita com respostas parciais às expectativas de igualdade, liberdade e realização humana.

Para a autora tal mal-estar é decorrente da ênfase do movimento feminista, que no seu trajeto tendeu a articular um discurso feito de alternativas que se opõem: a realização individual, a família; o trabalho, a maternidade; a mulher sexualmente livre, a mulher reprimida; etc. Estas oposições decorreriam antes do gosto pelo conflito presente em certos segmentos do movimento feminista (aos quais a autora não está ligada), que por impasses efetivos nas experiências de vida na sociedade contemporânea. Tal postura de luta política deveria ser, segundo Friedan, relegada ao passado, pois já se cumpriu os objetivos da primeira etapa:

"Dizer não à mística feminina e organizar o confronto à discriminação dos sexos foi somente a primeira etapa. Temos de encontrar uma maneira de transcender as polaridades da primeira etapa e até mesmo a raiva do nosso próprio "não" para alcançar a segunda etapa: a reestruturação de nossas instituições em uma base verdadeira de igualdade para homens e mulheres, para que possamos viver um novo "sim" à vida e

ao amor, e escolher livremente ter ou não ter filhos"(1981:41; grifo da autora).

Na segunda etapa que a autora entende inaugurar, Friedan quer que se saia das oposições, se discuta de um modo compartilhado os problemas que homens e mulheres enfrentam. Ambos, segundo seus exemplos apresentados dispersamente, desejariam a criação de um espaço em comum promovedor de um ambiente "mais humano". Uma nova espécie de família, assentada na igualdade permitiria a realização de tais expectativas sociais:

"..Quanto a necessidade de carinho e amor, a solução não é negá-las, é reconhecer que a igualdade torna isso possível, e necessário, para a nova espécie de família. A solução é reconhecer, fortalecer e criar novas formas de família que nos possam sustentar agora, e que mudarão, como mudam nossas necessidades com o correr do tempo."(1981:52; grifo da autora).

Tanto o desenvolvimento da sociedade capitalista como o feminismo tenderam a desconsiderar uma série de valores, necessidades e impulsos compartilhados por homens e mulheres e que tendem a "desumanizá-los". Para Friedan a alternativa a esta insatisfação está na família, que entretanto acaba, devido as indefinições da autora, assumindo tantos sentidos quanto as insatisfações não respondidas. Ao comentarem A Segunda Etapa, Ardaillon e Caldeira(1984) apontam esta confusão conceitual enumerando os diversos usos que Friedan acaba por dar a família: 1. Na família se teria um locus de recuperação da desilusão do trabalho sentido por homens e mulheres, neste espaço se criaria um ambiente de intimidade e amor; 2. Seria um lugar de recuperação da identidade perdida: a maternidade. Friedan vê na família não um grupo social organizador da reprodução, mas tem um sentido afetivo ampliado: "numa hora é impulso; noutras, a unidade social que garantiria alguns tipos de sensações e valores"(1984:9). 3. Ao mesmo tempo não considera as formas alternativas de família. Afirma que a família tradicional não existe mais nos EUA, contudo, é o modelo tradicional - casal mais filhos - que está em sua cabeça.

Desta confusão da autora, pode-se dizer que se Betty Friedan faz as perguntas certas a respeito dos dilemas da mulher na sociedade moderna, esforça-se pouco por encontrar caminhos consistentes como alternativas de resposta. O seu discurso de emancipação está voltado, mais enfaticamente que em Beauvoir, no sentido de encontrar alguns parâmetros de igualdade entre homens e mulheres no reconhecimento das diferenças, mas tal igualdade cai no círculo vicioso da reposição das diferenças de gênero confirmadas pela tradição: mulheres que trabalham e parem, homens que trabalham e auxiliam na casa. A requalificação humanizante desta velha divisão dependeria fundamentalmente das benesses de uma sociedade desenvolvida que permitiria a todos trabalhar e despendar mais horas para o gozo da convivência familiar diariamente.

Terminado de ler A Segunda Etapa, fica-se com um certa sensação frustrante. A autora tinha uma questão tensa em mãos, que anuncia logo nas primeiras linhas. No seu sinuoso caminho de autora, feminista participante, observadora da sociedade norte-americana, o desenvolvimento da questão desgasta-se no limbo das alternativas sociais já experimentadas, como se estas mesmas alternativas não estivessem sendo consumidas pelo dilema da realização individual na imanência ou na transcendência. O que quer dizer que a questão permanece: quais são as condições para que uma mulher possa realizar suas ambições e desejos de realização no trabalho e no espaço público concomitantemente a criação de um espaço de compartilhamento afetivo e familiar com outras pessoas e escolher livremente a maternidade?

Se a busca da realização humana pode parecer quase inatingível por vezes em Simone de Beauvoir, - pois o sujeito que se torna independente parece ter que manter uma postura permanentemente heróica -, esta se banaliza em Betty Friedan, sendo meramente um problema de postura, que envolve a aceitação de valores que são compartilhados na sociedade subjacentemente (necessidades, impetus) sem serem

socialmente assumidos. Nesta banalização a autora perde de vista um fenômeno que é mais amplo que o próprio feminismo e que ela própria chega a contornar: o feminismo perde a capacidade de mobilização social se não levar em conta algo que poderia-se denominar "o desgaste da figura de herói". O projeto libertário feminista tende a pressupor a existência de um sujeito heróico, mulheres que enfrentam as barreiras e impedimentos sociais numa luta guiada pela esperança da igualdade e usufruto da liberdade. Ao supor tais sujeitos minimiza-se a extensão das pressões sociais, as quais incidem tanto sobre "a heroína" como sobre o indivíduo entregue a sua situação. Ambos estão submetidos a forças que lhe constroem e aprisionam.

As propostas libertárias generalizantes formuladas pelo feminismo não aplacam o descrédito da postura heróica, pois, por vezes, elas mesmas conduziram a defesa intransigente da luta pela luta, já que descoladas da realidade da pessoa. Para se assumir a luta que o herói enfrenta há que se ter algum sentido mobilizador, que ligue-se de modo mais claro nos tempos atuais (tempos do resgate e elogio das diferenças) a singularidade da experiência de vida e idiossincrasias pessoais. Sem se levar em conta os aspectos peculiares que fomentam a própria realização, "não haverá propósito ou vantagem em trocar a vida imaginativa

---

2 Por exemplo a conquista de profissões universitárias predominantemente masculinas, como direito, medicina, administração de empresas, pode ser um desafio a mulheres feministas de todas as classes, entretanto, segundo Ehrenreich (1991) o acesso a estas profissões nos EUA tem sido feita por mulheres com formação educacional privilegiada. Por mais que o discurso feminista apresente este desafio a todas as mulheres, as possibilidades da sua realização dependem das disposições sociais mais gerais. Segundo Ehrenreich os resultados inesperados e irônicos do movimento feminista norte americano é visível em processos sociais semelhantes a estes, ou seja, tendo sido formulado como uma ideologia radical e igualitária, seus resultados sociais foram a preservação da classe média. Além disso, a ascensão do casal profissional - no qual o homem e a mulher recebem altos salários em carreiras qualificadas - está ampliando a diferença entre os americanos de rendas mais altas e aqueles que são menos afortunados.

pela existência puramente aventurosa da realidade" (Miller, 134).

Enfim, sabendo-se que o herói submete-se a um projeto emancipatório que implica tanto na construção de algo que se concretizará no futuro quanto na destruição de mundos já consolidados, o seu resgate parece estar ligado ao reconhecimento da singularidade da pessoa e de sua posição social.

Feita esta longa volta, cujo único sentido era desconstruir os pressupostos do discurso comumente aceito em relação às donas-de-casa em geral, inicio o estudo de caso propriamente dito.

Vou descrever, tal como nos estudos de caso anteriores, o modo como um grupo de dez donas-de-casa da elite de Campinas descreveram as suas experiências de vida, as relações na família, com a cidade, com as empregadas.

Antes porém é importante ressaltar uma diferença na metodologia de pesquisa de campo. Neste caso, o meu primeiro critério na escolha do universo da pesquisa, foi o bairro. Procurei entrevistar as moradoras do Jardim Paineiras, bairro localizado em zona nobre da cidade, próximo ao shopping, com uma infraestrutura urbana acabada. Mas isto não foi possível, pois as resistências explícitas ou implícitas (adiavam indefinidamente a entrevista até a negativa formal em receber-me) impediram que eu procedesse de tal modo. Procurei então alguns amigos e conhecidos que apresentaram-me outras mulheres residentes em vários bairros (Barão Geraldo, Jardim Guanabara, Vila Nova, Taquaral) tendo claro que neste estudo de caso mais que nos anteriores, perderia a possibilidade de explorar as relações entre os pares de uma mesma "profissão".

## 2. A CASA E O BAIRRO

Comparativamente, ao menos dois aspectos sobressaíam quanto ao modo como as mulheres entrevistadas descreviam sua relação com a cidade: o núcleo de vivência, afetivo, comparativo a partir do qual se reconheciam na cidade foi preponderantemente a casa e o bairro. É desta perspectiva que a cidade como um espaço maior tornava-se potencialmente descritível e avaliável. Mas tanto nesta situação de moradoras como nas demais situações de vida, a dependência econômica do marido foi marco fundamental. É por este aspecto que gostaria de começar a analisar seus discursos.

A divisão de tarefas entre os casais que conheci no decorrer da pesquisa de campo é tradicional na sociedade burguesa. O marido, exercendo a gerência de certas empresas, sendo juiz, militar, profissional liberal, engenheiro, representante comercial, é aquele que trabalha fora e garante o sustento familiar. A mulher cabe uma rotina de cuidar e administrar o lar e os filhos: seu tempo é preenchido por idas ao supermercado, ao shopping, lojas em geral; levar os filhos ao médico, escola, dentista, aulas de inglês, etc; contratar e disciplinar a faxineira ou empregada; ir ao banco, resolver problemas burocráticos que surjam na medida que se administra a casa. Esta divisão, dentro da naturalidade com que ela possa ser aceita na manutenção da vida, é própria de famílias que usufruem de uma posição social onde a urgência da sobrevivência não está colocada tanto quanto a conquista e manutenção de um certo estilo de vida baseado no conforto e moralidade.

Seria entretanto apressado entender que esta divisão coloque-se, para quem a vivência, como uma fonte originária de desigualdade. Tal divisão, que o feminismo tanto quanto o desenvolvimento da sociedade moderna, demandando a mão-de-obra feminina, tem desgastado enquanto divisão natural, foi descrita entre as minhas entrevistadas dentro de uma perspectiva de reciprocidade dinâmica, isto é, algo que é frágil e por isto deve ser permanentemente repostado.

"A gente teve muitos altos e baixos, mas o casamento deixa você mais sossegada. Eu acho que o casamento é uma empresa, porque é um homem e uma mulher, o casal. Para uma casa crescer, prá se ter isso, ter aquilo, é preciso ter união, porque afinal é uma empresa, uma sociedade. Então a gente é condenado a se ajudar. Esse tempo, eu não trabalhava, mas eu não cobrava nada dele, o dia que ele não pudesse me dar....Nunca tive uma empregada, nunca tive uma faxineira, e tudo que ele podia me dar ele me dava.

Então nós vivemos assim: economizamos. E nem sempre é café com biscoito. Tem que ir controlando. Por isso é que eu digo: casamento é uma empresa. Os dois tem que se entender, se compreender. Na hora que um começa: Ah, não! E vem aquela briga que cresce, acaba o casamento, acaba a sociedade."

Maria da Glória

A situação parasitária da mulher em termos econômicos é uma situação que pode "dar um certo sossego", equilibrada dentro de uma reciprocidade onde um, tal como Maria da Glória, renuncia permanentemente aos usos das benesses do dinheiro para si, e o outro, garante a manutenção do todo, "a empresa". "A gente é obrigada a se ajudar" dentro de uma relação de ajuda feita de controles.

Muito facilmente pode-se apontar os pontos frágeis desta reciprocidade que se estabelece sem bases de apoio monetários efetivos, mas pode-se admitir que a crença nesta reciprocidade feita de sacrifícios e controle mútuos possa ser tão real quanto a existência destes casamentos. Os períodos de desemprego do marido são aqueles onde se torna explícito o pacto interno ao casamento. A falta ocasional dos meios para se manter no decorrer da vida do casal, seja por doença, por falta de emprego ou tão somente a falta de um emprego digno, é a situação que exige de modo mais vital um esforço compartilhado de ampliação de recursos acumulados, ao mesmo tempo que revelam a continuidade da situação de dependência, da esposa ao marido, do marido ao mercado de trabalho.

Várias das entrevistadas em um momento ou outro de suas vidas chegaram a exercer alguma atividade fora de casa. Os empregos exercidos tinham em vista a possibilidade de serem de meio período, ou com flexibilidades que permitissem o exercício mais ou menos tranquilo das atividades de dona-

de-casa. Dentro destes critérios elas exerceram atividades de secretária, telefonista, representante comercial. Suas remunerações foram, sem excessão, inferiores ao dos maridos. A atitude de "sair de casa" está voltada, mesmo se apresentada como uma perspectiva de ação sempre postergada, a respostas positivas a uma situação de carência subjetiva: busca-se superar o tédio da vida de dona-de-casa de classe média, almeja-se encontrar meios da própria realização. Diante de tais objetivos o retorno econômico é entendido como relevante se bem que complementar.

"Quando surgiu esta oportunidade na Inajá (empresa onde o marido trabalha) eu falei pro meu marido: "Porque não posso ser representante comercial?". Os filhos acharam uma coisa absurda, disseram assim: "Como mãe?"

"Mas e daí? Vocês já estão adultos, não precisam mais de mim, eu tenho necessidade de fazer alguma coisa". E assim iniciou, e eu me dei bem.

Só que não sou assim, uma representante que trabalha...que sai de manhã cedinho de malinha. É um bico.."

Patrícia

"Eu já disse: "Ah! Eu vou largar esta casa!" E como eu te falei - tem horas que a gente fica com estafa, né. Estafa assim, que eu digo, da rotina, todo dia aquela mesma coisa, vai desgastando a pessoa, sabe. Porque, pôr mais que você procure não se desgastar, mas, desgasta. Cansa e dá enjoó. "Vou deixar essa casa, vou deixar suja...vou deixar... e vou cuidar...vou sair prá rua..vou trabalhar fora.. vou ter o meu dinheiro:"

Denise.

"Eu gostaria muito de ter um emprego bom. Em que eu me sentisse realizada. Já tentei vários concursos também, já tentei pro TRT, não consegui...E teve um que eu fiquei hiper frustrada: técnico de laboratório da polícia. Fui classificada...quando chegou a minha vez, caducou, deu três anos. E meio período também, é mordomia, é concurso público tipo... Em relação ao horário, você pode pular, você pode faltar, sabe. E era muito bom. E era o tipo de coisa que eu gosto de mexer também. Você se entrasse num treinamento, você faria análise...Era o tipo de emprego que eu queria. Eu fiz de tudo, até telegrama pro governador eu mandei. Tava ali, era minha expectativa.

Prá mim, eu teria que ter um emprego bom...Que compensasse financeiramente, porque no caso eu iria colocar os dois na escola, ou pelo menos um que ficasse o dia inteiro. Porque se meu trabalho fosse o dia inteiro a menina

não ia dar conta de cuidar de duas crianças, cuidar da casa e fazer o almoço. E a escola não tá barata.. Tá na faixa de Cr\$20.000,00 quatro horas, o dia inteiro é outra coisa.

Agora, eu queria um emprego bom mesmo. Porque eu acho bom trabalhar fora, porque você tem relacionamento com outras pessoas, você conversa. Porque, por exemplo, eu precisava fazer alguma coisa porque eu não aguentava mais ficar sem fazer nada."

Cláudia

Entre essas falas existem diferentes perspectivas com relação ao emprego fora de casa. Mas de diferentes modos está colocada a renúncia a ele se os seus dividendos transformarem-se em impecilhos a realização dentro de casa. Um certo consenso de que o valor de si dentro de casa é superior ao que se pode adquirir na aventura do mercado de trabalho bloqueia a efetiva concretização da perspectiva do trabalho fora (que usualmente foi referida nas entrevistas).

A gente poderia levantar várias hipóteses sociológicas que conduziriam estas mulheres individualmente a desacreditarem no valor da sua disputa para a inserção no mercado de trabalho: possivelmente o desnível entre o nível de vida que sustentam e os prováveis salários para uma mão-de-obra feminina pouco qualificada, seria um bom eixo de investigação. Mas a descrença parece ser mais profunda que esta relação aritmética, pois se acaba desqualificando o que se faz no tempo presente - "estou cansada de não fazer nada"- e não se aponta, mesmo nos projetos, perspectivas de autosuficiência econômica ou criativa, capaz de efetivamente realizar a pessoa. A impossibilidade de se vislumbrar individualmente, um certo desconhecimento de sua dimensão individual, parece fornecer um meio otimizado para a expansão desta descrença e falta de estímulo.

"Eu não tenho nada a falar mal de mim, só que eu me arrependo de não ter estudado mesmo. Se eu tivesse estudado talvez minha vida fosse melhor do que esta. Eu acho que hoje em dia a mulher tem que estudar. A maioria dos homens gosta de mulher que trabalha fora."

Maria da Glória.

Dentro desta organização familiar, organizado no padrão patriarcal, a vida de casal é um modo brando de se descrever a dependência econômica a que as entrevistadas estão submetidas. Esta situação se reflete nas diferentes dimensões da vida destas mulheres. E finalmente aqui retomo o tema deste item, esperando que o leitor tenha alguma condescendência com as voltas que estive a dar, mas que teve sua importância: uma destas dimensões refere-se aos usos do espaço.

O fato de que algumas moraram em diversas cidades e outras residiram sempre em Campinas, baseia-se no compartilhamento de destinos instituído no casamento, com o acompanhamento das mulheres da trajetória profissional do marido.

Nos diferentes bairros por que passei entrevistando estas mulheres o aspecto geral de ordem e bem-viver é demonstrativo de algumas das benesses acessíveis às suas trajetórias de vida. Mas este aspecto só é visível se nos perdéssemos nas ruas da cidade, indo até a periferia onde a condições mínimas do bem viver, pode ser traduzidos em termos opostos, de caos e desordem.

O Jardim Guanabara é um destes bairros que visitei. Ali mora Luciana. O bairro tem a peculiaridade de ser um antigo local de residência da população de classe média da cidade. Como tal, foi alvo das benesses da higienização e reurbanização ocorrida na cidade no final do século passado. Se bem que os efeitos desta reurbanização não foram positivos para todos os segmentos da população, o Jardim Guanabara ganhou então a distribuição harmônica que mantém até hoje entre espaços verdes e moradias. Criou-se ao seu redor o bosque dos Alemães e dos Italianos, bem como uma arborização exuberante de flamboyans e jequitibás entre as suas ruas e avenidas. Este aspecto, onde as residências se perdem em meio ao verde, é convidativo. Ciclistas e transeuntes esporádicos podem ser vistos nos fins de semana, perdendo-se por suas ruas e parques.

Esta boa aparência do espaço coletivo não produz um uso intensivo dele. Nas etnografias feitas em bairros de periferia, como o fez Caldeira (1984) em São Miguel Paulista, as ruas são ocupadas intensivamente, permitindo inclusive que se registre diferentes ciclos nesta ocupação. Caldeira nos descreve como as crianças circulam nas ruas em meio a brincadeiras e jogos, as donas-de-casa ligam o rádio no último volume e saindo de suas casas para um bate-papo com as vizinhas. Comparativamente, falta esta vivacidade nas ruas do Jardim Guanabara, comparativamente o ambiente é mais "sóbrio". Não se vê pessoas simplesmente deixando o tempo passar assistindo ao que ocorre ao seu redor. Mesmo na sociabilidade das crianças, conforme conversei e assisti em algumas casas, elas tem suas saídas controladas: se saem informam o destino certo e o horário provável de retorno. Se casualmente se formam pequenos bandos infantis de vizinhos que brincam juntos, parece que as mães tem o perfeito conhecimento sobre as companhias, aconselháveis ou não, sobre os perigos que rondam a rua.

O controle e vigilância sobre a infância é um fenômeno próprio a sociedade burguesa (Ariès, 1981). Nisto, a sociabilidade descrita do Jardim Guanabara está em perfeita consonância com as noções originais da classe que o povoa. Mas uma peculiaridade que considero pertinente ao uso do espaço e que parece específica aos bairros que visitei, diz respeito a uma quase que necessidade de controle e vigilância da rua, como se ela fosse a continuidade da casa em que se mora. Uma noção da rua, local de possível encontro os diferentes, onde a heterogeneidade dos grupos e pessoas é característica intrínseca, não tem sentido e reconhecimento. Parece que existe um combate surdo a tudo aquilo que venha a transformar o espaço público sem se submeter ao controle das famílias que ali moram.

A soma de pequenos incidentes me sugeriram tal interpretação. Por vezes, após ter terminado a entrevista, ficávamos eu e a entrevistada conversando em frente ao seu portão. Patrícia foi uma entre elas que se mostrou

especialmente atenta na observação: sabia os horários de saída do vizinho, marcava o tempo de circulação do carrinho da Acic em frente a sua casa, notava perturbada se um ou outro mendigo passasse mais rotineiramente em sua rua. De onde tal vontade de saber tais detalhes se, conforme dizia, não mantinha qualquer relação com o vizinho da frente, não estabelecera contatos com os guardas da Acic, era pouco dada a atos de caridade? Diversas vezes me surpreendi notando o quanto estas mulheres sabiam dos outros que circulavam nas proximidades sem se preocuparem, ou permitirem, em estabelecer relação com eles. Tratava-se de um voyeurismo coletivo?

O voyeur abandona-se ao espetáculo das diferenças que observa, tem no olhar o instrumento e fim de seu prazer. Esta não me parecia a melhor forma de descrever a impressão que tive quanto ao olhar destas mulheres sobre a vizinhança. O caso do conflito entre as moradoras no bairro Jardim Paineiras e a favela da Vila Brandina, fez-me perceber o quanto ativo e intervencionista pode se revelar esta sociabilidade aparentemente voyeurista.

A favela da Vila Brandina, localizada num terreno árido de baixada, é uma das mais antigas da cidade, tendo como seus primeiros moradores os trabalhadores da antiga fazenda Brandina<sup>2</sup>. Provavelmente, quando Patrícia, uma das mais antigas moradoras do Jardim Paineiras, construiu sua casa de dois andares, com vista da varanda para a SP 81, a cerca de 25 anos atrás, não se deu conta das poucas casas de tapume que já se avizinhavam a sua. As casas vistosas do Jardim Paineiras, com seus muros altos, seus interfonos, suas calçadas arborizadas com os decentes cestos de lixo suspensos, foram sendo construídas no decorrer da década de 70 e 80 concomitantemente a explosão das casas da favela.

Pela sua localização em área nobre da cidade, próximo ao shopping Iguatemi e margeando a Sociedade Hípica, os moradores da favela sofreram contínuas pressões para deslocamento, resistindo no uso do argumento de que acupavam

---

<sup>2</sup> Fonte: Jornal O Repórter, n.1, julho de 1978.

um terreno da prefeitura. No final da década de 70 fizeram parte do Movimento Assembléia do Povo, período em que conseguiram alguns serviços públicos básicos como torneiras coletivas e a eletricidade<sup>3</sup>.

Segundo algumas moradoras do bairro entrevistadas, os moradores do Jardim Paineiras não chegaram a organizar-se coletivamente na oposição a esta proximidade, indesejável para muitos, com a favela. No início da década de 80, segundo Bárbara, chegou-se a passar um abaixo assinado de oposição a ampliação da favela, mas este não foi sequer devidamente encaminhado. A timidez das iniciativas públicas destes moradores faz um contraste marcante com a atuação pública e politizada dos moradores da favela quase que correspondente ao contraste de suas casas.

Os argumentos levantados por alguns moradores do bairro contra a proximidade da favela diz respeito a desvalorização do seu próprio terreno - "Quem vai querer comprar um terreno com uma favela ao lado?!" -; a perda da estética e equilíbrio geral do bairro - "ali deveria ser uma praça" -; uma estranha soma de ambos os argumentos - "Quando comprei o terreno, contava com uma praça pública ali onde é a favela. Isto valorizava o meu investimento. Com a favela tenho só prejuízos" -; a idéia de quem mora na favela usufrui de privilégios pagos pelos moradores que pagam impostos, tal como o asfalto, o sistema de esgoto, o carro de lixo.

Nas reuniões mensais das mulheres do bairro, que reúnem em torno de sessenta mulheres diante de mesas com quitutes e tomando chá, estes problemas são compartilhados. Apenas diante da seriedade da invasão de um terreno de uma das moradoras e participante das reuniões se tomou uma atitude mais efetiva que, significativamente, não foi mais que ativar as redes de influência do círculo. Um vereador amigo tomou as providências necessárias para a expulsão dos invasores do terreno.

---

<sup>3</sup> Fonte, jornal O Reporter, n.1, julho de 1978.

A partir do encaminhamento do conflito entre moradores do bairro e favelados, e as formas de resolução encontradas por cada uma das partes, pode-se fazer algumas sínteses e interpretações: 1. O conflito se coloca em relação a uma diferença explícita, entre riqueza e pobreza, entre moradores de casas luxuosas e mocambos; 2. Tal conflito não se expressaria publicamente se dependesse unicamente da atitude dos moradores do bairro. Estes parecem contentar-se em compartilhar entre si a intolerância implícita, não se colocando objetivos da criação de um espaço de comunicação público, onde os diferentes interesses pudessem ser debatidos e racionalmente negociados. Porém esta indiferença quanto a mobilização parece esconder algumas certezas, de que os interesses dos moradores do bairro são mais legítimos (eles são mais cidadãos pois pagam impostos, tem propriedades, são "pessoas de bem") e que facilmente haverá representantes de seus interesses prontos a defendê-los.

Em termos gerais pode-se afirmar que não existe um espaço público real: tanto no sentido que a rua funciona como uma extensão da casa, seu controle e vigilância é um encargo das famílias do bairro; quanto porque não se admite a expressão das diferenças mesmo no espaço das ruas. Nas entrelinhas da "timidez" da atuação dos moradores do bairro, é observável uma atuação permanente no sentido da privatização do espaço público.

Uma outra expressão da privatização do espaço público está no arsenal defensivo e protetor que se produz atualmente nos diversos bairros de classe média da cidade.

Em vários dos bairros que visitei no decorrer de 1990 e 1991 assisti a proliferação da contratação privada de seguranças ou empresas de segurança pelos moradores. Esta proliferação se fez também com a diversificação das alternativas para o contrato privado da segurança: em alguns bairros como no Jardim Paineiras o fusca da ACIC circula rotineiramente; no Jardim Guanabara foi mais comum encontrar um segurança que circula em uma ou duas quadras, num sistema

menos formalizado e que depende da divisão de tarefas entre os próprios moradores como a quotização do salário do guarda e um rodízio das casas que lhe forneçam a refeição.

A busca de alternativas menos dispendiosas parece-me decorrente de que o problema da segurança da propriedade e das pessoas acabou se transformando em uma verdadeira "necessidade". A busca da proteção é uma resposta à proliferação de casos conhecidos e sabidos de roubo, assalto, sequestro, esturpos, violentações de crianças e mulheres. O comentário e compartilhamento destes casos entre as pessoas é geometricamente superior a própria experiência. Talvez somente a extensão do medo possa ser comparável a esta vontade interminável de conversar sobre o mal e perversidade que se expande nas ruas.

As alternativas de proteção são muitas e podem se sofisticar na mesma medida que as pessoas reconhecem e temem os mais diferentes perigos. Nesta montagem de um arsenal defensivo da casa e das pessoas da casa, a tendência é de se ampliar sempre mais os encargos e preocupações; principalmente se se for "mãe" que assume a tarefa da proteção dos seus.

Na descrição que Carmem fez de sua tarefa de motorista dos filhos ela apresentou mais especificamente contra o que é preciso proteger-se:

"-...Então eu fico o dia inteiro correndo atrás de criança na escola. Como agora isso: eu vou levar de manhã e vou buscar ao meio dia e meio. Levo na Educação Física, vou buscar. Porque não é assim tão pertinho, mas também não é longe, daria prá ir..E ali no Resende, descendo a avenida.. Lá não seria tão longe, mas do jeito que anda a situação, você não pode confiar de deixar as meninas irem à escola sozinhas...não tem como...Não assim do cuidado de atravessar a rua, não disso. Mas você não sabe com quem encontra, né. Acontece cada uma que você às vezes fica preocupada.

- Mas aconteceu algo aqui em Barão?

- Ah, acontece. De vez enquanto acontece umas aí...E a gente se preocupa, né. Então faz um sacrifício...E sacrifício, mas tem que fazer...Pró melhor deles, né!"

Carmem (grifos meus)

Neste caso, a segmentação entre a casa e a rua não se coloca apenas em termos de que a cada um corresponde um sistema diferente de ordenação do mundo, um hierárquico outro formalizante, como colocou Da Matta(1983). De modo mais excludente, na rua está colocada a possibilidade que o imprevisto possa se revelar, sob a forma de violência e brutalidade, através dos outros que circulam livremente. Um controle e vigilância deste espaço - o que exclui espaços públicos restritos como a escola e shoppings - procura garantir o fluxo dos "seus" através dele. Promove-se assim um empobrecimento dos usos da rua na medida que ela se restringe a um espaço de circulação.

Dado que nos shoppings, nas escolas, nos clubes privados existe uma seleção econômica e um controle de costumes exercidos explicitamente, com a exclusão de pessoas de má-aparência, tornam-se locais privilegiados para a concentração de pequenas multidões formadas apenas por pessoas de bem e seus filhos<sup>4</sup>. Tais espaços são ocupados de múltiplas formas, como local de circulação, de consumo, de namoro, conversa ou onde simplesmente se deixa o tempo correr, pois afinal estão protegidos da invasão dos outros, que são, no caso do Brasil, por excelência, os pobres.

---

<sup>4</sup> Caldeira(1991) indica um processo social ampliado recente, no que diz respeito às práticas e discursos da elite e classe média de São Paulo, onde as questões de segurança urbana traduzem-se em uma demarcação de distância social. Ou seja, frente à violência e ao crime, os mecanismos implementados são no sentido da criação de espaços exclusivos onde o controle sobre os outros possa se fazer diretamente. "Tentam, assim voltar a se sentir seguros, em espaços limpos da intervenção dos "outros". Se não é possível o mesmo grau de exclusão que existia antes, onde os iguais se sentiam seguros. Que o Estado cuide dos pobres e atenda suas reivindicações de direitos coletivos; os ricos cuidarão a si mesmos e criarão sua própria ordem diferenciada. E por esse caminho que segurança privada vira sinônimo de exclusão, de distinção, de status"(1991:173).

### 3. O COTIDIANO:

Nos capítulos anteriores, para se compreender quais as percepções de tempo incorporadas pelos entrevistados, foi preciso entender a articulação de sua posição no trabalho e a sua vida familiar: se tinham autonomia ou não no planejamento de seu trabalho, qual o intervalo objetivado por este planejamento, que tipo de sociabilidade familiar se arranjava correspondendo a cada posição do trabalhador e seu trabalho, etc. Foi a partir desta perspectiva que se pôde discriminar duas posturas distintas no gerenciamento do futuro: entre os bancários, os mecanismos empresariais de plano de carreira apontaram para a construção de um futuro familiar seguro e de bem-estar, reforçando uma concepção linear e acumulativa de tempo; já entre os pequenos comerciantes foi visto que a partir de um capital acumulado em conjunto com a família, a ênfase é dada a como o indivíduo é capaz de administrar o jogo de alternativas que o mercado lhe oferece. Neste caso, a percepção da luta diária no presente, e a dificuldade do planejamento em termos futuros, indicariam uma tendência a presentificação do tempo.

Antes de procurar compreender as concepções de tempo compartilhadas entre as mulheres entrevistadas, é interessante fazer uma breve introdução às discussões já desenvolvidas por alguns autores sobre as concepções temporais na sociedade burguesa, na medida em que eles reconhecem certas peculiaridades na organização e usos do tempo no espaço doméstico ou no mundo da família que os leva a elaboração de alguns conceitos.

O ponto principal para se discutir as concepções temporais na sociedade burguesa refere-se a monetarização do tempo. Este fenômeno colocaria já desde o início as mulheres que se dedicam ao trabalho doméstico numa posição peculiar. O fato de que uma dona-de-casa por um lado, não vende a sua força de trabalho, o que implica em que não precisa dispor de um tempo de seu dia para os fins de alguém que o comprou;

e por outro, não compra o tempo de alguém a fim de maximizá-lo enquanto fonte de riqueza, exige um deslocamento de enfoque. Existe um lapso na relação de equivalência entre tempo e dinheiro para as mulheres donas-de-casa que não tem pertinência para os casos anteriormente descritos.

Esta equivalência que parece um tanto abstrata da correlação entre tempo e dinheiro, é mundana e banal. Isto se apresenta, por exemplo, na vida de um bancário que sai todo dia de sua casa para o banco, e ali desenvolve um conjunto de atividades e relações com as pessoas conforme certos objetivos discriminados pela empresa, e no final da tarde, volta para casa e só então se permite estabelecer sociabilidades que digam respeito a suas identificações mais íntimas como pessoa (pai, amigo, tio, marido, etc). O funcionário do banco pode se identificar mais ou menos com o trabalho que faz, mas o dado básico é que enquanto empregado vendeu um certo tempo de seu dia à empresa, e por isto tem que permanecer num determinado recinto por um tempo, tendo ou não um conjunto de atividades a serem cumpridas.

Além disso, o objetivo da tarefa que realiza não precisa estar necessariamente claro: qual o fim global da manipulação parcial que faz de certos papéis, o da concessão de créditos ou não, o remanejamento de uma pessoa de um cargo a outro, etc. Muitas destas e outras atividades são realizadas no cumprimento de uma ordem externa. A divisão do trabalho, sua regulação e disciplina ignora sobremaneira o funcionário como alguém que reflita sobre seu próprio fazer, ou que precise saber para incorporar a necessidade de sua realização.

No fundo, uma relação simples garante esta equivalência entre tempo e dinheiro que conduz a situações pouco compreensíveis humanamente. Esta relação nas palavras de Thompson é a seguinte:

"Os que são contratados experimentam uma diferença entre o tempo de seus patrões e seu "próprio" tempo. E o patrão deve utilizar o tempo de sua mão-de-obra e observar que ele não seja gasto: não é a tarefa o que domina, mas o

valor do tempo ao ser reduzido a dinheiro. O tempo se converte em moeda: não passa mas se gasta." (tradução do espanhol, 1979:246).

A criação do relógio e seu uso indiscriminado permitiu que nossa noção do tempo como algo que passa numa regularidade exata e que é gasto quer se esteja atento a ele ou não, fosse mais facilmente expandida e disseminada. Através dele se tem uma visualização sincronizada e neutra sobre algo tão abstrato quanto é o tempo.

Através do relógio as pessoas podem medir sem referenciais externos a passagem das horas durante o dia. E é pela compatibilização entre esta medida e a divisão do mundo burguês entre assalariados e proprietários que podemos dividir tão exatamente o dia entre as horas no trabalho e as do tempo livre - este tempo que pode simplesmente passar e que pode ser vivido sem se ter objetivos. Uma coisa implica na outra: é a partir da divisão social do trabalho que se possibilita a divisão do dia entre tempo de trabalho e da "vida".

A partir desta perspectiva, do que é hegemônico na sociedade burguesa, pode-se dizer que as mulheres, crianças, velhos; os boêmios, loucos, marginais, são os que vivem fora deste regime bi-partido de tempo. Sem marcas externas, o dia passa na realização de tarefas, no encontro com pessoas, nas atividades lúdicas que, pela própria ingerência destas marcas, parece escoar no vazio, na repetição.

Thompson, no artigo já citado, chega a apontar certas similitudes entre a percepção do tempo destas minorias e a da sociedade pré-capitalista ou sociedades primitivas. Trata-se nestes casos de haver uma integração entre o passar do dia e a realização de tarefas, de forma que se tem,

---

• Cada cultura pode representar o tempo a seu modo, e esta a idéia básica de Leach nos seus "Dois ensaios a respeito da representação simbólica do tempo": "Todas as espécies de metáforas pictóricas foram produzidas para representar o tempo. Elas variam do rio de Heráclito às esferas de Pitágoras. Você pode pensar o tempo como indo e vindo, ou pensá-lo só rodando e rodando. Tudo o que estou dizendo é que, de fato, um grande número de povos considera o tempo como indo para trás e para a frente." (1974:206).

citando um exemplo ilustrativo, a hora de se levar o gado ao pasto, soltar as ovelhas, seguindo-se o raiar do sol, a hora em que as cabras vão pastar, etc.

O tempo é medido na consecução das tarefas que se realizam conforme uma necessidade inteligível para aquele que a realiza; é a própria "natureza" e organização do mundo doméstico que a exigem. Nesta definição não se tem uma urgência que vem de fora, mas uma necessidade plausível que organiza o seu movimento. Thompson (idem:245) definiu esta notação do tempo como orientado por tarefas, que é regido segundo a lógica da necessidade.

A segunda similitude está em que, nestas comunidades onde é usual a orientação segundo as tarefas, parece ser menos pertinente a divisão entre trabalho e vida. No caso das sociedades camponesas, o dia se passa no cuidado do gado, com cantos e conversas entre os pastores, num entrelaçamento entre o que, para nós, são atividades de trabalho e lúdicas.

Ambas as similitudes só podem ser incorporadas se se levar em conta que elas se colocam como uma definição do tempo para aqueles que estão em posição social minoritária. E por este motivo que a afirmação de que estas pessoas vivem sob o registro do tempo cotidiano, e com isto o pequeno, o que não leva a marca da diferenciação interna, pode ser pronunciada. Mesmo que o cotidiano seja vivido tanto por trabalhadores como não trabalhadores, ele é marcado negativamente com relação ao seu par.

"O cotidiano é o humilde e o sólido, o que se dá por suposto, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam em um emprego de tempo. E isso sem que alguém (o interessado) tenha que examinar as articulações dessas partes. É o que não leva data. É insignificante (aparentemente); ocupa e preocupa e, no entanto, não tem necessidade de ser dito, ética subjacente ao emprego do tempo, estética da decoração do tempo empregado" (Lefebvre, 1972:36).

Em que medida este debate, ao estabelecer parâmetros macro-históricos que apontam para a segmentação entre tempo de trabalho/tempo livre, tempo mercantilizado/tempo

orientado por tarefas, tempo disciplinado/tempo fluido do cotidiano, oferece recursos apropriados para se compreender a organização e significados específicos dados a rotina, aos projetos, ao ciclo de vida próprios ao grupo de mulheres entrevistadas? Talvez, antes de qualquer interpretação fosse mais apropriado introduzir algumas falas das entrevistadas, procurando encontrar o seu próprio registro.

No dia que eu reservava para conversar com a entrevistada sobre a organização e planejamento do dia-a-dia e projetos pessoais mais gerais normalmente eu colocava a questão: "Como é a sua rotina?" Entre as diversas descrições, a organização do dia-a-dia não poderia ser mais dispar:

"Eu levanto 5:00 horas da manhã, 5:30 meu marido levanta. Aí eu venho prá cozinha, faço o café. E eu sou muito dinâmica, enquanto eu ponho a água prá fazer o café, eu volto pró meu quarto, arrumo a minha cama e já vou recolhendo a roupa suja do dia, não é. Bom, ele sai do banheiro, eu já pego a toalha e ponho ali fora prá secar, já recolho o cestinho do banheiro, já recolho o lixo. E tomamos café.

Enquanto ele desce prá esquentar o carro, eu já lavo a louça do café. Eu sou muito sistemática.

Aí a gente sai daqui às 6:30. Eu o levo até o ponto de ônibus prá São Paulo. Minha casa já tá tudo no lugar.

Quando eu desço pró carro, eu já desço com o lixo prá por lá fora, e a roupa suja prá lavanderia.. Aí eu volto e já cuido da roupa. Eu tenho máquina, mas eu prefiro, sabe... Porque prá ligar uma máquina você tem que juntar um número X de roupa, né. Então...

Até aí já são mais ou menos 7:30. Porque às 8:00 horas em ponto eu saio prá andar. Toda manhã, eu e a Neli, que você já conhece, né. A gente faz um cooper. E isso há anos a gente faz... há anos... Quer dizer, faz parte da minha vida. Se eu não for andar, parece que tá faltando alguma coisa...

Aí chego 9:00 horas em casa, aí vou ler o jornal. Me sento e leio a Folha de São Paulo de ponta a ponta. Aí vou prá cozinha, vejo lá o que tem prá fazer. Dou uma vassourada na casa, uma benzida como diz o outro, né. E a tarde eu saio... toda tarde eu saio..vou ver um cliente, né. Isso quando tem,"

Patrícia (grifos meus)

"Me sinto satisfeita do meu trabalho. Por exemplo: de manhã eu levanto, e eu sei que todo dia eu faço, é sagrado, é arrumar meu quarto, lavar o banheiro.

Tem dia que eu me levanto e digo: "Ai, que saco! Tem que limpar isso todo dia." Se eu não limpar, vai ficar fedido e eu não gosto.

Então eu levanto, faço. A primeira coisa é eu ligar o rádio prá escutar uma musiquinha. Eu gosto. Depois eu faço aquelas coisinhas. Depois que eu botei tudo no lugar, aí eu sento, faço um cafezinho preto, tomo. Me sinto realizada porque agora tá tudo limpinho. Tô satisfeita comigo. Daqui a pouco já vou fazer a minha comidinha.

Aquela coisa todo o dia..já joga a roupa lá embaixo, lavo a roupa, ponho de molho, ponho na máquina.

Essa é a lida: eu faço, eu tô satisfeita."

Denise (grifos meus).

"Olha, eu tenho empregada, né. Hoje ela não veio porque diz que foi arrancar um dente. Ela entre às 8:30 e sai a hora que termina. Como ela é muito molenguinha, vai sair lá pelas cinco e meia, seis horas. Eu levanto entre seis e meia e sete horas. Aí vou bater uma vitamina pró meu filho mais novo, meu caçulinha...que tá tomando banho, se arrumando. Às vezes faço uma gemada prá ele...todo dia...normalmente todo dia. De vez em quando falha: hoje eu levantei atrasada e ele tava tomando café.

Aí tomo meu café e começo a limpar. Porque a casa propriamente sou eu quem arrumo, né...os quartos, recolho roupas.

Ele sai entre oito e meia, nove horas. Faço o almoço. A empregada vai limpar a cozinha."

Valquíria(grifos meus)

"Varia muito. Eu não sou daquela pessoa: hoje eu vou limpar as janelas, todas as janelas. Hoje eu só vou costurar. Eu não, eu vario muito. Tem dia que eu estou com vontade de passar roupa, têm outros que eu tô a fim de dormir, tem dia que eu tô a fim de ver televisão. E o meu marido não liga: se tiver a roupa pronta, a roupa dele prontinha, né, tudo bem. Ele não é daqueles homens chatos. Se encontrar a casa desarrumada, tudo bem, reclama."

Maria da Glória (grifos meus)

"Eu levanto às seis horas todos os dias da semana. Sábado e domingo a gente deixa prá dormir até mais tarde.

Levanto, preparo o café, levo as crianças prá escola, volto da escola. Dependendo do dia eu já passo no supermercado, no dia que tem feira, eu já passo na feira. Aí eu chego e ponho uma ordem na casa. Daí eu lavo a roupa.

Nem sempre dá prá fazer tudo isso até o horário do almoço. Aí eu faço o almoço, busco as crianças na escola com

o almoço pronto. Daí a parte da tarde continua: tanto na faxina da casa, porque não dá prá fazer num dia só: num dia eu limpo o vidro, no outro eu faço a faxina na cozinha, no outro no quintal.

Lavo e passo roupa. Arrumar roupa...sempre tem alguma prá arrumar...então, todo dia. Até de sábado eu faço isso. E tem que ser feito, senão não dá. Apesar das minhas filhas já ajudar um pouco. Ajudam na cozinha, certos serviços da casa...Mas mesmo assim...Vai todo o tempo.

Tem que sair prá fazer alguma compra. Tem sempre alguma coisa prá fazer: médico, dentista, tudo.

As vezes no meio da tarde tem um cafezinho, uma vitamina. Uma vizinha vem."

Carmem(grifos meus).

"Eu sou muito criticada por isso...nós acordamos...a gente dorme e por volta das dez onze horas...porque eu preciso de no mínimo dez horas de sono, senão eu não sou nada. Então eu acordo dez, onze horas e quase que direto eu vou prá cozinha. Porque o Marcelo chega ao meio dia. Neste meio tempo eu adianto alguma coisa aqui e dou um banho nas crianças. Aí eles já ficam brincando. E aí eu já venho e faço o almoço. Aí pego as roupas, ponho na máquina, daqui a pouco venho e estendo minha cama. Aí venho lavar a roupa. Eu faço assim, porque eu acho que o principal é cuidar dos filhos."

Marilda (grifos meus).

A soma total de tarefas que as mulheres têm que enfrentar diariamente parece interminável: arrumar a casa, lavar e passar roupa, cozinhar, "quebrar-galho" para um ou outro filho ou o marido, fazer compras. E um conjunto de tarefas que exigem uma atenção contínua e renovada, pois todo dia pode se apresentar como uma necessidade. Tais tarefas entretanto podem ser organizadas de diversas maneiras, segundo ritmos mais ou menos urgentes, com maleabilidades variáveis. Aí, cada mulher é a administradora de seu "lar".

Uma das variantes organizadoras das diferentes rotinas é o número de filhos e sua idade. Conforme o filho seja bebê, criança, adolescente, adulto, os cuidados despendidos são outros, o grau de atenção exigido varia. A extensão da família modifica a rotina das mulheres não apenas pela quantidade de trabalho que se acumula, mas porque implica em mais pessoas demandando o seu cuidado, atenção, ou pequenos serviços de quebra-galho. E esta talvez

seja a principal tarefa para algumas entrevistadas: o cuidado dos outros, a realização de pequenos favores que não se traduzem em nenhuma atividade concreta, mas que implicam no gasto de um tempo para o bem-estar do outro.

Provavelmente a representação de qual é o conjunto de tarefas necessárias no dia-a-dia de uma dona-de-casa, mãe, esposa, varia conforme as gerações: diferentes noções sobre o que é uma limpeza diária, do que é a refeição diária, da disponibilidade maior ou menor para os outros, etc. Mas não posso mais que sugerir isto, na medida que esta pesquisa não se guiou por um recorte de idade. Apenas Cláudia e Marilda têm menos que trinta anos, as demais entrevistadas estão numa faixa de 40 a 50 anos. Mas parece que a variável geracional é importante se nos guiarmos pela contraposição da descrição da rotina de Marilda, 28, com dois filhos pequenos, e a descrição de Patricia, 56, cujos filhos já casaram e moram fora de Campinas. Na sua rotina, Marilda não se coloca urgências: acorda as dez, onze horas, faz as tarefas mínimas e cuida das crianças. "Eu faço assim, porque eu acho que o principal é cuidar dos filhos." Ela tem claro que sua tarefa principal é o cuidado e convivência com os seus. Patricia faz um registro quase neurótico de seu dia-a-dia, onde tudo tem seu tempo e lugar certo. Tem claro para si a quantidade de tempo gasto para cada tarefa, somando-se aí o que poderíamos considerar o lúdico: fazer cooper e ler jornal. O quanto estes extremos fazem parte de diferentes definições das atribuições das donas-de-casa conforme as gerações, é uma questão que permanecerá em aberto.

O curioso mas não fortuito entre as diversas descrições de rotina é a quase ausência da referência da faxineira ou empregada doméstica. Fora Valquíria, nenhuma das outras referiu-se a sua diarista, faxineira, passadeira e/ou lavadeira. Esta mão-de-obra auxiliar não citada casual ou propositalmente, é o que garante a estas mulheres que exerçam o papel de donas-de-casa tendo ainda "sobras de tempo", seja para os seus cursos, ginástica, lazer, seja

para simplesmente sentirem o tédio e o desânimo que, segundo contam, lhes toma regularmente.

Enfim, entre os traços mais ou menos peculiares que registrei quanto a rotina de vida das entrevistadas, tudo parece confirmar que elas estão imersas em meio a um registro minoritário do tempo dentro da sociedade burguesa. Sua rotina está organizada segundo tarefas a serem cumpridas por ciclos (um dia, uma semana, um mês, um ano) e a atenção quanto a ordem e asseio das coisas ocupa-lhes tanto quanto a disponibilidade para com os outros. Sinteticamente, elas estão imersas no tempo cotidiano.

"Então eu acho agora...eu acho terrível ser dona-de-casa,né...Por causa desse tempo vago demais... que é assim...Tem dias que é isso que você tá vendo: cheio de coisas prá fazer..É preocupante porque tudo estoura nas costas da gente, qualquer coisa que alguém tem que fazer, cai aqui:"Mãe! Pai! Faz isso, faz aquilo!..Entendeu?"

Eu não quero uma vida agitada, mas também não quero essa monotonia de vida. É terrível!"

Valquíria

#### 4. CUIDADO DE SI E DOS OUTROS

"Então eu acho que a gente já casa com aquela mentalidade mesmo, de tomar conta de uma casa, de tomar conta dos filhos e enfim, se criar mesmo dentro de casa, né.

Agora tem várias formas de cuidar de uma casa, várias formas de educar. Quer dizer, eu acho que é uma coisa que vai mais por intuição, você vai fazendo as coisas. Eu acho que pela maneira mesmo como a gente foi criado, né. Então a gente vai passando aquilo assim prá vida da gente, né. E não sei se eu teria dicas assim para qualquer pessoa...Hoje as mulheres trabalham fora, são donas-de-casa. Então elas acomodam as coisas de outra maneira. Então a gente vai cuidando das coisas, vai olhando as coisas, vai cuidando da casa, vai fazendo aquilo que é preciso...Depois também de acordo com o tempo a gente vai tomando pé em outras situações...." Luciana

Parece um abuso da escrita pretender registrar o aprendizado que faz de uma mulher uma dona-de-casa. Passado no decorrer da socialização das meninas, ele é feito sem que sequer tenha que ser falado a não ser precariamente. Desde pequena a menina assiste e participa das atividades de arrumar, limpar, cozinhar, cuidar dos outros. Se não se apreendeu isto antes de se casar, é apenas uma questão de seguir a intuição do olhar e fazer aquilo que ele dita, pois sem que se saiba, o próprio corpo já captou os elementos que reproduzem a noção da casa bem cuidada. Uma herança da história parece ser que tornar-se mulher e cuidar da casa estabelece uma locução verbal imperativa.

Como já referi páginas atrás, o trabalho de uma dona-de-casa é aquele do atendimento às necessidades visíveis no gerenciamento da casa. É do tipo orientado por tarefas, que não ganha destaque não porque seja preenchido por tarefas simples, mas porque se coloca na reposição do cotidiano.

Neste aprendizado não está em questão a formação de um trabalhador qualificado nem manual, também não se trata de apreender a postura adequada no mercado para a aquisição de bens<sup>6</sup>, mas conseguir administrar coisas e pessoas dentro

<sup>6</sup> Entre as entrevistadas, mesmo que o orçamento doméstico se fizesse normalmente em conjunto pelo casal, e a mulher participasse ativamente nas estratégias de elasticidade do orçamento para a aquisição de bens, esta tarefa foi descrita

de um padrão moral e estético próprio a posição social, que no caso, seriam famílias de classe média.

Um aspecto básico é que o exercício do trabalho doméstico está ligado a condição da mulher. Por mais que o movimento feminista venha questionar este estreitamento, este é um pressuposto cultural que cabe ainda a cada mulher individualmente querer ou não relativizar e experimentar novas soluções. A grosso modo, isto quer dizer que não é preciso que uma experiência comprove ou não o talento de ser dona-de-casa, nem é necessário um aprendizado sistemático. A ligação é de base, feita desde que o corpo fisiológico indicou que se era mulher. Ao menos dois aspectos podem ser apontados a partir deste estreitamento. Por um lado, enquanto entre os outros trabalhadores o seu mundo está inevitavelmente dividido entre o trabalho e a vida, e nisto a própria pessoa é cindida entre o profissional que é, o grupo de amigos que tem, sua família, etc, o mesmo não se coloca para a dona-de-casa. Existe uma compatibilidade entre o reconhecimento de si própria e sua ação no mundo (na casa e na família), que não é pertinente para quem se insere no mercado de trabalho.

Este estreitamento entre destino social da pessoa e as características fisiológicas - ser mulher = ser esposa, dona-de-casa, mãe- pode conduzir a resultados um tanto contraditórios. Da preocupação minuciosa que as mulheres desta classe estabelecem com sua aparência, é possível sugerir que o corpo ganha um significado ampliado, ganhando relevância na medida que é o "lugar" onde se expressa sobre quem se é e onde se está socialmente. Neste caso, um processo de dupla face se estabelece: se o corpo fisiológico indicou um papel social a estas mulheres, é sobre este corpo que se "trabalhará" para afirmar quem se é e a posição social.

Mesmo que seja pouco conveniente um registro antropológico sobre a aparência dos nativos, arrisco-me a ir

---

por várias entre elas como objeto de negociação no casal, algo que foi "conquistado" pela mulher.

adiante já que isto tem sua devida importância...O "trabalho" sobre o corpo comum ao metier das entrevistadas era feito na soma de um conjunto de procedimentos recomendáveis como ir ao cabeleireiro, pintar-se, consultar o ginecologista ou médicos em geral, fazer regimes constantemente, participar de alguma atividade esportiva, e outras atividades afins. Além disso, ter um bom guarda-roupa e uma visão correta sobre o que vestir conforme a ocasião, saber usar adereços com precisão de forma a demonstrar uma noção de equilíbrio entre a modéstia e a exposição de si. Tais cuidados de aparência pareciam ser colocados conforme um receituário, numa atenção que prima pelo moralismo.

Na maioria dos casos a boa aparência envolvia uma estética que apresentava um corpo bem cuidado mas que não se expunha enquanto corpo sexualizado. O "bem cuidado" estabelecia-se no meio termo, cujos extremos poderiam relacionar-se com os arquétipos cristãos do feminino (entre a santa e a prostituta), fundindo-se com extremos conhecidos contemporaneamente entre mulheres situadas em posições sociais opostas (a empregada e a "madame").

O corpo torna-se então o lugar onde se expressa o conhecimento e controle sobre noções de saúde, de estética e de princípios morais<sup>7</sup>. O cuidado que se delegava para consigo em geral expandia-se para os outros na família; as mulheres citaram entre suas tarefas o cuidado em marcar as consultas com médicos que iriam acompanhar a formação e preservação do corpo saudável de todos na família; um acompanhamento e preservação do guarda roupa de todos, cuidando da apresentação do corpo; um investimento em um conhecimento minucioso da vida psicológica de cada um procurando conhecer seus grandes e pequenos dramas; um acompanhamento da vida profissional e escolar de cada um,

---

<sup>7</sup> Por mais que através do cuidado se procure controlar e domesticar o corpo afim de que se distancie do que seja excessivo, a presença constante de doenças crônicas entre as mulheres denuncia certos "furos" neste procedimento. A manifestação de um certo mal-estar (stress, enxaqueca, doenças de pele) foi objeto de reclamação constante entre as mulheres entrevistadas.

localizando por vezes princípios que as organizassem no bom sentido, etc.

Todos estes cuidados fazem-se na articulação entre conhecimentos passados pelas mães e avós, que já a seu modo cuidavam do bem estar da vida, e outros fornecidos por especialistas do corpo e personalidade (médicos, psicólogos, professores, padres, etc) e vias de comunicação de massa (rádio, TV, jornal, revistas). Mas dado que no cotidiano destas famílias, muito facilmente se atualiza as definições de saudável/doente, normal/anormal, belo/feio, pode-se perceber uma hegemonia do discurso científico ou cientificista e meios de comunicação de massa em relação ao da tradição. Este último parece ser mais importante nas definições morais, que são mais estáveis e conservadoras.

Já se apontou o quanto a indústria de consumo de bens duráveis e não duráveis (eletrodomésticos, enlatados, congelados, vestuário, etc) tem modificado o dia-a-dia das donas-de-casa<sup>8</sup>. A interpretação mais rotineira a assimilação dos aparatos tecnológicos para realização das tarefas domésticas é que ela conduziria a uma facilitação do cumprimento das tarefas cotidianas e a maior disponibilidade de tempo livre para as mulheres. Contudo, esta assimilação é promovida ao mesmo tempo que se sofisticam e se tornam mais minuciosos os cuidados com o corpo e a casa. O grau de ordem, limpeza e assepsia que observei em algumas das casas que visitei, dificilmente se encontraria nas casa de nossas avós, onde ao menos o sótão ou o porão poderiam apresentar-se em desordem e com camadas de pó acumuladas pelo tempo.

Ainda com relação ao consumo, é interessante notar que o fato de que se tenha uma adesão aos investimentos de consumo referidos a casa, não significa que não se possa mesclá-lo com atividades que fazem do consumidor um artesão. Mesmo que cada vez mais a casa seja decorada com bens de

---

<sup>8</sup> Já se apontou como a esfera doméstica passa através do consumo moderno, de espaço de produção e consumo, a predominantemente de consumo, referindo-nos ao caso das famílias dos bancários (cf. p59). E a este mesmo processo que estou me referindo aqui.

consumo, foi comum que as mulheres entrevistadas se dedicassem à produção de alguns objetos, decorando sua casa e de parentes com artesanatos feitos por suas próprias mãos. A proliferação de cursos de pintura, de cerâmica, de matelassê, de produção de flores secas, etc possibilitava que estas mulheres criassem algo seu, mas que por ser comum e modesto, não tinha a pretensão de extrapolar o âmbito do usufruto ou dádiva<sup>7</sup>.

De uma certa forma, o aprendizado das tarefas de dona-de-casa parece ser mais básico e ligar-se mais naturalmente à pessoa que aqueles trabalhos que se apreendem na escola ou na experiência do mercado. Ocorre que mesmo os hábitos mais básicos de nosso dia-a-dia sofrem o impacto do progresso material e do conhecimento técnico-científico, que estão voltados com certa ênfase no redimensionamento nos aspectos básicos da vida da população (saúde, alimentação, educação, cuidados com o corpo). As mulheres donas-de-casa seriam agentes fundamentais neste processo, atualizando constantemente os procedimentos de cuidado do corpo (físico, estético e moral) dos seus, na casa. Esta assimilação de novas técnicas tende a se realizar com eficiência na medida que projeta tais necessidades de cuidado de si e dos outros

---

<sup>7</sup> Oliveira e Silva, M.I. (1985) em sua tese *Rendas, Babados, Bilbros e Crochês - a construção social da mulher de prendas domésticas*, procura recuperar os sentidos das atividades de prendas domésticas a partir da etnografia entre as mulheres de elite na cidade mineira de Ponte Nova. Nas suas palavras, seus objetivos seriam: "1. problematizar a divisão natural entre "mundo de negócio" às mulheres; 2. entender como as atividades na vida doméstica estão carregadas de significados que são manipulados socialmente como forma de inclusão/exclusão do grupo; 3. como transitar no meio "beneficiente" exige competências formais e informais" (1985:193). Por se tratar de mulheres de elite, em geral de origem aristocrática, cuja produção de doceria é marca da cidade na região, o trabalho "artesanal" analisado, ganha uma dimensão na sociedade civil capaz de criar e recriar as distribuições de micropoderes na elite. Com as relações sociais mais dispersas na metrópole e com as distâncias sociais mais acentuadas, as donas-de-casa das classes médias exercem suas influências através destes grupos de artesanato, mas de modo mais frágil, brando, tímido e disperso.

na margem que já era incumbência destas mulheres (saúde, estética, moral).

### 5. ESPOSA e PATROA

Neste último item do capítulo vou explorar os meandros da relação delas com suas empregadas, procurando descrever a especificidade da manutenção desta relação de contrato de trabalho dentro de famílias de elite da cidade. Adianto entretanto que Kofes, em sua tese *Mulher, mulheres - diferença e identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade* (1991) já trabalhou extensamente sobre esta relação, realizando um registro etnográfico pormenorizado e atento. O enfoque que faço entretanto, é bem mais restrito, pois tem como objetivo principal descrever tal relação dentro dos limites da posição social dos atores envolvidos.

Usualmente as mulheres que entrevistei reclamavam da quantidade de trabalho que tinham que realizar diariamente. A contratação de uma empregada doméstica (diarista) ou faxineira era justificado em função da diminuição desta carga, o que envolvia uma divisão mínima de tarefas a serem realizadas por cada mulher. Um padrão cultural razoavelmente estabelecido articulava a divisão de tarefas:

"E a gente passa a ser gerente de administração. Administrar coisas, né. Então você tendo quem faça, mas você tem que administrar isso, e hoje em dia você não conta com pessoas que tenha aquela noção...tem que tomar conta das próprias empregadas, né"

"Eu acho que elas não têm aquela noção de que é um emprego como outro, e que as responsabilidades também existem como outro tipo de serviço, né. Então a gente tem que estar muito mais em cima cobrando, né...um pouco. E tá mostrando isso, mostrando aquilo...isso tudo. Então eu acho que isso cansa um pouco a gente.

É muito cansativo, porque é muito repetitivo também. Todo dia fazendo aquela coisa. Então as mudanças também de tudo, e o aprendizado constante. Mudanças assim, de

doméstica prá doméstica. E aí você toca a reformular tudo outra vez, ou a procurar se adaptar novamente, a aquela outra pessoa. E procurar com que a pessoa se adapte às coisas da casa. Das pequenas exigências que a gente faz, né. Porque a gente não pode nem fazer muito hoje em dia.. não dá. Então é muito difícil."

.....

"A rotatividade das empregadas que é difícil. E isso que eu digo...eu não sei prá elas o que significa, mas prá gente que cuida de casa é muito cansativo, porque até que as coisas entrem nos eixos, você fica quase que presa também a uma situação em que você tenha tudo mais ou menos sob controle, não totalmente sob controle. Porque é só virar as costas e as coisas ficam de qualquer jeito. Mas pelo menos que de alguma forma comece a andar. Então você também fica um pouco presa, né."

Luciana (grifos meus).

"Porque eu acho que eu sou muito exigente. Sou muito exigente com a casa, com o serviço, com a lida. O que fazem eu gosto da coisa muito bem feita, sabe. Eu exijo muito de mim. Como eu exijo as coisas de mim muito bem feitas, se eu tenho uma pessoa que eu tô pagando, eu também exijo daquela pessoa, que faça bem feito. Entende?"

(...)Mas sabe que eu sou tão enjoada com a limpeza, tudo, que eu acho que às vezes a minha casa, às vezes fica mais limpa eu fazendo do que eu botando uma faxineira. Porque às vezes elas fazem, mas elas não fazem do jeito que eu gosto. E assim só de tar falando: "O! Fulana, faz isso. O! Fulana, vem cá, faz assim." Sabe!... E eu tenho às vezes que tar correndo atrás prá ver se ela fez ou não fez. Eu prefiro, eu fazer. Porque às vezes eu sei que eu fiz e o que eu não fiz. E, bom, se eu não fiz hoje bem feitinho, eu amanhã vou e faço melhor. Então eu tô toda hora: "Fulana faz assim" Então eu prefiro ficar.."

"E eu acho também que é muito dinheiro prá uma faxineira. Não é só faxineira, doméstica, sei-eu-lá. Então eu prefiro fazer, porque sobra um dinheirinho prá outra coisa."

Denise(grifos meus).

"Porque eu acho que eu sou muito chata com empregada: gosto de tudo muito bem feitinho. Se ela não faz, faço depois. Eu cuido tudo, se tá mal passado, faço passar denovo, se tá mal lavado, vou lá e ensino como se lava. E hoje em dia a empregada não quer isso..

Mas hoje por exemplo, ela fez faxina no banheiro. Faxina!? Foi lavar com KBoa, lavar azulejo. Assim que ela sair, eu vou lá com uma escovinha e vou tirar lodinho por lodinho. E porque ainda tá cheio de lodinho nos ladrilhos, nas bordas...

Quer dizer, eu sou maníaca, mas enquanto eu puder eu vou fazer isso, né. Isso é porque eu tô em casa, porque se estivesse trabalhando, eu não veria estes detalhes, sabe."

Valquíria (grifos meus).

Rotineiramente o serviço mais pesado, como faxinas em que se retira todos os objetos do lugar, com o uso de solventes ou produtos de limpeza fortes, lavar os tapetes, o carpete, as paredes, as cortinas, a faxina da cozinha, do banheiro, do quarto de despensa, passar ácido no ladrilho da garagem, etc.; os serviços que exigem o esforço manual propriamente dito, são delegados às empregadas. As patroas administram a divisão do trabalho doméstico e supervisionam o serviço.

Mas conforme estas falas que transcrevi, a diferença mais citada pelas patroas, delas com suas empregadas, é que elas sabem como o serviço deve ser feito. Frente a um padrão de qualidade que as patroas conhecem e que pretendem manter em sua casa, as empregadas parecem negligentes, indispostas, fazendo de outro modo "sempre que se vira as costas".

Nesta diferenciação, que enfoca um padrão de qualidade, que diferencia os atores entre aqueles que sabem o que é "bem feito" e outros que ignoram, existe uma tradução no cotidiano de uma disputa entre posições sociais. A acusação da ignorância, indisponibilidade, relaxamento do outro é a forma que se atualiza esta disputa; mas a disputa não terá fim na medida que o padrão de qualidade exigido é flexionado conforme critérios assumidos pela patroa. O conhecimento de padrão de limpeza e estético que as patroas lutam por manter em suas casas, é atributo da classe a qual pertencem, em outras palavras, algo que se modifica conforme a necessidade de distinção social.

Isto não significa que tal disputa se faça no abstrato. Ao contrário, de tão real pode gerar uma relação infernalmente controlada. Por exemplo, para uma das entrevistadas, saber passar goma nas camisas do marido, nas toalhas da Ilha da Madeira, era um critério para definir o que era uma roupa bem cuidada; tais cuidados entretanto, não

estão normalmente assimilados no universo de uma empregada que vive na favela e tem como roupa branca as camisetas de propaganda dos candidatos a prefeito do ano anterior. Mesmo que a empregada aprenda, novos cuidados sempre podem ser assimilados pela patroa e exigidos.

O desconforto das patroas ao assumirem este tipo de disputa pode ser mais ou menos explícito, exprimindo-se na autodefinição como pessoas "chatas", "maniacas"... Valquíria autodefine-se nestes termos, para em seguida reconhecer neste traço de seu caráter os frutos da sua situação: "Quer dizer, eu sou maniaca, mas enquanto eu puder eu vou fazer isso, né. Isso é porque eu tô em casa, porque se estivesse trabalhando, eu não veria estes detalhes, sabe."

Trata-se de um destino de mesquinhez próprio a todos aqueles que têm nas atividades domésticas o centro de seus afazeres?! Conforme já coloquei no início deste capítulo, não vejo a questão da subordinação da mulher ligado a alguma ontologia do trabalho - o trabalho doméstico teria a peculiaridade de não permitir o exercício da criação, nisto eminentemente escravizador da pessoa que o exerce, etc. A questão é relacional, liga-se segundo entendo, ao fato de que as mulheres reconhecem no cuidado da casa e das pessoas da família quase que uma extensão de si próprias. Falta-lhes um campo de autonomia onde se percebam como individualidades, onde possam apreender seus próprios limites e capacidades. Elas tendem a ver-se como parte complementar e participativa de uma vida em comum, claramente hierarquizada.

"Eu sempre vivi em função dos outros: primeiro em função dos pais, o que eles queriam, tinha que ser, era obediência. Depois casei, e aí em função do marido, em obediência, sabe. Quando quiz me rebelar, tive que ter obediência aos filhos...E piada, né! Mas quando criei eles, e posso dar o grito de independência, tô velha, cansada, desanimada. Oh! Mas que vida, não?!"

Valquíria

"Era tudo sempre de acordo, né. A gente tinha vontade às vezes de mudança (de Malacacheta), mas ele também tinha e

tudo. Mas eu acho que nesse sentido eu fui muito companheira, dei muito apoio. Então eu acho que a gente participa, né. E tem o direito depois participar nas coisas boas também. Eu passei pedaços difíceis, onde a adaptação foi mais difícil e tudo."

"Porque no fundo a mulher participa e muito da vida do casal. No meu marido por exemplo, eu acho que eu tive uma participação muito forte no sentido de que eu dei muita força prá ele: quando foi dele fazer concurso..nesse sentido: ele precisou parar de trabalhar, passou privações. Quer dizer, eu fui muito companheira nisso, né. Eu acho que sim. Depois fui prá cidade muito pequena, sempre um apoio, sempre acompanhando tudo. Então eu acho que o fato dele ter feito um concurso, dele ter o cargo dele...mas eu acho que eu participei muito nesse sentido, de muito apoio, muito companheirismo."

Luciana

"Toda vida eu acompanhei o meu marido, prá ver como é tudo, né. Até hoje, eu sou a secretária dele de notação de telefonemas, tudo. Sempre participei."

.....

"Um conselho que eu daria para se ter uma vida boa é, em primeiro lugar uma união dos dois, né. Que se entendessem bem, que se compreendessem, se pudesse fazer assim, digamos...começando, fazer uma economia, né, geral. Economia geral dá casa, prá fazer com que a gente pudesse juntar prá poder chegar a conseguir coisas, porque tudo é com..luta. A gente vai juntando, a gente junta uma coisa prá vender e comprar outra. A gente tinha um carro, vendemos o carro prá comprar outra coisa, como eu te falei. A primeira construção a gente vendeu prá poder fazer a segunda. Então eu acho que aí seria toda uma união, uma compreensão dos dois. Cooperar um com o outro, prá poder juntar, prá melhorar.

Porque às vezes tem casal aí em que um não combina com o outro, um combate o outro."

"As vezes que meu marido me perguntava, eu dava minha opinião. As vezes ele me perguntava, eu dizia:"Não tem que ser, tem que ser assim...". Sempre tem uma pergunta por parte do homem prá mulher, e eu falava:"Não dá, não tá certo...vamos fazer isso".. Eu acompanhava, né. Porque ele é quem cuida do dinheiro, o meu, é a parte da casa, é cuidar..."

Denise

Conforme estas falas, estas mulheres estão inseridas em famílias organizadas de forma tradicional - casal mais filhos - o que lhes dá um papel de subordinação em relação ao marido e de relativo poder no campo doméstico. Quem cuida das pessoas da casa e da casa são elas.

A inserção da empregada doméstica nestes ambientes familiares pode se apresentar como uma ameaça, na medida que explicita-se o quanto genérica e substituível é a posição das mulheres: elas são a esposa, a mãe, a dona-de-casa. Mesmo com os inúmeros artifícios de distinção ativados por elas, seja de uma determinada estética, moralidade ou de assepcia, o perigo da quebra da autoridade mantida através destes pequenos signos de destaque, pode ser eminente.

Além disso a empregada é alguém de "classe inferior" que adentra no espaço dos "iguais", quebrando fronteiras sociais que, como já observei, estão sob cuidado permanente. A admissão desta intrusão é geralmente feita sob inúmeras desconfianças, de que a empregada vá roubar, de que vá abusar, de que não cumprirá ao que veio, etc. Um comportamento servil da empregada, na postura, no olhar, na roupa, pode minimizar tais desconfianças, pois neste caso a ordem hierárquica está repostas nas diferenças do corpo e da atitude das pessoas<sup>18</sup>.

Além disso, a resistência que algumas destas patroas têm em estabelecer a relação com a empregada dentro dos termos mínimos da lei parece ligar-se às possibilidades de quebra desta ordenação fluida mas perfeitamente hierarquizada.

"Mas registrar eu não registro não. Elas são muito ignorantes: se eu registrar, elas acham que podem fazer o que bem querem, né. Prá mandar embora você tem que pagar tudo prá elas, não é verdade? Aí fica muito caro, elas começam a ficar muito valente, né."

Valquíria

É possível sugerir que existam diferenças de postura entre as patroas de famílias organizadas tradicionalmente

<sup>18</sup> Kofes (1991) trás em anexo alguns clichês de atitudes e apresentação da empregada elaborados por uma agência de empregos. Em cada detalhe da apresentação correta da empregada - na cabeça levemente inclinada, na roupa modesta, na atitude humilde -, estabelece-se uma correlação de inferioridade frente à patroa.

nas classes médias devido a diferença de geração. Trata-se, assim com entendi, não de uma superação dos preconceitos de classe, mas do uso de novas práticas organizando as relações: ao invés de se exigir determinadas atitudes servis da empregada, torna-se necessidade a separação entre espaços da patroa e dos seus com relação à empregada.

"Nunca tive empregada, por opção. Mas como eu tenho uma casa de quatro cômodos, prá ficar dividindo esse pequeno espaço com uma pessoa - sendo que eu tinha optado por não trabalhar fora-, porque chegou o momento de eu ter filho. E a partir do momento que eu queria ter filho eu não achava direito uma pessoa aqui, usufruindo do meu conforto e do tempo que eu podia dar pro meu filho. E difícil fazer esta opção pelo filho..."

Celma, 28.

"Aí não deu certo, com a empregada...Aqui é muito pequeno. Eu não tava me sentido bem..."

Aí eu disse:"Não, tô muito nervosa".. E ela não tava fazendo o serviço direitinho. Porque é mais assim, prá cuidar de criança. Mas se é prá cuidar de criança, cuido eu. Porque eu queria prá ajudar mesmo..."

Mas a presença dela...ela dormia aqui na sala. Se chegasse alguém eu não podia receber. Chega uma hora que a menina tem que dormir. Eu disse:"Não, assim não dá. Não dá certo não."

Se eu tô sozinha pelo menos tá do meu jeito. Se tá de mau jeito, pelo menos fui eu quem fiz...

Eu não sei mandar. Eu deixava. E aí a hora que ela tava com as crianças lá embaixo, eu via que tava mal feito, aí eu fazia denovo. Mas aí ia enchendo o saco. Você vai ficando bronqueada.

Eu sou muito chata, eu não gosto de nenhuma estranha em casa. Vou tentar arrumar uma faxineira boa..."

Clarissa, 29.

### AUTORIDADE E PRECONCEITO:

Entre os diversos aspectos explorados nos estudos de caso, gostaria de chamar a atenção sobre a relação entre os modos pelos quais são construídas a autoridade e a formação de preconceitos. Conforme argumentarei, uma chave de explicação sociológica das relações de poder, descritas nos estudos de caso, está não propriamente no fato das experiências serem regidas pela autoridade, mas que certos impasses são criados nas relações entre os entrevistados e seus subordinados em função de suas interpretações sobre seus atos segundo os parâmetros da autoridade. Ou seja, mesmo que o controle disciplinar da relação coubesse ao entrevistado por ele ser, por exemplo, o empregador, a tendência foi ele não assumir a interioridade de seu poder. Em geral, procurou-se legitimar o controle em função da responsabilidade do empregador diante de um "projeto" construído para o bom funcionamento da empresa, esperando-se a obediência dos subordinados baseada na confiança. Na medida que a experiência não condizia com tais expectativas, as situações de impasse eram resolvidas através da acusação de traços de caráter negativos dos subordinados.

Nesta situação e similares ocorre um descompasso entre a experiência e sua representação, pois não é apropriada uma descrição das relações envolvidas a partir da idéia de autoridade.

É possível distinguir uma relação de autoridade de outras relações de poder devido a duas características básicas. Uma delas é que aqueles que são solicitados a obedecer o fazem sem discussão, sem que se necessite recorrer a persuasão ou a violência. A confiança é o elo entre os pares da relação, situados em posição hierárquica diferenciada<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Em *Entre o Passado e o Futuro* (1972), no capítulo "O que é autoridade", Hannah Arendt discute as especificidades do conceito de autoridade a partir da origem da sua idéia e suas experiências históricas, distinguindo-a de conceitos afins como a violência, o vigor, a força e o poder.

A segunda característica é que mesmo que na relação de autoridade esteja incorporada a desigualdade como princípio, não se delega o poder a quem assume a posição superior, pois cabe a ele exercer o seu arbítrio e seus interesses dentro de certos limites ditados por leis. Os seus atos estão limitados por um código que não está sob seu controle ou no controle daqueles que são os detentores efetivos do poder. O código atua como um conjunto de forças externas que transcende a relação propriamente dita, e a partir de onde se constitui a legitimidade da "autoridade"<sup>2</sup>.

Uma série de fenômenos modernos permitem que se caracterize a época atual como da "crise de autoridade", como já afirmou Hannah Arendt (idem:127). A quebra das tradições, as dúvidas sobre as crenças religiosas, a fragmentação e atomização das organizações coletivas ou comunidades sociais, são alguns desses fenômenos inibidores das experiências autênticas de autoridade contemporaneamente.

As especificidades da relação de autoridade imprimem-lhe enorme vulnerabilidade. A necessidade do uso da força,

---

Reconhecendo em Platão o autor da idéia de autoridade, Arendt sublinhará as esperanças políticas do filósofo ao elaborá-la, na medida em que através da autoridade torna-se possível o estabelecimento de relações de governabilidade sem o recurso ao exercício da violência ou da argumentação. "A autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Contra a ordem igualitária da persuasão ergue-se a ordem autoritária que é sempre hierárquica" (1972,129).

2 Também esta condição de imparcialidade do poder na autoridade foi discutida por Hannah Arendt. Segundo ela, o que dá "liga" na relação de autoridade entre governantes e governados é a confiança no conhecimento especializado dos primeiros. Os exemplos mais acabados da autoridade são aqueles em que uma desigualdade natural é evidente, como aquela entre um pastor e suas ovelhas, um pai e seus filhos, um professor e seus alunos. Aqueles que se submetem o fazem coagidos pela força das idéias que orientam a ação de quem rege a relação, de tal forma que o poder coercitivo não repousa na pessoa ou na desigualdade enquanto tais, mas na verdade contida nas próprias idéias (cf. idem, 135 e seqs).

da violência, da retórica, da justificação na relação, transforma imediatamente uma relação baseada na autoridade em outra coisa diferente dela. Entretanto, quando um dos pares da relação persiste na descrição de sua ação dentro das noções de autoridade mesmo quando ela não existe, ele está, entre outras coisas, repondo situacionalmente a crise da autoridade. Parece-me relevante, ao invés de desqualificar uma descrição feita nestes termos (que apareceu entre os entrevistados), levá-la a sério. Vou descrever sinteticamente alguns casos onde isto se apresentou no decorrer da dissertação e em seguida analisar as expressões peculiares (e inautênticas) de autoridade constituídas aqui:

1. Pedro descreve a divisão de trabalho em sua padaria e argumenta quanto aos baixos salários que paga aos balconistas:

Pedro e seus dois sócios organizaram uma diferenciação entre seus 28 funcionários conforme as tarefas, segundo turnos, pagando salários diferenciados. Aos trabalhadores menos qualificados, os balconistas, ele apontou que pagava baixos salários em função de um "aprendizado": segundo ele, este trabalhador "não quer trabalhar", desconfia da palavra do patrão, "não puxa pelo trabalho", preferindo "folgar" a trabalhar. "Não adianta... É aquilo ali, é o salário da classe... é aquela coisa e acabou, certo!".

Pedro justificou sua posição de empregador que paga baixos salários como uma atitude de defesa frente a trabalhadores que investem contra o "bom andamento da empresa".

2. Denise e Valquíria descrevem suas exigências de trabalho com as suas empregadas domésticas e seu desconforto quanto à posição de controle que assumem:

A divisão de tarefas entre Denise e Valquíria, como donas-de-casa, e suas empregadas, tem contornos pouco definidos. Através de suas descrições, está registrada uma sobreposição de tarefas, que tendem a se realizar

conflitivamente, na medida em que a patroa "sabe como fazer" dentro de um padrão de limpeza e estética, e as empregadas tendem a burlar tal padrão.

O controle minucioso que ambas exercem sobre suas empregadas decorre de uma impossibilidade em se abandonar este padrão de qualidade, o qual foi caracterizado, segundo as palavras de Denise e Valquíria, como algo maníaco, enjoativo e chato.

Nestes casos, procura-se legitimar a posição de comando em função de algo que transcende o(a) patrão(oa) e o(a) empregado(a) - o bom funcionamento da empresa/ um padrão de qualidade da casa. Pretende-se exercer o comando como exercício de autoridade, no recurso a padrões formulados segundo "verdades" exteriores e imparciais. Entretanto, está claramente expresso na relação que a "lei" que rege a ação conjunta é monopolizada, exclusiva a quem assume o comando. A expressão da diferença de interesses, opiniões, sentimentos entre patrão e empregado corrobora ainda mais a condição de parcialidade do projeto ou padrão.

Por que estes entrevistados se aferrariam a esta interpretação? Estariam justificando sua posição a partir de um discurso estratégico que legitima a sua posição e ilude o outro? Mas a experiência revela que, usualmente, os subordinados não aderem à crença quanto ao caráter imparcial do "projeto". Por outro lado, como patrões estas pessoas teriam ampla possibilidade de exercer o seu comando legitimado exclusivamente pelo direito que adquiriram como compradores de uma força de trabalho.

Talvez a crença da transcendência do projeto derive do reconhecimento de que eles próprios, os patrões, mantêm uma relação de exterioridade e submissão com o projeto, incapazes de assumir que o projeto e as limitações impostas por ele é algo construído e mantido por seus próprios esforços. O exemplo disto está na descrição de Denise e Valquíria que, por mais que considerem o "padrão da

qualidade" estranho a elas,- chato, enjoativo; algo maniaco,- tomam-no como imperativo.

Entregues a estas verdades, os "patrões" são incapazes de reconhecer as diferenças de opinião, interesses, atuações de seus empregados a não ser como um ataque ao que se quer manter e contruir. Eles estão fechados dentro de seu autoritarismo, que é exercido mediante a negação de qualquer canal de comunicação\*. Os preconceitos que eles mantêm para com seus funcionários e empregados apresentam-se como uma das faces de sua impossibilidade de abertura e aceitação da experiência e daquilo que o outro é.

Entretanto, além deste preconceito explícito, onde a pessoa falava claramente sobre os suas oposições, rivalidades e ressentimentos com os outros (que são preferencialmente os pobres), em outros casos apresentou-se um preconceito velado, mas igualmente ativo.

1. A relação entre funcionários do banco e estagiários:

Em relação aos bancários em geral, os funcionários do Banco do Brasil têm uma situação salarial e de cumprimento dos direitos trabalhistas razoavelmente equilibrada. Destaca-se, neste contexto a situação de trabalho dos

---

\* Estou usando o conceito de autoritarismo conforme foi definido por Eclée Bosi no artigo "Entre a opinião e o estereótipo"(1992). Segundo ela "podemos delegar à autoridade nossa confiança, mas, às vezes, as crenças e as convicções que nos vêm dela não se conciliam com a experiência. Uma saída é limitar o pensamento (...)Deslocamos uma agressão impossível contra os pais e superiores para grupos, pessoas, idéias diferentes. E esse deslocamento se acompanha de uma identificação com a força e com o opressor, pois só o poder parece objetivo. E se acompanha de uma menor tolerância do eu à ambiguidade do meio, do ódio à fraqueza, do apego aos fortes e à ordem. Esta é a síndrome que Adorno descreve como autoritarismo"(1992:115). As pessoas ou grupos imersos em seu autoritarismo estariam impedidos, segundo Bosi, de permitir-se uma percepção aberta e simpática a tudo o que é estranho ao poder. Neste sentido, autoritarismo e intolerância aos outros seriam as duas faces da mesma moeda.

estagiários no banco, que não têm acesso ao padrão salarial dos funcionários, têm contratos de trabalho máximos de um ano, não têm direitos a faltas ou férias e ao auxílio saúde, etc.

Esta desigualdade, entretanto, não foi referida nas entrevistas, o que contrastava com uma preocupação recorrente dos entrevistados em balizar a sua própria situação e a dos "colegas" funcionários em função de uma noção de justiça supostamente encaminhada pela legislação trabalhista e acordos coletivos. Ignora-se a situação destes trabalhadores estagiários em função de uma noção corporativa da lei?...

## 2. Conflito entre moradores do Jardim Paineiras e da favela da Vila Brandina:

A proximidade da favela Vila Brandina do bairro Jardim Paineiras não era bem aceita pelos moradores do bairro. Entre os argumentos que esses moradores levantaram em conversas informais contra a proximidade da favela, parecia até que os favelados usufruíam de privilégios, mesmo que seja visível sua situação miserável. Citaram que, enquanto apenas os moradores pagam impostos para a coleta de lixo, o asfalto, o sistema de esgoto, todos usufruem destes benefícios; enquanto os moradores tiveram que comprar o seu terreno pagando um preço de mercado, os favelados não tiveram estas despesas; afirmaram ainda que a presença da favela nas proximidades desvalorizava o preço dos seus terrenos e suas casas.

Esta intolerância implícita, entretanto, não era encaminhada no sentido da mobilização pública dos moradores contra os favelados. Apenas em um caso descrito, onde os favelados invadiram o terreno de uma das moradoras do bairro, os moradores tomaram alguma atitude que, por sinal, não foi mais do que ativar as redes de influência. No caso, um amigo vereador tomou as providências para a expulsão dos invasores.

## 3. Clarissa e Marilda expõem os motivos de suas incompatibilidades com as empregadas:

Entre as donas-de-casa que entrevistei, Clarisse e Marilda levantaram razões diferentes para suas incompatibilidades com as empregadas. Enquanto a maioria dos argumentos estava voltada a uma desqualificação do trabalho das empregadas em função de um padrão definido do "bom trabalho", elas argumentaram quanto a problemas decorrentes da convivência com alguém estranho na própria casa: "Eu sou muito chata, eu não gosto de nenhuma estranha em casa"; "E a partir do momento que eu queria ter filho eu não achava direito uma pessoa aqui, usufruindo do meu conforto e do tempo que eu podia dar pro meu filho".

Trata-se de uma necessidade expressa por estas mulheres mais jovens (elas têm menos de 30 anos) de não "misturar" na sua própria casa pessoas de classes diferentes, reservando para si e os seus um espaço de intimidade homogêneo.

Não se coloca nestas situações para os entrevistados uma necessidade de ponderar sobre sua posição social em função da relação com os Outros. Aparentemente não há impeditivos ao reconhecimento das diferentes opiniões, interesses, sentimentos, razões, envolvidas na relação. Contudo, esta abertura à diferença tende a se subordinar às flexibilidades administráveis dentro de uma noção acabada de cidadão (ser cidadão é ser alfabetizado, politicamente informado, trabalhador regularizado, pagador de impostos, dono de casa própria, etc). Não se cumprindo isto, encaminha-se esforços para uma atitude segregacionista.

Articula-se nestes casos um descompasso entre o perfeito reconhecimento, por parte dos entrevistados, das desigualdades intrínsecas às diferenças presentes na relação e a suas práticas que visam mantê-las sob controle. Além disso, é irônica esta atualização da cidadania que faz da lei o escudo através do qual se defende os próprios privilégios...

Nas diversas situações aqui analisadas, atualizam-se mecanismos que inibem, impedem, silenciam a possibilidade de reconhecimento das pessoas de classes populares como sujeitos de interesses e direitos legítimos. Entre os preconceitos expressos ou velados sobre as pessoas de classes populares, estas acabam sendo vistas a partir de perspectivas limitadas, numa tendência a se igualar a situação de penúria a deficiências ou faltas próprias da pessoa. A tendência é explicar a ação de uma pessoa pobre como consequência "necessária" de certas qualidades da "pessoa pobre"; ela passa a ser um exemplar de uma espécie animal chamada homem.

Na medida em que, conforme a análise dos últimos casos, instrumentaliza-se a própria noção de cidadania para a exclusão do espaço público de uma parte da população, é possível concordar com Telles (1992), que caracteriza a cidadania brasileira como incivilizada. Para esta crítica Telles pressupõe que corresponde ao Estado de Direito uma certa estrutura de personalidade, de forma que o indivíduo conduz-se naturalmente em meio a um mundo dividido entre uma esfera íntima (onde se expressam os interesses privados), e uma pública (na mediação dos interesses privados ao interesse coletivo), ativando a partir de seu próprio comportamento os aspectos substantivos destas esferas. A civilidade, vista a partir de seus aspectos positivos e dinâmicos, demandaria que o sujeito civilizado guiasse seu autocontrole segundo princípios de equidade e justiça. Criam-se com isto as condições para uma sociabilidade conduzida por um conjunto de regras que são produzidas, refletidas, transformadas na relação cotidiana com o Outro, a fim de que ele tenha garantido o seu direito de palavra e ação. Numa sociedade civilizada (real ou idealmente), as relações sociais cotidianas tendem a ser governadas conforme um ideal de justiça para com o Outro, mesmo não se submetendo diretamente aos designios da lei.

O que fica explícito nesta descrição de sociedade civilizada é que a igualdade tem que ser produzida na ação

dos homens, pois de modo imediato, o que está *dado*, é um mundo onde os homens são naturalmente diferentes e distintos entre si. A igualdade é produzida na organização coletiva, através da possibilidade de cada um ter reconhecido sua profissão, sua cidadania, sua opinião, seu poder de ação que o especifique e o identifique. Sem este reconhecimento as pessoas são devolvidas à sua diferenciação elementar, entregues à sua heterogeneidade étnica, de caráter, de gênero, e assim exemplares específicos das variações da espécie humana.

E como nos lembra Hannah Arendt, o perigo desta desqualificação política das pessoas ou grupos em uma sociedade não está apenas em que estes estão privados da expressão e ação sobre um mundo coletivo, mas se apresentam como alvo privilegiado de um ressentimento coletivo, pois "o "estranho" é um símbolo assustador pelo fato da diferença em si, da individualidade em si, e evoca essa esfera onde o homem não pode atuar nem mudar e na qual tem, portanto, uma indefinida tendência de destruir" (Hannah Arendt, 1976:244).

**ANEXO 1: OS ENTREVISTADOS**

Os nomes são fictícios e estão organizados em ordem alfabética em grupos por ocupação. A renda familiar foi atualizada conforme o salário mínimo de março/92.

**Grupo de entrevistados entre os bancários:**

**Amélia:** Tem 34 anos. Nasceu e morou em Campinas até 1978 quando entrou no Banco do Brasil iniciando como escriturária em Indaiatuba. Voltou para Campinas em 1984 entrando no curso de economia na Pucc-Campinas.

**Antônio:** Tem 49 anos. Filho de feirantes no interior de Minas Gerais. Morou desde pequeno em Campinas. Trabalhou junto com o pai e estudou até os 15 anos. Após o serviço militar trabalhou em escritórios de contabilidade e de departamento pessoal na Pirelle e Dum Lopp. Em 1965 entrou no Banco do Brasil abandonando o curso de direito que realizava na Pucc-Campinas. É casado, tem duas filhas, católico e branco. Salário em novembro/91 era de Cr\$750.000,00.

**Arnaldo:** Tem 34 anos. Filho de pequenos proprietários rurais no interior de Santa Catarina. Trabalhou em escritório e estudou desde os 15 anos. Morou em Brasília onde iniciou o curso de biologia já trabalhando no Banco do Brasil. Transferiu-se para Campinas em 1982. Até 1990 dava aulas na Unimep em Piracicaba. Casado, com uma filha, tem formação protestante. Salário em torno de Cr\$450.000,00 em novembro de 1991.

**Augusto:** Tem 36 anos. Filho de microempresário na indústria química. Orfão de pai, começou a trabalhar como office-boy aos 15 anos. Entrou em medicina na USP, transferiu para bioquímica e largou a universidade. Entrou no Banco do Brasil em 1975. Transferiu-se de São Paulo para Campinas em 1980, onde exerce atividades sindicais desde 1983. Salário em torno de Cr\$700.000,00. É casado, tem três filhas e é branco.

**Carlos:** Tem 51 anos. Filho de juiz, morou em Pederneiras, Agudos, Bauru, Campinas e Caxias(MA). Prestou o concurso do Banco do Brasil em 1962 quando cursava história na Pucc e realizava atividades ligadas ao teatro. O banco o enviou para Caxias, interior do Maranhão, onde permaneceu apenas dois meses. Voltou exercendo atividades de escriturário em Pederneiras, posteriormente Jundiá e Campinas. Casado tem três filhos, branco. Salário não declarado.

**Cláudio:** Tem 54 anos. Filho de pequenos proprietários rurais, trabalhou desde os 11 anos como office-boy e auxiliar de escritório. Quando terminou o curso de especialização em contabilidade já trabalhava como bancário

numa empresa financeira privada. Entrou no Banco do Brasil em 1962, chegando ao cargo de auditor em 1986. Salário estimado (em novembro de 91) Cr\$1.000.000,00.

**George:** Tem 54 anos. Filho de pequeno comerciante em Firacicaba. Ex-seminarista e professor em escola estadual. Em 1964 prestou concurso para o Banco do Brasil, quando ingressou numa agência em São Paulo. Ligado ao Banco trabalhou em São Paulo, São José dos Campos, Indaiatuba e Campinas. Não declarou o salário. Casado, pai de cinco filhos, avô de três netos. Católico e branco.

**Elena:** Tem 19 anos. Filha de operários, nasceu e vive em Campinas. Trabalha como estagiária no Banco do Brasil desde os 17 anos. Faz curso de técnica em contabilidade. Recebe uma bolsa auxílio de Cr\$170.000,00. É solteira e negra.

**Lúcia:** Tem 29 anos. Filha de dono de cartório em Limeira, começou trabalhando aos quinze anos no cartório do pai. Casou, mudou para Campinas onde teve seu primeiro filho. Prestou o concurso do Banco do Brasil passando entre os primeiros colocados em 1975. Mesmo com a boa colocação, optou por trabalhar em Campinas. É branca, de formação católica.

**Gomes:** Tem 44 anos. Nasceu e morou em Campinas, onde cursou o primeiro e segundo graus em escolas públicas. Passou no concurso do Banco do Brasil em 1966, exercendo sua profissão sempre na mesma cidade. Cursou Ciências Sociais na Unicamp entre 1972 e 1977. Atuou no sindicato dos bancários desde 1978 participando da diretoria do sindicato na gestão de 1983. Salário de Cr\$540.000,00 (11/91). Casado e branco.

**Marcelo:** Tem 35 anos. Filho de pequenos proprietários rurais em Jacuí(MG). Trabalhou e estudou desde os 11 anos em atividades ligadas a escritórios. Morou em Monte Santo de Minas, Ribeirão Preto, Limeira e Campinas. Antes de entrar no Banco do Brasil em 1975, trabalhava num escritório de contabilidade da Cobrasa. Cursa atualmente Economia Internacional na Faculdade de São Judas Tadeu em São Paulo. Casado, pai de duas meninas, branco. Salário declarado em torno de Cr\$800.000,00(11/91).

#### Grupo de entrevistadas entre as donas de casa:

**Bárbara:** Tem 55 anos. Filha de um cortador de pedras e ex-vereador em Valinhos, Bárbara se mudou para Campinas apenas quando se casou. Estudou até terminar o secundário em escolas públicas. Mãe de dois filhos universitários e esposa de um bancário de alta graduação, passa os fins de semana indo ao sítio em Valinhos. Branca e católica não praticante. Teve uma participação no trabalho voluntário da igreja de Nova Campinas durante um breve período. Renda familiar em torno de Cr\$4.000,00.

**Carmem:** Tem 40 anos. Filha de agricultores da região de Betel, casou-se com Roberto, filho de agricultores da região dos Amarais. cursou até o quarto ano primário. Mudou-se para Barão Geraldo antes que os três filhos (hoje com 16, 15 e 11 anos) atingissem a idade de ir à escola, onde moram até hoje. Atualmente o marido é gerente de um estacionamento e o filho mais velho, aprendiz de mecânico. Costura para os familiares, e faz cursos esporádicos de artesanato doméstico. Branca e católica não praticante. Não declarou a renda familiar.

**Cláudia:** Tem 29 anos. Natural de Bagé (RS), mudou-se para Campinas aos nove anos com a família já que o pai como representante comercial arranjara emprego aqui. Estudando em escolas públicas, acabou por formar-se como técnica de experimentação cirúrgica. Após três anos de trabalho como secretária de dentista e bancária, casou-se. Grávida do primeiro filho pediu demissão. Hoje é mãe de dois filhos de dois e quatro anos e faz esporadicamente "bicos" como a venda de produtos de beleza ou a produção de bombons. A partir dos contatos como representante comercial, seu marido abriu recentemente uma empresa de marcenaria especializada em cozinhas. É filha de D. Denise e nora de D. Valquíria. É branca e espírita não praticante. Renda familiar bastante inconstante, foi ponderada em torno de Cr\$1.200,00.

**Denise:** Tem 50 anos. Filha de militar em Porto Alegre, Denise parou os estudos no segundo grau, assim que conheceu seu futuro marido. Acompanhando a carreira dele como representante comercial, mudou-se para Campinas em 1972. Chegou a voltar para Porto Alegre em 1973, onde residiu apenas em ano. Mãe de três filhas todas casadas, entre as quais a Cláudia, tem atualmente cinco netos. Porque recebe apenas uma mesada do marido, não soube informar o orçamento familiar. Católica não praticante.

**Luciana:** Tem 55 anos. Filha de pedreiro D. Luciana viveu parte de sua infância no Paraná, depois veio para São Paulo. Estudou em escolas públicas até quando abandonou o curso de normalista, aos vinte e um anos, para casar-se. No início de casada morou em Alfenas, onde o sogro tinha uma fazenda. Depois, acompanhando a carreira de juiz do marido, chegou a morar em quatro cidades no interior de Minas Gerais. Aposentando-se o marido, a família retornou para Campinas. Foi neste período que D. Luciana fez mobral e prestou vestibular para Direito. Não chegou a cursar a faculdade mais que um semestre. Mãe de três filhos, D. Luciana sempre teve empregada doméstica, sendo que uma lhe acompanhou durante dez anos. Ela é encarregada de administrar o orçamento doméstico que está atualmente na faixa de Cr\$6.000,00. Católica de formação e branca.

**Maria da Glória:** Tem 52 anos. Nasceu em Minas Gerais, mas viveu a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro. Como a família era grande e ficou cedo órfã por parte de mãe, D. Maria da Glória começou a trabalhar junto com as irmãs aos 11 anos como auxiliar de costureira. Assim que casou abandonou o trabalho, teve o seu único filho e fez mobral. Hoje com o filho casado e morando na casa ao lado, em Barão

Geraldo, gasta parte do tempo fazendo cursos, ora de música, ora de telefonista. Não tem empregada doméstica. A renda familiar mensal não ultrapassa Cr\$2.000,00.

Marilda: Tem 28 anos. Filha de motorista de ônibus e mãe dona de casa, nasceu e viveu em Campinas. No período escolar foi boa jogadora de volei e recebeu convite para profissionalizar-se, mas recusou. Trabalhou em vendedora e recepcionista enquanto solteira. Hoje é casada com um engenheiro mecânico doutorando na Unicamp e mãe de dois filhos, um com dois anos, outro com nove meses. No período que o marido morou no Japão, recebeu auxílio da mãe e da sogra. A renda familiar é em torno de Cr\$4.000,00. Branca.

Patricia: É casada com um gerente financeiro de uma indústria de enfeites de aniversário em São Paulo, mãe de dois filhos formados e casados. Orfã de pai desde os seis anos, morou sua infância com a mãe, avós e uns tios em São Paulo. Estudou até finalizar o segundo grau casando-se em seguida. Casada morou em Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo a dezoito anos em Campinas. Gasta atualmente parte de seu tempo sendo representante comercial da firma do marido em Campinas e região. Tem uma neta. Católica, participou durante alguns anos de um grupo voluntário de mulheres da Nova Campinas na promoção de cursos de prendas domésticas às mulheres pobres do bairro. Renda familiar declarada em Cr\$4.000,00.

Valquíria: Tem 54 anos. Nascida no Rio de Janeiro, D.Valquíria cursou até o normal em escolas públicas na cidade. Casou-se com um militar com quem teve nove filhos nas mais diferentes cidades. Morou em Curitiba, Belo Horizonte, São José dos Campos, Rio de Janeiro, Campinas. Normalmente recebe os quatro netos nos fins de semana em sua casa. Católica de formação e espírita praticante, tem participado a alguns anos, junto com outras 6 mulheres, de um trabalho voluntário em favela, com a distribuição de roupas e auxílios variados. Branca.

#### Grupo de entrevistados entre os comerciantes:

Célia: Tem 55 anos. Filha de operário em São Paulo, Célia começou a trabalhar com doze anos como ajudante de costureira. Passou depois a balconista e secretária no setor de contabilidade nas Casas Pernambucanas. Casando-se com um imigrante italiano mudou para Campos de Jordão, onde ajudava no atendimento do hotel da família do marido. Teve então suas duas filhas. Sua participação na empresa familiar foi mais ativa em Santos, onde ela e os parentes montaram uma rotisseria. Em 1975 mudaram-se para Campinas em função das boas possibilidades de se montar uma casa de massas no centro da cidade, que se matém até hoje. Estudou até a quarta série. É católica e branca.

**José:** Tem 32 anos. Dono de uma frangonete desde 1987. Morou em Curitiba, Belo Horizonte e Campinas. Filho de pais divorciados começou a "se virar" desde os 11 anos de idade. Adolescente, trabalhou em escritórios e como vendedor. Em 1975 veio para Campinas para trabalhar na fábrica de saunas do pai. Saindo brigado e sem recursos, partiu então para a revenda de carros onde acumulou o capital para montar sua frangonete. Com o capital acumulado nos anos da loja, abriu uma locadora ao lado. Completou o colegial. É casado, pai de dois filhos de três e cinco anos. Branco.

**Laura:** Tem trinta anos. Filha de funcionário público de Campinas. Fez arquitetura na PUCC e ao mesmo tempo que realizava "bicos", dando aulas de inglês e trabalhando como desenhista em escritórios de arquitetura. Casou-se e mudou para Limeira onde teve seu único filho. Separada depois de um ano, voltou à Campinas e montou junto com o irmão uma fábrica de bijouterias. Abriu em 1986 uma loja de confecções em sociedade com o seu atual companheiro.

**Leandro:** Tem 28 anos. Filho de agrônomo em Campinas, começou a fazer bicos aos 8 anos. Trabalhou em vários empregos esporádicos até ser contratado pelo Banespa. Junto com quatro amigos da faculdade, montou uma fábrica de massas em 1986. No ano seguinte abriram a rotisseria, em seguida uma fábrica de papéis. Leandro tornou-se único proprietário desta rotisseria em 1988. É casado, pai de um filho, católico, branco.

**Marcelo:** Tem 29 anos. Filho de um comerciante de Ribeirão Preto que faliu, Marcelo conseguiu fazer a faculdade de engenharia elétrica graças a uma estratégia familiar onde os irmãos se cooperavam na subsistência conjunta. Trabalhou na Telebrás chegando a um posto de coordenação numa equipe de pesquisa. Foi demitido junto com o plano Collor, quando reestruturou a empresa do pai como uma microempresa de revenda (e atualmente produção de) alarmes. É casado, pai de um filho, branco.

**Pedro:** Tem 33 anos. Neto e filho de padeiros, Pedro seguiu a profissão montando uma padaria no Botafogo em 1980. Fecharam esta, mas abriram em 1983 junto com o pai e amigos dele uma outra no Cambui. Dois anos depois procuraram abrir uma filial que acabou sendo fechada. Pedro fez faculdade de administração de empresas na Pucc. É casado e pai de um filho.

**Regina:** Tem 35 anos. Nasceu e viveu em Campinas. Quando concursada em ciências sociais na Unicamp em meados de 70, exerceu o magistério em escolas particulares da cidade. Mobilizou-se politicamente e organizou a classe de professores em escolas particulares. Em função do desgaste e decepção com a profissão, largou o magistério em 1985. Ainda neste ano, abriu junto com um amigo bancário de São Paulo, uma video-locadora. É branca, solteira.

**Roberto:** Tem 29 anos. Filho de funcionário público. Roberto fez curso de contabilidade ao mesmo tempo que trabalhava numa empresa de revenda de material de escritório. Pediu demissão e montou a sua própria empresa em 1984. É casado e pai de duas filhas. Católico e branco.

Silvio: Tem 30 anos. Filho de promotor, morou em seis cidades: Catanduva, Tambaú, Osasko, Santa Adélia, Santa Fé do Sul e Campinas. No fim da década de 70, abandonou a faculdade de engenharia civil na Pucc e começou a trabalhar no setor imobiliário como empregado. Passado o período de um ano abriu a sua própria imobiliária em zona nobre da cidade. Atuou como diretor no sindicato imobiliário e atualmente é delegado do Creci, órgão fiscalizador da corporação. É rotariano, casado, pai de um filho.

Tatiana: Tem 25 anos. É filha de árabes, antigos proprietários de um supermercado em Jundiaí. Casou-se com seu atual sócio na empresa de transportes. Tem duas filhas de 7 e 5 anos. Estudou até o secundário. Participa ativamente na organização e manutenção da creche Lar Ternura, que atende entre sessenta a setenta crianças na periferia de Campinas.

## ANEXO 2

NORMAS REGULAMENTARES DO BANCO QUE DENTRE OUTRAS,  
DEVEM SER CONHECIDAS E OBSERVADAS PELOS FUNCIONARIOS:

## 1. E vedado ao funcionário:

- fazer divulgação, por qualquer meio, de assunto que contenha crítica à diretoria, a superiores ou a colegas;
- fazer propaganda política nos locais e horários de trabalho;
- fazer propaganda política nos locais e horários de trabalho;
- exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comandatário (sem qualquer ingerência), ou ainda, quando em licença-interesse.
- envolver-se, direta ou indiretamente, em negócios peculiares às atividades controladas ou fiscalizadas pelo Banco;
- sofrer protesto ou reclamação pelo não pagamento de dívida, inclusive como coobrigado por fiança, aval ou endosso;
- emitir cheques sem previsão de fundos ou não manter na conta saldo suficiente para a cobertura a qualquer momento, de cheque em circulação.
- recorrer a mediação de outrem - notadamente de pessoas estranhas - em favor de suas pretensões no Banco;
- ocupar-se habitualmente no local de trabalho de atividades de interesse particular ou de terceiros.

## 2. São deveres do funcionário:

- assiduidade, no caso da falta ao serviço, notificar imediatamente o seu superior hierárquico, apresentando as justificativas indispensáveis;

- pontualidade;
- guardar reserva a respeito dos negócios do Banco;
- cumprir com presteza e boa vontade as ordens recebidas dos superiores hierárquicos;
- atender com solícitude aos clientes do Banco, tratando-os com urbanidade;
- comportar-se com disciplina e tratar com cortesia os seus colegas de trabalho.

### 3. Declaração

Declaro, finalmente, estar ciente de que deverei exercer minhas funções no horário compreendido entre 7 e 22 horas, que melhor convier ao Banco, em jornada de 6 horas prorrogáveis sempre que julgado conveniente pela Administração da dependência onde estiver lotado, em conformidade com os artigos 224 a 226 da CLT.

## BIBLIOGRAFIA:

Aidarllon, D. e Caldeira, T.

1984 "Mulher: individuo ou família" in *Novos Estudos Cebrap*, vol.2,4,SP.

Albuquerque, J.A.G.

1974 "A nova classe média: caráter, orientações e consciência social" in *Debate e Crítica*, vol.4.

Arendt, H.

1972 "O que é autoridade" in *Entre o Passado e o Futuro*, Ed. Perspectiva, SP.

1976 "O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do Homem" in *As Origens do Totalitarismo, uma análise dialética*, Ed. Documentário, RJ.

Ariès, P.

1986 *História Social da Criança e da Família*, d. Guanabara, RJ.

Assis, M.

1967 *Memorial de Aires*, Cultrix, SP.

Baudrillard, J.

1981 *A Sociedade de Consumo*, Ed. Setenta, Lisboa.

Beauvoir, S.

1980 *O Segundo Sexo I e II*, Ed. Nova Fronteira, SP.

Benjamin, W.

1985 *Walter Benjamin*, col. GCS, Atica, SP.

Benhabib, S.

1987 "The generalized and the concrete other" in *Feminism as Critique*, Benhabib, S. & Cornell, D. (eds), Basil Blackwell, Oxford.

Berman, M.

1988 *Tudo que é sólido desmancha no ar*, Cia das Letras, SP.

Bonelli dos Santos, M.G.

1987 A Classe Média do "Milagre à Recessão", tese Pucc-SP, mimeo.

Bosi, E.

1992 "Entre a opinião e o estereótipo" in Novos Estudos Cebrap, vol.32, SP.

1983 Memória e Sociedade - lembrança dos velhos, Queiroz, SP.

Bourdieu, P.

1963 "La société traditionnelle: attitude à l'égard du temps et conduite économique" in Sociologie du Travail, Mars.

1979 La Distinction, critique sociale du jugement, Ed. Minuit, Paris.

1983 "Gostos de classe e estilos de vida" in Pierre Bourdieu, col. GCS, Atica,

1989 O Poder Simbólico, Difel, Lisboa.

Caldeira, T.P.R.

1988 "A presença do autor e a pós-modernidade na antropologia" in Novos Estudos Cebrap, julho(21).

1984 A política dos outros, Brasiliense, SP.

1991 "Direitos humanos ou "privilégios de bandidos", Novos Estudos Cebrap, v.30, julho.

Clifford, J.

1982 "On ethnographic authority", Representations, vol.2,

Chaloub, S.

1990 "Classes Perigosas", Trabalhadores 6, Campinas.

Corrêa, M.

1982 "Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil)" in Colcha de Retalhos - estudos sobre a família no Brasil, Brasiliense, SP.

Da Matta, R.

1983 Carnaval, Malandros e Heróis, Zahar, 1983.

1987 A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil, SP, Brasiliense, 1987.

Debert, G.G.

1986 Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral in A Aventura Antropológica, Cardoso, R.(org), Paz e Terra, RJ.

Denzin, N.

1984 "Interpretando as vidas de pessoas comuns: Sartre, Heidegger e Faulkner" in Dados, vol27,1,.

Dumont, L.

1985 O Individualismo - uma perspectiva antropológica da ideologia moderna, Rocco, RJ.

Durham, E.R.

1986 "A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas" in Cardoso, R.(org), A Aventura Antropológica, Ed Paz e Terra, RJ.

Ehrenreich, B.

1991 "Feminismo e consolidação de classe" in Diálogo, vol1,24.

Fausto, B.

1986 A Revolução de 1930, Brasiliense, SP.

Foucault, M.

1975 Vigiar e Punir - história da violência nas prisões, Vozes, Petrópolis.

1989 "The subject and power" in Rabinow, P. e Dryfus, H., Michel Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics, University Chicago Press.

Friedan, B.

1983 A Segunda Etapa, Francisco Alves, RJ.

Geertz, C.

1978 A Interpretação das Culturas, Zahar, RJ.

1983 Local Knowledge, Further Essays in Interpretative Anthropology, Basic Books, NY.

Goffman, E.

1974 Manicômios, Prisões e Conventos, Ed. Perspectiva, SP.

Goldthorpe e Hish(eds)

- 1978 "The current inflation: throws sociological account", The Ideological Underplay of Inflation, Roberstn,London.

Grun,R.

- 1985 A produção de uma empresa moderna: os bancários e a automação, mimeo, diss.mest.PUCC-SP,SP.
- 1986 "Taylorismo e fordismo no trabalho bancário: agentes e cenários" in RBCS,2(1).

Habermas,J.

- 1984 Mudança estrutural da esfera pública, Tempo Brasileiro, RJ.t

Harvey,D.

- 1989 The Condition of Postmodernity - An Enquiry into the Origens of Cultural Change, Basil Blackwell.

Hirata,H.

- 1986 "Trabalho, família e relações homem/mulher - reflexões a partir do caso japonês, RBCS, n2, V1, out.

Hubert,H. e Mauss,M.

- 1909 "Etude sommaire de la representation du temps dans la religion et la magie" in Mélanges d'Histoire des Religions, Paris.

Joyce,P.(ed.)

- 1987 "The historical meanings of work: an introduction" in The Historical Meanings of Work, Cambridge University Press, Cambridge.

Kofes,M.S.

- 1991 Mulher, Mulheres - Diferença e Identidade nas Armadilhas da Igualdade e Desigualdade, mimeo,tese dout, USP.

Leach,E.

- 1974 Edmund Leach, col.GCS, Atica.

Lebrun,G.

- 1983 Passeios ao Léu, ensaios,SP,Brasiliense.

Lefebvre, H.

1972 La Vida Cotidiana en el Mundo Moderno, ed. Alianza, Madri.

Le Goff

1991 Mercadores e Banqueiros da Idade Média, Martins Fontes, SP.

Lévi-Strauss, C.

1976 O Pensamento Selvagem, Ed. Nacional, RJ.

Lopes, D.A.

1988 O Movimento Assembléia do Povo e a Crítica da "Marginalidade", mimeo, diss. mest. IFCH-Unicamp, Campinas.

Lovibond, S.

1990 "Feminismo e Pós-Modernismo" in Novos Estudos Cebrap, vol 27, SP.

Marcus, G.

1991 "Identidades passadas, presentes e emergentes. Requisitos para etnografias sobre a modernidade no final do séc. XX ao nível mundial", mimeo, Encontro da ABA/91.

Marcus, G. e Fisher, M.

1986 Anthropology as Cultural Critique - an Experimental Moment in the Human Sciences, University Chicago Press.

Marcuse, H.

1982 A Ideologia da Sociedade Industrial - o Homem Unidimensional, Zahar, RJ.

Matos, O.

1992 "Walter Benjamin, o princípio da esperança" in Folha de São Paulo, 12.03.1992.

Mattos, M.J.

1986 Pobre é que nem abelha, cada dia zune num canto. Estudos de processos migratórios e a fixação de famílias na favela: o papel das mulheres e das instituições assistenciais, diss. mest IFCH-Unicamp, Campinas.

Mauss, M.

- 1974 "Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do "eu", Sociologia e Antropologia, Vol. I, EPU/EDUSP, SP.

Mello, F.F.

- 1991 "Formação histórica da Campinas: breve panorama" in Campinas; Subsídios para um Plano Diretor, FMC, Campinas.

Mello Pupo, C.M.

- 1969 Campinas, seu Berço e Juventude, Academia Campinense de letras, Campinas.

Mills, W.

- 1979 A Nova Classe Média, Zahar, RJ.

Muller, G.

- 1986 "O direito do não cidadão", Novos Estudos Cebrap, n15, Julho.

Offe, C.

- 1989 "Trabalho: a categoria-chave da sociologia?" in RBCS, 10(4).

- 1989 O Capitalismo Desorganizado - Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política, Brasiliense, SP.

Paoli, M.C.

- 1989 "Trabalhadores e cidadania. Experiência do mundo público na história do Brasil Moderno", Revista de Estudos Avançados, v3, n7:40:66.

- 1991 "As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão do gênero", Novos Estudos Cebrap, v31, out.

Perrot, M.

- 1987 "Funções da família", História da Vida Privada(4), Cia das Letras, SP.

Pierucci, A.

- 1987 "As bases da nova direita", Novos Estudos Cebrap, n19:26-45.

Pinheiro, P.S.

- 1981 "Violência e Cultura", in Lamounier, B., Weffort, F., Benevides, M. (orgs), Direito, Cidadania, Participação, TAO, SP.

Poulantzas, N.

- 1974 As Classes Sociais no Capitalismo Hoje, Ed. Zahar, RJ.

Prado, D.

- 1979 Ser Esposa, a mais Antiga Profissão, Ed. Brasiliense, SP.

Quadros, W.

- 1985 A Classe Média Brasileira: 1950-1980, diss. mest. ECO-Unicamp, Campinas.

- 1991 O "Milagre Brasileiro" e a Expansão da Nova Classe Média, tese dout. ECO-Unicamp, Campinas.

Ricoeur, P.

- 1979 "The model of the text: meaningful action considered as a text" in Rabinow, P. e Sullivan, W., Interpretive Social Science, University of California Press, Berkeley.

Saes, D.

- 1985 Classe Média e Sistema Político no Brasil, Queiroz, SP.

Sahlins, M.

- 1979 Cultura e Razão Prática, Zahar, RJ.

Santos, W.G.

- 1979 Cidadania e Justiça - a política e a ordem social brasileira, Campus, RJ.

Semighini, U.C.

- 1992 "A região administrativa de Campinas" in São Paulo no Limiar do Século XXI - cenários da urbanização paulista, vol. 8, Estado de São Paulo/ Seade, Campinas.

Sennett, R.

- 1988 O Declínio do Homem Público, Cia das Letras, SP.

Shama, S.

1992 O Desconforto da Riqueza - a cultura holandesa na época de ouro, SP, Cia das Letras.

Simmel, G.

1979 "A metrópole e a vida mental", O Fenômeno Urbano, Veilho, G. (org), Zahar, RJ.

Simões, S.

1991 "Classe média profissional no Brasil: teoria e organização política e sindical", mimeo, XV Encontro Anual da Anpocs.

Sorokin, P.

1964 Sociocultural Causality, Space, Time, Russel and Russel, NY.

Sorokin, P. e Merton, R.

1937 "Social Time: a Methodological and Functional analysis"

Stolke, V.

1986 Cafeicultura - Homens, Mulheres e Capital (1850-1980), Brasiliense, SP.

Telles, V.

1992 A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza - um Estudo sobre o Trabalho e Família na Grande São Paulo, tese de doutorado USP, mimeo.

Thompson, E.P.

1967 "Time, Work-Discipline and Industrial Capitalism" in Past and Present, 38:56-97; versão em espanhol: 1979, "Tiempo, Disciplina de Trabajo y Capitalismo Industrial", Tradición, revuelta y consciencia de clase, ed. Critica, Barcelona.

Todorov, T.

1983 A Conquista da América - a Questão do Outro, Martins Fonte, SP.

Turner, V.

1974 O Processo Ritual, Perspectiva, SP.

Velho, G.

1981 Individualismo e Cultura - Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea, Zahar, RJ.

Villalobos, A. e outros

1978 Classes Sociais e Trabalho Produtivo, Paz e Terra/Cedec.

Weber, M.

1974 Ensaios de Sociologia, Zahar, RJ.

Zaluar, A.E.

s/d Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861, Martins Ed., SP.

Zaluar, A.

1991 Relativismo Cultural na Cidade?, col. Primeira Versão, n. 39, IFCH/UNICAMP.

#### FONTES

Correio Popular: 1978/1982, Campinas.

Diário do Povo: 1976/1982, Campinas.

Jornal de Hoje: 1978/1982, Campinas.

O Repórter: julho 1978/julho 1980, Campinas.

O Estado de São Paulo: 1978/1982, SP.

Folha de São Paulo: 1978/1982, SP.